



**PONTA DELGADA**  
CÂMARA MUNICIPAL



## **Ponta Delgada 2030**

Estratégia 2030 e Plano de Ação de Base Territorial

RELATÓRIO 02. ESTRATÉGIA PONTA DELGADA 2030



Sociedade Portuguesa de Inovação

Informação sobre o documento

Cliente	Município de Ponta Delgada
Designação do Projeto	Ponta Delgada 2030 Estratégia 2030 e Plano de Ação de Base Territorial (ITI Urbano)
Referência do Projeto	PR-05565
Designação do entregável	Estratégia Ponta Delgada 2030 (R02)
Imagens da capa	Cidade de Ponta Delgada
Referência do ficheiro	SPI_PD2030_R02_Estratégia
Autoria	Equipa do Estudo (SPI) Augusto Medina, Leonel Ferreira, Dora Possidónio, Rui Frias, João Barata, João Lopes, Diana Sousa
Data	janeiro 2024

## ÍNDICE

<b>1. Enquadramento</b> .....	<b>14</b>
1.1 Objetivos do trabalho.....	14
1.2 Antecedentes da Estratégia.....	16
1.3 Apresentação do documento.....	20
1.4 Processo participativo.....	22
<b>2. Referencial estratégico 2030</b> .....	<b>25</b>
2.1 Âmbito internacional.....	25
2.1.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	25
2.1.2 Agenda Territorial 2030.....	27
2.1.3 Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 da UE.....	28
2.2 Âmbito nacional.....	30
2.2.1 Acordo de Parceria - Portugal 2030.....	30
2.2.2 Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026.....	32
2.3 Âmbito regional.....	35
2.3.1 RIS3 Açores 2022-2027.....	35
2.3.2 Programa Regional dos Açores 2021-2027.....	36
2.3.3 Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027 – Açores.....	40
<b>3. Diagnóstico do potencial de desenvolvimento concelhio</b> .....	<b>45</b>
3.1 Enquadramento territorial e administrativo.....	45
3.2 Análise SWOT.....	48
3.3 Principais conclusões do processo participativo.....	54
3.3.1 Reuniões e sessões de auscultação.....	54
3.3.2 Questionário à população.....	59
3.4 Principais desafios para o desenvolvimento concelhio.....	67
3.4.1 Por um território mais inclusivo e socialmente coeso.....	67
3.4.2 Por um território mais competitivo, inovador e digital.....	70
3.4.3 Por um território mais sustentável e resiliente.....	73
3.4.4 Por um território mais atrativo e territorialmente coeso.....	76

<b>4. Estratégia Ponta Delgada 2030.....</b>	<b>80</b>
4.1 Pressupostos para a definição da Estratégia .....	80
4.2 Visão para o território .....	82
4.3 Objetivos estratégicos e eixos de intervenção .....	84
4.4 Projetos estruturantes .....	89
4.5 Modelo de implementação, monitorização e avaliação .....	121
<b>Anexos: Informação produzida de suporte à definição da Estratégia .....</b>	<b>131</b>
Anexo 1. Elementos de suporte ao processo participativo.....	131
A.1.1. Folheto de divulgação da Estratégia Ponta Delgada 2030 .....	131
A.1.2. Reuniões e sessões para auscultação.....	133
A.1.3. Questionário online.....	138
Anexo 2. Análise setorial de suporte ao diagnóstico .....	148
A2.1. População e desenvolvimento social.....	148
A2.2. Economia e inovação.....	188
A2.3. Sustentabilidade ambiental e recursos.....	219
A2.4. Desenvolvimento territorial.....	244
Anexo 3. Análise dos instrumentos que operacionalizam o referencial estratégico 2030 .....	272
A3.1. Programa Regional dos Açores 2030 .....	272
A3.2. Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026 .....	274
Anexo 4. Referenciais estratégicos de âmbito municipal .....	276
A4.1. Planeamento estratégico.....	276
A4.2. Ordenamento do território e planeamento urbanístico.....	278
A4.3. Reabilitação urbana e habitação.....	285
A4.4. Educação e desenvolvimento social .....	295
A4.5. Cultura .....	303
A4.6. Juventude.....	306
A4.7. Segurança e proteção civil.....	308
A4.8. Outros planos e estratégias em desenvolvimento.....	308

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Sessões participativas com atores-chave locais .....	22
Figura 2. Página inicial do questionário no âmbito da Estratégia Ponta Delgada 2030 .....	23
Figura 3. Políticas e instrumentos de carácter multissetorial.....	25
Figura 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	26
Figura 5. Agendas temáticas e domínios de intervenção da Estratégia Portugal 2030 .....	30
Figura 6. Programas do PT2030.....	31
Figura 7. Dimensões e componentes do PRR .....	33
Figura 8. Cinco áreas prioritárias e cinco áreas transversais da RIS3 Açores 2021-2027 .....	36
Figura 9. Arquitetura do PEPAC Portugal: objetivos.....	41
Figura 10. Eixos de intervenção do PEPAC Portugal.....	42
Figura 11. Enquadramento territorial do concelho de Ponta Delgada .....	46
Figura 12. Freguesias do concelho de Ponta Delgada .....	47
Figura 13. Resultados do processo participativo relativos à Sustentabilidade Demográfica e Inclusão e Coesão Social .....	59
Figura 14. Resultados do processo participativo relativos ao Emprego e Educação e Formação .....	60
Figura 15. Resultados do processo participativo relativos à Inovação e Competitividade empresarial e à Digitalização .....	60
Figura 16. Resultados do processo participativo relativos à Preservação dos Recursos Naturais e Culturais e à Sustentabilidade Ambiental.....	61
Figura 17. Resultados do processo participativo relativos à Habitação e aos Transportes e Mobilidade Urbana .....	61
Figura 18. Resultados do processo participativo relativos à Qualidade de Vida e Proximidade aos Cidadãos e à Segurança e Proteção das Comunidades .....	62
Figura 19. Principais pontos fortes do concelho de Ponta Delgada destacados no processo participativo	63
Figura 20. Principais fragilidades do concelho de Ponta Delgada identificadas no processo participativo	64
Figura 21. Classificação global da trajetória de desenvolvimento do concelho na última década, de acordo com o processo participativo.....	65
Figura 22. Níveis de definição da Estratégia e processo de concretização .....	80
Figura 23. Modelo de governação para Ponta Delgada 2030 .....	121
Figura 24. Modelo de monitorização e avaliação .....	125
Figura 25. Evolução da população na RAA e no concelho de Ponta Delgada entre 1900 e 2021 .....	149
Figura 26. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%) em Ponta Delgada (2011-2022) .....	151
Figura 27. População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo .....	156
Figura 28. Variação 2011-2021 da população residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Ponta Delgada.....	157
Figura 29. Estabelecimentos de ensino em Ponta Delgada por nível de ensino (Ano letivo 2021/2022) ...	158
Figura 30. Biblioteca da Universidade dos Açores, polo de Ponta Delgada .....	159
Figura 31. Evolução do nº de inscritos no Ensino Superior .....	159

Figura 32. Alunos matriculados por nível de ensino, em Ponta Delgada (2013-2022) .....	160
Figura 33. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) .....	161
Figura 34. Variação da taxa (%) de jovens entre os 15 e os 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (2011-2020).....	161
Figura 35. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação e formação orientada para jovens (Ano letivo 2021-2022).....	162
Figura 36. População empregada por setor de atividade (2011-2021).....	167
Figura 37. Beneficiários da Segurança Social por tipo de pensão, em Ponta Delgada (2022) .....	168
Figura 38. Valores das pensões da Segurança Social por tipo de pensão, por unidade territorial (2022)	169
Figura 39. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) .....	170
Figura 40. Beneficiários (Nº) do abono de família para crianças e jovens, em Ponta Delgada.....	170
Figura 41. Ganho médio mensal por trabalhador por conta de outrem .....	171
Figura 42. Rendimento bruto declarado por habitante (esquerda) e agregado fiscal (direita) .....	172
Figura 43. Poder de compra per capita (2011-2021) .....	172
Figura 44. Situações de risco sinalizadas pela CPCJ em Ponta Delgada, em 2022 .....	174
Figura 45. Casos de infeção por VIH 2012-2021, por 100 mil habitantes.....	175
Figura 46. Tipos de dificuldade da população residente em Ponta Delgada .....	176
Figura 47. Distribuição das respostas sociais por grupo-alvo, em Ponta Delgada .....	177
Figura 48. Instalações desportivas em Ponta Delgada.....	182
Figura 49. Estádio de S. Miguel (esquerda) e piscinas naturais dos Mosteiros (direita) .....	182
Figura 50. Atendimentos de serviço de urgência nos Hospitais (2013-2021) .....	183
Figura 51. Número de cirurgias nos hospitais (exceto pequenas cirurgias) e consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais em Ponta Delgada (2013-2021).....	184
Figura 52. Especialidade das consultas nas unidades externas dos hospitais em Ponta Delgada (2021)	184
Figura 53. Taxa de mortalidade (%) por doenças de aparelho circulatório e tumores malignos em Ponta Delgada (2013-2021) .....	185
Figura 54. Profissionais da área da saúde por 1000 habitantes em Ponta Delgada .....	186
Figura 55. Rácio do pessoal ao serviço das empresas por empresas (2011, 2016, 2021).....	190
Figura 56. Superfície das culturas permanentes por tipo (ha), 2009-2019 .....	199
Figura 57. Superfície de culturas permanentes de frutos subtropicais (ha) .....	199
Figura 58. Nº de passageiros desembarcados (transporte aéreo) em S. Miguel (2011-2022).....	203
Figura 59. Dormidas (Nº em milhares) nos estabelecimentos de alojamento turístico por unidade territorial (2012-2022).....	203
Figura 60. Sazonalidade das dormidas por unidade territorial (2022).....	204
Figura 61. Representatividade das dormidas em Ponta Delgada, por país de residência dos turistas estrangeiros (2022) .....	205
Figura 62. Dormidas por tipo de alojamento turístico, em Ponta Delgada (2022) .....	205
Figura 63. Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico, por unidade territorial (2022) .....	206

Figura 64. Proveitos de aposento (milhões de €) dos estabelecimentos hoteleiros por unidade territorial (2012-2022) .....	207
Figura 65. Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico, por unidade territorial (2022) .....	207
Figura 66. Mercado da Graça, em Ponta Delgada .....	211
Figura 67. Despesa em I&D das instituições e empresas em milhares de euros (2021) .....	215
Figura 68. Variação da despesa em I&D das instituições e empresas em milhares de euros (2011-2021) .....	216
Figura 69. Proporção da despesa em I&D das instituições e empresas no PIB (2011-2021) .....	216
Figura 70. Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com I&D (2011-2021) .....	217
Figura 71. Encosta norte da Bretanha .....	220
Figura 72. Caldeira Seca: vista para o povoado e Lagoa Azul .....	221
Figura 73. Zona costeira da Candelária .....	222
Figura 74. Pastagens de interior da SM7 (Pico do Carvão) .....	222
Figura 75. Vista para a costa norte desde o Pico do Carvão .....	223
Figura 76. Vertente sul da encosta do Maciço do Fogo, com Remédios no horizonte .....	223
Figura 77. Vista do porto de Ponta Delgada .....	224
Figura 78. Hipsometria e hidrografia do concelho de Ponta Delgada .....	230
Figura 79. Uso e Ocupação do Solo em Ponta Delgada (COS 2018) .....	231
Figura 80. Áreas de suscetibilidade a inundações: alta (vermelho), média (amarelo) e baixa (verde) ....	233
Figura 81. Movimentos de vertente na ilha de S. Miguel .....	233
Figura 82. Emissões de poluentes atmosféricos no concelho, em 2015, 2017 e 2019 .....	235
Figura 83. Consumo de eletricidade por tipologia de consumidor, em 2022 .....	237
Figura 84. Central de Biogás, presente no Ecomuseu de S. Miguel .....	239
Figura 85. Iniciativa Ecomóvel do Município de Ponta Delgada .....	241
Figura 86. Centro de triagem automatizado (esquerda) e Central de Tratamento Biológico (direita), do Ecomuseu de S. Miguel .....	243
Figura 87. Sistema urbano do concelho de Ponta Delgada .....	246
Figura 88. Equipamentos públicos essenciais no concelho de Ponta Delgada .....	247
Figura 89. Rede de transporte coletivo rodoviário .....	250
Figura 90. Rede urbana municipal evidenciada pelas características de ocupação em Ponta Delgada ...	251
Figura 91. Época de construção do edificado, por unidade territorial (% do total) .....	253
Figura 92. Edifícios por dimensão da reparação (%), em 2021 .....	254
Figura 93. Alojamentos familiares clássicos (%) por forma de ocupação, em 2021 .....	255
Figura 94. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por escalão de área útil (%) .....	256
Figura 95. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (%) por regime de ocupação .....	256
Figura 96. Valores médios mensais dos custos associados à habitação (€) .....	257
Figura 97. Edifícios concluídos (Nº) por tipo de obra .....	258
Figura 98. Valor mediano das vendas de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€/m <sup>2</sup> ) .....	258

Figura 99. Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€).....	259
Figura 100. Distribuição dos agregados habitacionais em situação de carência habitacional.....	260
Figura 101. Slogan de candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura.....	268
Figura 102. Acessos à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (nº), 2012-2022.....	269
Figura 103. APP do Município de Ponta Delgada.....	270
Figura 104. Eixos Estratégicos de Intervenção do PED 2014-2020.....	276
Figura 105. Planta de Implantação do PP da Canada dos Valdós.....	282
Figura 106. Modelo Territorial do PERU do Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta.....	286
Figura 107. Modelo Territorial do PERU de Santa Clara.....	287
Figura 108. Modelo Territorial do PERU de S. Roque.....	288
Figura 109. Quadro de coerência estratégica do PIRUS de Ponta Delgada.....	289
Figura 110. Quadro estratégico da ELH de Ponta Delgada.....	292
Figura 111. Pormenor da Estratégia Habitacional da CMH de Ponta Delgada.....	295
Figura 112. Objetivos Estratégicos do Plano Municipal de Juventude 2022-2026.....	307

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Eixos e prioridades do QFP 2021-2027.....	29
Tabela 2. Investimentos do PRR para a RAA.....	34
Tabela 3. Prioridades, objetivos específicos e dotações orçamentais.....	37
Tabela 4. Plano Financeiro do PEPAC Portugal.....	42
Tabela 5. Definição do grau de prioridade de atuação nos diferentes domínios identificados no processo participativo.....	65
Tabela 6. Síntese das propostas e iniciativas estruturantes para o desenvolvimento concelhio identificadas no processo participativo.....	66
Tabela 7. Mecanismos de coordenação, implementação, monitorização e avaliação dos projetos estruturantes.....	124
Tabela 8. Conjunto de indicadores propostos por Eixo de Intervenção para o modelo de monitorização e avaliação.....	126
Tabela 9. Evolução da população residente (2011-2021).....	150
Tabela 10. Indicadores demográficos (2022).....	151
Tabela 11. População residente (Nº) por local de residência e grupo etário (2011-2021).....	152
Tabela 12. Índices de dependência (jovens, idosos e total), 2011-2021.....	153
Tabela 13. Agregados domésticos privados (2011-2021).....	154
Tabela 14. Caracterização da população migrante por unidade territorial (2021).....	155
Tabela 15. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (Nº), 2013-2022.....	155
Tabela 16. Taxas brutas de escolarização no pré-escolar, ensino básico e ensino secundário.....	163

Tabela 17. Projetos aprovados no domínio da Educação, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva) .....	164
Tabela 18. Tipologia das respostas sociais nas IPSS de Ponta Delgada e capacidade total instalada .....	177
Tabela 19. Projetos aprovados no domínio da inclusão social, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva).....	179
Tabela 20. Projetos aprovados no domínio saúde, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva) ...	187
Tabela 21. Caracterização das empresas não financeiras por unidade territorial (2022) .....	189
Tabela 22. Evolução do volume de negócios por unidade territorial.....	191
Tabela 23. VAB (milhões de euros) por unidade territorial.....	191
Tabela 24. Indicadores do comércio internacional, 2012-2022 (Milhões de euros).....	192
Tabela 25. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), no concelho de Ponta Delgada .....	194
Tabela 26. Quociente de localização das atividades económicas no concelho de Ponta Delgada, em 2022 .....	195
Tabela 27. Indicadores das explorações e superfícies agrícolas, entre 2009 e 2019 .....	197
Tabela 28. Superfície das culturas permanentes, entre 2009 e 2019 .....	197
Tabela 29. Efetivo animal das explorações agrícolas e espécie animal (N.º), entre 2009 e 2019 .....	200
Tabela 30. Número de empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022 .....	200
Tabela 31. Pessoal ao serviço de empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022 .....	201
Tabela 32. Volume de negócios das empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022 .....	201
Tabela 33. DOP e IGP contemplados na abrangência territorial de Ponta Delgada .....	202
Tabela 34. Capacidade instalada em Ponta Delgada .....	208
Tabela 35. Áreas de Acolhimento Empresarial presentes em Ponta Delgada.....	210
Tabela 36. Projetos aprovados no domínio do empreendedorismo, competitividade e inovação em Ponta Delgada (não exclusiva).....	212
Tabela 37. Iniciativas regionais e municipais de apoio à inovação e competitividade empresarial .....	212
Tabela 38. Entidades pertencentes ao STCA presentes em Ponta Delgada.....	217
Tabela 39. Principais vendas de petróleo e derivados por setor de atividade (toneladas), em 2022 .....	238
Tabela 40. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais, 2019-2021.....	240
Tabela 41. Proporção de resíduos urbanos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva (2012-2021) ...	242
Tabela 42. Resíduos urbanos geridos por tipo de destino (2012-2021) .....	242
Tabela 43. Número de edifícios e alojamentos e taxa de variação decenal (2011-2021).....	253
Tabela 44. Património classificado no concelho de Ponta Delgada .....	262
Tabela 45. Património imóvel de destaque em Ponta Delgada .....	264
Tabela 46. Principais equipamentos culturais em Ponta Delgada .....	266
Tabela 47. Síntese do Açores 2030 .....	272
Tabela 48. Síntese do PRR.....	274
Tabela 49. Opções Estratégicas do PDM de Ponta Delgada .....	281

Tabela 50. Classes e categorias de espaço previstas no PU de Ponta Delgada e Áreas Envolventes .....	283
Tabela 51. Classes e categorias de espaço previstas no PU de Ponta Delgada e Áreas Envolventes .....	294
Tabela 52. Intervenções previstas pela Carta Educativa de Ponta Delgada.....	296
Tabela 53. Tipologia das respostas sociais por cada grupo da Carta Social de Ponta Delgada.....	299
Tabela 54. Níveis de Planeamento Estratégico da Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.....	300
Tabela 55. Visão e Objetivos Estratégicos do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada 2020-2023.....	302
Tabela 56. Eixos Estratégicos e Objetivos da Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030 .....	304

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AASM</b>	Associação Agrícola de São Miguel
<b>AHRESP</b>	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
<b>AMISM</b>	Associação de Municípios da Ilha de São Miguel
<b>ANA</b>	Aeroportos de Portugal
<b>ARDE</b>	Associação Regional para o Desenvolvimento
<b>ARRISCA</b>	Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores
<b>ARU</b>	Área de Reabilitação Urbana
<b>CMH</b>	Carta Municipal de Habitação
<b>CMPD</b>	Câmara Municipal de Ponta Delgada
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>DGEEC</b>	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
<b>EDA</b>	Eletricidade dos Açores
<b>EIM</b>	Empresa Intermunicipal
<b>ELH</b>	Estratégia Local de Habitação
<b>FEADER</b>	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
<b>FEAGA</b>	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
<b>FEAMPA</b>	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>FSE+</b>	Fundo Social Europeu
<b>FTJ</b>	Fundo de Transição Justa
<b>GEE</b>	Gases com Efeito de Estufa
<b>GEEAE</b>	Gabinete de Estudos Económicos e Apoio Empresarial
<b>GPP</b>	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão do Território
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>ITI</b>	Investimento Territorial Integrado
<b>MRR</b>	Mecanismo de Recuperação e Resiliência
<b>NEET</b>	<i>Not in Employment, Education or Training</i>
<b>NUT</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OE</b>	Objetivo estratégico
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OP</b>	Opções Programáticas
<b>ORU</b>	Operação de Reabilitação Urbana
<b>PABT</b>	Plano de Ação de Base Territorial

<b>PAC</b>	Política Agrícola Comum
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PEPAC</b>	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
<b>PERU</b>	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana
<b>PIRUS</b>	Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável
<b>PMAC</b>	Plano Municipal de Ação Climática
<b>PROTA</b>	Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores
<b>PRR</b>	Plano de Recuperação e Resiliência
<b>PU</b>	Plano de Urbanização
<b>QFP</b>	Quadro Financeiro Plurianual
<b>RAA</b>	Região Autónoma dos Açores
<b>RCM</b>	Resolução de Conselho de Ministros
<b>RSI</b>	Rendimento Social de Inserção
<b>REOT</b>	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RUP</b>	Região Ultraperiférica
<b>SA</b>	Sociedade Anónima
<b>SCTA</b>	Sistema Científico e Tecnológico dos Açores
<b>SMAS</b>	Serviços Municipais de Água e Saneamento
<b>SPI</b>	Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>SWOT</b>	<i>Strengths, weaknesses, opportunities and threats</i>
<b>UE</b>	União Europeia



## 1. Enquadramento

# 1. Enquadramento

## 1.1 Objetivos do trabalho

O planeamento estratégico assume-se como uma importante ferramenta das políticas públicas, com a definição de uma estratégia mobilizadora e que permita potenciar o aproveitamento das oportunidades de financiamento indispensáveis para o desenvolvimento e coesão do território. Foi com esta perspetiva que o Município de Ponta Delgada elaborou o Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014-2020, desenhando uma estratégia de desenvolvimento do território alinhada com as oportunidades de financiamento comunitário para aquele período. Em articulação com este Plano e com a concretização de um conjunto de projetos nele previstos, foram igualmente concebidos outros instrumentos estratégicos, como o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável (PIRUS) de Ponta Delgada, elaborado em 2015, em resposta ao convite lançado pelo Açores 2020, que permitiu enquadrar as candidaturas a financiamento no âmbito da melhoria do ambiente urbano.

Com este contexto e com propósitos de trabalho semelhantes, a elaboração da **Estratégia Ponta Delgada 2030** permitirá enquadrar os objetivos, as prioridades estratégicas e o conjunto de iniciativas do Município com as oportunidades decorrentes do novo ciclo de programação do financiamento comunitário, com destaque para o Programa Regional dos Açores 2021-2027 (Açores 2030) e para as prioridades, objetivos específicos e tipos de ação passíveis de apoio financeiro, nele contempladas. Nesta medida, constitui-se como um documento estratégico seletivo, que visa dar uma resposta aos desafios que se colocam ao concelho de Ponta Delgada, orientador dos investimentos estruturantes do Município, a realizar até 2030.

Também neste caso, a Estratégia Ponta Delgada 2030 será acompanhada do **Plano de Ação de Base Territorial** (que partilha alguns dos objetivos do antecessor PIRUS), o Instrumento Territorial Integrado (ITI) Urbano que materializa a abordagem territorial integrada exigida no Açores 2030 no âmbito da Prioridade 5A - Valorização Económica e Social do Território, para cada um dos seis municípios açorianos com maior densidade populacional da Região Autónoma dos Açores (RAA), que enquadrará os investimentos a concretizar de acordo com os objetivos específicos (OE) *5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas* e *2.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero de carbono.*

Desta forma, o trabalho tem como **objetivo geral** a elaboração da Estratégia Ponta Delgada 2030 e do Plano de Ação de Base Territorial (ITI Urbano), considerando os objetivos estratégicos e prioridades do novo ciclo de programação do financiamento comunitário para o período 2021-2027, refletidas nos correspondentes instrumentos.

A concretização deste objetivo geral envolve os seguintes **objetivos específicos**:

- O aprofundamento da visão de futuro do Município e a definição de uma estratégia territorial e operacional assente numa carteira restrita de projetos estruturantes, tendo presente os fatores distintivos e de especialização de Ponta Delgada;
- A definição de uma abordagem territorial integrada, que reflita a estratégia de desenvolvimento territorial a prosseguir e os investimentos territoriais a levar a cabo em territórios urbanos e em domínios específicos de intervenção;
- A mobilização e o envolvimento dos atores-chave a nível local, no processo de conceção e operacionalização da estratégia de desenvolvimento a prosseguir;
- O aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento sustentável e integrado do concelho de Ponta Delgada, decorrentes do novo ciclo de programação do financiamento comunitário para o período 2021-2027.

## 1.2 Antecedentes da Estratégia

O Município de Ponta Delgada tem promovido o desenvolvimento do território através de um conjunto de políticas e estratégias suportadas em instrumentos de atuação próprios. O exercício estratégico adotado na Estratégia Ponta Delgada 2030 tem em conta os exercícios de planeamento anteriores, as suas escalas de implementação, as diversas dimensões temáticas e níveis de execução, adaptando-se aos pressupostos políticos e estratégicos para a nova década.

Entre estes destaca-se, naturalmente, o documento predecessor da presente estratégia: o **Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014-2020**. Como o nome indica, este constituiu o principal referencial estratégico e operativo para o Concelho para o anterior quadro de financiamento comunitário, abarcando várias dimensões. Permitiu orientar as respostas aos desafios daquela década com as oportunidades de financiamento conferidas pelo Portugal 2020 e pelo Programa Operacional dos Açores 2014-2020. Alicerçado na visão *“Ponta Delgada – um concelho inovador, coeso e inclusivo, aberto ao mundo”*, este Plano contemplou um total de 30 projetos estruturantes enquadrados em 7 eixos de intervenção.

A proposta de intervenção desenhada procurou incidir na valorização do carácter integrado do território e dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, na revitalização dos centros urbanos e aproveitamento do património civil e religioso, no incentivo à competitividade e desenvolvimento da economia e do emprego, bem como na otimização dos recursos públicos.

Do conjunto de projetos estruturantes definidos, destaca-se a definição de três áreas de reabilitação urbana (do centro histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de São Roque), a aposta na mobilidade e o reforço da rede de ciclovias, a melhoria da iluminação pública e a promoção da eficiência energética.

Importa salientar que, pelo conjunto de políticas de desenvolvimento europeu, nacional, regional e local previstas, diversas intervenções mantêm-se pertinentes para o novo ciclo de planeamento, desde a valorização integrada do centro histórico e do comércio; a integração da população estudantil estrangeira na comunidade local; o reforço da rede de espaços verdes, o desenvolvimento da *smart city* no âmbito da digitalização; o desenvolvimento e reforço das áreas de logística, ecossistemas de inovação e apoio às empresas; a valorização do património natural e ambiental, da cultura e do imaterial; a requalificação da orla costeira e dos espaços públicos; a requalificação de áreas de risco natural e a adaptação às alterações climáticas; a modernização dos transportes e da mobilidade; a eficiência na gestão de resíduos.

Complementarmente, o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de documentos estratégicos de âmbito setorial, que orientam a atuação municipal nos domínios correspondentes, e que foram, naturalmente, tidos em consideração na presente Estratégia.

Em primeiro lugar importa destacar a **segunda Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada**. Iniciada em outubro de 2020 e presentemente em curso, irá produzir alterações significativas ao nível da classificação e qualificação do uso do solo, tendo presente os novos conceitos e dispositivos introduzidos pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo<sup>1</sup> e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)<sup>2</sup>, nas suas atuais redações.

De uma forma geral, a segunda revisão do PDM de Ponta Delgada procura fortalecer o papel central da cidade como polo dinamizador do concelho e da Ilha de São Miguel. Tendo como foco manter-se como principal polo turístico regional, pretende promover a diversificação da oferta turística, reduzir as disparidades entre áreas urbanas e rurais, e criar condições para o desenvolvimento económico e coesão territorial, descentralizando as oportunidades de emprego. A 2ª Revisão do PDM visa também valorizar os recursos naturais, promover a integração funcional das áreas urbanas, expandir a rede de infraestruturas públicas e ajustar o ordenamento territorial, com especial ênfase na habitação, na reabilitação urbana e na proteção do património edificado, num claro objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável e integrado, promovendo a qualidade de vida e a competitividade do Concelho.

Importa acrescentar que, no anterior quadro de financiamento, teve grande relevância a promoção exterior e fomento do turismo, tendo o Município desenvolvido o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada (2017-2021)**, com o objetivo de aprimorar a qualificação do Concelho para o turismo, destacando as suas potencialidades no contexto regional. Este documento foi criado para dar resposta às mudanças registadas no paradigma turístico e económico regional, sobretudo em virtude da liberalização do espaço aéreo às companhias aéreas de baixo custo.

Estabelecendo uma relação com o desenvolvimento turístico, embora não se esgotando neste objetivo, mais recentemente, no âmbito do trabalho de preparação da candidatura de Ponta

---

<sup>1</sup> Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Delgada a Capital Europeia da Cultura em 2027, foi desenvolvida a **Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030**. Esta assume-se como um instrumento orientador em matéria cultural para o período 2020-2030, com o claro objetivo de mobilizar os agentes do setor cultural e criativo e a população local.

Outro setor que teve forte relevância no território, no anterior período de financiamento, foi a regeneração urbana. O Município elaborou, em 2016, o **PIRUS** de Ponta Delgada, um instrumento focado na reabilitação urbana de vilas e cidades sedes de concelho, centrado em duas tipologias de intervenção: i) intervenção no *interland* das vilas e cidades; ii) intervenção na orla marítima dos aglomerados urbanos. Contemplou um conjunto de ações de reabilitação urbana no interior das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), num investimento total estimado de 17.040.000,00€, sendo 85% participado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O PIRUS estabeleceu a delimitação de três ARU no Concelho – **as ARU do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara, e de São Roque**, que foram aprovadas no mesmo ano<sup>3</sup>, e que constituíram um passo fundamental na operacionalização do Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014-2020. Em 2019 foram aprovados os correspondentes **Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana** (PERU), instrumentos que estabelecem as condições base que suportam a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de natureza Sistemática<sup>4</sup>, com um horizonte temporal de 10 anos, com medidas que incidem na reabilitação geral do edificado, na beneficiação dos espaços verdes, na promoção da mobilidade suave e na valorização do espaço público, entre outras dimensões.

Mais recentemente, em linha com as orientações nacionais em termos de política de habitação, o Município tem vindo a desenvolver um relevante esforço neste domínio, procurando apoiar as famílias no acesso à habitação. Assim elaborou, em 2022, a sua **Estratégia Local de Habitação** (ELH), documento estratégico e operacional em matéria de habitação que identifica as necessidades habitacionais mais prementes no Concelho, de acordo com o Programa 1.º Direito, e define as soluções habitacionais mais adequadas para o universo de famílias e agregados, simultaneamente, em condição habitacional indigna e carência financeira. A ELH de Ponta

---

<sup>3</sup> ARU do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara, e de São Roque – Aviso n.º 7039/2016, Diário da República n.º 106/2016, Série II, de 2 de junho.

<sup>4</sup> As ORU de natureza sistemática contemplam a requalificação e revitalização do tecido urbano – edificado, infraestruturas, equipamentos, espaço público e espaços verdes e atividades económicas.

Delgada integra um conjunto de 20 medidas que contribuem para a criação de condições mais favoráveis no acesso à habitação no Concelho, sendo estimado em cerca de 93 milhões de euros o correspondente ao investimento municipal.

Mais recentemente, em 2023, foi elaborada a **Carta Municipal de Habitação** (CMH) de Ponta Delgada. Com enquadramento na Lei de Bases da Habitação<sup>5</sup>, a CMH é um instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação que deverá articular-se com o PDM e os demais Instrumentos de Gestão do Território (IGT), nomeadamente estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal, e programas estratégicos de reabilitação aplicáveis às operações de reabilitação localizadas nas áreas de reabilitação urbana, previstos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana<sup>6</sup>.

Com uma perspetiva mais abrangente da habitação do que a ELH, a CMH faz o diagnóstico geral das necessidades habitacionais locais, das dinâmicas do mercado e os recursos habitacionais locais, e incorpora uma perspetiva prospetiva, em articulação com os IGT e demais planos e estratégias com relação direta ao tema da habitação. Em resposta, desenvolve uma estratégia de intervenção consentânea com a satisfação das necessidades habitacionais, presentes e futuras, com prioridades hierarquizadas e objetivos e metas mensuráveis, tendo por base um processo participativo. Tendo como visão *“Ponta Delgada, um território com uma oferta habitacional mais diversificada e inclusiva, adaptada aos diferentes contextos territoriais e necessidades habitacionais, suportada num habitat urbano mais qualificado e atrativo”*, a CMH estabelece 4 prioridades estratégicas focadas: (i) no equilíbrio habitacional do centro da cidade de Ponta Delgada; (ii) no desenvolvimento e estruturação das polaridades habitacionais secundárias; (iii) na coesão sociohabitacional dos meios rurais; e, (iv) na implementação de instrumentos e medidas transversais de apoio à habitação. Estas prioridades são operacionalizadas por um total de 20 medidas.

Última menção para dois documentos estratégicos recentemente elaborados. No âmbito social, a **Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social de Ponta Delgada**, aprovada em 2023, que surgiu no seguimento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e tem como desígnio reforçar o compromisso, a nível local, na mobilização das estruturas, meios e entidades necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas no combate às situações de

---

<sup>5</sup> Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro.

<sup>6</sup> Aprovado pelo DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

pobreza e exclusão social. No ano anterior, foi desenvolvido o **Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022-2026**. Este plano tem como principal intuito dinamizar e estimular objetivos e estratégias para fomentar a participação ativa dos jovens na vida cívica do concelho, confirmando a importância deste grupo para o desenvolvimento e afirmação do concelho nas vertentes económica, social e cultural e para o desenvolvimento de políticas que respondam às suas aspirações.

Os vários planos e estratégias de âmbito municipal, que se encontram em vigor, são apresentados, de forma mais completa e exaustiva no Anexo 4.

### 1.3 Apresentação do documento

O presente documento corresponde ao segundo relatório – **Estratégia de Ponta Delgada 2030** – e apresenta as conclusões dos trabalhos conduzidos na Fase 2, durante a qual foi elaborado um diagnóstico do potencial de desenvolvimento do Município de Ponta Delgada, e na Fase 3, que partindo deste diagnóstico, produziu uma Estratégia de Desenvolvimento para o território.

Este trabalho foi conduzido em articulação com a equipa municipal. Contemplou, além de uma análise documental e estatística de diferentes âmbitos setoriais e escalas geográficas, um conjunto de interações para recolha direta de informação, num projeto participativo que se descreve em maior detalhe no subcapítulo seguinte.

O presente documento **estrutura-se em 4 capítulos**, com os seguintes conteúdos:

- **Capítulo 1.** O primeiro capítulo, o presente, desenvolver uma contextualização para o desenvolvimento deste trabalho, incluindo a apresentação dos seus objetivos e dos seus antecedentes em termos de documentos estratégicos desenvolvidos anteriormente pelo Município. Inclui ainda a apresentação da estrutura do documento e dos seus conteúdos, e, por último, destaca o processo de envolvimento e participação alargada, de entidades e população, adotado pela metodologia aplicada.
- **Capítulo 2.** Apresenta brevemente, para o horizonte de 2030, o referencial estratégico decorrente do conjunto de orientações de natureza política e estratégica a diferentes escalas (internacional, nacional e regional), que deverá guiar a Estratégia para o desenvolvimento do Município.

- **Capítulo 3.** Corresponde ao diagnóstico do potencial de desenvolvimento para o Concelho. Encontra-se estruturado em 4 subcapítulos. O primeiro efetua um breve enquadramento territorial e administrativo. Segue-se uma análise SWOT, que identifica os principais pontos fortes, áreas de melhoria, oportunidades e ameaças, associado a Ponta Delgada. No terceiro ponto resumem-se as principais conclusões do processo participativo, incluindo das reuniões e sessões de auscultação conduzidas neste trabalho, assim como no âmbito do questionário online à população. Por último, num exercício de reflexão, sintetizam-se, em 4 pontos temáticos, os principais desafios para o desenvolvimento concelhio.
  
- **Capítulo 4.** Compreende a Estratégia Ponta Delgada 2030, nos diversos níveis de definição da estratégia: em primeiro lugar, a definição de uma Visão para 2030, suportada nos desafios identificados no capítulo anterior, seguida da identificação dos objetivos estratégicos relacionam-se com a resposta necessária aos diversos desafios identificados no diagnóstico, por forma a atingir a visão estabelecida para Ponta Delgada em 2030, aos eixos de intervenção, que, por sua vez, alicerçam os projetos estruturantes. Cada projeto estruturante, apresentado por meio de uma ficha de caracterização, integra ações prioritárias concretas, de natureza material ou imaterial. Por último, apresenta-se ainda uma proposta de modelo para a implementação, monitorização e avaliação da Estratégia Ponta Delgada 2030.

Complementarmente, são apresentados, **em Anexo**, um conjunto de elementos desenvolvidos para apoiar o desenvolvimento da Estratégia Ponta Delgada 2030. São estes:

- **Anexo 1.** Inclui os elementos de suporte ao processo participativo, designadamente: (i) Folheto de divulgação da Estratégia Ponta Delgada 2030; (ii) Guiões das reuniões e sessões para auscultação; (iii) Formulário do questionário online à população.
  
- **Anexo 2.** Integra a análise da situação existente, focada em 4 áreas fundamentais que suportam a identificação dos principais desafios que se colocam para o salutar desenvolvimento do concelho: (i) População e desenvolvimento social; (ii) Economia e Inovação; (iii) Sustentabilidade ambiental e recursos; e (iv) Desenvolvimento territorial.
  
- **Anexo 3.** Inclui a análise dos instrumentos que operacionalizam o referencial estratégico 2030, por via de fichas de caracterização.
  
- **Anexo 4.** Por fim, apresentam-se brevemente os planos e estratégias de âmbito municipal, em vigor, para os vários domínios de atuação do Município.

## 1.4 Processo participativo

Sendo este um processo que se pretendeu partilhado com a comunidade em geral e com os principais agentes locais com conhecimento e atuação reconhecidos no território, foi adotado um processo para o envolvimento, consulta e participação de atores-chave (*stakeholders*) que, pela sua natureza atuam, direta ou indiretamente, em domínios fundamentais para o desenvolvimento do Concelho. Assim, além da consulta de fontes de informação bibliográfica, documental e estatística, foram conduzidos diversos métodos participativos com o intuito de envolver e auscultar os atores relevantes no apoio à consolidação do diagnóstico e na definição da estratégia a prosseguir.

Foram realizadas as seguintes sessões presenciais de auscultação:

- Auscultação do Executivo Municipal (14 de novembro de 2023);
- Auscultação das Juntas de Freguesia (15 de novembro de 2023);
- Reuniões com os serviços técnicos municipais (15 e 16 de novembro de 2023);
- Sessões alargadas com os atores-chave locais, que incluiu entidades estratégicas em vários domínios.



Figura 1. Sessões participativas com atores-chave locais  
Fonte: CMPD

Estas interações permitiram a consulta de um número alargado de pessoas, de forma devidamente agrupada, designadamente: os membros do executivo municipal (Presidente, Vice-Presidente e Vereadores com pelouro); os representantes dos órgãos de freguesia (Presidentes de Junta e/ou outros membros); os dirigentes dos serviços técnicos municipais em áreas como o planeamento e gestão territorial, obras municipais, ambiente, proteção civil, cultura, turismo e

animação, apoio empresarial e empreendedorismo, sistemas de informação e modernização administrativa, recursos humanos, gestão financeira e patrimonial, ação social, educação, juventude e desporto; e por fim, outros atores-chave relevantes no contexto do concelho, como representantes do tecido empresarial, associações e organizações de diversos setores (economia, transportes, apoio social, segurança e proteção civil, ambiente, cultura, turismo, entre outros). No Anexo 1.2 poderão ser consultados os elementos de suporte à realização das sessões de auscultação, bem como a indicação das entidades e serviços participantes, enquanto no capítulo 3.3 são apresentadas as principais conclusões destes momentos de participação.

Além dos contributos recolhidos nessas sessões, a auscultação pública recorreu igualmente a um questionário online<sup>7</sup> dirigido à população em geral. Este questionário foi desenvolvido especificamente para recolher a perceção das comunidades locais sobre as potencialidades, principais desafios e necessidades atuais, bem como sobre os domínios prioritários de atuação no Concelho e as iniciativas/projetos mais relevantes e necessários. O questionário esteve disponível para consulta e preenchimento entre os meses de novembro e dezembro de 2023, tendo sido obtidas 33 participações.



Figura 2. Página inicial do questionário no âmbito da Estratégia Ponta Delgada 2030  
Fonte: CMPD

---

<sup>7</sup> Acessível em <https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/1383>



## 2. Referencial estratégico 2030

## 2. Referencial estratégico 2030

Na elaboração da Estratégia de Ponta Delgada 2030 é considerado o referencial estratégico para o desenvolvimento e coesão territorial, especialmente o conjunto de **políticas e instrumentos multissetoriais** que revestem o novo ciclo de programação do financiamento comunitário para o período 2021-2027, de forma a assegurar o necessário alinhamento das opções e prioridades estratégicas a adotar pelo Município para o desenvolvimento do Concelho.



Figura 3. Políticas e instrumentos de carácter multissetorial  
Fonte: CMPD

### 2.1 Âmbito internacional

#### 2.1.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU)**, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, é uma agenda universal assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações de âmbito global, nacional e regional. Os 17 ODS são hoje assumidos como referenciais para a construção de diferentes instrumentos de desenvolvimento, nomeadamente a nível local, considerando que estes são essenciais para que possam ser alcançados os resultados e metas estabelecidos à escala mundial.

Reforçando algumas abordagens globais realizadas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU alterou a forma de abordar o desenvolvimento, assumindo os seguintes pressupostos essenciais:

- Integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental);
- Definição de objetivos e metas universais a serem implementados por todos os países (e não apenas por países em desenvolvimento);
- Maior dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS;
- Nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as ONG (organizações não-governamentais), o setor empresarial privado, a academia, parceiros sociais e restantes membros da sociedade civil.



Figura 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: Organização das Nações Unidas

A Estratégia Ponta Delgada 2030 assume como referência os princípios e os ODS da Agenda 2030 da ONU, procurando que a Estratégia de desenvolvimento a prosseguir possa contribuir para o cumprimento dos mesmos, com reflexo na melhoria dos níveis de competitividade e de qualidade de vida da população e para a preservação dos valores culturais, naturais e paisagísticos presentes no território de Ponta Delgada.

## 2.1.2 Agenda Territorial 2030

A **Agenda Territorial Europeia 2030** reforça prioridades já integradas nas diversas políticas da União Europeia (UE) – como a promoção da coesão e do policentrismo, a eliminação das disparidades socioeconómicas, ou a proteção e valorização do património natural – e vem sublinhar, mais uma vez, a importância do planeamento estratégico e da territorialização das políticas públicas setoriais.

O principal objetivo desta Agenda Europeia é o reforço da coesão territorial, um princípio que visa garantir o desenvolvimento equilibrado do território europeu e a redução das disparidades regionais, assegurando um futuro sustentável e inclusivo em todos os lugares. O documento estratégico fornece um quadro de ação para a coesão territorial baseado na cooperação e articulação entre lugares, níveis de governo, políticas setoriais e grupos sociais, e convida os decisores políticos a conceber e implementar políticas públicas integradas, de base territorial, que reconheçam a diversidade e as especificidades dos lugares. Complementar e auxiliar à construção da presente Agenda destaca-se o Atlas Europeu que apresenta o quadro territorial atual e as evidências que sustentam as prioridades e objetivos.

Como documento orientador de exercícios de múltiplas escalas, a Agenda Territorial Europeia 2030 estabelece dois grandes objetivos: uma **Europa Justa** e uma **Europa Verde**; e um conjunto de seis prioridades para o desenvolvimento territorial Europeu que deverá ser tido em consideração em exercícios estratégicos como a presente Estratégia Ponta Delgada 2030, conforme se sintetiza:

### Uma Europa Justa

- Europa equilibrada - Potenciar as características únicas de cada território, através de modelos policêntricos de desenvolvimento com criação de cadeias de valor e de competitividade para o desenvolvimento territorial europeu;
- Regiões funcionais - Diminuir a desigualdade entre lugares através de medidas que nos diferentes níveis de governança promovam o desenvolvimento local e regional convergente;
- Cooperação transfronteiriça - Viver e trabalhar mais facilmente além das fronteiras nacionais, através de medidas de cooperação transfronteiriça, que articulem as políticas setoriais nacionais para diminuir os obstáculos existentes.

## Uma Europa Verde

- Ambiente saudável (cidades e regiões resilientes e ecológicas) - Implementar redes de infraestruturas "verdes" e "azuis" e instrumentos de gestão de crises (fenómenos extremos e adversos como as alterações climáticas) e valorizar o património local material e imaterial;
- Economia circular - Fortalecer a economia local e desenvolver processos inovadores de bioeconomia na globalização;
- Conexões Sustentáveis - Ligar todos os lugares com redes de infraestruturas de transporte e de comunicações (física e móvel) ambientalmente sustentáveis.

### 2.1.3 Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 da UE

O Conselho Europeu acordou, em julho de 2020, após proposta da Comissão Europeia, o orçamento do próximo **Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período de 2021-2027** e a criação de um **instrumento de recuperação extraordinário, o Next Generation UE**<sup>8</sup>. Este foi o corolário de um longo processo negocial, influenciado pelo impacto global provocado pela pandemia de COVID-19. Esta combinação dos fundos europeus cria uma capacidade financeira sem precedentes para o investimento no espaço europeu, perfazendo um montante total de 2,02 biliões de euros, a executar nos próximos 9 anos (considerando a regra N+2 para a execução do QFP). Das despesas totais do QFP e do Next Generation EU, 30 % destinam-se a projetos relacionados com o clima.

Suportado na Agenda Estratégica da UE adotada pelo Conselho Europeu em junho de 2019, que traduz as ideias e prioridades comuns que unem os 27 países da UE, com a ambição de promover a Europa na liderança da transição para um planeta saudável e para uma nova era digital<sup>9</sup>, o QFP 2021-2027, que constitui o orçamento de longo prazo da UE, organiza-se em sete eixos (e num conjunto de 17 prioridades), dispondo de um montante total de 1 216 mil milhões de euros.

---

<sup>8</sup> Em junho de 2023, a Comissão apresentou propostas legislativas com vista ao reforço do orçamento da UE aprovado em 2020, tendo presente os desafios e a pressão orçamental causados por fatores inesperados como as consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a aceleração da inflação e das taxas de juro, esperando-se a breve prazo a conclusão desta revisão orçamental intercalar.

<sup>9</sup> A Agenda Europeia tem também presente a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em vigor desde 2016, assente num plano de ação organizado em torno de 17 ODS e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites que o planeta suporta.

Os investimentos financiados pelo orçamento da UE destinam-se às regiões, cidades, agricultores, universidades, empresas e a todos os cidadãos dos Estados-Membros. Este novo QFP organiza-se em sete eixos, que por sua vez enquadram um conjunto de 17 prioridades.

Tabela 1. Eixos e prioridades do QFP 2021-2027  
Fonte: ec.europa.eu

Eixos	Prioridades
1. Mercado Único, Inovação e Digital	1. Investigação e inovação 2. Investimentos estratégicos europeus 3. Espaço 4. Mercado único
2. Coesão, Resiliência e Valores	5. Recuperação e resiliência 6. União Económica e Monetária 7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores europeus
3. Recursos Naturais e Ambiente	8. Agricultura e política marítima 9. Ambiente e ação climática
4. Migração e Gestão de Fronteiras	10. Gestão de fronteiras 11. Migração
5. Segurança e Defesa	12. Defesa 13. Segurança 14. Resposta a situações de crise
6. Vizinhança e o Mundo	15. Ação externa 16. Assistência pré-adesão
7. Administração Pública Europeia	17. Administração pública europeia

O Next Generation EU é um instrumento de cariz excepcional e temporário, destinado a mitigar o impacto social e económico provocado pela crise pandémica, e que visa contribuir para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital. Tem uma dotação global de 806,9 mil milhões de euros, refletida da seguinte forma: (i) Mecanismo de Recuperação e Resiliência: 723,8 mil milhões de euros (empréstimos: 385,8 mil milhões de euros, subvenções: 338 mil milhões de euros); REACT-EU: 50,6 mil milhões de euros; Horizonte Europa: 5,4 mil milhões de euros; InvestEU: 6,1 mil milhões de euros; Desenvolvimento rural: 8,1 mil milhões de euros; Fundo para uma Transição Justa (FTJ): 10,9 mil milhões de euros; RescEU: 2 mil milhões de euros.

Portugal dispõe de um volume significativo de fundos (cerca de 53,7 mil milhões de euros) para aplicar na recuperação económica e nas políticas de desenvolvimento e coesão, repartido pelo Portugal 2030 - Acordo de Parceira (22,9 mil milhões de euros), pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR (22,2 mil milhões de euros - cfr. reprogramação aprovada em 2023), pela Política Agrícola Comum (6,7 mil milhões de euros), e pelo instrumento REACT EU (1,9 mil milhões de euros).

## 2.2 Âmbito nacional

### 2.2.1 Acordo de Parceria – Portugal 2030

A **Estratégia Portugal 2030**, aprovada pela RCM n.º 98/2020, de 13 de novembro, que absorve as principais linhas de um conjunto de documentos estratégicos relevantes, é o referencial estratégico do Acordo de Parceria e dos Programas Temáticos e Regionais que o materializam. É, nesta medida, um referencial das políticas públicas a implementar na próxima década, que visa assegurar a continuidade do processo de convergência de Portugal no seio da UE e alicerçar o processo de recuperação económica tendo presente os impactos da crise pandémica.

A Estratégia Portugal 2030 estrutura-se em **4 agendas temáticas**, organizadas por domínios e eixos estratégicos de intervenção (Figura 5).

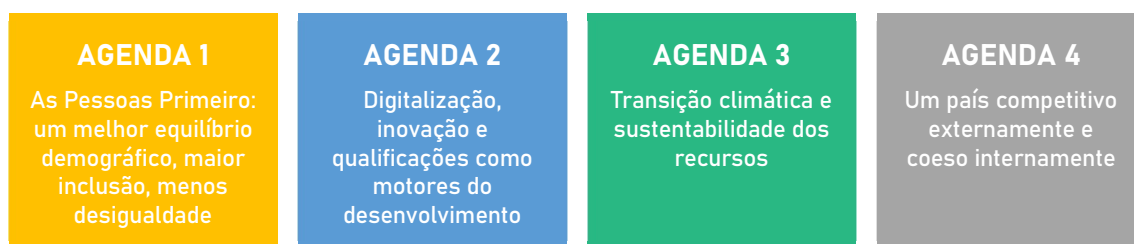


Figura 5. Agendas temáticas e domínios de intervenção da Estratégia Portugal 2030  
Fonte: Governo de Portugal, Ministério do Planeamento – Estratégia Portugal 2030, novembro 2020

Daqui resulta o enquadramento estratégico que materializou o **Acordo de Parceria – Portugal 2030**, celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, fixando os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, no montante global de cerca de 22,9 mil milhões de euros, por via da mobilização dos cinco fundos estruturais disponíveis<sup>10</sup>. A programação do Portugal 2030 organiza-se em torno dos **5 objetivos estratégicos** (opções programáticas – OP) estabelecidos pela UE para este período:

- **OP1 Europa + Inteligente**, investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo;

<sup>10</sup> Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu + (FSE+), do Fundo de Coesão, do Fundo de Transição Justa (FTJ) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA).

- **OP2 Europa + Verde**, acompanhando a emergência climática e incorporando as metas da descarbonização, através do apoio à inovação e à economia circular, beneficiando os métodos de produção sustentável;
- **OP3 Europa + Conectada**, apoiando a ligação entre redes de transportes estratégicas e a implementação de redes de comunicações de nova geração que suportem a transição digital;
- **OP4 Europa + Social**, apoiando a educação, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, o emprego de qualidade, a formação ao longo da vida e a inclusão social, na senda das prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- **OP5 Europa + Próxima (dos cidadãos)**, apoiando estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de coesão social e territorial, e apoiando o desenvolvimento urbano sustentável, baseado no conceito de interligação de redes, centrada nas necessidades das pessoas.

O Portugal 2030 será implementado através de **4 programas temáticos** (Demografia, Qualificações e Inclusão; Inovação e Transição Digital; Ação Climática e Sustentabilidade; e, Mar), e **7 programas regionais** – 5 no continente (correspondentes às NUT II) e 2 nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira) – e o **programa de assistência técnica**. A estes acrescem os programas de cooperação territorial europeia (Figura 6).



Figura 6. Programas do PT2030  
Fonte: SPI

No caso dos Programas de Cooperação Territorial Europeia, destaca-se o **Programa INTERREG IV de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (MAC)**, o principal instrumento que as regiões ultraperiféricas de Portugal e Espanha (Açores, Madeira e Canárias) possuem para cooperarem entre si e com sete países terceiros – Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Mauritânia, Senegal e São Tomé e Príncipe – cinco dos quais fazem parte da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental. Este programa conta com uma dotação financeira de 200 milhões de euros, dos quais 169 milhões provêm do FEDER.

### 2.2.2 Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026

Para aceder aos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), Portugal apresentou à CE o seu **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Recuperar Portugal**, aprovado em junho 2021 e em execução, tendo a sua reprogramação sido aprovada recentemente (setembro 2023). O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução excecional até 2026, que contempla a concretização de um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa na próxima década.

O PRR está alinhado com os seis pilares da estratégia europeia<sup>11</sup>, contemplando um conjunto alargado de reformas. Organiza-se em **3 dimensões estruturantes (resiliência, transição climática e transição digital)** que enquadram 21 componentes que agregam o conjunto de investimentos a executar (Figura 7).

---

<sup>11</sup> 1. Transição Verde; 2. Transformação Digital; 3. Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, e um mercado único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes; 4. Coesão social e territorial; 5. Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises; e, 6. Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e qualificações.

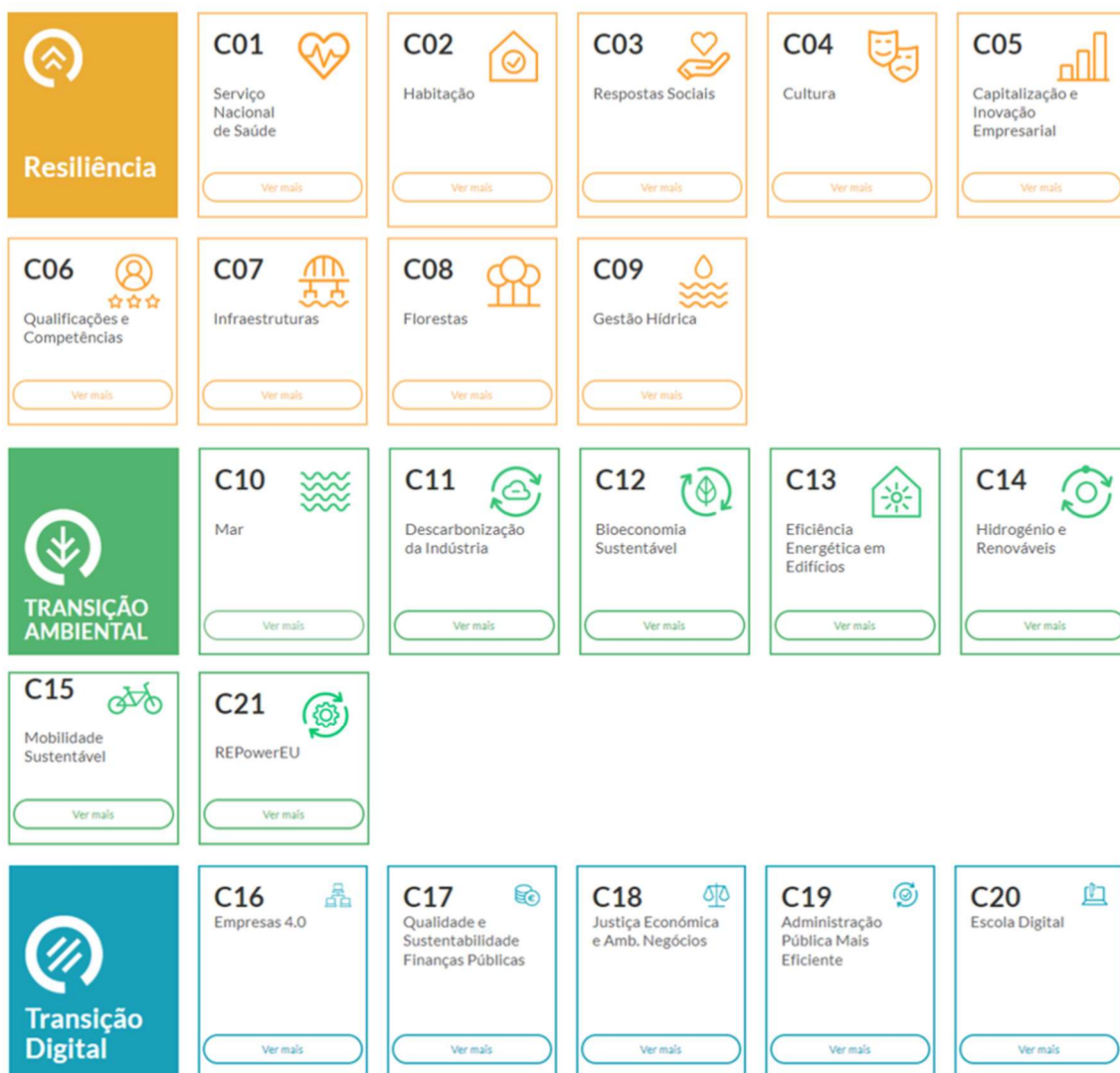


Figura 7. Dimensões e componentes do PRR

Fonte: Plano de Recuperação e Resiliência português ([recuperarportugal.gov.pt](https://recuperarportugal.gov.pt))

Com a recente reprogramação do PRR, identifica-se um total de 17 investimentos a realizar na RAA até 2026, cifrados em mais de 600 milhões de euros (Tabela 2).

Caberá à RAA, enquanto beneficiário intermédio, gerir a execução destes investimentos, alguns deles com os municípios como público-alvo. Os municípios e as empresas açorianas poderão aceder, como beneficiários finais, a outras componentes de investimento do PRR para as quais sejam elegíveis.

Tabela 2. Investimentos do PRR para a RAA  
Fonte: SPI

Investimentos	M€
1. Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores (RE-C01-i08-RAA)	30
2. Aumento das condições habitacionais do parque habitacional da RAA (RE-C02-i04-RAA)	60
3. Infraestruturas para autoconstrução jovem (RE-C02-i08-RAA) <sup>(2)</sup>	4,3
4. Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Redes de Apoio Social nos Açores (RE-C03-i08-RAA) <sup>(1)</sup>	39,7
5. Património Cultural (RE-C03-i08-RAA) <sup>(3)</sup>	nd
6. Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores (RE-C05-i04)	125
7. Relançamento económico da agricultura açoriana (RE-C05-i05-RAA)	30
8. Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida – Açores (RE-C06-i05-RAA)	29
9. Circuitos logísticos – Rede Viária Regional dos Açores (RE-C07-i05-RAA)	60
10. Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores” (TC-C10-i04-RAA) <sup>(1)</sup>	38
11. Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura (C-C10-i06-RAA) <sup>(3)</sup>	5
12. Transição energética nos Açores (TC-C14-i03)	116
13. Capacitação e transformação digital das empresas dos Açores (TD-C16-i06) <sup>(2)</sup>	22
14. Transição digital da administração pública dos Açores (TD-C19-i06-RAA) <sup>(1)</sup>	30,6
15. Educação Digital nos Açores (TD-C20-i05) <sup>(1)</sup>	43,2
16. Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis (P-C14-i07-RAA) <sup>(2)</sup>	6
17. Aquisição de 2 navios elétricos (RP-C15-i09-RAA) <sup>(2)</sup>	25

<sup>(1)</sup> investimento revisto

<sup>(2)</sup> novo investimento

<sup>(3)</sup> com a reprogramação, passou a incluir investimentos na RAA

## 2.3 Âmbito regional

### 2.3.1 RIS3 Açores 2022-2027

As Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente são entendidas como abordagens estratégicas ao desenvolvimento, que se corporizam através do apoio seletivo às atividades de investigação e inovação. Entendidas como agendas de transformação económica dos países e das regiões, estas focam-se na mobilização das partes interessadas e dos recursos existentes, tendo por base uma visão de futuro orientada para a excelência.

Decorrente do processo de revisão e avaliação da RIS3 anterior (2014-2020), a **RIS3 Açores 2022-2027** apresenta cinco áreas prioritárias, considerando-se aquelas em que a Região apresenta ativos relevantes e/ou massa crítica consolidada, de certa forma já transpostas da RIS3 anterior – a Agricultura e Agroindústria, o Mar e Crescimento Azul e o Turismo e Património –, às quais se vêm juntar duas novas áreas emergentes, o Espaço e ciência dos dados, e a Saúde (Figura 8).

Como áreas transversais entende-se aquelas que constituem os principais desafios que se colocam na RAA e que a nova estratégia poderá dar resposta. Estas áreas são:

- Território, recursos e economia circular. Nesta vertente, surge a necessidade de promoção da valorização dos recursos açorianos, apostando na substituição das importações por produtos locais, na identificação de propriedades exclusivas dos produtos locais com valor no mercado e também na valorização dos resíduos;
- Ambiente, clima e biodiversidade. Indissociável e transversal a todas as áreas, encontram-se os desafios relacionados com a sustentabilidade, ambiente, biodiversidade, ecossistemas, combate e adaptação às alterações climáticas;
- Tecnologias e transformação digital. A intensificação da capacidade tecnológica e a introdução de novas soluções na área das tecnologias de informação;
- Qualidade de vida e desafios sociais. A esta área transversal surgem desafios como o envelhecimento, a integração social, a pobreza, a educação, entre outras;
- Dinâmicas atlânticas e geoestratégicas. O posicionamento e as condições naturais dos Açores deverão constituir uma vantagem, principalmente no desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas de excelência, como é o espaço, mar e observação da terra.



Figura 8. Cinco áreas prioritárias e cinco áreas transversais da RIS3 Açores 2021-2027  
Fonte: SPI

### 2.3.2 Programa Regional dos Açores 2021-2027

Os Programas Regionais focam-se particularmente na territorialização das políticas públicas, mobilizando cerca de 40% da dotação orçamental do Portugal 2030. O Programa da RAA (Açores 2030) materializa as principais opções estratégicas em matéria de política regional de desenvolvimento dos Açores, alinhadas com as orientações da UE, com a Estratégia Portugal 2030 e com os documentos setoriais e de orientação estratégica regional.

Aprovado pela Comissão Europeia em 14 de dezembro de 2022, o **Programa Regional dos Açores 2021-2027 (Açores 2030)** contempla uma dotação de 1.140 milhões de euros, financiados pelo FEDER (680 milhões de euros) e pelo Fundo Social Europeu - FSE+ (460 milhões de euros), destinada a financiar projetos de desenvolvimento em diversos setores e áreas de intervenção, contemplando várias vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico e inteligente, o fomento do emprego qualificado, a coesão social, a mobilidade como fator de

coesão social e económica, a sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas, a digitalização e a proximidade da administração pública. Destaca-se, ainda, o apoio específico que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica (RUP), para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

O Açores 2030 mobilizará os cinco OP estabelecidos pela UE, sendo o OP4 (Europa + Social) aquele que concentra uma maior verba, cifrada em 660 milhões de euros, seguido dos OP 1 (Europa + Inteligente) e OP2 (Europa + Verde), com verbas de 311 e 261 milhões de euros, respetivamente. Os OP 3 (Europa + Conectada) e OP5 (Europa + Próxima), mobilizam montantes mais reduzidos, de 109 e 50 milhões de euros, respetivamente. A verba remanescente destina-se à Assistência Técnica, no total de 12 milhões de euros. Em suma, os OP 1, 2 e 4 representam cerca de 85% da dotação financeira global do Açores 2030.

O valor disponível no Programa encontra-se distribuído por um conjunto de Prioridades e Objetivos específicos, que enquadram os tipos de ações passíveis de financiamento (Tabela 3).

Tabela 3. Prioridades, objetivos específicos e dotações orçamentais  
Fonte: SPI

Prioridades	Objetivos específicos	Dotação (M€)
Prioridade: 1A. Economia, Investigação, Inovação e Digitalização	RS01.1. Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (FEDER)	234,3
	RS01.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas (FEDER)	
	RS01.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER)	
Prioridade: 1B. Conetividade Digital	RS01.5. Reforçar a conectividade digital (FEDER)	7,0
Prioridade: 2A. Energia, Ação Climática e Sustentabilidade	RS02.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (FEDER)	185,4
	RS02.2. Promover as energias renováveis (FEDER)	
	RS02.3. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da RTE-E (FEDER)	
	RS02.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (FEDER)	
	RS02.5. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água (FEDER)	
	RS02.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)	

Prioridades	Objetivos específicos	Dotação (M€)
	RS02.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição (FEDER)	
Prioridade: 2B. Mobilidade Urbana Sustentável	RS02.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono (FEDER)	11
Prioridade: 3A. Acessibilidades	RS03.2. Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça (FEDER)	35
Prioridade: 3R. Alocação específica RUP	RS03.2. Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça (FEDER)	58,1
Prioridade: 4A. Educação, Qualificação e Emprego	RS04.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (FEDER)	280
	ES04.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)	
	ES04.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência; (FSE+)	
Prioridade: 4B. Saúde e Inclusão Social	ES04.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)	196,1
	RS04.3. Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais (FEDER)	
	RS04.5. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos	

Prioridades	Objetivos específicos	Dotação (M€)
	cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER)	
	RS04.6. Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER)	
	ES04.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	
	ES04.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	
Prioridade: 4D. Apoio aos Jovens (Emprego dos jovens)	ES04.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)	72
Prioridade: 5A. Valorização Económica e Social do Território	RS05.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER)	37
	RS05.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas (FEDER)	
Prioridade: 4C. Combate à Privação Material	ES04.13. Combater a privação material	14

A prioridade 5A – Valorização económica e social do território estabelece a necessidade de serem desenvolvidos os instrumentos estratégicos e de programação que concretizam a dimensão territorial da Política de Coesão e da Estratégia Portugal 2030 (Abordagens territoriais integradas), sob a forma de Instrumentos Territoriais (IT), que referenciem os investimentos a prosseguir por cada município.

Assim, cada município deverá elaborar o seu instrumento territorial, sob a forma de um plano de ação de base territorial, tendo presente a seguinte distinção:

- **Instrumento Territorial Integrado (ITI) Urbano** (municípios de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Praia da Vitória, Horta e Lagoa) – este instrumento, que

abrange os municípios com maior densidade populacional e que concentram individualmente pelo menos 6% da população residente da região, abarca um conjunto de tipologias de ação, previstas nos objetivos específicos 5.1 e 2.8, contemplando uma dotação total de 14,5 milhões de euros;

- **Instrumento Territorial Não Urbano** (os outros 13 municípios) – este instrumento, que abrange os municípios com menor densidade populacional e que concentram individualmente menos de 6% da população residente da região, abarca um conjunto de tipologias de ação previstas no objetivo específico 5.2, contemplando uma dotação total de 25 milhões de euros.

### 2.3.3 Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023–2027 – Açores

O **Plano Estratégico da Política Agrícola Comum em Portugal (PEPAC Portugal)** integra as intervenções financiadas pela Política Agrícola Comum (PAC) com recurso ao Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) sob a forma de pagamentos diretos, de medidas setoriais dos frutos e hortícolas, da vinha e da apicultura e de instrumentos de desenvolvimento rural.

O PEPAC visa uma «gestão ativa» do território, centrada no principal ativo dos agricultores e produtores florestais que é o solo e a sua ligação com os restantes recursos naturais, promovendo o seu uso sustentável de forma a assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais. O PEPAC observa os três objetivos gerais para a PAC estabelecidos pela UE, relacionados com a garantia de abastecimento alimentar e a contribuição para a prossecução dos objetivos ambientais e climáticos da UE, com particular relevo para o Pacto Ecológico Europeu, bem como para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais. Estes objetivos gerais dão lugar a nove objetivos específicos e um objetivo transversal relativo ao conhecimento, inovação e digitalização da agricultura e das zonas rurais, essencial para a prossecução dos objetivos específicos (Figura 10).

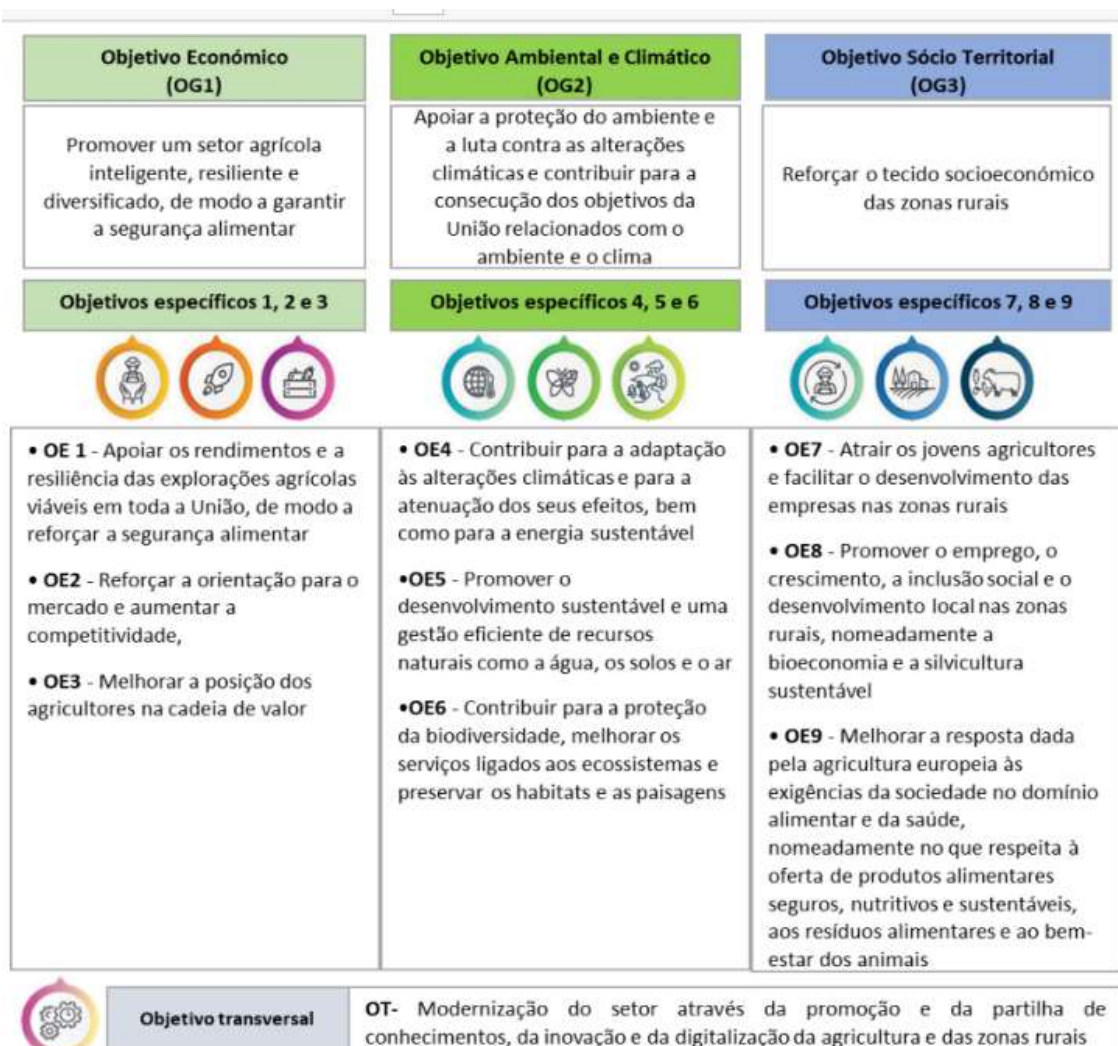


Figura 9. Arquitetura do PEPAC Portugal: objetivos  
Fonte: «Guia PEPAC Portugal» - GPP, set.2022

O PEPAC é de âmbito Nacional, incorporando na sua arquitetura as especificidades das Regiões Autónomas, designadamente na componente do Desenvolvimento Rural (2º pilar da PAC). Assumindo a Visão de «Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável», o PEPAC Portugal encontra-se estruturado em seis eixos de intervenção, de aplicação diferenciada a nível regional (Figura 10).







Pilar / Tipologia	Orientada	Integrada	Específica das RUP	
1.º Pilar	<b>Eixo A</b>  <b>RENDIMENTO E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>EIXO B</b>  <b>ABORDAGEM SETORIAL INTEGRADA</b>		
	<b>EIXO C</b>  <b>DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	<b>EIXO D</b>  <b>ABORDAGEM TERRITORIAL INTEGRADA</b>	<b>EIXO E</b>  <b>DESENVOLVIMENTO RURAL RA AÇORES</b>	<b>EIXO F</b>  <b>DESENVOLVIMENTO RURAL RA MADEIRA</b>

Figura 10. Eixos de intervenção do PEPAC Portugal  
Fonte: «Guia PEPAC Portugal» - GPP, set.2022

Dois desses Eixos aplicam-se à RAA – 1.º Pilar – Eixo B e 2.º Pilar – Eixo E. O primeiro, com incidência em 3 domínios de intervenção, agrega os apoios sectoriais previstos para o setor da fruta e dos produtos hortícolas, do setor da apicultura e do setor da vitivinicultura. O segundo (Eixo E), específico da Região e focado no Desenvolvimento Rural, contempla 16 domínios de intervenção, com uma dotação orçamental de 231,4 milhões de euros (Tabela 4).

Tabela 4. Plano Financeiro do PEPAC Portugal  
Fonte: «Guia PEPAC Portugal» - GPP, set.2022

Eixo	Intervenções	Dotação (M€)
<b>Pilar I FEAGA</b>		
<b>B. Abordagem setorial integrada</b>	B.1 Programa nacional para apoio ao sector da fruta e dos produtos hortícolas; B.2 Programa nacional para apoio ao sector da apicultura	121,7
	B.3 Programa nacional para apoio ao sector da vitivinicultura	250,7
	<b>Pilar II FEADER</b>	
<b>E. Desenvolvimento Rural – RA Açores</b>	E. 1.1- Formação profissional e aquisição de competências	0,4
	E. 2.1- Criação de Serviços de aconselhamento agrícola e florestal	1,8
	E. 2.2- Prestação de Serviços de aconselhamento agrícola e florestal	0,1
	E. 3.1- Melhoria do desempenho das explorações agrícolas	53,6
	E. 3.2- Produção em regimes de qualidade	-
	E. 4.1- Apoio à Transformação, Comercialização e Desenvolvimento de Produtos Agrícolas	28,6
	E. 5.1- Infraestruturas de apoio às explorações agrícolas	9,6
	E. 5.2- Infraestruturas florestais (caminhos)	3,7
	E. 6.1 - Ações preventivas	0,1
	E. 6.2 - Ações de restauração	-

Eixo	Intervenções	Dotação (M€)
	E. 7.1- Apoio à instalação de jovens agricultores	5,4
	E. 8.1- Investimentos florestais	6,1
	E. 8.2- Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental dos Ecossistemas Florestais	0,2
	E. 9.1- Criação de agrupamentos e organizações de produtores	0,4
	E. 10.1- Agricultura biológica - conversão e manutenção	3,2
	E. 10.2- Curraletas e lajidos da cultura da vinha	1,7
	E. 10.3- Conservação de Pomares Tradicionais dos Açores	1,6
	E. 10.4 - Conservação de Sebes Vivas para a Proteção de Culturas Hortofrutiflorícolas, Plantas	0,5
	E. 10.5- Manutenção da extensificação da produção pecuária	37,7
	E. 10.6- Proteção da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande	1,1
	E. 10.7- Compensações a Zonas Agrícolas Incluídas nos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas	1,0
	E. 10.8 - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Animais	0,8
	E. 11.1- Compromissos silvoambientais	1,8
	E. 11.2- Prémio à perda rendimento e à manutenção de investimentos florestais	2,9
	E. 12.1 - Zonas afetadas por condicionantes específicas (MAAZD)	52,9
	E. 13.1 - Compensação em Áreas Florestais Natura 2000	0,8
	E. 14.1 - Cooperação para a Inovação	0,2
	E. 15.1 - Gestão de riscos - seguro de colheitas	0,1
	E. 16.0 - LEADER	13,9



### 3. Diagnóstico do potencial de desenvolvimento concelhio

### 3. Diagnóstico do potencial de desenvolvimento concelhio

#### 3.1 Enquadramento territorial e administrativo

Situado no extremo ocidental da ilha de São Miguel, o concelho de Ponta Delgada é limitado pelo oceano Atlântico em todos os quadrantes, com exceção da fronteira a leste, partilhada com os municípios da Ribeira Grande e da Lagoa. É o **maior e mais populoso concelho de todo o arquipélago açoriano**, ocupando uma superfície de aproximadamente **233 km<sup>2</sup>** e contando, segundo os Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2021, com **mais de 67.000 habitantes**.

À semelhança do restante arquipélago e da maioria das regiões ultraperiféricas, caracteriza-se por ser um território em que a atividade agrícola e a agroindústria estão indelevelmente marcadas na sua forma de ocupação, paisagem e identidade cultural, os quais se imiscuem com um património natural e paisagístico e uma diversidade de bioma únicos (com singular destaque para a Lagoa das Sete Cidades), bem como a presença de sinais de crescente urbanização e infraestruturação, sobretudo nas freguesias que compõem a cidade de Ponta Delgada.

Com efeito, no contexto insular em que se insere, Ponta Delgada assume-se como um **centro urbano e económico polarizador na RAA**, ponto focal de um trilátero de centralidade regional que tem em Angra do Heroísmo e na Horta os restantes vértices principais. Neste sentido, Ponta Delgada é um local de concentração de um número significativo de instituições, empresas, atividades, equipamentos e serviços, lugar de grande dinâmica populacional onde despontam a maioria das oportunidades de emprego no quadro da Região, sendo também ponto de confluência da quase totalidade dos fluxos turísticos com destino à mesma. De resto, esta é uma realidade visível **também no contexto da ilha de São Miguel**. Ponta Delgada é o elemento catalisador e organizador do triângulo central formado com a Ribeira Grande e Lagoa, em virtude da identidade própria que a caracteriza, bem como do vigor económico, dos recursos, das infraestruturas e das capacidades instaladas, que não têm paralelo quer na ilha de São Miguel, quer na própria RAA.

Esta singularidade de Ponta Delgada encontra-se, aliás, bem patente no seu logótipo, onde a representação das Portas da Cidade alcança uma miríade de significados enquanto **porta de entrada no Município, na ilha de S. Miguel e na própria RAA**, atestando, em simultâneo, o seu forte cunho cultural e patrimonial. Na verdade, Ponta Delgada assume-se como o **hub cultural**

de referência no Arquipélago, acolhendo elementos patrimoniais ímpares, uma parte significativa dos seus equipamentos (teatros, cinemas, salas de espetáculos, museus), bem como as mais diversas iniciativas culturais, como exposições, espetáculos ou festivais.

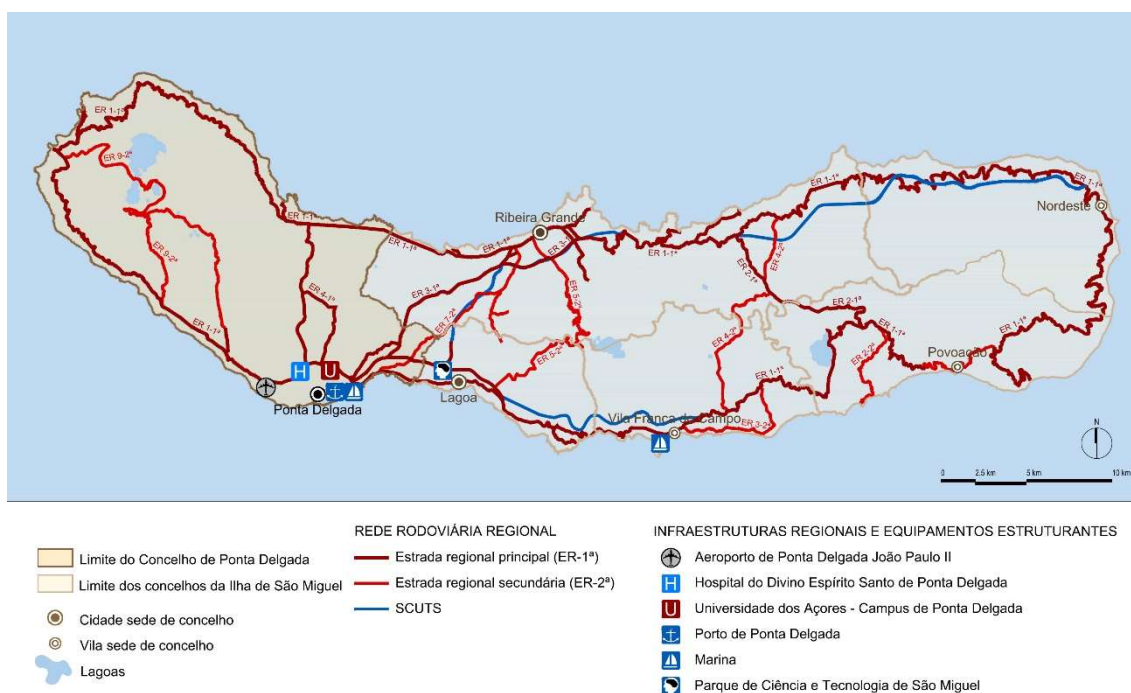


Figura 11. Enquadramento territorial do concelho de Ponta Delgada  
Fonte: SPI

A singularidade de Ponta Delgada no contexto da RAA está igualmente expressa no facto de ser o **único concelho do Arquipélago a beneficiar de um “Aeroporto Principal”<sup>12</sup> e de um “Porto de Classe A”<sup>13</sup>**. Além disso, São Miguel é também, segundo o Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), a ilha que apresenta a maior extensão de vias regionais de primeira classe, a maioria das quais tendo como ponto de partida e ponto de chegada Ponta Delgada, casos da via rápida Ponta Delgada – Lagoa, da EN1-1A (circular regional), da EN3-1A (Ponta Delgada – Ribeira Grande) ou ainda da EN4-1A (Ponta Delgada – Capelas). Deste modo,

<sup>12</sup> Segundo o PROTA (2008), um aeroporto principal é aquele que tem capacidade para movimentar mais de 500.000 mil passageiros por ano e que está apto a receber aeronaves de vários tipos. Nestes aeroportos são oferecidas ligações para o exterior da região, nomeadamente para Portugal Continental e/ou Região Autónoma da Madeira, para outros países da Europa e ainda para a América do Norte. Ao nível da região, são oferecidas ligações para a maioria das ilhas do Arquipélago.

<sup>13</sup> De acordo com o PROTA (2008), um Porto de Classe A é aquele que desempenha funções de entreposto comercial, com fundos de cota mínima de - 7,00ZH e cais acostável de, pelo menos, 400m.

Ponta Delgada apresenta-se como a **principal plataforma logística regional**, a partir das quais se distribuem todos os eixos de comunicação na Ilha e no Arquipélago, e cuja importância está refletida no aprofundamento das relações económicas e sociais entre os diferentes polos deste território, confirmando Ponta Delgada como centro polarizador por excelência.

Do ponto de vista administrativo, o concelho encontra-se organizado em **24 freguesias**<sup>14</sup>, detetando-se um claro **contraste entre as freguesias que integram ou circunscvem a cidade de Ponta Delgada**, sede de concelho (localizadas na costa sul, com menor superfície e mais densamente ocupadas), **e as restantes**, marcadas pela presença a montante do Maciço Vulcânico das Sete Cidades e de uma ruralidade mais vincada, onde os valores naturais e paisagísticos se evidenciam.

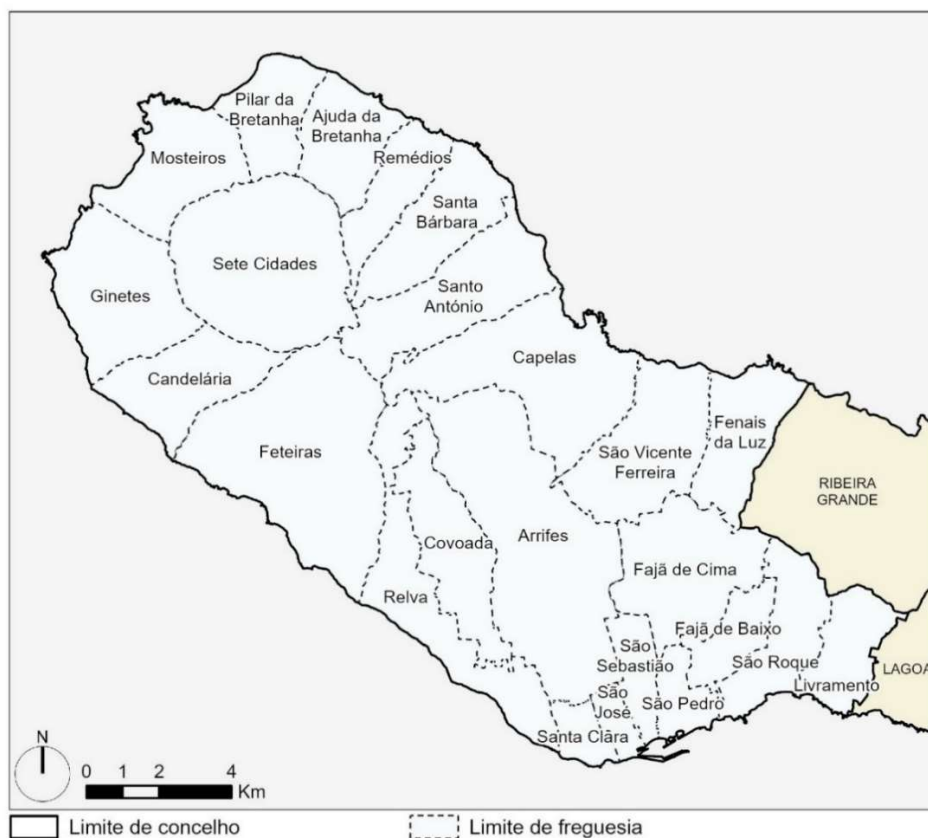


Figura 12. Freguesias do concelho de Ponta Delgada

Fonte: SPI

<sup>14</sup> Arrifes, Ajuda da Bretanha, Candelária, Capelas, Covoada, Fajã de Cima, Fajã de Baixo, Feneis da Luz, Feteiras, Ginetes, Livramento, Mosteiros, Pilar da Bretanha, Relva, Remédios, Santa Bárbara, Santo António, Santa Clara, S. José, S. Pedro, S. Roque, S. Sebastião, S. Vicente Ferreira e Sete Cidades.

## 3.2 Análise SWOT

Decorrente do diagnóstico realizado, apresentam-se os principais pontos fortes, áreas de melhoria, oportunidades e ameaças (**análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats***) relativos ao concelho de Ponta Delgada.

### Pontos fortes

- **Escala:** Ponta Delgada é o maior (233 km<sup>2</sup>) e mais populoso concelho do arquipélago açoriano (mais de 67 mil habitantes), onde se localiza a sede do Governo Regional e as principais infraestruturas e oferta de equipamentos e serviços da Região.
- **Riqueza patrimonial:** Ponta Delgada possui um património cultural, natural e paisagístico muito diversificado e de grande valor, associado a uma forte identidade cultural, fatores que contribuem para o desenvolvimento e diversificação da atividade turística no Concelho.
- **Urbanidade da sede de concelho e desenvolvimento do sistema urbano:** A cidade de Ponta Delgada afirma-se como principal centro urbano, logístico e económico polarizador, tanto à escala da RAA (com Angra do Heroísmo e Horta), como à escala da Ilha (com a Ribeira Grande e Lagoa). O surgimento de uma centralidade urbana a norte, nas freguesias de Fenais da Luz, São Vicente Ferreira e Capelas, permitiu complementar a Cidade e reforçar as ligações com os concelhos limítrofes de Ribeira Grande e Lagoa.
- **Maior escolaridade e qualificação da população:** O Concelho apresenta uma população residente tendencialmente mais escolarizada e qualificada no contexto regional, com um nível de escolaridade aproximado da média nacional, assim como de um tecido empresarial empregador de mão-de-obra qualificada e entidades que integram o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA). Os investimentos recentes realizados em Ponta Delgada e na Região, no âmbito do último ciclo de financiamento, potenciam a evolução positiva no desempenho e acesso à educação e formação.
- **Concentração de equipamentos e oferta de serviços:** O concelho de Ponta Delgada concentra os principais equipamentos e oferta de serviços de hierarquia superior da Região, em diversos domínios, como a Saúde (oferta hospitalar, maior diversidade de especialidades e concentração de profissionais de saúde), a Educação (incluindo a sede da Universidade dos Açores, mais escolas e oferta formativa), ou a Cultura

(equipamentos culturais, como bibliotecas, espaços museológicos, salas de espetáculos e eventos).

- **Dinamismo económico:** O dinamismo económico, não obstante os efeitos negativos da crise pandémica recente, reflete-se na descida da taxa de desemprego, na evolução positiva do ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem (e no poder de compra da população residente), na elevada densidade de empresas, no volume de negócios e dinamismo do tecido empresarial.
- **Forte atratividade turística:** O concelho de Ponta Delgada é o principal centro turístico na Região, beneficiando de um território com fatores de atratividade distintivos, refletidos no seu património cultural, natural e paisagístico, e com uma oferta de alojamento e serviços turísticos ampla, diversificada e qualificada.
- **Universidade dos Açores:** A presença da Universidade dos Açores no Concelho é um fator determinante para a educação e formação de recursos humanos altamente qualificados, para o desenvolvimento de atividades de investigação e de inovação, designadamente em parceria com a comunidade e o tecido empresarial local, e para o aprofundamento do conhecimento do território açoriano. A sua presença é igualmente um fator de estímulo à economia local, com a presença de docentes, funcionários e estudantes.

## Áreas de melhoria

- **Atratividade do território e fixação de população:** O Concelho apresenta uma vitalidade demográfica fortemente dependente da componente migratória, com perdas populacionais entre os dois últimos censos, uma baixa fecundidade e tendência para o envelhecimento populacional, sobretudo relacionado com a diminuição da população jovem. *Neste quadro, afigura-se essencial o reforço das políticas públicas locais que fomentem a atratividade do território e a vitalidade demográfica.*
- **Ocupação do centro da cidade de Ponta Delgada e das freguesias rurais:** Deteta-se uma tendência de esvaziamento do centro da cidade de Ponta Delgada, que começa a ser afetada por fenómenos de gentrificação, e das freguesias rurais, que concentram população tendencialmente menos escolarizada e qualificada, em favor das freguesias com oferta habitacional mais recente, no subsistema urbano norte e nas freguesias de São Roque e Livramento. *O desenvolvimento de políticas públicas locais que fomentem a reabilitação e revitalização urbana destes territórios e a mistura social reveste-se de grande importância.*

- **Oferta de transportes públicos e mobilidade:** No Concelho assiste-se a uma forte dependência do automóvel (incluindo em deslocações curtas e urbanas), desfasamentos entre a oferta de transportes públicos e as necessidades da população (percursos, horários e frequência), disparidades nas condições de acessibilidade das freguesias, menos favoráveis nas freguesias mais rurais, que são mais dependentes da cidade de Ponta Delgada em termos de acesso a equipamentos, comércio e serviços. *O desenvolvimento e implementação de um plano de mobilidade sustentável é essencial para transformar os padrões de mobilidade da população e para a adoção de um sistema de transporte mais eficiente, acessível, seguro e ambientalmente amigável.*
- **Combate ao insucesso e abandono escolar:** Apesar das melhorias registadas na última década, verifica-se a persistência de um desempenho pouco favorável nos indicadores de insucesso e abandono escolar, quando comparados com o contexto nacional, bem como a existência de um volume significativo de jovens que não estudam nem trabalham. Detetam-se igualmente fragilidades na qualificação e formação da mão-de-obra. *A aposta num instrumento de ação como o plano estratégico educativo municipal pode contribuir para melhorias significativas na qualidade e eficiência do sistema educacional e do sucesso educativo e da empregabilidade, com a inclusão planeada e coordenada de medidas que incentivem a escolarização da população jovem e adulta e proporcionem os conhecimentos e competências necessárias, adaptadas à realidade local, para a sua integração no mercado de trabalho.*
- **Coesão social:** Níveis de rendimento inferiores à média nacional (apesar de aproximados e superiores aos da Região) e relevância das situações de pobreza e vulnerabilidade social, refletida em rácios desfavoráveis de situações de risco sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), de consumos de estupefacientes e álcool. *O reforço das políticas públicas de cariz social afigura-se decisivo para combater os fenómenos de exclusão social dos grupos populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, numa abordagem holística que combine, nomeadamente, o combate à privação material, a promoção da escolarização, qualificação e integração laboral, o acesso a uma habitação digna e medidas de prevenção e combate às dependências.*
- **Diversificação dos setores económicos e níveis de inovação da economia:** A forte terciarização e crescente dependência do turismo, e a expressão contida da atividade económica sustentada em componentes fortes de inovação e investigação, cingindo-se fundamentalmente à atividade do setor público, tornam a economia local menos competitiva e mais vulnerável. Existe uma reduzida articulação entre as empresas, os centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e o ensino superior. A estrutura

empresarial de Ponta Delgada (tal como da RAA) é constituída maioritariamente por microempresas. *O envolvimento do Município no estímulo à atividade empresarial no Concelho, nomeadamente com recurso a estruturas vocacionadas para este efeito, como o Gabinete de Estudos Económicos e Apoio Empresarial (GEEAE) e a Startup PDL (incubadora de base local) são questões relevantes.*

- **Maior regulação da atividade turística:** O crescimento exponencial do turismo ameaça a manutenção da qualidade de vida da população residente, refletindo-se, por exemplo, na subida generalizada de preços de bens essenciais e transformação da oferta comercial e de serviços, que passa a privilegiar estes públicos, ou na concorrência pela habitação para conversão em alojamento turístico ou alojamento local e aumento dos preços do imobiliário (venda e arrendamento), com crescentes dificuldades de acesso da população residente à habitação. *A combinação da atualização do plano de desenvolvimento turístico, da elaboração da CMH e a revisão do PDM são fatores essenciais para assegurar condições que promovam uma relação equilibrada entre as funções essenciais para os residentes e o turismo.*

## Oportunidades

- **Financiamento comunitário e nacional:** o novo ciclo de financiamento que se estenderá até 2030 envolve um volume de recursos financeiros sem precedentes desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, resultado da resposta da UE e dos seus Estados-Membros a um conjunto de fatores negativos, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a crise económica e inflacionista e a crise pandémica. Aos fundos estruturais tradicionais da política de coesão e desenvolvimento, da política agrícola comum e das pescas (que são reforçados), juntam-se instrumentos de cariz excepcional e temporário, destinados a mitigar o impacto social e económico desta conjuntura. Destaque também para o reforço do financiamento na Investigação e Inovação, corporizado pelo Programa Horizonte Europa.
- **Estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente:** A RIS3 Açores 2022-2027 constitui-se como uma agenda de transformação económica essencial para o enquadramento do apoio seletivo às atividades de investigação e inovação, em áreas prioritárias para o desenvolvimento dos Açores e de Ponta Delgada. Assumem um papel decisivo na mobilização dos agentes, nomeadamente o Município, no envolvimento em projetos de inovação e investigação.

- **Valores naturais e serviços dos ecossistemas:** Num contexto em que os objetivos da política europeia e nacional valorizam a preservação da biodiversidade, a eficiência na utilização dos recursos (água, solo, energia e materiais) e os serviços dos ecossistemas, neste último caso traduzidos nos benefícios que os ecossistemas naturais proporcionam para a qualidade de vida e bem-estar das comunidades e do ambiente, os valores naturais e paisagísticos de Ponta Delgada são uma oportunidade na criação de valor e na preservação da biodiversidade e equilíbrio ambiental.
- **Transformação digital:** A digitalização constitui uma das principais apostas da política europeia e nacional, dispendo de relevantes apoios financeiros até 2030. Abre novas oportunidades em termos de uma melhor articulação entre o poder local e os munícipes, quer no acesso remoto à informação, como na eficiência dos processos. É decisiva no armazenamento de dados e em áreas como a educação e formação à distância, o acesso a serviços de saúde e à cultura, a participação cívica, o desenvolvimento tecnológico e inovação, como também na transformação digital em setores tradicionais (e.g. comércio) e na criação de novos negócios (e.g. economia digital).
- **Investimentos de âmbito supramunicipal:** Além dos projetos desenvolvidos pelo Município, há um conjunto de projetos, em diversas dimensões e domínios, que estão a ser desenvolvidas pelo Governo Regional e outras entidades, nomeadamente com recurso ao financiamento do PRR, os quais serão implementados a curto prazo e terão um impacto significativo no território concelhio (e.g. apoio à atividade económica e empresarial, reforço da oferta de habitação pública, melhoria dos equipamentos e serviços públicos regionais, combate à pobreza e exclusão social – redes de apoio social, valorização do património, apoio à transição energética e à digitalização).
- **Liderança e visibilidade de Ponta Delgada no exterior:** O desenvolvimento turístico da RAA tem contribuído para uma maior visibilidade de Ponta Delgada a nível internacional e nacional, reforçando também o seu papel central e polarizador na Região. O processo de candidatura a Capital Europeia da Cultura e a nomeação de Capital Portuguesa da Cultura 2026 conferem também uma crescente visibilidade. A par do turismo e da cultura, perspetivam-se outras áreas onde Ponta Delgada se pode posicionar como líder, potenciando a sua visibilidade, como o desenvolvimento tecnológico, a agricultura e indústria sustentáveis, a ação climática e transição energética, a digitalização, a economia circular entre outros.

## Ameaças

- **Isolamento geográfico:** O distanciamento ao continente europeu implica custos acrescidos ao nível dos transportes e comunicações, criando maiores dificuldades na integração nas redes de comércio e de logística, e dificultando a conectividade ao restante território nacional e internacional, afetando negativamente a circulação de pessoas, a competitividade das empresas e a capacidade de atrair investimento.
- **Limitações de recursos:** Pela sua pequena dimensão, a Região e o Concelho possuem recursos limitados, tanto recursos naturais, como recursos humanos e técnicos, fatores que criam constrangimentos à diversidade da economia local e à sua sustentabilidade a longo prazo.
- **Dinâmicas demográficas:** As projeções demográficas para as próximas décadas apontam dinâmicas de agravamento do envelhecimento populacional, às quais Ponta Delgada não estará imune, com consequências, nomeadamente, no agravamento do despovoamento das áreas mais rurais do Concelho. Por seu turno, é expetável o aumento da população imigrante, o que exige políticas e medidas para a sua adequada integração, de forma a evitar eventuais ruturas sociais e económicas. Esta situação tem diversas implicações, entre as quais as relativas às políticas de ação social e saúde e de desenvolvimento económico.
- **Baixa diversidade económica e concorrência externa:** A economia regional, fortemente dependente do setor agropecuário, da indústria agroalimentar e mais recentemente do turismo, tornam-na vulnerável a flutuações na economia global. Estes setores possuem uma forte concorrência externa, o que aumenta as ameaças. Esta situação é replicada à escala municipal, com uma forte tendência de terciarização da economia e uma crescente dependência do turismo e atividades de apoio.
- **Alterações climáticas e vulnerabilidade a fenómenos naturais:** A exposição da Região e do Concelho a fenómenos de geodinâmica interna (ex: sismos e erupções vulcânicas), bem como a fenómenos climáticos extremos, como ciclones e tempestades, cuja frequência e efeitos são potenciados pelas alterações climáticas, traduzem-se num elevado grau de exposição ao risco, da população, das atividades económicas e dos recursos, o que exige um esforço da comunidade e organizações ao nível da mitigação e adaptação climática, bem como da melhoria da capacidade adaptativa institucional para responder a estes fenómenos.

### 3.3 Principais conclusões do processo participativo

#### 3.3.1 Reuniões e sessões de auscultação

Tal como explanado no capítulo 1.4, no âmbito dos trabalhos de elaboração da presente Estratégia foram conduzidos, em diversos momentos, reuniões e sessões participativas, que permitiram um contacto próximo e a recolha de contributos junto dos representantes municipais (executivo e serviços técnicos), das juntas de freguesia e de entidades representativas dos principais setores de atividade sediados ou com atuação no concelho de Ponta Delgada. Essas interações obedeceram a um guião de questões previamente estabelecido (Anexo A.1.2.). Destes encontros, resultou um conjunto de ideias e perceções acerca das principais problemáticas e desafios que, no presente, se colocam ao território, bem como das potencialidades e perspetivas de desenvolvimento futuro e das principais linhas de atuação e/ou iniciativas previstas.

De uma forma genérica, nas várias interações, realizadas entre os dias 14 e 16 de novembro de 2023, foi solicitado o contributo dos diversos intervenientes para:

- Apoiar na **identificação das principais problemáticas e necessidades** de Ponta Delgada;
- Apoiar na **consolidação do diagnóstico estratégico** do potencial de desenvolvimento de Ponta Delgada;
- Contribuir para a **definição das principais linhas estratégicas de intervenção** e da **carteira de projetos estruturantes**.

Do conjunto de contributos recebidos, com incidência em diversas temáticas, sintetizam-se de seguida os mais relevantes, agrupados por sessão e conjuntos de entidades.

#### Executivo municipal (14/11/2023)

##### Principais desafios e necessidades

- Atual oferta de transporte público intraconcelhio pouco adequada às necessidades da população;
- Lacunas na cobertura da rede de postos de carregamento de veículos elétricos;
- Soluções de mobilidade suave dificultadas pela configuração das vias, em especial as de estreito perfil;
- Carência de espaços multiusos que permitam o desenvolvimento cultural no Concelho.

### Executivo municipal (14/11/2023)

- Tendência de centralização da economia local no setor do turismo;
- Sazonalidade da procura turística e dos eventos;
- Estratégia face à competição com outras cidades e regiões na captação de turistas, e massificação do turismo nem sempre garantindo a qualidade.
- Problemas de natureza social que exigem a mobilização de muitos recursos por parte do Município, nomeadamente no combate à pobreza e exclusão social, na habitação, na prevenção e apoio às dependências e na segurança pública.

### Principais apostas e oportunidades de intervenção

- Desenvolver um sistema integrado de transporte urbano e interurbano, que inclua a reformulação da oferta de minibus e infraestruturas como as ciclovias;
- Promover a requalificação do território e prepará-lo para as novas formas de deslocação;
- Estimular a diversificação económica com ênfase em setores inovadores e estabelecer um centro de inovação em Ponta Delgada;
- Tornar Ponta Delgada uma cidade universitária/cidade do conhecimento, com capacidade de atrair novos talentos e gerar inovação, fixando os jovens no Concelho;
- Investir em infraestrutura digital para suportar atividades avançadas e alavancar Ponta Delgada como polo de conhecimento e do desenvolvimento tecnológico atrativo para a fixação de novos investimentos e empresas;
- Criar uma nova infraestrutura (edifício multiusos), que crie condições para o desenvolvimento das artes e da cultura e realização de eventos relevantes;
- Garantir um crescimento turístico sustentável e orientado para a qualidade, estabelecendo parcerias e promovendo campanhas de marketing adequadas;
- Diversificar a oferta turística, explorando domínios com potencial como o turismo religioso associado às festividades locais;
- Investir em eventos de alto impacto que promovam Ponta Delgada enquanto destino turístico.

## Representantes dos serviços técnicos municipais (15/11/2023 e 16/11/2023)

### Principais desafios e necessidades

- Localização atual da Startup PDL, a incubadora de empresas de base local, no Azores Parque, pouco adequada em termos de visibilidade e potencial de crescimento;
- Mercado local de startups e empresas com atividade inovadora ainda reduzida;
- Rede de transporte público ineficaz e persistência de problemas de mobilidade, com tendência de agravamento;
- Gestão de resíduos ineficiente, devido a lacunas dos serviços e ao défice de civismo;
- Descentralização de serviços e departamentos gera desequilíbrios no controlo de processos e na gestão de tarefas;
- Qualificação e reforço da oferta de habitação pública;
- Combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social e dependências, este último com reflexo na segurança pública;
- Condições para a fixação de empresas e de população jovem.

### Principais apostas e oportunidades de intervenção

- Valorizar o centro histórico de Ponta Delgada, e prolongar a Avenida Dom João III e acautelar o desenvolvimento urbano no eixo de São Gonçalo;
- Reabilitar o espaço público nas zonas habitacionais e requalificar a faixa costeira e zonas balneares;
- Melhorar as acessibilidades e a oferta de transporte coletivo;
- Requalificar edifícios e equipamentos municipais, e reabilitar e modernizar equipamentos escolares;
- Elaborar uma estratégia municipal para o desporto e reabilitar e reforçar a oferta de recintos desportivos, melhorando as condições para a prática de desporto de competição, atividade física de lazer e combate ao sedentarismo;
- Criar o EcoCentro de Ponta Delgada (tratamento de resíduos e limpeza urbana) e sensibilizar a população para a necessidade de uma melhor gestão de resíduos;
- Reforçar os meios de prevenção e resposta da proteção civil municipal;
- Descentralizar e dinamizar a cultura nas freguesias;
- Apoiar a inovação e atividade empreendedora através da incubadora Startup PDL;
- Recorrer à transição digital e sensorização para aprofundamento do conceito PDL Smart City;
- Recorrer à inteligência artificial na gestão de processos complexos;
- Reforçar as respostas sociais nas suas múltiplas dimensões e promover incentivos à fixação da população.

## Juntas de freguesia (15/11/2023)

### Principais desafios e necessidades

- Património escolar do Concelho com necessidade de reabilitação e dinamização;
- População jovem sem o devido acompanhamento na identificação e desenvolvimento das suas competências socioprofissionais;
- Massificação do automóvel em detrimento do transporte coletivo, conduzindo a problemas de mobilidade, especialmente nos horários e locais de maior afluência à cidade (escolas, hospital e serviços públicos), bem como nos pontos turísticos;
- Percursos e horários da rede pública de transporte coletivo desajustada das necessidades da população local e turistas;
- Degradação do edificado, incluindo habitação, equipamentos e património;
- Zonas rurais com necessidade de revitalização e beneficiação do espaço público;
- Atividade turística demasiado concentrada em alguns locais;
- Focos de pobreza e de dependências têm aumentado substancialmente.

### Principais apostas e oportunidades de intervenção

- Reabilitar o parque escolar do Concelho e apostar na formação dos jovens;
- Revitalizar as freguesias rurais e criar espaços e equipamentos de convivência intergeracional;
- Promover melhorias na rede de transportes, que promovam uma maior utilização do transporte público coletivo e reduzam a dependência do veículo automóvel;
- Incentivar os agentes turísticos a reduzir as frotas de veículos;
- Apostar na diversificação do produto turístico, divulgar pontos de interesse menos conhecidos e criar um roteiro gastronómico;
- Reforçar a segurança e trabalhar no combate às dependências;
- Prestar mais apoio às famílias desfavorecidas, ao nível financeiro, saúde, educação e habitação;
- Promover a transição digital na ótica da capacitação das pessoas e da modernização de equipamentos e tecnologias;
- Apoiar a transição energética, por via dos apoios à instalação de novos equipamentos de produção e gestão de energia.

## Representantes setoriais (14/11/2023 e 16/11/2023)

### Principais desafios e necessidades

- Aumento dos acidentes rodoviários potenciado pelo maior número de veículos em circulação;
- Falta de capacidade logística do porto comercial e ineficiência do modelo atual de transporte terrestre;
- Incapacidade de atuar na prevenção de riscos de eventos extremos;
- Espaços públicos de estadia pouco atrativos para jovens e população adulta;
- Resultados da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura em 2027 aquém das expectativas;
- Sobreposição de agendas culturais e ausência de plataforma colaborativa para agentes culturais e das artes;
- Sazonalidade do turismo e da programação cultural;
- Carências de mão-de-obra qualificada e oferta formativa do ensino superior e profissional pouco alinhada com as necessidades do mercado de trabalho local;
- Ausência de comunicação entre setores da sociedade para discussão de problemas transversais;
- Aumento do custo de vida, com impacto no acesso a habitação e a espaços para desenvolvimento de atividades profissionais.

### Principais apostas e oportunidades de intervenção

- Investir numa plataforma logística terrestre para receção e armazenamento de mercadorias;
- Promover um modelo de transporte público mais eficiente, e melhorar a acessibilidade intra e interconcelhias, incluindo as principais infraestruturas de escala local e regional;
- Criar e fortalecer incentivos ao arrendamento a longo prazo;
- Potenciar as valências da Universidade e a sua ligação ao tecido empresarial local, de forma a atrair e fixar população qualificada e a aumentar a competitividade local;
- Promover a eficiência energética no setor público, acelerar a transição energética nos transportes e incentivar a opção dos privados por equipamentos energeticamente eficientes;
- Trabalhar as condições para o surgimento de produtos inovadores e diferenciados, com o setor da agricultura e da agroindústria;
- Criar e dinamizar núcleos de proteção civil em todas as freguesias;
- Trabalhar a agenda turística com os agentes locais para melhor promover o destino;
- Criar uma plataforma colaborativa mobilizadora dos agentes das artes e da cultura;
- Organizar periodicamente fóruns intersectoriais para discussão de problemáticas comuns.

### 3.3.2 Questionário à população

Os resultados do processo participativo permitem dar um maior suporte à caracterização da situação atual do concelho de Ponta Delgada, à avaliação do trabalho que tem sido efetuado no Município nos últimos anos, bem como das necessidades mais prementes para a população. Como já referido no capítulo 1.4, foi desenvolvido um questionário online (Anexo A.1.2.), focado na perceção da comunidade sobre as potencialidades, principais desafios e necessidades atuais, bem como sobre os domínios prioritários de atuação no Concelho e as iniciativas/projetos mais relevantes e necessários.

Neste sentido, à questão relativa à **classificação da prestação recente do Concelho nos diferentes domínios**, denota-se que mais de metade da amostra considerou como “pouco satisfatório” o desempenho nas matérias da sustentabilidade demográfica (57,6%) e ao nível da inclusão e coesão social (69,7%). Releva-se, ainda, que apenas 1 participante considerou como “muito satisfatória” a ação relativa à sustentabilidade demográfica, não existindo qualquer resposta neste sentido ao nível da inclusão e coesão social (Figura 13).

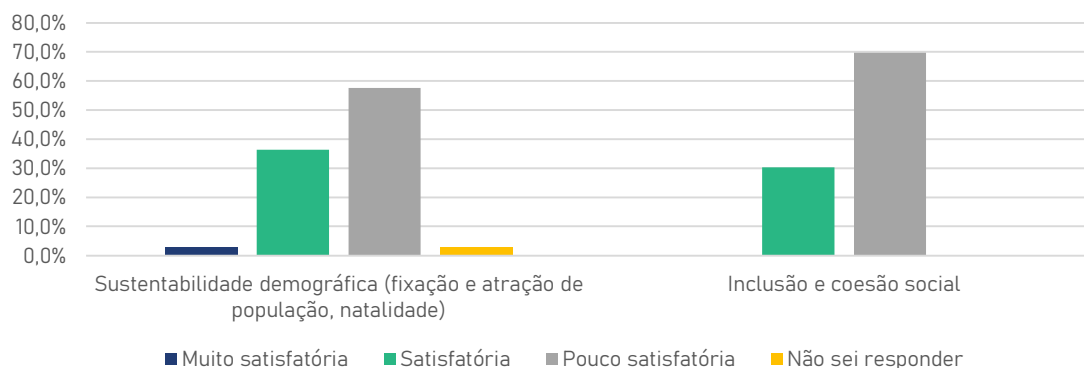


Figura 13. Resultados do processo participativo relativos à Sustentabilidade Demográfica e Inclusão e Coesão Social

Fonte: Questionário à população, 2023

No que concerne aos domínios do Emprego e Educação, os resultados são mais positivos, tendo mais de 60% considerado a prestação ao nível do Emprego como “muito satisfatória” ou “satisfatória”, valores semelhantes no que diz respeito à Educação e Formação (57,6%).

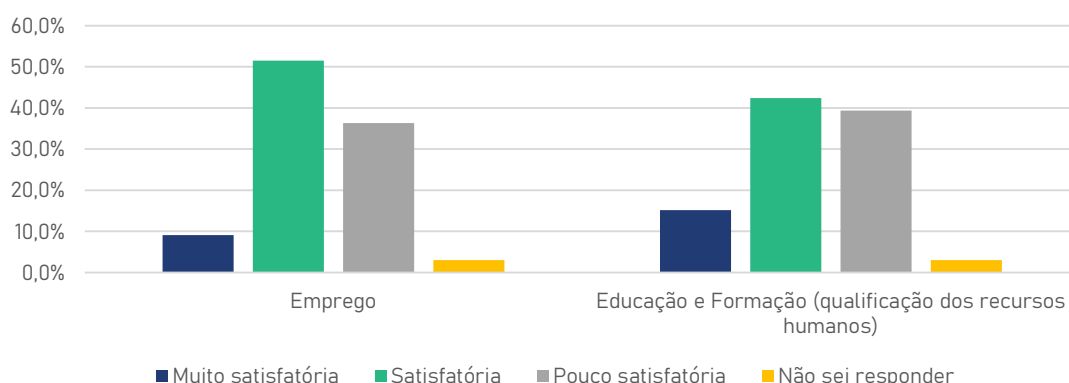


Figura 14. Resultados do processo participativo relativos ao Emprego e Educação e Formação  
Fonte: Questionário à população, 2023

Ao nível da inovação e digitalização (Figura 15) é reconhecido o esforço e empenho da autarquia e dos empresários instalados no Concelho nos domínios da Inovação e competitividade empresarial, tendo-se verificado 54,5% da amostra como “muito satisfeita” ou “satisfeita” neste sentido. Os valores revelam-se particularmente positivos no que respeita à digitalização das infraestruturas e dos serviços, com 72,7% a classificarem a resposta como “muito satisfatória” ou “satisfatória”.

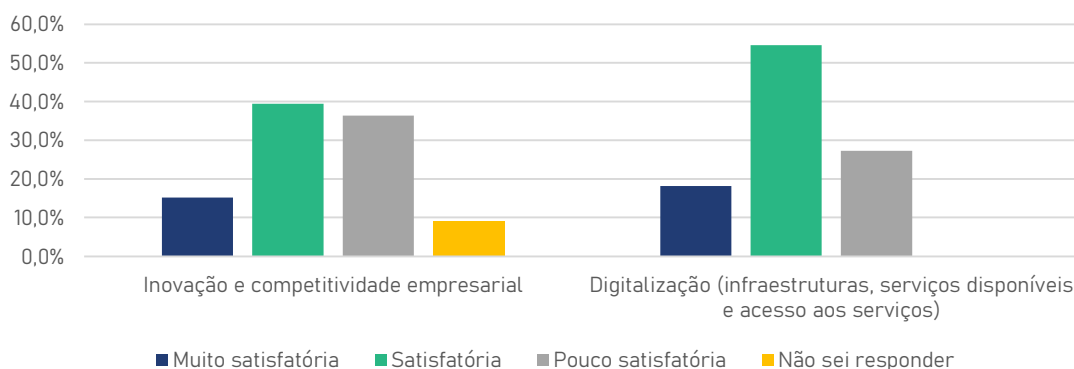


Figura 15. Resultados do processo participativo relativos à Inovação e Competitividade empresarial e à Digitalização  
Fonte: Questionário à população, 2023

Na temática da preservação dos recursos naturais e culturais e da sustentabilidade ambiental, no entanto, as respostas revelaram-se novamente menos positivas, tendo-se verificado 45,5% da amostra como “pouco satisfatória” em ambas as temáticas (Figura 16).

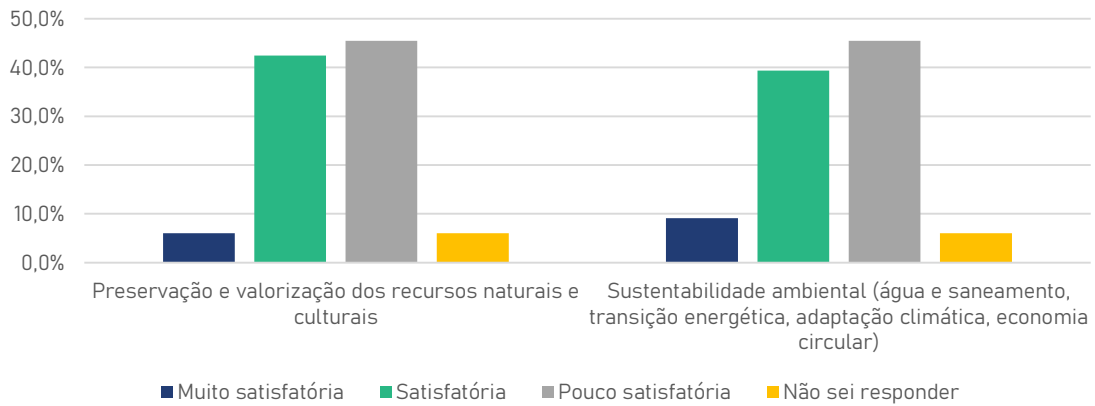


Figura 16. Resultados do processo participativo relativos à Preservação dos Recursos Naturais e Culturais e à Sustentabilidade Ambiental  
Fonte: Questionário à população, 2023

Dentro da temática do desenvolvimento territorial, é quase consensual a insatisfação da amostra nas temáticas da Habitação digna e acessível (93,9%) e notória a insatisfação ao nível dos Transportes e mobilidade urbana (54,5%). Assim, estas revelam-se como duas das áreas de atuação premente (Figura 17).

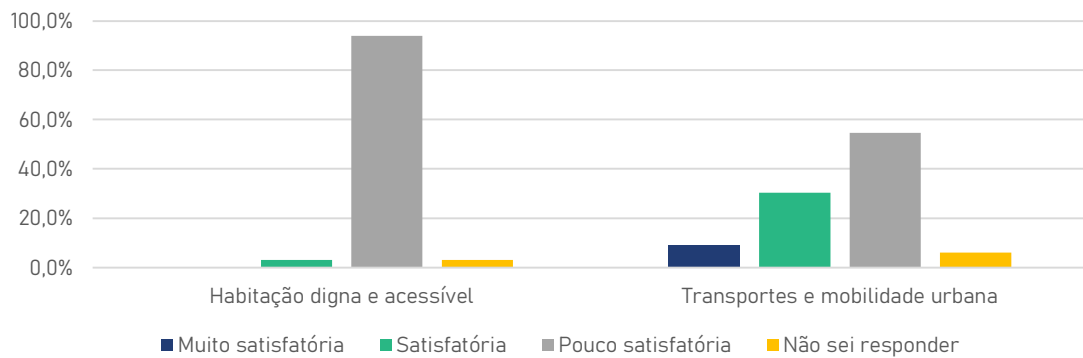


Figura 17. Resultados do processo participativo relativos à Habitação e aos Transportes e Mobilidade Urbana  
Fonte: Questionário à população, 2023

Esta insatisfação é partilhada no domínio da Segurança e proteção das comunidades, onde 63,6% da amostra considera o desempenho do Município neste domínio como “Pouco satisfatório” (Figura 18). Pese embora estes factos enunciados, realça-se que quase 60% da população da amostra considera a resposta como “satisfatória” ou “muito satisfatória” ao nível da qualidade de vida e proximidade aos cidadãos.

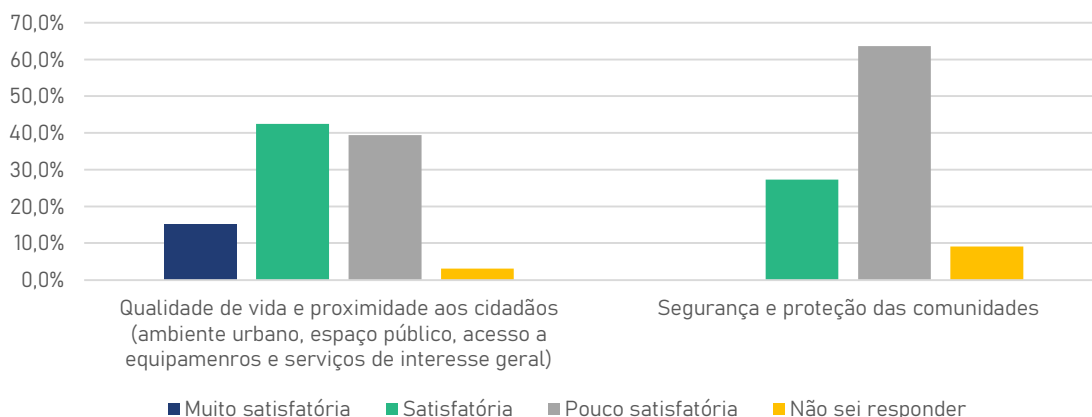


Figura 18. Resultados do processo participativo relativos à Qualidade de Vida e Proximidade aos Cidadãos e à Segurança e Proteção das Comunidades  
Fonte: Questionário à população, 2023

Relativamente aos **principais pontos fortes do concelho de Ponta Delgada** (Figura 19), uma parte significativa das respostas destacou a qualidade de vida existente no Município, com particulares referências ao *“bom pluralismo entre o urbano e o rural”*, à proximidade ao mar e à riqueza do seu centro histórico. Relacionado com este ponto, é dado destaque ao dinamismo económico e à proximidade de serviços existente, bem como à pluralidade de equipamentos e infraestruturas, como escolas, centros de saúde, entre outros.

Ainda que seja reconhecida a necessidade de algumas melhorias ao nível da mobilidade interna, a mobilidade e transportes corresponde uma das áreas igualmente valorizadas pela população inquirida, em particularmente pela presença do Aeroporto e do Porto, como porta de *“acessibilidade ao exterior”*. Salienta-se, igualmente, a crescente aposta ao nível da inovação e digitalização no Município, assim como o crescimento da atividade do turismo e da cultura, sendo destacado o esforço na diversidade da oferta e a promoção de maior número de eventos.

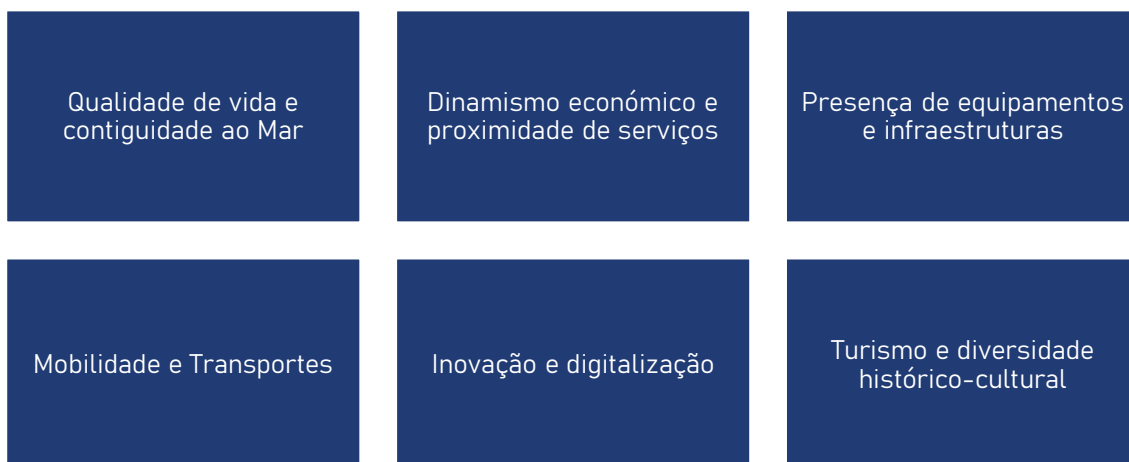


Figura 19. Principais pontos fortes do concelho de Ponta Delgada destacados no processo participativo  
Fonte: SPI

Por outro lado, a questão relativa às **principais fragilidades do concelho de Ponta Delgada** (Figura 20) deixou transparecer um conjunto de áreas de atuação prioritárias, das quais surge, quase por unanimidade, o sentimento de insegurança pública associado aos fenómenos de delinquência, de toxicodependência explícita e alcoolismo, os quais são reveladores das fragilidades existentes a nível social. É ainda destacada a presença crescente de população sem-abrigo, sobretudo no centro histórico. Igualmente referida com frequência é a crise habitacional, tanto de um ponto de vista da escassez de oferta e dos preços comportados, como pela presença de edificado degradado e ao abandono, comprometendo o necessário ambiente urbano aprazível.

A estes fenómenos juntam-se os problemas ao nível da mobilidade e estacionamento, indelevelmente ligados ao aumento da circulação automóvel e à ineficiente oferta de transporte público, sobretudo pela sua limitada cobertura. Este último fenómeno deixa, por sua vez, transparecer a identificação de uma significativa disparidade de desenvolvimento entre as freguesias do Concelho, sobretudo entre as urbanas e as rurais. Por fim, é também mencionada a necessidade de melhoria do processo de recolha de resíduos urbanos, incluindo a dotação de mais equipamentos para esse fim.



Figura 20. Principais fragilidades do concelho de Ponta Delgada identificadas no processo participativo  
Fonte: SPI

Posto isto, perante a pergunta de como classificaria globalmente a **trajetória de desenvolvimento do concelho na última década** (Figura 21), a maioria da amostra considera-a como “muito satisfatória” ou “satisfatória” (69,7%), relevando o empenho do Município em certas áreas particulares como o desenvolvimento do centro histórico, a promoção de diversas ações sociais, culturais e de lazer (onde se incluem a criação e preservação de espaços públicos), o seu desenvolvimento ao nível do turismo e a crescente preocupação com a digitalização dos processos e melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

Pese embora estes aspetos positivos, é frisada a necessidade de melhoria num conjunto de aspetos fundamentais, correspondentes aos identificados anteriormente como fragilidades (Figura 20). Adicionalmente, salienta-se a necessidade de apoio a certas franjas da população, particularmente os jovens e os idosos, mas também da população em idade ativa, o reforço da fiscalização e da segurança pública, bem como a necessidade de uma maior preocupação de desenvolver a cidade em torno das necessidades da população local e não tanto da atividade turística.

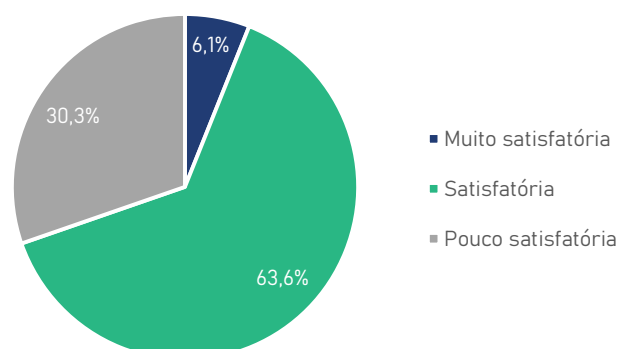


Figura 21. Classificação global da trajetória de desenvolvimento do concelho na última década, de acordo com o processo participativo  
Fonte: Questionário à população, 2023

Neste seguimento, o questionário focou-se na definição do **grau de prioridade de atuação** e no **caráter estruturante dos domínios** apresentados anteriormente, para os quais se destacam dois pontos, de acordo com Tabela 5: (i) o reconhecimento como prioridade máxima por mais de 60% dos inquiridos nos domínios da Habitação, Transportes e mobilidade urbana e Segurança e proteção das comunidades; (ii) a afirmação de nenhum destes domínios como “sem relevância”, sendo o valor máximo alcançado ao nível da “prioridade reduzida” na ordem dos 6,1% nas temáticas da inclusão e coesão social e, novamente, dos transportes e mobilidade urbana.

Tabela 5. Definição do grau de prioridade de atuação nos diferentes domínios identificados no processo participativo  
Fonte: Questionário à população, 2023

Domínio	Prioridade máxima	Prioridade elevada	Prioridade moderada	Prioridade reduzida	Sem relevância
Sustentabilidade demográfica	30,3%	39,4%	27,3%	3,0%	0%
Inclusão e coesão social	33,3%	42,4%	18,2%	6,1%	0%
Habitação digna e acessível	66,7%	18,2%	12,1%	3,0%	0%
Emprego	54,5%	33,3%	9,1%	3,0%	0%
Educação e Formação	45,5%	30,3%	21,2%	3,0%	0%
Inovação e competitividade empresarial	36,4%	45,5%	18,2%	0,0%	0%
Digitalização	36,4%	36,4%	24,2%	3,0%	0%
Preservação e valorização dos recursos naturais e culturais	48,5%	42,4%	9,1%	0,0%	0%
Sustentabilidade ambiental	54,5%	30,3%	12,1%	3,0%	0%
Transportes e mobilidade urbana	63,6%	18,2%	12,1%	6,1%	0%
Qualidade de vida e proximidade aos cidadãos	57,6%	30,3%	9,1%	3,0%	0%
Segurança e proteção das comunidades	84,8%	12,1%	0%	3,0%	0%

Na reta final do questionário, foi ainda solicitada a **indicação de propostas e iniciativas estruturantes para o desenvolvimento do Concelho** e outras sugestões. Numa tentativa de sintetização da multiplicidade de respostas, na Tabela 6 identificam-se essas propostas/sugestões.

Tabela 6. Síntese das propostas e iniciativas estruturantes para o desenvolvimento concelhio identificadas no processo participativo  
Fonte: Questionário à população, 2023

Domínios	Sugestão de proposta
<b>Inclusão e coesão social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Reforço das equipas de rua e dos serviços sociais de apoio à população sem abrigo e toxicodependente;</li> <li>■ Maior concertação entre as entidades sociais, forças de segurança e administração pública por forma a resolver o problema crescente da população em situação sem abrigo e com comportamentos aditivos;</li> <li>■ Criação de casas de acolhimento sem-abrigo.</li> </ul>
<b>Habitação digna e acessível</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Manutenção/reforço dos apoios à reabilitação do edificado;</li> <li>■ Criação de apoios ao arrendamento, particularmente de arrendamento municipal para jovens;</li> <li>■ Criação de mais zonas habitacionais no centro.</li> </ul>
<b>Emprego e competitividade empresarial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Criação de mais apoios diretos ao empreendedorismo;</li> </ul>
<b>Sustentabilidade ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Melhoria do sistema de recolha de resíduos porta a porta;</li> <li>■ Atribuição de benefícios a quem cumpre a reciclagem e/ou reutilização de resíduos;</li> <li>■ Revisão da regulamentação para a reutilização de resíduos de construção e demolição;</li> <li>■ Limpeza das ruas com maior frequência.</li> </ul>
<b>Transportes e mobilidade urbana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Melhoria da circulação pedonal e espaços de permanência no centro;</li> <li>■ Melhoria da oferta de transportes públicos (minibus), incluindo qualidade da informação prestada ao utilizador;</li> <li>■ Criação de central de camionagem;</li> <li>■ Criação de estacionamento subterrâneo;</li> <li>■ Dotação de mais parquímetros na periferia da cidade.</li> </ul>
<b>Qualidade de vida e proximidade aos cidadãos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Melhoria dos serviços de apoio ao cidadão, compreendendo a desburocratização dos processos e uma melhor articulação do site autárquico com os munícipes (por ex. pela secção do "Participe");</li> <li>■ Organização de eventos infantis;</li> <li>■ Criação de novos sanitários públicos;</li> <li>■ Dotação de mais equipamentos e espaços públicos para crianças e adultos;</li> </ul>
<b>Segurança e proteção das comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Aposta mais concertada ao nível do policiamento das ruas, particularmente daquelas onde existe maior toxicodependência.</li> </ul>

### 3.4 Principais desafios para o desenvolvimento concelhio

O concelho de Ponta Delgada, atendendo à sua importância no contexto geográfico, social e económico do Arquipélago, partilha com a RAA **constrangimentos colocados ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas e arquipelágicas**, tendo em conta o seu distanciamento do continente europeu. Tendo presente estes constrangimentos de contexto, assim como o diagnóstico e as correspondentes análises setoriais (Anexo 2) desenvolvido no âmbito do presente trabalho, a análise SWOT e os resultados da participação pública antes evidenciados, destacam-se **4 domínios de desafios específicos para o desenvolvimento do concelho de Ponta Delgada**. Estes desafios têm igualmente presente o referencial estratégico Portugal 2030, e as suas 4 agendas temáticas, estabelecendo uma ponte com a Estratégia Ponta Delgada 2030, que se desenvolve no capítulo seguinte.

#### 3.4.1 Por um território mais inclusivo e socialmente coeso

A região açoriana, em parte pelos constrangimentos colocados ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas e arquipelágicas, enfrenta **desigualdades sociais e económicas** relativamente aos restantes territórios do continente e da Europa, que conduzem a relevantes desafios no desenvolvimento humano, na capacitação das pessoas e na melhoria da qualidade de vida das populações. Segundo os dados do INE, a Região possuía, em 2020, a **segunda taxa de risco de pobreza mais elevada do País** (21.9%) e apresentava em 2021 uma taxa de privação material de 8,7%. Nesta data, este indicador era de 6,0% para Portugal.

Apesar da trajetória positiva, em termos de desenvolvimento económico, de rendimentos e poder de compra da população, observada no concelho e cidade de Ponta Delgada, permanecem disparidades e problemas de ordem social que afetam a qualidade de vida da população. A **vulnerabilidade de alguns grupos populacionais a situações de pobreza e/ou exclusão social** está ainda muito presente, abarcando situações diferenciadas e complexas, que sobressaem em grupos como as famílias monoparentais, agregados familiares com baixa intensidade laboral com crianças e/ou jovens em estado de dependência, famílias numerosas, idosos isolados, pessoas em situação de sem-abrigo, entre outros. A escassez de recursos financeiros de algumas pessoas e famílias, encontram-se muitas vezes conjugados com **problemáticas sociais graves**, como consumos aditivos de álcool e/ou estupefacientes, delinquência e desocupação (pessoas que não trabalham, nem estudam), situações de violência doméstica, maus-tratos ou negligência infantil, situações de doença mental (exponenciadas ou tornadas mais evidentes após a pandemia) ou necessidades especiais em pessoas portadoras de deficiência.

Estas situações estão frequentemente associadas a uma outra questão estruturante para o desenvolvimento social e fator de risco para os fenómenos de pobreza e exclusão social, que se relaciona com a **baixa escolaridade e qualificação da população** e com os ainda **elevados níveis de abandono e insucesso escolar**. Apesar dos progressos realizados e de, comparativamente à região açoriana, o Concelho apresentar um nível médio de escolaridade mais elevado e bastante aproximado da média nacional, subsistem **fortes desigualdades no acesso e sucesso educativo** e necessidades de melhoria dos perfis de instrução e qualificação da população.

A ocupação e, não menos importante, a capacidade de motivar os jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou em formação (**jovens NEET**), emerge como um desafio relevante na Região e também no Concelho. Na atuação sobre estas matérias, além da ligação óbvia com a melhoria dos níveis de escolaridade e competências da população, estabelece-se igualmente relação com a **prevenção de padrões de comportamento aditivos e desviantes, e com a educação para a cidadania**. Neste processo importa também atender ao ajustamento, nem sempre existente, entre a oferta formativa, as expectativas, motivações e competências dos formandos e as **necessidades de formação do mercado e das empresas**.

Uma outra dimensão, que pela tendência de agravamento tem vindo a receber atenção por parte do Município, é a habitação. A **escassez de habitação a preços compatíveis com os níveis de rendimento das famílias**, agravada pela subida dos preços decorrentes da procura de edificado para lazer e turismo, potencia o aumento das taxas de esforço das famílias com a habitação e o aumento das situações de indignidade habitacional, quer associadas à sobrelotação, a insalubridade e insegurança, ou à precariedade. Estas situações têm uma das facetas mais dramáticas no **aumento de pessoas em situação de sem-abrigo**, que tem vindo a aumentar, tendo já o Município mobilizado esforços para lhe dar resposta, nomeadamente através do programa-piloto PDL Housing First, que tem demonstrado resultados positivos.

Com efeito, o acesso à habitação, mas também as **condições de habitabilidade dos alojamentos** e a capacidade das famílias em assegurarem a sua manutenção, são fatores de base e que condicionam fortemente os percursos e oportunidades de cada um e que **alargam dificuldades de acesso à habitação**, antes sobretudo associadas às classes economicamente mais desfavorecidas, **a outros grupos**, como a população jovem que se quer autonomizar da casa dos seus pais ou as famílias de rendimentos intermédios.

Com um caráter de forte transversalidade à população merecem destaque as questões demográficas, em particular as decorrentes do **envelhecimento da população** e da necessidade de **promoção da intergeracionalidade**, como forma de solidariedade e apoio mútuo, de troca

experiências e conhecimento. Sendo evidente que a tendência de envelhecimento da população acarreta desafios à sociedade, do ponto de vista estratégico, importa acompanhar as suas implicações nos diversos domínios, como a saúde e o bem-estar, a educação, a adaptação de ambientes físicos e laborais, assim como das respostas, equipamentos e serviços coletivos.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal de Ponta Delgada tem apostado fortemente na promoção da coesão social, procurando **dotar-se de estratégias e planos**, em vários domínios, que contribuem para este fim. Exemplos são a elaboração da Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social e a criação de um conselho municipal de desenvolvimento e coesão social, a elaboração dos dois instrumentos orientadores da política local de habitação (ELH e CMH) ou iniciativas diversas nos domínios da educação, de cultura e lazer, ou desporto.

Em síntese, em matéria de desenvolvimento e coesão social, salientam-se como principais desafios para Ponta Delgada:

- A existência de pessoas e grupos desfavorecidos e/ou marginalizados, com perfis distintos (p.e. crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com problemas de alcoolismo ou dependências, situações de violência doméstica, pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, ...), para as quais deverão ser criadas **repostas adequadas e inovadoras, adaptada às diferentes problemáticas sociais** (habitação, respostas sociais, saúde e bem-estar, educação e formação);
- Em diversos domínios detetam-se dificuldades que não se limitam às famílias mais desfavorecidas do Concelho. São o caso do acesso à habitação, num contexto de subida de preços de venda e arrendamento, com implicações no aumento expressivo das taxas de esforço. Importa, portanto, **garantir uma oferta de habitação pública que resposta às necessidades da população** mais carenciada, incluindo de situações de pessoas sem abrigo, mas também habitação acessível dirigida a pessoas e famílias com níveis de rendimento intermédios;
- De uma forma transversal à população, coloca-se ainda o desafio de **garantir padrões elevados de qualidade de vida e bem-estar às comunidades**, procurando fomentar estilos de vida saudáveis e ativos, determinantes numa sociedade em processo de envelhecimento. Simultaneamente, é fundamental (in)formar as comunidades para a promoção da saúde e a prevenção da doença, e mobilizar e educar as populações para uma participação ativa e generalizada na sociedade;

- Apesar da comparação positiva entre Ponta Delgada e a RAA no que respeita ao nível de escolaridade e qualificação da população e da concentração superior de estruturas educativas e formativas, verifica-se a persistência de uma realidade menos positiva ao nível de indicadores de insucesso e abandono escolar, de jovens NEET e de desajustes na oferta formativa. Saliente-se o facto destes aspetos serem determinantes para a coesão social e competitividade local. Este quadro justifica a **adoção de uma estratégia educativa municipal focada no sucesso escolar e na empregabilidade**.
- Não obstante a existência de uma rede social alargada, das iniciativas recentes e da forte concentração de recursos, infraestruturas, equipamentos e serviços de resposta às dinâmicas e problemáticas sociais instaladas e emergentes, existe ainda uma **clara margem para dinamizar e reforçar parcerias estratégicas**, que agilizem a identificação precoce de problemas sociais, promovam a inovação social e potenciem a eficácia das respostas.
- Salienta-se, por último, enquanto conjunto de desafios determinantes para o futuro, relativos à redução da natalidade, ao envelhecimento populacional e ao despovoamento de determinados territórios, a importância da **adoção de uma abordagem integrada para a sustentabilidade demográfica**, que permita atrair e fixar população, sobretudo jovem e qualificada, onde se inclui a população migrante.

### 3.4.2 Por um território mais competitivo, inovador e digital

As características geográficas da RAA impactam de forma marcante o seu desenvolvimento económico, colocando grandes desafios ao seu crescimento, do qual **Ponta Delgada se destaca como um território de maior atração e capacidade comercial**. Com efeito, está-se perante um território que, desde sempre sofreu enormes constrangimentos, atrasos e dependências face ao exterior, realidade que, passadas quase quatro décadas da adesão à UE, não está plenamente ultrapassada, incluindo em Ponta Delgada, apesar do forte e contínuo recurso aos mecanismos de financiamento comunitário.

O **distanciamento aos principais centros de decisão e polos de logística internacional** colocam custos acrescidos nos transportes e nas comunicações, dificultando a integração nas redes de comércio e logística. A ultraperifricidade sente-se fortemente nestes **custos de contexto**, que colocam grandes desafios às empresas locais e, em último caso, revertem no cidadão e no consumidor final os custos de toda a operação.

A histórica vocação para as atividades primárias e para a autossuficiência em relação ao exterior tem sofrido paulatinamente retrocessos desde o século XX, deixando o Concelho, tal como a Região, mais dependentes das importações. O **nível de especialização é elevado**, sobretudo na **agricultura** (particularmente a agropecuária) e no **turismo**, altamente volátil ao comportamento das economias externas e dos mercados internacionais. Pela sua reduzida dimensão, este é também um **território limitado e sensível em termos de recursos naturais, mas também em termos técnicos e humanos**, criando maiores desafios à diversificação da economia e da sua sustentabilidade a longo prazo.

As limitações de recursos humanos e técnicos criam igualmente uma maior **dificuldade na aceleração da transição digital** e na adoção de uma **economia mais inovadora, tecnológica e digitalizada**. As comunicações são, aliás, um dos aspetos que melhor beneficiam do processo de digitalização, na necessária quebra do isolamento geográfico e na geração de riqueza e ligação a uma economia globalmente competitiva. Não obstante, este é um aspeto igualmente limitante para um território de contexto insular, bastante dependente de boas condições para as atividades aeronáutica e marítima, muitas vezes fortemente expostas e afetadas pela exposição a fenómenos climáticos visivelmente mais extremos.

Enquanto polo comercial e de negócios estruturante a nível regional, Ponta Delgada assume naturalmente a intenção de captar e fixar maior número de empreendedores e projetos inovadores, processo considerado fundamental no caminho para uma economia mais inovadora, diversificada e resiliente. Alguns passos têm sido dados neste sentido, com a recente criação, a nível municipal, do **GEEAE e da incubadora de empresas de base local – Startup PDL** – sediada no Azores Parque.

No entanto, apesar destas primeiras iniciativas, denota-se ainda **pouco aprofundamento de serviços avançados no apoio ao empreendedorismo e à inovação** no Concelho, **reduzida articulação entre o meio académico e o meio empresarial** nas lógicas de inovação, bem como a **inexistência de uma infraestrutura avançada** que proporcione centralidade, visibilidade e condições ao crescimento de projetos inovadores e que potencie o contributo do ecossistema de inovação local nos principais setores estratégicos de desenvolvimento do Concelho.

O concelho de Ponta Delgada concentra **cerca de 1/3 das empresas** da Região (entre elas 12 grandes empresas) e o **volume de negócios supera os 50%** da Região, assumindo por isso uma relevância determinante enquanto lugar de importantes dinâmicas económicas e comerciais, bem como em termos de ocupação e empregabilidade da população ativa. Enquanto **principal porta de entrada da Região**, dispõe de algumas **infraestruturas de acolhimento empresarial e de logística** com potencial para melhor aproveitamento e criação de condições à fixação, modernização e

crescimento do tecido empresarial local. Este crescimento só se fará, naturalmente, com uma **aposta na capacitação e formação das pessoas**, preparando-as para os desafios dos novos negócios, da digitalização, da resposta às necessidades do mercado local, mas também da internacionalização, as respostas à transição ecológica e o robustecimento dos serviços públicos digitais, numa aposta que deve privilegiar a formação à distância e também direcionar a mão-de-obra para a especialização nas áreas de crescimento estratégico da Região e do Concelho.

Assim, em termos de competitividade, inovação e digitalização, salientam-se como principais desafios para Ponta Delgada:

- O **distanciamento geográfico** impõe custos adicionais nos transportes e nas comunicações, dificultando a integração em importantes redes comerciais e de logística, o que provoca impactos negativos na competitividade das empresas locais. Além disso, a economia local continua a fortemente sujeita a dinâmicas externas, ficando vulnerável a flutuações globais nos mercados financeiros e bastante dependente de mecanismos de financiamento comunitário. Isto obriga a **opções que contribuam para uma economia mais resiliente** aos custos de contexto, à concorrência e instabilidade externa.
- Os **recursos limitados** pela pequena dimensão territorial não permitem um crescimento à escala de outros territórios, criando desafios à **diversificação da economia a longo prazo adaptada à limitação de recursos**. O acesso limitado a recursos naturais, meios técnicos e a mão-de-obra especializada requerem abordagens diversificadas e sustentáveis. A limitação de recursos humanos e técnicos cria obstáculos à adoção de tecnologias digitais, prejudicando a capacidade de inovação e competitividade.
- Existem **grandes disparidades económicas e sociais entre a população** local, mas também relativamente ao país e ao continente europeu. Não obstante as melhorias registadas em anos recentes ao nível da educação e da formação profissional a vários níveis, há ainda espaço para a **melhoria dos níveis de literacia e de capacitação para o mercado de trabalho**, aspetos significativos para o desenvolvimento humano e para a qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento territorial e económico.
- A diversificação económica necessita de aprofundamento, **priorizando setores económicos que valorizem o potencial do território e das pessoas**, que possam emergir na potenciação de um ecossistema de inovação que alavanque a investigação e o desenvolvimento, e que possibilite a troca de experiências com o exterior, a captação de investimento externo e o apoio a iniciativas empreendedoras, com um ambiente propício ao surgimento de *startups* e crescimento dos novos negócios.

### 3.4.3 Por um território mais sustentável e resiliente

A RAA e o concelho de Ponta Delgada possuem um **património natural e paisagístico, geológico e biológico, terrestre e subaquático, de grande valor e diversidade**, que está, em larga medida, classificado e protegido. O concelho possui 7 unidades de paisagem e 9 áreas que integram a rede de áreas protegidas da ilha de São Miguel.

Com efeito, o Concelho possui uma significativa diversidade de recursos e valores naturais, que se combinam com um rico património histórico e cultural, que, em ambos os casos, importa continuar a preservar. Estes valores distribuem-se por uma superfície montanhosa, centrada no maciço das Sete Cidades e nas emblemáticas lagoas de origem vulcânica, por uma costa onde se alinham pequenos aglomerados urbanos, falésias e baixios rochosos, e onde se encontram piscinas naturais e praias de areia escura, como as praias do Pópulo e das Milícias. No extremo sul, encontra-se a cidade de Ponta Delgada, que se destaca como o principal centro urbano dos Açores.

Dada a sua localização, dinâmicas geológicas e climáticas, o Concelho, tal como a região açoriana, está sujeito a **elevada vulnerabilidade a fenómenos naturais diversos**, como sismos e erupções vulcânicas, resultantes da atividade tectónica e sísmica da região, ou como tempestades, associadas à passagem de depressões e de furacões, que ciclicamente causam inundações, movimento de massas, galgamentos costeiros, entre outros riscos. Estes episódios expõem a população ao risco e causam danos materiais, frequentemente avultados, sendo **potenciados pela ocupação e atividades humanas**, que conduzem à impermeabilização ou arroteamento de terras e a alterações morfológicas dos terrenos. Saliente-se que quase 70% do solo é ocupado pela atividade agrícola, em particular por prados e pastagens.

Por outro lado, as **alterações climáticas potenciam a frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos**, o aumento da temperatura média, a subida do nível médio do mar, alterações nos padrões de precipitação e perda de biodiversidade e dos ecossistemas, **umentando a suscetibilidade do território e o nível de risco da população**. Os riscos associados às inundações, movimentos de vertentes e erosão costeira são particularmente expressivos.

Nestas matérias, uma questão relevante é a **emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE)**, assistindo-se, nos últimos anos, ao aumento da emissão de alguns poluentes atmosféricos. O **incremento do tráfego aéreo e marítimo**, acentuado pela abertura da RAA aos voos *low-cost* e ao aumento dos cruzeiros, e o **uso crescente do transporte individual motorizado**, assume uma quota parte da responsabilidade nas emissões de CO<sub>2</sub>, enquanto as **atividades agrícolas e pecuárias** são fortes responsáveis pela emissão de metano e óxido nitroso.

Tendo em conta a importância económica e cultural do setor agrícola, coloca-se o desafio de **promover a transição climática e a resiliência no setor agrícola**, trabalhando conjuntamente com o setor, não apenas para a redução das emissões de GEE, como também para a proteção dos ecossistemas e dos recursos hídricos. Relembre-se que o solo é maioritariamente ocupado pela atividade agrícola, que a paisagem de pastagem está intrinsecamente associada à imagem da Região e que entre os produtos de marca açorianos estão produções locais, como os lacticínios ou o ananás.

No que respeita à energia, destaca-se o **aumento do consumo total de eletricidade** no Concelho, que atualmente corresponde a quase um terço do total da RAA, fruto da concentração de população e atividades neste território. Este aumento é, todavia, acompanhado por uma **diminuição do consumo de petróleo e seus derivados** (que, ainda assim, representam mais de 40% do consumo energético na RAA) e pelo **crescimento da utilização de energias renováveis**.

Estas questões, entre outras, são trabalhadas no âmbito do **Plano Municipal de Ação Climática** (PMAC) de Ponta Delgada que presentemente se encontra em elaboração. Destaque-se, ainda, o caminho que tem vindo a ser trilhado pelo Município em termos de gestão de resíduos, que tem conseguido **aumentar a recolha seletiva** e apostado em **ações de sensibilização e literacia ambiental** da população. O projeto de expansão do Ecoparque de São Miguel, é um exemplo positivo no que respeita à cooperação e partilha de recursos entre os municípios da Ilha.

Acrescente-se que, apesar dos **riscos ambientais associados ao crescimento da atividade turística** e dos desafios que se colocam na **compatibilização das dinâmicas e fluxos turísticos** com a manutenção de padrões elevados de qualidade de vida dos residentes, os Açores têm sido distinguidos com diversos **prémios de turismo sustentável**, de que são exemplo o Certificado de Destino Turístico Sustentável pelo Global Sustainable Tourism Council (GSTC), atribuído em dezembro de 2019, pela primeira vez a um arquipélago, ou a distinção de “Best of Nature” dos Sustainable Destination Awards, atribuída em 2020 pela Green Destinations, uma rede de organizações internacionais especializadas em turismo sustentável, ou ainda o prémio recebido em Berlim como destino vencedor do Prémio ITB Earth Awards 2022, também da Green Destinations, pelas boas práticas de eficiência energética.

Por último, saliente-se que os **desafios locais e regionais** associados à prevenção do risco, à preparação do território, população e atividades para as alterações climáticas, e à economia verde, **alinham-se com os compromissos ambientais assumidos nas políticas europeias e nacionais** para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, para a transição energética e para a gestão integrada e sustentável dos recursos. Neste sentido, são muitas as oportunidades

de que se abrem, quer em termos de financiamento disponível, quer em termos de repercussões sobre domínios tão diversificados como a reconversão energética, tecnológica e digital de atividades, edifícios e territórios, a mobilidade urbana multimodal sustentável, ou comunidades mais ativas, informadas e coesas.

Em síntese, em matéria de sustentabilidade e resiliência, os desafios para Ponta Delgada colocam-se a três níveis:

- Ao nível da **sustentabilidade e resiliência do território**, na medida em que Ponta Delgada possui uma importante riqueza paisagística, geológica, entre outros recursos naturais, e que está sujeita a riscos elevados, todos os aspetos relacionados com a proteção da biodiversidade, paisagem e gestão equilibrada de recursos hídricos e energéticos, a par da necessária adaptação e mitigação das alterações climáticas, ganham uma relevância acrescida. Deste modo, tal como expresso num dos 5 princípios da Estratégia Portugal 2030, importa promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas locais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário.
- Ao nível da **transição para atividades mais sustentáveis**, desafio que se coloca não apenas ao nível do processo produtivo (p.e. em termos de consumos energéticos, emissões poluentes e economia circular, ...), mas também ao nível das características dos produtos finais e consumos. Este desafio envolve todos os setores de atividade, de forma adequada às suas especificidades, em particular a agricultura e atividades relacionadas, com grande peso na emissão de GEE, mas também na ocupação dos solos, o turismo (um setor que tem vindo a explorar as características de sustentabilidade), a mobilidade e o setor da construção (eficiência energética de edifícios e espaço público, obras de construção e reabilitação, ...).
- Ao nível da **população**, com o importante desafio de criar comunidades mais conscientes e ativas para as temáticas ambientais, importa fomentar a literacia para a economia circular, para uma gestão mais equilibrada dos resíduos e para consumos e comportamentos ambientalmente mais conscientes.

#### 3.4.4 Por um território mais atrativo e territorialmente coeso

Ponta Delgada, cidade e concelho, é um **território atrativo e dotado de dinamismo demográfico, económico e cultural**, no contexto regional. Acolhendo a sede administrativa e maior cidade açoriana, e sendo a principal porta de entrada na região e palco de grande diversidade patrimonial e riqueza cultural, **Ponta Delgada possui a maior e mais diversificada rede de infraestruturas, equipamentos e serviços** de hierarquia superior, entre as quais a sede da Universidade dos Açores, o Hospital do Divino Espírito Santo, o principal porto comercial e o aeroporto internacional João Paulo II, que lhe concedem uma importante visibilidade e atratividade. Nas últimas décadas, a cidade tem vindo a alastrar-se para as freguesias vizinhas e, recentemente, têm-se assistido a uma emancipação dos centros urbano da costa norte, sobretudo pelo robustecimento da função habitacional.

Não obstante, à semelhança do que ocorre no restante território nacional, o Concelho é afetado por **dinâmicas de envelhecimento populacional** que, embora assumam uma intensidade menos acentuada do que noutras freguesias da Região, se traduzem igualmente numa tendência de diminuição da população residente, que é mais acentuada nas áreas rurais do concelho e no centro tradicional da cidade de Ponta Delgada.

Com efeito, detetam-se **fortes disparidades em termos demográficos e de oferta de emprego, equipamentos, comércio e serviços**, entre as freguesias urbanas, da cidade de Ponta Delgada, freguesias limítrofes e da polaridade emergente na costa norte, e as freguesias rurais no setor ocidental do concelho. Esta disparidade é exacerbada pelas condições de acessibilidade existentes entre as freguesias rurais e entre estas e a cidade, sintomática das assimetrias existentes ao nível da mobilidade, com uma oferta insuficiente e desajustada de transporte público e forte dependência do transporte individual (automóvel). Nestas freguesias rurais, ao longo da costa, encontra-se um povoamento polinucleado de baixa densidade, e uma forte dependência funcional da cidade de Ponta Delgada.

Assim, ao nível do Concelho, é importante garantir e manter a sua atratividade, captando novos residentes e investimentos, enquanto simultaneamente se garante o **equilíbrio interno do território**, padrões de qualidade de vida elevados e a resposta às ambições de quem já aqui reside, independentemente da sua freguesia de residência.

Acrescente-se ainda que, possuindo os Açores uma economia em que a oferta de empregos qualificados é escassa, a população jovem mais qualificada procura com frequência melhores oportunidades no exterior. Embora Ponta Delgada se destaque pela positiva na RAA, albergando

a cidade capital da Região, enfrenta igualmente alguns destes **desafios associados à atração e fixação da população mais qualificada e de coesão territorial**. Para lhes dar resposta, importa trabalhar as dimensões social, económica e ambiental exposta nos subcapítulos anteriores, mas também a qualificação, dinamização e promoção do território.

A **mobilidade assume um papel fulcral** no que respeita à coesão territorial e, tendo presente os objetivos de descarbonização antes expostos, o que torna os desafios associados à mobilidade muito relevantes (a par das melhorias ao nível da conectividade e digitalização – note-se que apesar de existirem ainda necessidades ao nível da digitalização dos serviços municipais, Ponta Delgada desenvolveu já progressos evidentes na transição digital e modernização administrativa). A rede de infraestruturas viárias do concelho de Ponta Delgada encontra-se completa e funcional, possibilitando a conexão com os principais centros urbanos da ilha, apesar de se detetarem constrangimentos em alguns pontos, associados à malha urbana e aos perfis das vias. Já o **transporte coletivo apresenta uma cobertura deficitária**, sobretudo fora do centro histórico da cidade, estando pouco ajustado, em termos de percursos, horários e frequência, às necessidades da população residente. Em contrapartida, e em parte, em consequência deste facto, há uma **forte dependência do automóvel** e uma presença pouco expressiva da mobilidade elétrica, assim como da utilização dos modos suaves.

Note-se ainda que será necessário **diminuir o número de automóveis em circulação**, por forma a garantir a segurança rodoviária, que nos últimos anos tem vindo a piorar à medida que o volume de tráfego aumenta, e para garantir a qualidade urbana e qualidade ambiental, o que, por sua vez, se relaciona também com as **caraterísticas das vias e as condições físicas** existentes para que a mobilidade pedonal e ciclável possa assumir uma maior expressão.

De uma forma geral, e apesar das melhorias introduzidas neste domínio no último ciclo de financiamento comunitário, existem ainda desafios no concelho ao **nível da reabilitação urbana e da qualidade do espaço público**, adequando-o em termos de conforto e segurança para as deslocações a pé e noutros modos suaves, tanto em contexto de deslocações pendulares, como de lazer. Também os espaços verdes e as zonas de estadia, tanto na cidade, como nos aglomerados urbanos das freguesias rurais, poderão, ao qualificar-se, contribuir para a qualidade de vida das populações, dinamização das comunidades e qualificação e atratividade do território.

Saliente-se ainda o **potencial associado ao turismo e ao setor cultural** que o concelho de Ponta Delgada detém. Ao património cultural e arquitetónico aliam-se outros atrativos à visitaçao como o rico património natural e as singularidades ligadas à vulcanologia e geologia. **Eventos com forte projeção no exterior**, como o Festival Tremor, ou projetos que visam explorar a

dimensão cultural, como a **candidatura a Capital Europeia da Cultura**, que originou a escolha de Ponta Delgada para Capital Portuguesa da Cultura em 2026, potenciam a dinamização e visibilidade da cultura local no exterior, assim como do próprio setor cultural e criativo e do seu potencial enquanto motor de desenvolvimento social e económico.

Esta aposta, assim como o reposicionamento do Arquipélago no mapa da atividade turística intensifica a função de acolhimento detida por Ponta Delgada, impondo à cidade e ao concelho a conjugação de elevados padrões de qualidade de vida aos seus residentes, com a necessária preparação para bem receber o número crescente de turistas e visitantes. Daqui emergem igualmente **responsabilidades acrescidas em matéria de gestão, monitorização e proteção dos recursos naturais**, face às pressões inevitavelmente exercidas por estas dinâmicas de visitação.

Em síntese, em matéria de atratividade e coesão territorial, salientam-se como principais desafios para Ponta Delgada:

- Garantir, apesar da macrocefalia do sistema de povoamento local e da forte concentração de população, atividades e recursos na cidade de Ponta Delgada e áreas urbanas mais próximas, **padrões elevados de qualidade de vida e igualdade de oportunidades a toda a população**, independentemente da freguesia de residência, que contrariem a assimetria territorial colocada pela dicotomia urbano-rural.
- Garantir **melhores condições de mobilidade no concelho**, quer em termos de transporte público coletivo (tanto nas ligações da cidade com as restantes localidades, como nas ligações urbanas), quer no que respeita à mobilidade suave e sustentável, e continuar a promover a reabilitação física do espaço público.
- Tirar o melhor partido das dinâmicas turísticas emergentes e do potencial cultural, sem comprometer a qualidade ambiental e de vida da população residente, assim como a autenticidade local. Coloca-se, deste modo, o desafio de **utilizar a cultura e o turismo sustentável em prol do desenvolvimento sustentável**, social e económico, da coesão territorial, e na dinamização das localidades e comunidades.
- **Potenciar a capacidade de implementar as estratégias e planos de ação**, existentes nos vários domínios e garantir o envolvimento e a articulação entre as entidades públicas e privadas, bem como a participação e mobilização dos cidadãos e dos interessados.



## 4. Estratégia Ponta Delgada 2030

## 4. Estratégia Ponta Delgada 2030

### 4.1 Pressupostos para a definição da Estratégia

Tendo por base os referenciais estratégicos multissetoriais nas suas diferentes escalas (internacional, europeia, nacional e regional), assim como os principais desafios resultantes do diagnóstico do potencial de desenvolvimento sistematizado no capítulo anterior, é concebida a **Estratégia Ponta Delgada 2030**, apresentada seguidamente. Neste processo de definição estratégica foi considerado o conjunto de orientações que constam dos documentos estratégicos e operacionais incidentes nos vários domínios de atuação do Município, assim como os projetos e intenções municipais definidos para o território e os contributos recolhidos no âmbito do processo alargado de participação pública. A definição estratégica organiza-se em diversos níveis, conforme apresentado na Figura 22:

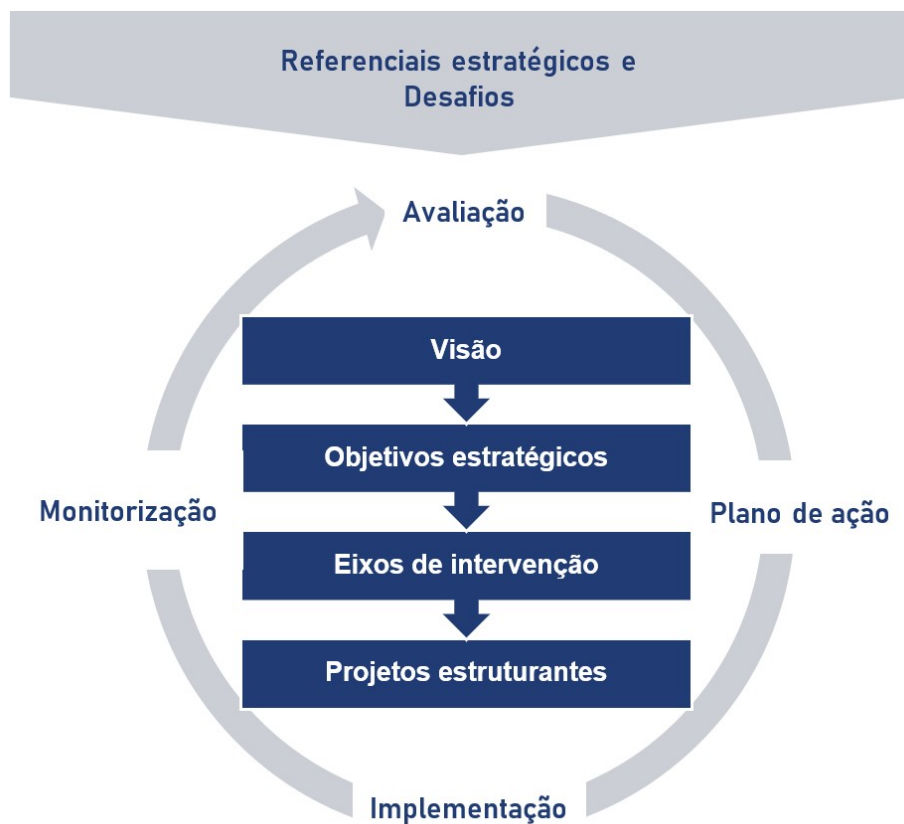


Figura 22. Níveis de definição da Estratégia e processo de concretização  
Fonte: SPI

Estes níveis de definição da estratégia são:

- **Visão:** Corresponde ao cenário esperado com a implementação da Estratégia, tendo por base um conjunto de desafios, alicerçados nas características deste território e nas respetivas prioridades de desenvolvimento no horizonte 2030.
- **Objetivos estratégicos:** Os objetivos estratégicos relacionam-se com a resposta necessária aos diversos desafios identificados no diagnóstico, por forma a atingir a visão estabelecida para Ponta Delgada em 2030.
- **Eixos de intervenção:** Correspondem às linhas estratégicas de atuação, ou seja, focos de operacionalização da Estratégia que alicerçam os projetos estruturantes.
- **Projetos estruturantes:** Correspondem às áreas de intervenção/programas de atuação de maior relevância para o desenvolvimento territorial, cuja concretização deve ser efetuada a curto prazo. Cada projeto estruturante integra ações concretas de natureza material ou imaterial. Algumas destas ações podem ser implementadas em parceria com outras entidades locais e regionais, da esfera pública e/ou privada.

Em síntese, na Estratégia Ponta Delgada 2030, a visão estabelece o quadro geral para o desenvolvimento do Concelho, a partir do qual são definidos objetivos estratégicos e propostos os eixos de intervenção, que se assumem como referencial para a definição dos projetos estruturantes.

Por sua vez, a implementação da Estratégia assenta num processo dinâmico, que deverá ser posteriormente aprofundado e desenvolvido por via de um Plano de Ação, cuja implementação deve estar associada um processo de acompanhamento e monitorização permanente, com momentos de avaliação que possam determinar a necessidade de retificação de prioridades ou ajustes estratégicos e operacionais.

## 4.2 Visão para o território

O futuro desejado para o concelho de Ponta Delgada assenta numa interpretação dos desafios e oportunidades que o Concelho enfrenta, e num processo de desenvolvimento sustentável que promova o equilíbrio entre os domínios social, económico, ambiental e territorial, que são, naturalmente, interdependentes, na senda dos objetivos de desenvolvimento adotados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e na Agenda Territorial 2030, bem como dos objetivos de política de desenvolvimento regional e coesão adotados pela UE para o ciclo que se entende até 2030 e adaptados à realidade nacional através da Estratégia Portugal 2030 e das suas quatro agendas.

Consciente deste enquadramento e das suas problemáticas, Ponta Delgada é um território que almeja trilhar um caminho para um futuro inovador, resiliente e próspero, focado no seu principal ativo que são as pessoas e o seu bem-estar, e ciente do compromisso com os desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável e pelo processo de transição nas suas múltiplas dimensões, económica, digital, energética e climática, posicionando-se como um modelo de excelência, inspirador de outras comunidades.

Assim, é adotada a seguinte **Visão estratégica** para 2030:

**Ponta Delgada, um território focado nas pessoas e comprometido com os desafios da transição económica, digital, energética e climática**

Em 2030, Ponta Delgada é uma **COMUNIDADE** mais envolvida, coesa e com melhor qualidade de vida, com uma **ECONOMIA** mais diversificada, resiliente, inovadora e digital, num **TERRITÓRIO** mais atrativo e colaborativo, melhor conectado, mais **VERDE** e adaptado às alterações climáticas.

A visão para Ponta Delgada evidencia a importância da **COMUNIDADE**, do envolvimento de todos na resolução dos problemas e desafios comuns tendo em vista uma sociedade mais coesa social e territorialmente, que consegue fazer face aos fenómenos de pobreza e exclusão social

e promover a igualdade de oportunidades e satisfação dos objetivos pessoais, familiares e profissionais de todos, alicerçados no acesso a uma habitação condigna, ao emprego e a um rendimento justo, à educação e formação adequadas e a uma vida ativa, saudável e segura. Nesta medida, o centro são as pessoas, o seu bem-estar, uma melhor qualidade de vida, e a felicidade de viver, estudar, trabalhar, investir e cooperar neste território.

Ponta Delgada é um concelho que reconhece a importância de uma **ECONOMIA** diversificada e resiliente, impulsionada por setores estratégicos e criadores de oportunidades para a inovação e para os novos investimentos no tecido empresarial local. O apoio transversal a todas as camadas do setor económico, o estabelecimento de parcerias estratégicas e o fomento da transição digital são outro dos pilares essenciais do desenvolvimento do Concelho.

Os recursos e características distintivas do **TERRITÓRIO** são fatores essenciais no processo de desenvolvimento sustentável. Ponta Delgada é um território que entende a importância dos seus recursos e valores culturais, naturais e paisagísticos, da sua diversidade territorial (urbana e rural), bem como da necessidade da conjugação coletiva de esforços, na sua conservação, valorização e promoção interna e externa. Nesta medida, deve enfrentar os desafios da nova década de uma forma colaborativa e aberta a todos, estabelecendo parcerias e integrando redes de troca de conhecimentos, construindo um concelho mais conectado, mais inclusivo e mais participativo, onde a qualificação, valorização e promoção dos seus valiosos ativos concorrem para um território mais atrativo.

Ponta Delgada é um território singular na sua dimensão ambiental e paisagística, mas também vulnerável ao impacto produzido pelas atividades humanas e aos efeitos das alterações climáticas, que exigem soluções ao nível da adaptação e capacidade de resposta institucional. Nesta medida, Ponta Delgada assume-se como um território **VERDE**, preocupado com a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, com a utilização parcimoniosa e eficiente dos recursos (água, solo, energia e materiais), com o combate às causas das alterações climáticas através da redução das emissões de GEE e valorização dos sumidouros de carbono (descarbonização), com a mobilidade sustentável, e que previne e combate os riscos naturais a que se encontra sujeito, adaptando-se a estas realidades.

### 4.3 Objetivos estratégicos e eixos de intervenção

Partindo da visão e das conclusões do diagnóstico que suportaram a sua definição, identifica-se um conjunto de **14 objetivos estratégicos**, que estabelecem uma relação mais ou menos direta entre si. São estes:

- OE1** Promover a igualdade de oportunidades e a coesão social.
- OE2** Contribuir para o bem-estar e vida ativa da população.
- OE3** Assumir a educação e valorização do capital humano como um fator estratégico.
- OE4** Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no concelho.
- OE5** Potenciar a competitividade das empresas e atratividade económica.
- OE6** Estimular a inovação e empreendedorismo.
- OE7** Potenciar a transição digital, tecnológica e ecológica das atividades.
- OE8** Promover a adaptação climática e prevenção de riscos.
- OE9** Promover a descarbonização e eficiência energética.
- OE10** Promover a economia circular e sustentabilidade de recursos.
- OE11** Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e a valorização do território.
- OE12** Promover a coesão do sistema urbano-rural.
- OE13** Reforçar a visibilidade a Ponta Delgada no exterior como território de elevada qualidade.
- OE14** Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.

Decorrentes dos objetivos elencados, identificam-se **4 eixos de intervenção**, com um carácter temático, alinhado com os 4 conjuntos de desafios territoriais apresentados no capítulo 3.4, que são orientadores da estratégia para o desenvolvimento integrado do Concelho, no horizonte temporal de 2030. Estes eixos de intervenção, coerentes com as especificidades e prioridades de desenvolvimento do Município e alinhados com as prioridades estratégicas identificadas à escala local, regional, nacional e europeia, são os seguintes:

Eixo de intervenção 1.  
Qualidade de vida e  
coesão social

Eixo de intervenção 2.  
Competitividade,  
inovação e digitalização

Eixo de intervenção 3.  
Transição climática e sustentabilidade

Eixo de intervenção 4.  
Atratividade e  
coesão territorial

### Eixo de intervenção 1. Qualidade de vida e coesão social

Partindo da premissa que o desenvolvimento territorial sustentável assenta, em primeiro lugar, em **comunidades socialmente coesas**, o primeiro eixo de intervenção relaciona-se, exatamente, com a redução das desigualdades, o desenvolvimento social e a **promoção da qualidade de vida** dos cidadãos. Com efeito, a promoção de uma sociedade mais coesa e justa, onde os cidadãos tenham **igual acesso a direitos e oportunidades**, e, simultaneamente, uma **sociedade mais informada, participativa e com um sentido cívico apurado**, são aspetos fundamentais para o desenvolvimento do território e do bem-estar social. A promoção do bem-estar e estabilidade social, e o reforço da cidadania, concorrem para promover a segurança e paz social.

Este é um eixo de intervenção que, apesar de possuir um foco na **resposta às situações mais críticas**, através do apoio e assistência, procurando impulsionar a mudança necessária para a redução das situações de pobreza e exclusão social, procura também assegurar uma **atuação transversal na melhoria generalizada da qualidade de vida e do bem-estar social**.

Para além de uma abordagem transversal que se estende a domínios tão diversos como a habitação, ou o desporto e lazer, e que deve garantir respostas adaptadas às necessidades específicas dos vários perfis de população, salienta-se um outro princípio de intervenção, muito relevante neste eixo de intervenção, correspondente à **abordagem preventiva**. Esta reflete-se em vários domínios, como por exemplo na prevenção da doença ou na aposta em prevenir comportamentos desviantes por via da educação, formação e da informação e estímulo à participação cívica.

Neste sentido, importa **dar continuidade às iniciativas** já desenvolvidas para resposta aos problemas sociais instalados e emergentes, mas simultaneamente **potenciar os recursos sociais** existentes, qualificando e adequando infraestruturas, equipamentos e serviços, e **dinamizar e reforçar as redes e parcerias estratégicas**, por forma a que se agilize o diagnóstico precoce de situações, problemas ou temáticas sociais, promova a inovação social e potencie a eficácia das respostas sociais.

Saliente-se ainda que, apesar do posicionamento positivo no contexto regional, a educação (que nesta estratégia é abordada num sentido lato, não limitado à educação e formação formal) é recorrentemente apontada como uma área de melhoria. Deste modo, é estratégico para o desenvolvimento social do concelho continuar o caminho positivo que vem trilhando no estímulo do **sucesso escolar e redução do absentismo escolar**, apoiar no desenvolvimento de programas educacionais e formativos inovadores e adequados não apenas às pessoas a que se dirigem, mas também às necessidades do mercado, e diversificar e reforçar a qualificação e aprendizagem ao longo da vida, tendo em vista a **inserção e empregabilidade** de jovens e desempregados.

## Eixo de intervenção 2. Competitividade, inovação e digitalização

A continuação da trajetória de **incremento da competitividade e inovação** da economia local, que se vem observando nos últimos anos, e que é reconhecida e valorizada pela população, corresponde ao segundo eixo de intervenção, sendo incontornável para o desenvolvimento local. Este estabelece uma relação próxima com o eixo de intervenção anterior, na articulação com o **emprego e a capacitação da força de trabalho**. Com efeito, o aumento da instrução e formação formal, que deve ser provir também da formação contínua promovida no local de trabalho, deverá traduzir-se num **aumento da produtividade do tecido empresarial**.

O aumento da produtividade e da competitividade da economia deriva igualmente da **inovação associada aos processos produtivos e aos produtos**, da introdução de novas tecnologias, e de uma maior eficiência energética e sustentabilidade ambiental. Neste processo, é necessário e estratégico o investimento na **valorização, diversificação e diferenciação dos produtos, atividades e serviços**, aumentando a sua competitividade no mercado global, e a promoção de um **ambiente económico mais resiliente** e mais capaz de resistir à volatilidade económica. Em síntese, a inovação deverá afirmar-se como motor da economia local, que deverá ter como princípios base a qualificação e diferenciação dos produtos e a diversificação das atividades, alicerçadas em novas dinâmicas colaborativas e num ecossistema de inovação e empreendedorismo que agregue o tecido empresarial, o setor público e o meio académico.

Salienta-se ainda, num mundo em crescente digitalização, a importância de aproveitar as **vantagens da digitalização e o reforço da conectividade digital** para as entidades, para os cidadãos e para o território (em particular pelos efeitos em termos de sustentabilidade ambiental). A transição digital terá como pilares estruturais a capacitação digital das pessoas, a transformação e digitalização das atividades económicas e a digitalização dos serviços públicos. Fundamental é ainda a preparação dos recursos humanos, incluindo ao nível da gestão e das chefias intermédias, para os desafios da transição digital e ambiental, e para a implementação de práticas e comportamentos sustentáveis nos diversos setores da economia, incluindo o setor terciário, turismo e atividades primárias.

### Eixo de intervenção 3. Transição climática e sustentabilidade

O terceiro eixo de intervenção corresponde à **transição climática e sustentabilidade**, uma **temática estrutural e transversal** a quase todos os setores de atuação, que assume uma forte relevância nas políticas e **compromissos nacionais e comunitários**, o que se traduz na disponibilidade de financiamento, desde logo associadas ao Açores 2030, mas também ao PRR, entre outras fontes.

O Município está também empenhado em **promover e apoiar a transição energética** e em promover a **resiliência do território** para melhor enfrentar as alterações climáticas. Está em curso a elaboração do PMAC, como antes mencionado, que deverá aprofundar e guiar a atuação municipal para os processos locais de mitigação e adaptação às alterações climáticas no Concelho.

No contexto da Estratégia Ponta Delgada 2030, importa, desde já, contribuir também para a **proteção e gestão sustentável dos recursos naturais**, e para ação climática e a prevenção de riscos, reforçando a resiliência e a capacidade de adaptação do território e das comunidades aos efeitos das alterações climáticas. A prevenção de riscos naturais, potenciados pelas alterações, requer uma atuação para **reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta** dos territórios e populações **em situações de emergência**. Para tal importa criar condições favoráveis à gestão integrada e sustentável dos recursos naturais (água, solo, energia, materiais) e **proteger e/ou recuperar ecossistemas**, atuando preventivamente. Sendo improvável a eliminação total dos riscos, até pelas próprias características naturais e geológicas dos Açores, é igualmente importante a dotação de meios materiais e técnicos, que monitorizem, alertem e estejam preparados para atuar, em situações de emergência.

Complementarmente, uma segunda linha de atuação corresponde à transição energética, com vista à **descarbonização e promoção da eficiência energética** e da sustentabilidade ambiental, nos edifícios público e privados, no espaço público e na mobilidade, que contribui para a redução das emissões de gases de efeito de estufa e mitigação das alterações climáticas, mas também para a promoção da inovação e competitividade económica, e da qualidade de vida da população.

Por fim, a **transição para uma economia verde e circular** implica promover um modelo de desenvolvimento que minimize os impactos ambientais e proteja os recursos, prolongando o ciclo de vida dos produtos e dos materiais, através da reutilização, reaproveitamento e reciclagem. A inovação, tecnológica e social, a mudança de valores e padrões de produção e consumo, são aspetos que deverão de ser trabalhados.

#### Eixo de intervenção 4. Atratividade e coesão territorial

A análise intercensitária 2011-2021 deixa antever, entre outros aspetos, uma tendência de declínio demográfico em Ponta Delgada, assente numa perda populacional efetiva generalizada e num envelhecimento demográfico consubstanciado numa perda do número de jovens e num aumento da população idosa. A **atratividade do território de Ponta Delgada** é, neste seguimento, uma temática de premente atuação, a qual deverá ser transversal a todo o Concelho por forma a não acentuar os já existentes desequilíbrios entre as freguesias rurais e urbanas, e poder, em última análise, contribuir para uma **maior coesão territorial interna**.

Um dos aspetos fundamentais para contrariar essa tendência negativa passará por uma **requalificação do território** em setores-chave como a reabilitação do edificado e das áreas degradadas, o reforço da segurança de pessoas e bens aliado à criação de um espaço público mais salubre e aprazível, a melhoria da acessibilidade universal, bem como da qualidade de vida como um todo da sua população.

A atratividade e coesão territorial de Ponta Delgada passarão, igualmente, ao nível da sua **promoção cultural e turística**, particularmente tendo em conta o contexto atual de crescimento das atividades inseridas no setor do turismo e da recente nomeação de Ponta Delgada como Capital Portuguesa da Cultura 2026. Estas realidades afiguram-se, com efeito, como excelentes oportunidades para a dinamização do património material e imaterial do Concelho, bem como dos seus agentes culturais e turísticos e da sua própria população. Como última nota, uma chamada de atenção para a necessidade de compatibilização do crescimento do turismo com a manutenção da qualidade de vida da população residente.

## 4.4 Projetos estruturantes

A operacionalização da Estratégia Ponta Delgada 2030, concretiza-se através de **10 projetos estruturantes**, integrados nos 4 eixos de intervenção, que visam dar uma resposta integrada aos objetivos estratégicos elencados e que consubstanciam as prioridades de investimento para 2030. A saber:

- PE1. PDL PARA TODOS
- PE2. PDL ATIVA E SAUDÁVEL
- PE3. PDL EDUCAR PARA O FUTURO
- PE4. PDL EPICENTRO
- PE5. PDL SMART E DIGITAL
- PE6. PDL TERRITÓRIO RESILIENTE
- PE7. PDL ZERO CARBONO
- PE8. PDL SUSTENTÁVEL
- PE9. PDL REVIVE PLUS
- PE10. PDL TURISMO E CULTURA

Destaca-se que, apesar de se estabelecerem ligações mais ou menos diretas entre cada projeto e um determinado domínio ou setor de atuação, tendencialmente, estes projetos estruturantes possuem um caráter transversal de alavancagem do desenvolvimento integrado do Concelho.

Estes projetos estruturantes contemplam um conjunto integrado de ações/iniciativas, cujo impacto da sua implementação contribui sinergicamente para uma transformação em maior escala e com efeitos mais robustos, tendo presente os objetivos estratégicos que o enquadram.

Cada projeto estruturante é apresentado numa ficha, que identifica a relação com o eixo estruturante e com os objetivos estratégicos, a identificação das ações prioritárias, seguida de uma breve descrição do projeto, incluindo os seu propósito geral e justificação e o modo como será operacionalização, a entidade promotora e os potenciais parceiros, os principais referenciais estratégicos de âmbito municipal, a estimativa de investimento (em grandes intervalos), e, por último, a identificação de possíveis fontes de financiamento.

No período que antecede a implementação de cada um destes projetos estruturantes, deverá ser desenvolvido o correspondente plano de ação, que irá detalhar os objetivos específicos e determinar o planeamento da execução dos trabalhos associadas a cada ação prioritária, estabelecendo passos intermédios, metas e calendário de execução e atribuindo responsabilidades concretas aos diferentes agentes envolvidos. Neste momento deverá também ser definida a estimativa orçamental de cada ação.

PE1. PDL PARA TODOS													
Eixos de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade				4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
Contribuir para a igualdade de oportunidades e coesão social.													
Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no Concelho.													
Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.													
Ações prioritárias													
Ap1.1. PDL 1.º DIREITO													
Ap1.2. PDL HABITAÇÃO ACESSÍVEL													
Ap1.3. PDL HOUSINGFIRST													
Ap1.4. PDL. NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS													
Ap1.5. PDL RADAR SOCIAL													
Descrição													
<p>Este projeto estruturante visa uma <b>maior igualdade de oportunidades e a coesão social, promovendo uma sociedade mais inclusiva, justa, segura e solidária</b>, e para comunidades mais coesas e participativas. Intervém em alguns dos problemas que afetam diretamente as famílias, designadamente a habitação (tema central das três primeiras ações prioritárias), e as repostas sociais (as duas últimas).</p> <p>A primeira ação prioritária, <b>PDL 1.º DIREITO</b>, visa garantir a todos os munícipes o acesso a uma habitação digna, por via da reabilitação e alargamento do parque de habitação municipal dirigido às pessoas e famílias com maiores carências financeiras. Estabelece uma relação direta com as soluções propostas na ELH e com resposta habitacional aos cerca de 750 agregados que foram sinalizados durante a elaboração deste documento como estando a viver em condição indigna, tal como a outros que venham a ser identificados, sobretudo por via do 1.º Direito e PRR.</p>													

Complementarmente, e porque as dificuldades no acesso a uma habitação, face aos elevados preços do mercado imobiliário para os níveis médios de rendimentos, se estendem atualmente a outros grupos populacionais além da população mais carenciada, nomeadamente a população jovem e a famílias com rendimentos intermédios, propõe-se a ação prioritária **PDL HABITAÇÃO ACESSÍVEL**. Esta visa criar uma oferta de habitação a preços acessíveis e adequada às necessidades dos diversos grupos populacionais. Importa, assim, em estreita articulação com a estratégia habitacional preconizada na Carta Municipal de Habitação (CMH) de Ponta Delgada, criar uma oferta habitacional pública para arrendamento acessível e também fomentar o envolvimento de diferentes atores do setor privado e social (privados, cooperativas, terceiro setor) no reforço desta oferta. Esta é uma questão estratégica para permitir a captação e fixação de população jovem e qualificada no Concelho.

A ação prioritária **PDL HOUSINGFIRST** tem como foco a resposta a um grupo de pessoas em extrema vulnerabilidade: a população em situação de sem-abrigo e que tem vindo a ganhar uma maior presença no concelho. Visa dar continuidade e reforçar o projeto HousingFirst, um projeto-piloto municipal com resultados muito positivos e que adota uma abordagem integrada, cruzando a resposta habitacional com o acompanhamento social com vista a uma plena reintegração na sociedade, sendo desenvolvida em parceria com o Terceiro Setor.

Face à expressividade das situações de pobreza e exclusão social, e aos problemas sociais associados à violência doméstica e comportamentos de risco, a ação prioritária **PDL. NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS** visa o reforço da rede de equipamentos sociais, em particular da rede de centros de acolhimento e cantinas sociais, bem como de outros que se venham a revelar necessários. Estes equipamentos, assim como outros equipamentos da rede, devem procurar assegurar respostas sociais integradas e inovadoras, procurando maximizar a eficácia na resolução das diferentes problemáticas. Deverão adotar lógicas indutoras do convívio intergeracional, do intercâmbio de conhecimento e experiências, do envolvimento comunitário e participação social, potenciando a sua utilização.

A par do incremento da rede de equipamentos, importa igualmente promover a monitorização do desenvolvimento social local, a capacidade de identificar situações problemáticas e, de forma rápida e eficaz, garantir respostas integradas adequadas, através da multidisciplinariedade e do trabalho em rede. A ação prioritária **PDL. RADAR SOCIAL** segue um modelo aproximado do projeto-piloto Radar Social, do ISS, com aplicação restrita a Portugal Continental, e adaptado ao contexto local, propõe-se a constituição de uma rede de técnicos afetos ao setor social, público e privado sem fins lucrativos, e a criação de um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal, capaz de, em processo contínuo, rapidamente identificar as pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, e encaminhar para os recursos, respostas e soluções que sejam mais adequados.

<b>Promotor</b>		<b>Potenciais parceiros</b>	
Município		IHRU, Juntas de Freguesia, DRH, Associação Novo Dia, Crescer na Maior, entidades do setor social, promotores imobiliários, cooperativas; grupos de cidadãos	
<b>Principais referenciais estratégicos de âmbito local</b>			
Estratégia Local de Habitação do Município de Ponta Delgada, 2022			
Carta Municipal de Habitação de Ponta Delgada, 2023 (em aprovação)			
Carta Social de Ponta Delgada, 2023			
Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, 2023			
Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada, 2020			
Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo, 2024			
<b>Estimativa de investimento</b>			
Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
<b>Potenciais fontes de financiamento</b>			
1.º Direito/PRR; Açores 2030			

PE2. PDL ATIVA E SAUDÁVEL													
Eixo de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade				4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
Contribuir para a igualdade de oportunidades e coesão social.													
Contribuir para o bem-estar e vida ativa da população do Concelho.													
Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e a valorização do território													
Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.													
Ações prioritárias													
Ap2.1. PDL. DESPORTO COM ESTRATÉGIA													
Ap2.2. PDL. NOVA GERAÇÃO DE RECINTOS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS													
Ap2.3. PDL. ESPAÇO PÚBLICO COM VIDA													
Ap2.4. PDL. VIDA SAUDÁVEL													
Descrição													
<p>Dirigido a toda a população residente, este projeto estruturante visa a <b>promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população</b>, assente no equilíbrio físico, mental e social, e na promoção de práticas e hábitos de vida saudáveis. A prática desportiva, atividade física e de lazer ao ar livre assumem neste propósito um papel central, genericamente reconhecido, contribuindo para a saúde e bem-estar e também para o maior envolvimento e coesão das comunidades. Outros fatores, como a informação e a educação para a saúde, são também muito relevantes.</p> <p>A ação prioritária <b>PDL. DESPORTO COM ESTRATÉGIA</b> consiste na elaboração de uma estratégia municipal para o desporto e atividade física, que integre um diagnóstico atualizado do sistema desportivo no Concelho, incluindo a identificação das necessidades de valorização ou criação de instalações desportivas e de espaço público para a prática da atividade física, e que desenvolva uma estratégia para promover as práticas desportivas e a atividade física da população e o dinamismo do tecido associativo desportivo. Esta estratégia deve ser acompanhada da elaboração da Carta Desportiva, o instrumento de programação e de ordenamento dos equipamentos desportivos no Concelho.</p>													

Com base nas necessidades já hoje conhecidas neste domínio e nos resultados do diagnóstico que a estratégia municipal para o desporto e atividade física deverá produzir, a segunda ação prioritária – **PDL. NOVA GERAÇÃO DE RECINTOS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**, consiste no reforço e requalificação da rede de recintos e equipamentos desportivos, proporcionando uma oferta adequada, diversificada e bem distribuída pelo território, capaz de mobilizar e atrair praticantes, de diversos perfis e escalões etários, em localidades já identificadas pelo Município, como São Roque, Santo António e Arrifes. Saliente-se que o desporto tem uma forte capacidade mobilizadora da população mais jovem e poderá ser uma ferramenta relevante para a inclusão social (em particular dos jovens NEET) e para o crescimento pessoal, trabalhando competências sociais, como a cooperação, a liderança e o respeito, e competências pessoais, como a autoestima, a disciplina, a perseverança, a determinação ou a criatividade.

Por sua vez, a AP1.3 – **PDL. ESPAÇO PÚBLICO COM VIDA** consiste no reforço e beneficiação do espaço público de estadia, incluindo os espaços verdes, no sentido de garantir uma oferta de espaços públicos atrativos, diversificados, acessíveis e inclusivos. O acesso a estes locais proporciona áreas de lazer e recreio, de convívio e contacto com a natureza, favorecendo a prática da atividade física e melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população. Complementarmente, mas não menos importante, são os benefícios em termos de qualidade urbana e/ou paisagística, e também de sustentabilidade ambiental e resiliência, contributo para a biodiversidade e a recuperação de ecossistemas. Pretende-se criar uma rede de espaços públicos no Concelho, que abranja a cidade, os centros urbanos complementares e as freguesias rurais, com condições para a sua vivência (com vida) e convidativos para a população. As intervenções devem ter por base a estratégia municipal para a reabilitação urbana, com enquadramento nas Áreas de Reabilitação Urbana e nas respetivas Operações de Reabilitação Urbana, em vigor e a criar.

Por último, propõe-se a ação prioritária **PDL. VIDA SAUDÁVEL** que consiste num programa municipal para a literacia na saúde e prevenção da doença, que melhore o nível de conhecimento da população e que trabalhe as suas competências no que respeita à saúde e prevenção da doença. Este programa deverá consciencializar e informar sobre os fatores de risco, sinais de alerta e cuidados de saúde primários, e promover a adoção de hábitos de vida saudáveis, como uma alimentação equilibrada, cuidados com a higiene e repouso, a prática desportiva e de atividade física, gestão do stress e saúde mental.

Promotor	Potenciais parceiros
Município	IHRU, tecido associativo desportivo, IPSS, Administração Regional de Saúde e USISM
Principais referenciais estratégicos de âmbito local	
Carta Social de Ponta Delgada, 2023	

Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, 2023  
Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada, 2020  
Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo, 2024  
Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022  
Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de São Roque, 2019

#### **Estimativa de investimento**

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

#### **Potenciais fontes de financiamento**

Açores 2030

PE3. PDL EDUCAR PARA O FUTURO													
Eixos de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade				4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
<p>Contribuir para a igualdade de oportunidades e coesão social.</p> <p>Assumir a educação e valorização do capital humano como um fator estratégico.</p> <p>Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no Concelho.</p> <p>Potenciar a competitividade das empresas e a atratividade económica.</p> <p>Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap3.1. PDL. EDUCAR PARA O FUTURO</p> <p>Ap3.2. PDL. FORMAR E CAPACITAR</p> <p>Ap3.3. PDL. NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES</p> <p>Ap3.4. PDL. COM OS JOVENS</p>													
Descrição													
<p>O presente projeto estruturante está intimamente relacionado com o Objetivo estratégico 4. <b>Assumir a educação e valorização do capital humano como um fator estratégico</b>. No entanto, devido exatamente ao caráter estratégico da educação e qualificação da população, aqui encarado num sentido lato, os domínios da competitividade económica e da coesão social são indissociáveis deste projeto.</p> <p>A primeira ação prioritária aqui integrada - <b>PDL. EDUCAR PARA O FUTURO</b>, consiste no desenvolvimento de um programa municipal educar para a vida, dirigido à comunidade escolar, com enquadramento num Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM). Este programa municipal deverá ser elaborado com o envolvimento ativo das crianças e jovens aos quais de destina. Dá continuidade ao trabalho que o Município tem realizado no âmbito da promoção do sucesso escolar e do combate ao absentismo, sensibilizando para a importância da instrução escolar, mas associa-lhe outras dimensões relevantes para o sucesso pessoal e profissional dos jovens, nomeadamente temáticas como o fomento de consumos culturais, literacia financeira, hábitos de vida saudáveis e prevenção de dependências, cidadania e estímulo à participação cívica.</p>													

Complementarmente, e dando resposta a uma lacuna importante diagnosticada, a ação prioritária **PDL. FORMAR E CAPACITAR** visa promover a adequação da oferta formativa e capacitação profissional às necessidades das empresas locais, com a aposta na formação e na aprendizagem ao longo da vida, e a adequação das ofertas formativas às necessidades do mercado, aumentando as possibilidades de uma futura integração profissional, a qualificação dos trabalhadores, assim como a produtividade e a competitividade das empresas. Este processo deve contar com o envolvimento dos diferentes atores do sistema educativo e formativo e do tecido empresarial, e deve assentar em modelos formativos e de capacitação inovadores e adaptados os contextos locais.

Em linha com a Carta Educativa, a ação prioritária **PDL. NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES** assenta na reabilitação e dinamização do património escolar sob jurisdição municipal, concretamente os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, que apresentam necessidades de requalificação, nalguns casos profundas (Ap3.3), designadamente as escolas de São Roque, Fajã de Cima, Fenais da Luz, São Vicente Ferreira e Capelas. As intervenções devem valorizar e modernizar os edifícios e espaços escolares, adequando-os às necessidades pedagógicas e socio-culturais da comunidade onde se inserem. Do mesmo modo, devem ser requalificados os recreios e a envolvente urbana aos estabelecimentos escolares. Em termos funcionais, devem ser desenvolvidos projetos que potenciem o papel complementar à função educativa, incluindo no domínio do desporto, cultura e capacitação parental das famílias, potenciando a capacidade de intervenção social junto das famílias e o serviço à comunidade.

A última ação - **PDL. COM OS JOVENS**, visa a criação de um programa municipal para a atração e fixação de população jovem e qualificada, que potencie condições favoráveis para a permanência dos jovens locais com qualificações mais elevadas, para a fixação de estudantes universitários que desejem permanecer no concelho, ou ainda para a captação e fixação de outra população qualificada. Este programa deve contemplar duas dimensões centrais: a habitação e o emprego. Deste modo, deve contemplar o aumento da oferta de alojamento estudantil, previsto na CMH de Ponta Delgada, de habitação acessível ou apoios ao arrendamento dirigidos. Deve igualmente envolver o Governo Regional, a Universidade dos Açores e centros de investigação, no sentido de potenciar a ligação ao tecido empresarial local, aumentando as oportunidades diretas de emprego entre os jovens com formação superior e, simultaneamente, permitindo a criação de sinergias para otimização do processo produtivo, a geração de inovação nos produtos, tecnologias de produção e resolução de problemas ou dificuldades das empresas.

Promotor	Parceiros
Município	Comunidade escolar e formativa, Universidade dos Açores, Associação Académica

### Principais referenciais estratégicos de âmbito local

Carta Educativa de Ponta Delgada, 2020

Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, 2023

Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada, 2020

Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022

Carta Municipal de Habitação, 2023 (em aprovação)

### Estimativa de investimento

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

### Potenciais fontes de financiamento

Açores 2030; Programa Cidadãos Ativos (Fundação Calouste Gulbenkian); EaSI – Programa para o Emprego e a Inovação Social

PE4. PDL EPICENTRO													
Eixo estratégico													
Ee1. Qualidade de vida e coesão social				Ee2. Competitividade, inovação e digitalização				Ee3. Transição climática e sustentabilidade				Ee4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<p>Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no Concelho.</p> <p>Potenciar a competitividade das empresas.</p> <p>Estimular a inovação e o empreendedorismo.</p> <p>Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e a valorização do território.</p> <p>Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap4.1. PDL. EPICENTRO – HUB CRIATIVO E DE INOVAÇÃO</p> <p>Ap4.2. PDL. ECONOMIA EM MOVIMENTO.</p> <p>Ap4.3. PDL. NOVA GERAÇÃO DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL</p> <p>Ap4.4. PDL. INCENTIVA E SIMPLIFICA</p>													
Descrição													
<p>Este projeto estruturante visa impulsionar o desenvolvimento económico do concelho de Ponta Delgada, através de ações que conduzam ao aumento da competitividade das empresas, à inovação nos projetos e nos negócios, e ao fomento de uma cultura empreendedora e sustentável em várias dimensões. Pretende-se reforçar a capacidade de resiliência da economia local face aos desafios da sociedade contemporânea, criando as condições infraestruturais e logísticas que permitam acelerar o crescimento das empresas, potenciar colaborações intra e intersectoriais, estimular a criatividade e gerar riqueza.</p> <p>Uma ação prioritária é a criação de um novo centro criativo e de inovação de Ponta Delgada, o <b>PDL EPICENTRO – HUB CRIATIVO E DE INOVAÇÃO</b>, que se pretende que seja um espaço agregador de novas dinâmicas sociais e económicas no Concelho, um espaço aberto à inovação e ao empreendedorismo, onde coabitem zonas de trabalho, de lazer, de cultura e espaços multiusos de vivência diária entre empresários, empreendedores, freelancers, startups e até grandes empresas, bem como toda a comunidade. O PDL EpiCentro deverá gerar um “tremor” com um grau de magnitude que produza um forte impacto na economia local e na comunidade, devendo estar preparado para potenciar as relações colaborativas entre diferentes setores,</p>													

potenciar a inovação e permitir a o contato entre diferentes indústrias, contribuindo para uma sociedade mais aberta, mais dinâmica, mais criativa e mais inovadora. A infraestrutura deverá captar e acolher empresas de dimensão e maturidade diversa, sendo ainda o local privilegiado para realocar a Startup PDL – Incubadora de empresas de base local e para instalar um novo espaço multiusos (centro/arena multiusos).

Outra ação prioritária - **PDL. ECONOMIA EM MOVIMENTO**, intimamente relacionada com a anterior, consiste no desenvolvimento de um plano de dinamização da economia local, nas suas diversas vertentes, que deverá incluir o PDL EpiCentro – HUB Criativo e de Inovação. Deverá funcionar como um verdadeiro instrumento de atuação para a atividade económica do Concelho, identificando as ferramentas, oportunidades, iniciativas e responsabilidades no âmbito da dinamização e revitalização da economia. Deverá garantir e prever serviços de apoio e de aconselhamento ao tecido empresarial local, um programa de capacitação para o investimento externo, atividades de mentoria dirigida a empresários e sobretudo empreendedores e startups, bem como um plano de ação para o envolvimento do tecido empresarial e de entidades do sistema científico e tecnológico em projetos de I&D com alto impacto na economia e na sociedade.

O crescimento da economia local não poderá sustentar-se apenas na promoção de novos negócios inovadores e de base tecnológica, sendo fulcral promover ações que apoiem o tecido empresarial e a indústria já estabelecidos no concelho, permitindo fortalecer os alicerces de uma economia que é baseada em pequenas empresas, com difícil acesso a economias de escala, com sobrecustos nos transportes e com recursos humanos com baixas qualificações. Assim, com a ação prioritária **PDL. NOVA GERAÇÃO DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL** pretende-se requalificar e modernizar as áreas de acolhimento empresarial, desde zonas de armazenagem a parques industriais/empresariais, zonas de exposição e plataformas logísticas (ex.: Azores Parque), possibilitando, por via da intervenção em infraestruturas e equipamentos de base não tecnológica, apoiar no crescimento e competitividade das micro e PMEs, contribuindo para diversificação e alargamento da base económica do concelho e da Região, para a criação/manutenção do emprego e para a fixação de população.

O fortalecimento da economia local deve igualmente ser pensado e aplicado de acordo com as características e especificidades das empresas locais, empregando apoios robustos no setor privado e produtivo. Assim, outra ação prioritária a desenvolver - **PDL. INCENTIVA E SIMPLIFICA** visa o aprofundamento de mecanismos de incentivo financeiro ao investimento e a simplificação dos processos de licenciamento, de forma a proporcionar um ambiente económico mais favorável, sobretudo através de políticas fiscais mais ajustadas e favoráveis às micro e PMEs, deverão ser criados ou complementados os mecanismos de isenção de taxas, redução de IMI e de tarifas de água e saneamento, incentivos à contratação, programas e capacitação e formação, e a simplificação de processos. Outro aspeto a desenvolver é a otimização interna dos processos de licenciamento urbanístico e das atividades económicas,

que por norma, e apesar dos recentes avanços em termos de modernização administrativa, são um pesado custo de contexto.

<b>Promotor</b>	<b>Potenciais parceiros</b>
Município	Universidade dos Açores; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores; Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Estabelecimentos de ensino técnico-profissional.

**Principais referenciais estratégicos de âmbito local**

Estratégia potenciadora das oportunidades de financiamento com incidência no desenvolvimento local (GEEAE)  
Candidatura da StartUp PDL à Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores – Estratégia Local de Desenvolvimento

**Estimativa de investimento**

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

**Potenciais fontes de financiamento**

Açores 2030; Horizonte Europa; InvestEU

PE5. PDL SMART E DIGITAL													
Eixo estratégico													
Ee1. Qualidade de vida e coesão social				Ee2. Competitividade, inovação e digitalização				Ee3. Transição climática e sustentabilidade			Ee4. Atratividade e coesão territorial		
Objetivos estratégicos													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<p>Potenciar a competitividade das empresas</p> <p>Estimular a inovação e empreendedorismo</p> <p>Potenciar a transição digital, tecnológica e ecológica das atividades</p> <p>Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e a valorização do território</p> <p>Promover a coesão do sistema urbano-rural</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap5.1. PDL. BAIRRO COMERCIAL DIGITAL</p> <p>Ap5.2. PDL. TRANSIÇÃO DIGITAL</p> <p>Ap5.3. PDL. SMART TERRITORY</p> <p>Ap5.4. PDL. PROJETOS ON</p> <p>Ap5.5. PDL. CIDADÃO MAIS DIGITAL</p>													
Descrição													
<p>O presente projeto estruturante incide na <b>transição digital e tecnológica</b> como fator determinante de mudança de paradigma no concelho de Ponta Delgada, enquanto território mais inteligente e inovador, ambientalmente sustentável e eficiente a nível operacional, gerador de novas oportunidades de emprego, mais conectado e resiliente, com melhores condições para o investimento e para a implementação de soluções e serviços ao dispor da comunidade.</p> <p>A primeira ação prioritária - <b>PDL. BAIRRO COMERCIAL DIGITAL</b> passa pela implementação do projeto do Bairro Comercial Digital de Ponta Delgada. Com incidência no centro histórico da cidade de Ponta Delgada e abrangendo cerca de 400 empresas, este projeto liderado pelo Município em consórcio com outras entidades locais beneficia de financiamento do PRR, com um investimento elegível superior a 1 milhão de euros. Visa promover a digitalização da economia – sobretudo comércio local – através da adoção de meios digitais e tecnológicos por parte dos agentes económicos e da digitalização dos seus modelos de negócio, bem como</p>													

na sensibilização e capacitação dos empresários e colaboradores, refletindo-se na valorização e requalificação do centro histórico de Ponta Delgada.

Uma outra ação prioritária - **PDL. TRANSIÇÃO DIGITAL** prende-se com o apoio à transição digital das atividades económicas e dos serviços públicos, num espetro mais abrangente a nível setorial e territorial. Partindo, numa primeira fase, da implementação do projeto no centro histórico de Ponta Delgada, importa alargar a iniciativa de modernização e reforço dos meios e transição digital a todo o Concelho, promovendo iniciativas de apoio a todo o tecido empresarial, bem como a serviços públicos e organismos de maior proximidade ao cidadão, reforçando a capacitação digital e tecnológica do município, das juntas de freguesia e de outros serviços, potenciando uma maior eficiência operacional e qualidade do serviço prestado, maior acessibilidade a produtos e informações, maior agilidade e rapidez na tomada de decisão, mais segurança na informação, desburocratização de processos e melhor experiência ao cidadão.

Ponta Delgada já iniciou o caminho para se tornar uma cidade inteligente (smart city), através da cobertura de rede móvel 5G, que possibilitará uma gestão integrada da cidade a vários níveis e dimensões, como na gestão do tráfego rodoviário e do estacionamento, melhoria da segurança na circulação, gestão da recolha de resíduos sólidos, monitorização e sistemas de alerta em zonas de risco, entre outros. A ação prioritária **PDL. SMART TERRITORY** inscreve-se num novo ciclo de aposta no alargamento destas iniciativas a outras zonas do concelho, na implementação soluções tecnológicas altamente inovadoras (como a sensorização e a vídeo-analítica), permitindo o acesso a informação atual e a uma melhor gestão de dados em tempo real que impactem positivamente na gestão do território. A criação de um território mais inteligente deverá promover uma plataforma de gestão integrada em todas as dimensões, sistemas de IoT (internet of things), aplicativos móveis para a participação pública dos cidadãos, pagamentos digitais, gabinetes virtuais, alertas rápidos, comunicação entre entidades e/ou com as pessoas, informação turística atualizada e formação em competências digitais.

Uma outra ação prioritária - **PDL. PROJETOS ON**, que deverá estar articulada com o reforço e apoio à modernização e digitalização dos serviços públicos, consiste na criação de uma plataforma municipal, partilhada por todos os serviços da autarquia, que funcione como repositório de projetos municipais estruturantes. Esta iniciativa deverá contribuir para a transição digital dos serviços municipais e deverá fortalecer a base de dados interna, contribuindo para um maior conhecimento, a nível geral, do trabalho efetuado na autarquia, dos projetos em carteira, em execução ou a executar (estado, faseamento, investimento, fontes de investimento e equipa responsável). Além do contributo para um maior conhecimento e comunicação interna, esta plataforma poderá ter uma vertente exterior, voltada para a consulta pública, funcionando como repositório centralizado de planos, projetos e iniciativas municipais ou com impacto a nível local, possibilitando a informação e contributos dos munícipes.

A última ação prioritária - **PDL. CIDADÃO MAIS DIGITAL**, centra-se na capacitação da população local para a transição e para a incorporação das novas tecnologias no seu dia-a-dia. Este processo poderá trazer múltiplas vantagens, desde a formação e criação de

competências para aumento da empregabilidade, fomento da participação cívica, melhor acesso a informação e maior eficiência na utilização de serviços, estimular o pensamento crítico e a inovação nos negócios, promover e facilitar o acesso ao ensino, à saúde ou a entretenimento. Esta ação pode ser colocada em prática através de ações de formação dirigidas a públicos específicos com necessidades concretas, facilitando o acesso a recursos educativos ou em centros de acesso digital, sensibilização e apoio técnico presencial ou online para resolução de dúvidas ou problemas, ou programas para a preparação face aos riscos do online e reforço da cibersegurança e da inclusão digital de grupos vulneráveis.

Promotor	Potenciais parceiros
Município	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

**Principais referenciais estratégicos de âmbito local**

Estratégia potenciadora das oportunidades de financiamento com incidência no desenvolvimento local (GEEAE)

**Estimativa de investimento**

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

**Potenciais fontes de financiamento**

PRR; Açores 2030; Europa Digital; InvestEU

PE6. PDL TERRITÓRIO RESILIENTE													
Eixo estratégico													
Ee1. Qualidade de vida e coesão social				Ee2. Competitividade, inovação e digitalização				Ee3. Transição climática e sustentabilidade			Ee4. Atratividade e coesão territorial		
Objetivos estratégicos													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<p>Contribuir para o reforço da atratividade e fixação da população no concelho</p> <p>Promover a adaptação climática e a prevenção de riscos</p> <p>Promover a coesão do sistema urbano-rural</p> <p>Reforçar a visibilidade de Ponta Delgada no exterior enquanto território de elevada qualidade</p> <p>Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap6.1. PDL. PROTEÇÃO CIVIL EM AÇÃO</p> <p>Ap6.2. PDL. ALERTA</p> <p>Ap6.3. PDL. COM A NATUREZA</p> <p>Ap6.4. PDL. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS</p> <p>Ap6.5. PDL. RESPONSABILIDADE NO RISCO</p>													
Descrição													
<p>O presente projeto estruturante foca-se na <b>prevenção e combate aos riscos e na adaptação climática</b> tendo presente a necessidade de preparar o território de Ponta delgada para enfrentar situações críticas, nas vertentes de prevenção e de resposta, a nível técnico e operacional, capacitando estruturas, equipas de intervenção e a população em geral, para o aumento dos níveis de resiliência face a eventos extremos de natureza climática e de natureza geológica.</p> <p>A primeira ação prioritária - <b>PDL. PROTEÇÃO CIVIL EM AÇÃO</b>, visa reforçar a nível local o sistema de proteção civil, desde logo o próprio Município. Enquanto órgão coordenador das operações de proteção civil a nível municipal – através do Serviço Municipal de Proteção Civil – a Câmara Municipal desempenha um papel fulcral nas ações de planeamento e resposta a uma grande diversidade de fenómenos e riscos com incidência no concelho, sendo por isso necessário o reforço dos meios humanos, materiais e equipamentos, bem como prever a</p>													

relocalização da sua sala de comando, em local com condições técnicas e logísticas mais adequadas, comparativamente à sala atualmente em uso na sua sede. A outro nível importa igualmente reforçar os meios e competências ao nível das freguesias – através da criação dos núcleos locais de proteção civil – permitindo que em cada localidade seja constituída uma equipa de intervenção célere, de maior proximidade à população das freguesias e em apoio aos agentes de proteção civil na primeira resposta a ocorrências.

A ação prioritária **PDL. ALERTA** visa a criação de um sistema municipal de monitorização meteorológica e de alerta rápido, baseado no conhecimento sobre a natureza dos eventos climáticos extremos, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de previsão de ocorrência a nível local. Esta ação sustenta-se fortemente na utilização de sistemas digitais e meios tecnológicos que deverão estar ligados a uma rede integrada no âmbito da capacitação do território para o aumento da segurança da população e para fazer face aos riscos e ocorrências extremas, dentro do conceito de Smart Territory, conforme exposto no PE4. A Proteção Civil local pode, assim, implementar um sistema de alerta rápido que recolha informações de uma rede de estações e sensores localizados em zonas de risco, tendo particular utilidade para uma atempada resposta a ocorrências mais graves.

O concelho de Ponta Delgada tem sido particularmente afetado por um crescente número de inundações, enxurradas e movimentos de vertentes, particularmente em períodos de maior pluviosidade, especialmente no inverno, mas também no período de verão, com prejuízos para o erário público e para a população local, sendo exemplos as freguesias de Arrifes, Feteiras, Candelária, Mosteiros, Remédios e Santo António. A ação prioritária **PDL. COM A NATUREZA** foca-se numa das causas deste problema, a montante do problema, visando a restauração e preservação do solo e dos sistemas naturais essenciais para a retenção e infiltração das águas, de forma a mitigar estes riscos, como a aplicação de métodos de contenção de solo (plantio de cobertura vegetal, construção de barreiras naturais), criação de bacias de retenção de água que protejam o seu escoamento para em direção a zonas habitacionais, rotação de culturas para espécies mais úteis na fixação de água e de solo.

A ação prioritária **PDL. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS** visa a criação de um programa municipal para a prevenção e gestão de riscos naturais não associados ao clima, como os sismos, erupções vulcânicas, deslizamentos de terras e tsunamis. Este programa, a articular com o PMEPC, poderá integrar uma atualização do mapeamento dos riscos a nível local, a implementação de sistemas de monitorização e vigilância, medidas de contingência específicas, atualização de normas urbanísticas para novas construções e reabilitação de existentes, medidas de prevenção ambiental e reforço da sensibilização e de uma cultura de resiliência comunitária entre a população. Partindo de uma base de articulação com outras

entidades, importa também garantir o reforço de meios e equipamentos para o Município, que no âmbito do Programa Regional Açores 2030 deverá conhecer enquadramento.

A ação prioritária **PDL. RESPONSABILIDADE NO RISCO** é uma ação transversal que visa a promoção de uma cultura de responsabilidade ambiental e de prevenção de riscos entre a população, que possibilite um acréscimo de consciencialização para a proteção do meio ambiente e para enfrentar os riscos naturais, bem como para o reforço da resiliência comunitária e para o bem-estar geral da sociedade, que poderá ser atingida com ações de divulgação e com a mobilização e participação ativa, contribuindo o conhecimento das responsabilidades de cada pessoa no seu meio social, para uma sociedade mais coesa e conhecedora dos perigos, mais atenta à necessidade e aos benefícios da prevenção em detrimento da resposta, e para uma economia mais resiliente.

Promotor	Potenciais parceiros
Município	IROA S.A.; Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores; LREC; CIVISA; Juntas de freguesia.

#### Principais referenciais estratégicos de âmbito local

Plano Municipal de Ação Climática de Ponta Delgada (em elaboração)  
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ponta Delgada

#### Estimativa de investimento

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

#### Potenciais fontes de financiamento

Açores 2030; EEA Grants; Fundo Ambiental; LIFE Portugal

PE7. PDL ZERO CARBONO													
Eixo estratégico													
Ee1. Qualidade de vida e coesão social				Ee2. Competitividade, inovação e digitalização				Ee3. Transição climática e sustentabilidade				Ee4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Promover a igualdade de oportunidades e a coesão social													
Contribuir para o bem-estar e vida ativa da população do concelho													
Contribuir para o reforço da atratividade e fixação da população no concelho													
Potenciar a transição digital, tecnológica e ecológica das atividades													
Promover a ação climática e a prevenção de riscos													
Promover a descarbonização e a eficiência energética													
Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e valorização do território													
Ações prioritárias													
Ap7.1. PDL. EDIFÍCIOS SUSTENTÁVEIS													
Ap7.2. PDL. FROTA ZERO CARBONO													
Ap7.3. PDL. MOBILIDADE ATIVA													
Ap7.4. PDL. POWER MINI BUS													
Descrição													
<p>O presente projeto estruturante assenta na <b>redução da pegada ecológica e na resposta aos principais desafios da descarbonização</b>, que contribuam para uma melhor qualidade de vida da população, voltadas para a eficiência energética no parque edificado e no espaço público, nas atividades económicas e nos serviços, em transportes mais limpos e na mobilidade ativa, tornando Ponta Delgada um concelho mais amigo do planeta.</p> <p>A primeira ação prioritária - <b>PDL. EDIFÍCIOS SUSTENTÁVEIS</b> foca-se no reforço da eficiência energética e na adoção de medidas de sustentabilidade ambiental no parque edificado do Concelho, de uma forma transversal aos edifícios e infraestruturas municipais, com medidas próprias, mas também dirigida ao parque habitacional, de comércio e de serviços, com medidas de incentivo. Nesta medida, inclui medidas centradas na reabilitação, de descarbonização, de eficiência energética, eficiência hídrica e de economia circular,</p>													

direcionada para a melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios. São exemplos práticos a aplicação de janelas e portas eficientes e de isolamento térmico em coberturas, paredes ou pavimentos (recorrendo a ecomateriais ou reciclados), sistemas de aquecimento e/ou arrefecimento ambiente e águas quentes sanitárias (AQS) que recorram a energia renovável, a instalação de painéis solares fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia para autoconsumo e armazenamento, dispositivos de uso de água mais eficientes, soluções de monitorização e controlo inteligente de consumos, sistemas de aproveitamento de águas pluviais e, ainda, soluções de arquitetura bioclimática.

A segunda ação prioritária - **PDL. FROTA ZERO CARBONO**, centra-se na adoção de meios tecnologicamente mais avançados e limpos para a promoção da descarbonização da frota municipal. Esta ação tem assim como objetivo promover de forma definitiva a transição do uso de veículos, máquinas e outros equipamentos movidos a combustível fóssil para outros tipos de energias limpas e/ou renováveis, como são exemplo as baterias elétricas recarregáveis, o biocombustível, o hidrogénio ou o gás natural liquefeito. A implementação desta ação deverá ter em conta, naturalmente, as necessidades atuais e futuras do Município em termos de meios ao dispor, tempo de vida e de circulação da sua frota, as condições locais de circulação, as condições económicas mais vantajosas e também a infraestrutura disponível localmente para o abastecimento e carregamento. A renovação da sua frota automóvel e de equipamentos operacionais (máquinas de limpeza, obras, entre outras) trará impactos positivos, desde o meio ambiente até à economia local, contribuindo para reduzir a emissão de GEE e melhorar a qualidade do ar, economia de custos operacionais, maior independência energética e diversificação de fontes energéticas, estímulo à inovação, exemplo para uma comunidade mais sustentável e alinhamento com metas e compromissos internacionais, redução do ruído associado e valorização da marca institucional do Município.

A terceira ação prioritária - **PDL. MOBILIDADE ATIVA**, tem como objetivo ajudar a devolver o espaço público às pessoas e a incentivar o uso regular de opções de transporte mais limpas e ambientalmente sustentáveis. Deverão ser privilegiadas as intervenções no espaço público que potenciem mobilidade ativa, na continuação do trabalho já em desenvolvimento pelo Município, suprimindo barreiras arquitetónicas e reforçando os canais de circulação pedonal. A adoção crescente de soluções de mobilidade como a bicicleta e/ou a trotineta deverá ser estimulada pela criação de novos corredores dedicados que permitam uma circulação segura e confortável, em eixos como a Av. Dom João III, e a rua de São Gonçalo-Av. Antero de Quental. O incentivo à adoção da mobilidade ativa deverá ser naturalmente acompanhado por medidas de desincentivo do transporte automóvel individual, especialmente no centro histórico da cidade de Ponta Delgada. Esta ação deverá conhecer uma forte articulação com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) de Ponta Delgada, em desenvolvimento.

A ação prioritária **PDL. POWER MINI BUS**, com forte articulação à ação anterior, consiste na reformulação do serviço municipal de transporte coletivo (vulgo Minibus), de forma a garantir

a prestação de um serviço que possa contribuir para a melhoria das condições gerais de mobilidade da população local e visitante do concelho. Esta reformulação deverá ter em conta: (i) a substituição da restante frota a combustível fóssil por veículos movidos a energias alternativas; (ii) ajustes nos percursos dos trajetos em vigor e criação (se necessário) de novos trajetos que garantam uma ligação e cobertura aos principais equipamentos, serviços públicos, zonas de lazer, polos de emprego e zonas habitacionais; (iii) melhoria do acesso móvel e digital ao sistema de bilhética e informações; (iv) melhor articulação com outros meios de transporte e melhoria das condições de interface e de espera para os utilizadores; (v) reforço das áreas de estacionamento periférico na cidade e da sua articulação com o serviço de Minibus. Será ainda fulcral garantir a mobilização e articulação com os operadores de transporte coletivo, no sentido de reforçar a articulação com o serviço interfreguesias.

Promotor		Potenciais parceiros	
Município		Operadores de transporte coletivo.	
Principais referenciais estratégicos de âmbito local			
Plano Municipal de Ação Climática de Ponta Delgada			
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Ponta Delgada			
Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de São Roque, 2019			
Estimativa de investimento			
Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
Potenciais fontes de financiamento			
PRR (Solenerge); Açores 2030; EEA Grants; Fundo Ambiental			

PE8. PDL SUSTENTÁVEL													
Eixos de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade			4. Atratividade e coesão territorial		
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
Potenciar a transição digital, tecnológica e ecológica das atividades.													
Promover a ação climática e prevenção de riscos.													
Promover a descarbonização e eficiência energética.													
Promover a economia circular e sustentabilidade de recursos.													
Ações prioritárias													
Ap8.1. PDL. ECONOMIA MAIS VERDE													
Ap8.2. PDL. CIRCULAR LAB													
Ap8.3. PDL. SISTEMA RESÍDUOS													
Ap8.4. PDL. FLORESTA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL													
Ap8.5. PDL. SUSTENTÁVEL													
Descrição													
<p>Este projeto estruturante visa <b>um território cada vez mais sustentável</b>, assente numa lógica de mudança de paradigma no que toca à economia circular e ao ciclo de vida dos seus produtos, assim como à gestão dos resíduos urbanos, tendo como fim último a redução do impacto ambiental e a promoção da conservação dos recursos naturais. Este projeto tem como pilar fundamental a educação e a sensibilização para a temática da sustentabilidade, numa ótica de envolvimento da comunidade local e da consciencialização dos restantes setores.</p> <p>A primeira ação prioritária - <b>PDL. ECONOMIA MAIS VERDE</b>, possui um caráter mais transversal, visando o apoio à transição verde do tecido económico local, numa lógica de suporte à conversão dos processos de produção para procedimentos mais sustentáveis e ecologicamente conscientes por forma a diminuírem o impacto ambiental e de melhoria da eficiência energética e redução do desperdício, este último essencialmente ligado a um prolongamento do ciclo de vida dos produtos, pela promoção das práticas que reduzam o desperdício, reutilização e reciclagem dos materiais.</p>													

A ação prioritária **PDL. CIRCULAR LAB** assenta na lógica da reutilização e reciclagem dos produtos, com a criação de um laboratório experimental no âmbito da economia circular, o qual deverá ter por base casos de sucesso como o são os projetos [Selim](#) ou a [Sempre a Rodar](#). Estas iniciativas têm uma vertente duplamente sustentável: por um lado fomentam diretamente a reutilização e reciclagem de produtos (neste caso, bicicletas) obsoletos, e por outro, contribuem para a redução do uso do transporte automóvel e incremento da mobilidade ativa, para além do facto adicional de fomentarem a prática do desporto e uma vida saudável.

A ação prioritária **PDL. SISTEMA RESÍDUOS** tem como objetivo a otimização do sistema de recolha e gestão municipal de resíduos, em continuidade com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município, perspetivando uma maior eficiência e contribuição por parte da população local. Neste sentido, esta ação desenvolver-se-á em duas frentes: (i) por um lado, ao nível da otimização do sistema de recolha porta a porta, onde deverá ser assegurada a cobertura total e equitativa da população do concelho; (ii) por outro, pela criação de um EcoCentro na cidade de Ponta Delgada, um ponto fundamental para a promoção e incentivo à reciclagem e à eficiente gestão dos resíduos, o qual deverá contemplar igualmente áreas de deposição de resíduos orgânicos e ações de consciencialização da população.

A ação prioritária **PDL. FLORESTA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL** propõe a criação de projetos piloto para a gestão sustentável de espaços florestais e agrícolas. Na dimensão das florestas, propõe um projeto a situar no Parque Urbano de Ponta Delgada e/ou no Pinhal da Paz. A iniciativa visa erradicar espécies invasoras, estudar as espécies endémicas e monitorizar novas pragas, promovendo atividades lúdicas relacionadas com a biodiversidade. Simultaneamente, na dimensão agrícola, propõe um projeto de Agricultura Sustentável - Quintas Sustentáveis, promovendo práticas agrícolas biológicas e sustentáveis. A intenção é impulsionar a agricultura regenerativa, reduzir o impacto ambiental, contribuir para a preservação da biodiversidade e valorizar os produtos locais, integrando-os em circuitos agroalimentares curtos, promovendo ganhos de escala e eficiência. Esta iniciativa poderá ganhar amplitude com a divulgação e comercialização de produtos no Mercado da Graça, além do recurso a plataformas digitais, alinhando-se com iniciativas como o projeto Bairros Comerciais Digitais, ou uma plataforma do tipo SmartFarmer.

A ação prioritária **PDL. SUSTENTÁVEL** visa a sensibilização da comunidade sobre a importância da economia circular e o prolongamento do ciclo de vida dos produtos, com a qual se preconiza a promoção da literacia da população para as questões da ecologia, ambiente e sustentabilidade. Esta ter-se-á de desenvolver em duas lógicas distintas, porém indissociáveis: (i) pela criação ou apoio a iniciativas já existentes que diretamente se constituem como ações de sensibilização para a redução, reutilização e reciclagem de produtos ou que deem a conhecer o ciclo de vida dos resíduos, como o são o [Ecomóvel](#) ou o [ECO<sup>5</sup>](#), respetivamente; (ii) por ações como as elencadas na AP8.2, onde, ainda que de uma forma menos “explícita”, esta carteira de projetos contribui para uma pedagogia climática eficaz.

<b>Promotor</b>		<b>Potenciais parceiros</b>	
Município		Direção Regional da Educação; Centros Escolares; MUSAMI	
<b>Principais referenciais estratégicos de âmbito local</b>			
Carta Social de Ponta Delgada (2023)			
Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022-2026 (2022)			
Plano Municipal de Ação Climática (em elaboração)			
<b>Estimativa de investimento</b>			
Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
<b>Potenciais fontes de financiamento</b>			
PRR; Açores 2030; EEA Grants; Fundo Ambiental			

PE9. PDL REVIVE PLUS													
Eixos de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade				4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
<p>Contribuir para o bem-estar e vida ativa da população.</p> <p>Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no concelho.</p> <p>Potenciar a transição digital, tecnológica e ecológica das atividades.</p> <p>Promover a ação climática e prevenção de riscos.</p> <p>Reforçar a requalificação do edificado e do espaço público e a valorização do território.</p> <p>Promover a coesão do sistema urbano-rural.</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap9.1. PDL. REVIVE PLUS</p> <p>Ap9.2. PDL. ORLA COSTEIRA</p> <p>Ap9.3. PDL. MAIS TRANSPORTES</p> <p>Ap9.4. PDL. INTEGRA</p> <p>Ap9.5. PDL. MAIS PRÓXIMA</p>													
Descrição													
<p>Este projeto estruturante VISA fomentar a <b>requalificação urbana e ambiental no Concelho e uma maior interligação de diferentes áreas urbanas e de grandes equipamentos e infraestruturas</b>, promovendo um conjunto de ações que contribuirão para uma maior atratividade e coesão territorial de Ponta Delgada. Neste sentido, é temática preponderante neste projeto o fomento da reabilitação urbana e do edificado, a reconversão de instalações obsoletas para novos usos, a melhor integração urbana dos grandes equipamentos e infraestruturas como o Aeroporto e o Porto, e a requalificação da orla costeira. Compreende, ademais, uma reorganização e reforço do sistema de transportes e de mobilidade de todo o Concelho, assim como a descentralização dos seus serviços de apoio aos munícipes.</p> <p>A primeira ação prioritária - <b>PDL. REVIVE PLUS</b> inspira-se no programa Revive em vigor, constituindo um aprofundamento e um novo impulso para o mesmo, visando a reabilitação das áreas urbanas degradadas e a qualificação do espaço público. Incide em áreas</p>													

previamente identificadas (das quais se destacam o centro histórico da cidade) tanto ao nível do seu edificado disfuncional e obsoleto e/ou que apresente um baixo estado de conservação, como do próprio espaço público, dotando-o do necessário mobiliário urbano e condições adequadas para a promoção de um ambiente urbano mais aprazível e que fomente a sua apropriação por parte da população. Para além destas intervenções, enquadradas em Áreas de Reabilitação Urbana e por Operações de Reabilitação urbana, inclui também um conjunto de medidas de incentivo aos privados para a reabilitação do edificado.

A ação prioritária **PDL. ORLA COSTEIRA** foca-se na requalificação da orla costeira do Concelho, tanto das praias e demais zonas balneares (Praias do Pópulo e das Milícias e restantes piscinas naturais), como da restante costa, compreendendo a atuação ao nível da prevenção de riscos, com a sua adaptação por forma a proteger a população contra eventos costeiros extremos (galgamentos), como ao nível do próprio arranjo e sentido estético, para uma mais aprazível fruição destes espaços litorais.

A ação prioritária **PDL. MAIS TRANSPORTES** visa promover a reorganização e reforço do sistema de transportes e de mobilidade de todo o Concelho, também na vertente de ligação entre meio urbano e meios rurais, com o apoio e mobilização dos operadores de transporte público coletivo (em termos de horários e percursos ajustados às necessidades da população). Tendo por base as diretrizes do Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável em elaboração, pretende-se que esta ação contribua para revitalizar o Concelho numa ótica de melhoria do seu sistema de mobilidade interna, particularmente no que respeita ao seu transporte público, o qual apresenta sérias disparidades ao nível da acessibilidade das populações, sobretudo nas freguesias mais rurais, visando, por isso, intervir na reorganização do sistema de transportes intraconcelhio.

A ação prioritária **PDL. INTEGRA** compreende visa a reconversão dos edifícios e unidades industriais degradadas e/ou devolutas, as quais não só contribuirão para uma melhoria significativa do ambiente urbano, como também poderão afigurar-se como alternativas ao nível da oferta de habitação, localização empresarial ou surgimento de outras atividades que poderão estimular e dinamizar a atividade económica, social e cultural do Concelho. Integra, igualmente, as iniciativas de ordenamento da interface entre a cidade e os grandes equipamentos e infraestruturas, particularmente o Aeroporto e Porto (mas também as Escolas ou outros equipamentos de maior dimensão), em domínios como as acessibilidades e transportes, a mobilidade ativa e o ordenamento do espaço público.

Por último, a ação prioritária **PDL. MAIS PRÓXIMA** visa descentralizar os serviços municipais e espaços de apoio ao cidadão, o que, por um lado, aliviará a afluência e pressão sobre o centro histórico e, por outro, permitirá uma maior distribuição dos serviços municipais por todo o território concelhio, facilitando o acesso mais universal e aproximado ao munícipe e, por conseguinte, os serviços municipais nas freguesias mais distantes ao centro histórico, nomeadamente nos setores norte e poente do Concelho.

Promotor		Potenciais parceiros	
Município		AICEP; IHRU; Auto Aviação Micaelense; Caetano, Raposo & Pereiras; Varela e C <sup>a</sup>	
Principais referenciais estratégicos de âmbito local			
Estratégia Local de Habitação do Município de Ponta Delgada (2022)			
Carta Municipal de Habitação de Ponta Delgada, 2023 (em aprovação)			
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (2014)			
Plano de Mobilidade Sustentável (em elaboração)			
Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Ponta Delgada (2016)			
Plano Municipal de Ação Climática (em elaboração)			
Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de São Roque (2019)			
REVIVA, 2008-2023			
Estimativa de investimento			
Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
Potenciais fontes de financiamento			
PRR; Açores 2030; IFRRU; Revive; CERV - Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores			

PE10. PDL TURISMO E CULTURA													
Eixos de intervenção													
1. Qualidade de vida e coesão social				2. Competitividade, inovação e digitalização				3. Transição climática e sustentabilidade				4. Atratividade e coesão territorial	
Objetivos estratégicos													
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
<p>Assumir a educação e valorização do capital humano como um fator estratégico.</p> <p>Contribuir para o reforço da atratividade e fixação de população no Concelho.</p> <p>Promover a coesão do sistema urbano-rural.</p> <p>Reforçar a visibilidade a Ponta Delgada no exterior enquanto território de elevada qualidade.</p> <p>Reforçar o conhecimento, a cooperação territorial e institucional e a participação cívica.</p>													
Ações prioritárias													
<p>Ap10.1. PDL. PLATAFORMA CULTURAL</p> <p>Ap10.2. PDL. VALORIZAR O TURISMO</p> <p>Ap10.3. PDL. NOSSO PATRIMÓNIO</p> <p>Ap10.4. PDL. CIVITAS</p>													
Descrição													
<p>Este projeto estruturante visa a <b>promoção da cultura e da atividade turística sustentáveis</b>, numa ótica de maior capacitação dos agentes culturais e turísticos locais e de valorização de eventos e infraestruturas materiais e imateriais do município, <b>em concomitância com o fomento da cidadania ativa</b>. Neste sentido, este projeto intervém ao nível da descentralização do turismo e de uma maior colaboração na produção cultural em Ponta Delgada, integrando igualmente um maior estímulo à participação cívica.</p> <p>Com a primeira ação prioritária - <b>PDL. PLATAFORMA CULTURAL</b>, preconiza-se o desenvolvimento da plataforma colaborativa no setor cultural e criativo, numa perspetiva de otimização, diversificação e descentralização da agenda cultural do Concelho e de um maior aproveitamento de todo o potencial criado com a candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027, o qual deverá ser devidamente canalizado para a organização da conseqüente nomeação como <b>“Capital Portuguesa da Cultura em 2026”</b>.</p>													

A ação prioritária **PDL. VALORIZAR O TURISMO** visa igualmente explorar o potencial existente no concelho, neste caso numa ótica de valorização do potencial turístico latente na diversidade dos valores singulares das suas freguesias. Para tal, é sugerida a criação de um programa de capacitação para a promoção e valorização turística das 24 freguesias, o qual permitirá descentralizar a atividade turística e dar um importante contributo para uma maior coesão socioterritorial. Com efeito, esta ação permitirá aliviar a pressão existente nos pontos turísticos de referência e distribuir por outros locais do Concelho, enquanto diversifica a oferta turística existente no destino Ponta Delgada, contribuindo para a dinamização social, económica e cultural das restantes freguesias, sobretudo aquelas mais periféricas.

Numa lógica semelhante de descentralização da cultura e de reforço da coesão socioterritorial, a ação prioritária **PDL. NOSSO PATRIMÓNIO**, em sintonia com as ações prioritárias supra, visa identificar, dinamizar e valorizar o património material e imaterial das freguesias. Esta ação deverá contar com o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que se deverão articular com as ações previstas para a preparação e calendarização da agenda cultural associada à Capital Portuguesa da Cultura em 2026, entre as quais se elencam as constantes da Estratégia Cultural Ponta Delgada 2030 e outras adicionais como a conceção de um programa exclusivamente dedicado à promoção cultural local, através do canal do Município – PDL TV.

A ação prioritária **PDL. CIVITAS** foca-se numa participação cívica ativa, através do fomento do associativismo, do voluntariado, da cidadania ativa, da responsabilidade social, e da solidariedade intergeracional, numa ótica de fomento de uma ação mais concertada entre os diferentes setores da sociedade pela promoção da produção cultural. Neste sentido, esta ação procura explorar o carácter agregador que a cultura pode ter na construção de uma sociedade mais coesa e socialmente mais consciente, estimulando um conjunto de iniciativas interinstitucionais de âmbito cultural que permitam a interação entre escolas, lares, clubes recreativos, associações desportivas, e outros agentes locais.

Promotor	Potenciais parceiros
Município	Direção Regional dos Assuntos Culturais; escolas e lares; Agentes culturais e entidades sociais

### Principais referenciais estratégicos de âmbito local

Carta Social de Ponta Delgada, 2023

Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030, 2021

Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada 2017-2021, 2017

Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022-2026, 2022

Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo, 2024

### Estimativa de investimento

Até 500 m euros	Entre 500 m e 2,5 M de euros	Entre 2,5 M e 5 M de euros	Mais de 5 M euros
-----------------	------------------------------	----------------------------	-------------------

### Potenciais fontes de financiamento

PRR; Açores 2030; Interreg MAC 2021-2027; Europa Criativa; Revive Natureza; EEA Grants, Programa Cidadãos Ativos (Fundação Calouste Gulbenkian); CERV - Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores

## 4.5 Modelo de implementação, monitorização e avaliação

A Estratégia Ponta Delgada 2030 corresponde a um instrumento estratégico de âmbito local, promovido e liderado pelo Município, cuja implementação se prevê ter o envolvimento de diversas entidades com atuação multinível. Pressupõe a adoção de um modelo de implementação e acompanhamento, simplificado e flexível, capaz de implicar e mobilizar as entidades parceiras e outras que se identifiquem como relevantes, e de promover uma comunicação fluida e a cooperação ativa entre todos os agentes.

Com este enquadramento, o modelo de governação preconizado inclui três níveis de atuação/funções: coordenação, implementação e monitorização e avaliação (Figura 23):



Figura 23. Modelo de governação para Ponta Delgada 2030  
Fonte: SPI

A função de **coordenação** caberá ao Município, através do **Executivo Municipal**, que assume as seguintes responsabilidades:

- Coordenação geral, supervisão e acompanhamento da implementação dos projetos estruturantes;
- Articulação com as entidades cofinanciadoras e parcerias institucionais facilitadoras da implementação dos projetos estruturantes;
- Mobilização das potenciais entidades parceiras copromotoras das ações preconizadas;
- Acompanhamento da implementação e avaliação geral de resultados.

Ao nível da **implementação** dos projetos estruturantes (salienta-se a necessidade de existir um período prévio dedicado ao desenvolvimento do respetivo plano de ação, no qual as questões operativas serão devidamente detalhadas e planeadas) são envolvidas entidades com responsabilidades diretas na operacionalização destes, nomeadamente a equipa municipal e os representantes das entidades locais e supralocais:

- **Equipa Municipal:** Equipa de coordenação (a designar) que mobilizará os diversos serviços municipais responsáveis por domínios de atuação diretamente relacionados com a implementação das ações dos projetos estruturantes. São responsabilidades da Equipa municipal:
  - Planeamento e implementação ou acompanhamento da implementação dos projetos estruturantes;
  - Elaboração de candidaturas do Município às fontes de financiamento mais adequadas à implementação dos projetos estruturantes e respetivas ações;
  - Articulação técnica e operacional com as entidades executoras e apoio na identificação e valorização de parcerias e oportunidades de cofinanciamento;
  - Organização e dinamização de reuniões de operacionalização e acompanhamento;
  - Monitorização anual da implementação da estratégia;

- Recolha, sistematização, tratamento de indicadores e atualização anual do Barómetro PDL 2030<sup>15</sup>.
- **Parceiros estratégicos:** Pressupõe-se o envolvimento das entidades potencialmente parceiras identificadas como copromotoras dos projetos estruturantes e respetivas ações, assumindo como responsabilidades:
  - Acompanhamento do planeamento e implementação dos projetos estruturantes e respetivas ações;
  - Apoio na elaboração de candidaturas às fontes de financiamento mais adequadas à implementação dos projetos estruturantes nos domínios de atuação de que são responsáveis;
  - Disponibilização de informação sobre candidaturas realizadas e aprovadas e sobre metas e indicadores contratualizados e alcançados;
  - Participação ativa nas reuniões e momentos previstos para o acompanhamento e monitorização anual da implementação do Plano e avaliação de resultados.
- **População local:** Neste tipo de processos torna-se determinante o envolvimento da população local e também de diversos grupos locais (comunitários e/ou associativos) na implementação da estratégia, reforçando a consciência da comunidade para os desafios colocados no território e assegurando a sua participação ativa na execução dos projetos estruturantes.

Relativamente à **Monitorização e Avaliação**, prevê-se a criação de um painel estratégico, constituído por entidades municipais e externas que assumirá as seguintes responsabilidades:

- Análise anual e balanço do processo de monitorização dos resultados;
- Definição de possíveis ajustes e alterações à estratégia;
- Apoio na adaptação de políticas públicas para dar resposta a necessidades e prioridades locais e regionais.

---

<sup>15</sup> Explicação mais à frente.

Propõe-se os seguintes mecanismos para uma plena coordenação, implementação, monitorização e avaliação dos projetos estruturantes preconizados para o horizonte 2030 (Tabela 7):

Tabela 7. Mecanismos de coordenação, implementação, monitorização e avaliação dos projetos estruturantes

Reuniões	
Reuniões de coordenação	<p>Acompanhamento de proximidade do nível técnico e executivo no planeamento, preparação/agilização de contexto e decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Caráter trimestral: entre executivo municipal e equipa de coordenação;</li> <li>■ Caráter semestral: entre executivo municipal e equipa de coordenação e representantes de parceiros estratégicos.</li> </ul>
Reuniões de operacionalização e acompanhamento	<p>Implementação participada com um trabalho colaborativo permanente; alinhamento de atuações com foco nos objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Caráter semestral: entre executivo municipal e equipa de coordenação e representantes de parceiros estratégicos (sugere-se que coincidam com a função de coordenação).</li> </ul>
Reuniões de monitorização de resultados	<p>Avaliação de trajetória, verificação de necessidade de ajustes, foco na melhoria e nos resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Caráter anual: envolvendo todas as “partes” do modelo de governação previsto.</li> </ul>
Ferramentas de recolha de informação regular e de forma simplificada   Barómetro PDL 2030	
Barómetro PDL 2030	<p>Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas de recolha de dados para o processo de monitorização e avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Caráter anual: Recolha anual de dados dos organismos/fontes oficiais - base de dados de indicadores e sistematização de evolução anual, com identificação de fontes.</li> <li>■ Caráter anual: formulário online para recolha de resultados de indicadores não provenientes de organismos/fontes oficiais que terão de ser recolhidos junto de entidades específicas (exemplo: tecido empresarial, Governo Regional, etc.).</li> </ul>
Sessões e dinâmicas de mobilização cívica	
Permanente	Plataforma <i>online</i> “PDL 2030” com disponibilização de informação relativa à Estratégia, barómetro e resultados alcançados.
Caráter anual	Ciclo de debates, aberto à comunidade, de carácter itinerante pelas freguesias com o intuito de debater o desenvolvimento local e recolher e contribuir para eventuais ajustes do quadro estratégico a médio/longo prazo.

A **monitorização** deve ser realizada **ao longo do período de vigência e de implementação da Estratégia**, tendo por base os mecanismos anteriormente identificados e um sistema de

indicadores devidamente enquadrados nas temáticas e projetos definidos. O modelo definido permitirá a possibilidade de definir novos objetivos e ações, de acordo com uma avaliação fundamentada dos resultados obtidos no decorrer da implementação da Estratégia.



Figura 24. Modelo de monitorização e avaliação  
Fonte: SPI

Um dos aspetos mais relevantes para a adequada implementação, monitorização e avaliação é a seleção de uma bateria de indicadores, alinhada com os domínios de intervenção preconizados, que permita a aferição periódica de resultados e a análise detalhada dos mesmos, constituindo-se como o **Barómetro PDL 2030**. Não negligenciando a influência de variáveis externas, ou seja, não diretamente relacionadas com a implementação das ações previstas, é essencial que o sucesso da execução se possa traduzir em trajetórias favoráveis em indicadores estratégicos. Para tal, os indicadores devem ser claros e passíveis de uma aferição regular, permitindo registar periodicamente a sua trajetória.

Com este enquadramento, a seleção de indicadores deve ter por base fontes oficiais, como são os casos, por exemplo, do INE e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A periodicidade de aferição dos indicadores deve, sempre que possível, ser anual, permitindo ao município realizar pontos de situação regulares e desencadear o processo de análise de resultados.

Tendo por base o quadro estratégico proposto, de carácter transdisciplinar e ambicioso, a bateria de indicadores que o acompanha é necessariamente vasta e diversificada, optando-se por assumir o seu carácter transversal e integrado em detrimento de uma associação de indicadores a projetos ou objetivos específicos. Como referido, os desafios identificados são diversos e a sua superação está intrinsecamente ligada à interdisciplinaridade e concretização, de forma articulada, dos programas estruturantes e respetivas ações.

Face ao exposto, propõe-se que o Barómetro PDL 2030 contenha uma bateria de 65 indicadores (Tabela 8). A sua monitorização, preferencialmente de cariz anual, pode ser trabalhada de forma a criar uma ferramenta não apenas útil para a verificação da trajetória e consequente (re)formulação de políticas públicas, mas também como forma de envolver a comunidade, cuja participação na trajetória de desenvolvimento do concelho é preconizada pelo Município como essencial e, em si mesma, um indicador de resultado.

Tabela 8. Conjunto de indicadores propostos por Eixo de Intervenção para o modelo de monitorização e avaliação

Indicadores	Eixos de Intervenção (EI)			
	EI1	EI2	EI3	EI4
1. Grau de satisfação da população face ao local onde residem <sup>16</sup>				
2. Valorização de apoios comunitários no concelho <sup>17</sup>				
2a. Montante total de investimento apoiado por FEEI				
2b. Candidaturas apresentadas a programas de apoio				
2c. Candidaturas aprovadas a programas de apoio				
2d. Entidades com candidaturas aprovadas				
3. População residente				
4. Índice de envelhecimento				
5. População imigrante residente no concelho				
5a. População imigrante estrangeira residente no concelho				
6. Agregados domésticos privados nos alojamentos de residência habitual				
7. Taxa de crescimento efetivo				
8. Taxa de crescimento natural				
9. Taxa de crescimento migratório				
10. População residente por nível de escolaridade mais elevado completo				
11. Alunos inscritos no ensino superior				
12. Estabelecimentos de ensino não superior				
13. Alunos matriculados no ensino não superior				
14. Taxa de retenção e desistência no ensino básico				
15. Taxa de jovens entre os 15 e os 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação				
16. Taxa bruta de escolarização				
17. Média de alunos matriculados por computador				

<sup>16</sup> Levantamento municipal – aferição anual Escala 1 a 10.

<sup>17</sup> Levantamento municipal, com apoio da informação disponibilizada pelas AG dos programas de apoio.

Indicadores	Eixos de Intervenção (EI)			
	E1	E2	E3	E4
18. Média de alunos matriculados por computador com ligação à internet				
19. População empregada por setor de atividade				
20. Taxa de desemprego				
21. População beneficiária da Segurança Social por tipo de pensão				
22. População beneficiária do Rendimento Social de Inserção				
23. Rendimento bruto declarado por agregado fiscal				
24. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem				
25. Poder de compra per capita				
26. Empresas não financeiras presentes no concelho				
26a. Empresas por forma jurídica				
26b. Empresas por dimensão				
26c. Empresas por categoria de pessoal ao serviço				
26d. Empresa por setor de atividade - CAE				
27. Taxa de sobrevivência das empresas				
28. Volume de negócios total				
28a. Importação de bens				
28b. Exportação de bens				
29. Pessoal ao serviço das empresas total				
29a. Pessoal ao serviço das empresas   CAE ligado à agropecuária				
29b. Pessoal ao serviço das empresas   CAE ligado ao turismo				
30. Superfície das culturas permanentes (ha)				
31. Efetivo animal das explorações agrícolas				
32. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico				
33. Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos de alojamento turístico				
34. Proveitos de aposento dos estabelecimentos hoteleiros				
35. Áreas de Acolhimento Empresarial				
36. Despesa em investigação e desenvolvimento				
37. Investigadores equivalente a tempo integral				
38. Profissionais de saúde por 1000 habitantes				
38a. Enfermeiros				
38b. Farmacêuticos				
38c. Médicos				
38d. Médicos dentistas				
39. Taxa de mortalidade por doenças de aparelho circulatório				
40. Taxa de mortalidade por tumores malignos				
41. Atendimentos de serviço de urgência nos hospitais				
42. Respostas sociais existentes no concelho por tipologia, grupo-alvo e taxa de ocupação				

Indicadores	Eixos de Intervenção (EI)			
	EI1	EI2	EI3	EI4
43. Situações de risco sinalizadas pela CPCJ por tipologia				
44. Consumo de substâncias psicoativas na população				
45. População em situação de sem-abrigo/sem teto				
46. População residente por tipo de dificuldade				
47. Agregados habitacionais em situação de carência habitacional - total				
47a. Agregados habitacionais em situação de carência habitacional por tipologia de condição indigna				
48. Época de construção do edificado				
49. Edificado com necessidades profundas de reparação				
50. Valores médios mensais dos custos associados à habitação:				
51. Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas				
52. Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais				
53. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água				
54. Acessos à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (nº)				
55. Cobertura e nível de serviço da rede de transportes públicos <sup>18</sup>				
56. Resíduos urbanos geridos por tipo de destino (ton)				
57. Proporção de resíduos urbanos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva				
58. Emissão de poluentes atmosféricos (kton) por setor				
59. Consumo de petróleo e seus derivados por setor (ton)				
60. Consumo de eletricidade total e por setor (MWh)				
61. Proporção de energia consumida proveniente de fontes renováveis*				
62. Episódios de inundações e cheias (Nº)				
63. Episódios de movimentos de vertente (Nº)				
64. Participantes nos diferentes eventos culturais <sup>19</sup>				
65. Serviços públicos municipais destinados aos cidadãos e/ou empresas desmaterializados (online) <sup>20</sup>				

Tal como referido anteriormente, este modelo de implementação assentar-se-á num processo dinâmico de constante avaliação e possíveis retificações, por forma a suportar um Plano de

<sup>18</sup> Levantamento e monitorização feito juntamente pelo Município e pelas operadoras. Cálculo deve ter em consideração: Nº de agregados nas freguesias do concelho com 3 ou mais horários de transporte público/dia/total de aglomerados.

<sup>19</sup> Levantamento municipal.

<sup>20</sup> Levantamento municipal.

Ação fidedigno e ajustado às prioridades e aos ajustes estratégicos e operacionais que se venham a definir como fundamentais para o Município.



**Anexos:**  
**Informação produzida de suporte à**  
**definição da Estratégia**

## Anexos: Informação produzida de suporte à definição da Estratégia

### Anexo 1. Elementos de suporte ao processo participativo

#### A.1.1. Folheto de divulgação da Estratégia Ponta Delgada 2030

##### Estratégia “Ponta Delgada 2030”

###### O que é:

A Estratégia Ponta Delgada 2030 é um documento orientador do desenvolvimento concelhio nos próximos anos, construído com base nas especificidades, necessidades e desafios identificados no nosso concelho e no necessário alinhamento com as políticas, estratégias e respetivos instrumentos de apoio ao desenvolvimento local e regional para o período 2021-2027. Nesta medida, assume-se como “fio condutor” da atuação do Município em matéria de desenvolvimento com a identificação de objetivos, prioridades, projetos e metas para 2030.

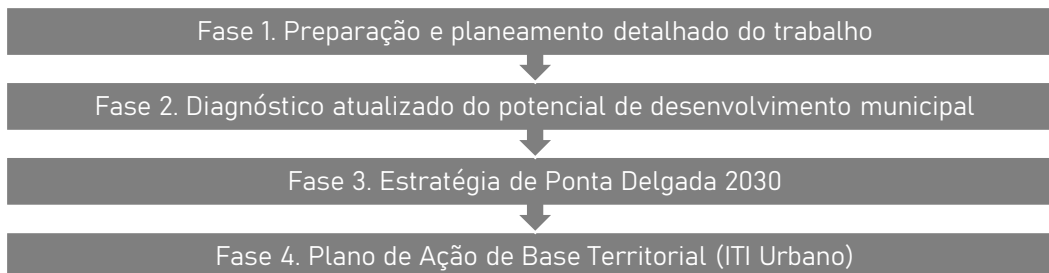
###### Objetivos:

Na elaboração da Estratégia, assumem-se os seguintes objetivos específicos:

- O aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento sustentável e integrado do concelho de Ponta Delgada, tendo presente o ciclo de programação comunitária 2021-2027;
- A definição de uma estratégia assente numa carteira restrita de projetos estruturantes, tendo presente os fatores distintivos e de especialização de Ponta Delgada;
- A definição de uma abordagem territorial integrada, que reflita a estratégia de desenvolvimento territorial a prosseguir e os investimentos territoriais a levar a cabo;
- A mobilização e o envolvimento dos atores-chave a nível local, no processo de conceção e operacionalização da estratégia de desenvolvimento a prosseguir.

#### Metodologia e faseamento:

Metodologicamente o trabalho organiza-se em 4 fases, com tarefas específicas, mas interdependentes, que culminarão na entrega e apresentação da Estratégia Ponta Delgada 2030 e do Plano de Ação de Base Territorial (ITI Urbano), este último conforme enquadramento do Programa Regional dos Açores 2021-2027.



#### Como participar:

- Através da resposta a um questionário: <https://forms.gle/fdXkiPViumddZoUG6>
- Em alternativa, de forma mais simplificada, pode também deixar aqui os seus contributos: <https://forms.gle/g1ySw6d4cKESYzfq8>

#### Para mais informação contacte:

##### Atendimento Geral (Praça do Município)

Horário de atendimento: dias úteis, das 8:30 às 16:30

Telefone: 296 304 400

Endereço eletrónico: [geral@mpdelgada.pt](mailto:geral@mpdelgada.pt)

## A.1.2. Reuniões e sessões para auscultação

### Entrevista com representante do órgão executivo

#### Participantes:

- Sr. Presidente Dr. Pedro Nascimento Cabral
- Vice-Presidente Dr. Pedro Furtado
- Vereador Arq. Marco Resendes
- Vereadora Dr.ª Cristina do Canto Tavares
- Vereador Doutor Sérgio Rezendes
- Chefe de Gabinete do Apoio à Presidência Dr. Luís Silva

#### Questões:

- Quais os principais desafios que identifica para o Município, considerando os principais pontos fortes (aspetos distintivos que favorecem o desenvolvimento) e pontos fracos (fragilidades que condicionam o desenvolvimento) do território?
- Tendo presente essa leitura do território, quais são as principais linhas estratégicas de atuação e prioridades de investimento do Município para o período 2021-2027? Pode destacar os projetos estruturantes a implementar?
- Como encara o alinhamento dessa estratégia municipal com as prioridades das agendas estruturais do Portugal 2030, particularmente do Programa Regional dos Açores 2021-2027 e do PRR (nas componentes de investimento associadas aos Açores 2020)?
- Em que medida considerou útil o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponta Delgada 2014-2020 e como avalia o seu nível de execução?

## Reuniões com os serviços municipais

### Participantes:

- Departamento de Planeamento e Gestão Territorial (Arq. Ana Pereira)
- Departamento de Obras, Mobilidade e Equipamentos Municipais (Eng.ª Isabel Juromito)
- Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (Dr.ª Joana Rodrigues Filipe)
- Departamento de Gestão Ambiental (Eng.º Cláudio Belo)
- Departamento de Desenvolvimento Social, Educação, Juventude e Desporto (Dr.ª Margarida Pais)
- Divisão de Cultura, Turismo e Animação (André Borges, Andrea Xavier, André Leonardo e Ronaldo Couto)
- Divisão de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa (Eng.º Jorge Medeiros)
- Serviço Municipal de Proteção Civil (Eng.º Jorge Moniz)
- Gabinete Estudos Económicos e Apoio Empresarial (Dr. Nelson Furtado, Dr. Aureliano Miranda e Dr. José Farias)
- Gabinete de Relação Institucional Freguesias
- Departamento de Gestão Administrativa, Recursos Humanos e Modernização (Dr. João Nuno Sousa e Almeida)

### Principais questões:

- Tendo em conta o V/ domínio de atuação e o conhecimento das realidades, pode identificar os principais desafios para o território e as prioridades de investimento?
- Quais os principais instrumentos estratégicos e operativos que enquadram o exercício de competências do seu departamento/divisão/gabinete? Esses instrumentos estão atualizados?
- Pode destacar os projetos estruturantes recentemente executados, em implementação ou cuja execução está perspectivada até 2030?
- Em que medida considerou útil o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponta Delgada 2014-2020 e como avalia o seu nível de execução?

## Reuniões com as Juntas de Freguesia

### Participantes:

- Junta de Freguesia de São Sebastião
- Junta de Freguesia de São Pedro
- Junta de Freguesia de Fajã de Cima
- Junta de Freguesia do Livramento
- Junta de Freguesia de Feteiras
- Junta de Freguesia de Ginetes
- Junta de Freguesia de Santa Clara

### Principais questões:

- Pode identificar as principais necessidades da freguesia e que investimentos considera prioritários?
- Quais são as iniciativas/projetos que estão em execução na freguesia ou cuja execução já está decidida?
- Como perspetiva a colaboração com o Município no desenvolvimento de novos projetos?

## Entrevistas com os atores-chave

### Participantes (Grupo 1):

- Associação de Basquetebol
- Associação de Futebol de Ponta Delgada
- Associação Ecológica Amigos dos Açores
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada
- Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores (ARRISCA)
- Coliseu Micaelense
- Conservatório Ponta Delgada
- EPROSEC
- Estúdio 13
- MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA
- Plutão Camaleão - Associação Cultural e Recreativa
- Polícia de Segurança Pública
- Polícia Judiciária
- Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada
- Serviço Regional de Proteção Civil
- Teatro Micaelense
- Universidade dos Açores
- Vaga

### Participantes (Grupo 2):

- AICOPA
- ANA - Aeroportos de Portugal
- Associação Agrícola de São Miguel (AASM)
- Associação AL
- Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Delegação dos Açores (AHRESP)
- Associação de Hotelaria de Portugal
- Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)
- Associação Regional para o Desenvolvimento (ARDE)
- Associação Visit Açores
- Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada
- Eletricidade dos Açores (EDA)
- Portos dos Açores, S.A
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Ponta Delgada

## Entrevistas com os atores-chave

### Principais questões:

- Tendo em conta o V/ domínio de atuação e o conhecimento das realidades, pode identificar os principais desafios e prioridades de investimento para Ponta Delgada?
- Possuem instrumentos estratégicos que enquadram o exercício da V/ atividade? Esses instrumentos estão atualizados e alinhados com os objetivos estratégicos e instrumentos de financiamento para o período 2021-2027?
- Como perspectiva a colaboração com o Município no desenvolvimento de novos projetos estruturantes neste novo ciclo de desenvolvimento regional e local

### A.1.3. Questionário online



## Ponta Delgada 2030

O Município de Ponta Delgada está a desenvolver a Estratégia Ponta Delgada 2030 com o objetivo de definir a estratégia e respetivas prioridades de desenvolvimento para os próximos anos, através de um exercício participado, para o qual contribuem todos os que vivem, trabalham e/ou estudam no Concelho.

Gostaríamos de poder contar com a sua participação através da resposta ao presente questionário.

Agradecemos o seu contributo.

[Inicie sessão no Google](#) para guardar o seu progresso. [Saiba mais](#)

\* Indica uma pergunta obrigatória

Email \*

O seu email

Página 1 de 6 [Limpar formulário](#)

## I. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Nome do respondente

A sua resposta

Indique se está a responder em nome individual ou a representar uma entidade \*

- Em nome individual
- Em nome de uma entidade

Anterior

Seguinte

Página 2 de 6

Limpar  
formulário

## II. RESPONDENTES EM NOME INDIVIDUAL

Reside no concelho de Ponta Delgada? \*

- Sim
- Não

Se é residente no Concelho, indique em que freguesia:

- Arrifes
- Ajuda da Bretanha
- Candelária
- Capelas
- Covoada
- Fajã de Baixo
- Fajã de Cima
- Fenais da Luz
- Feteiras
- Ginetes
- Livramento
- Mosteiros
- Pilar da Bretanha
- Relva
- Remédios
- Santa Bárbara
- Santa Clara
- Santo António
- São José
- São Pedro
- São Roque
- São Sebastião
- São Vicente Ferreira
- Sete Cidades

Se não é residente no Concelho, indique o concelho de residência:

- Lagoa
- Ribeira Grande
- Vila Franca do Campo
- Nordeste
- Povoação
- Outra: \_\_\_\_\_

Em que grupo etário se inclui? \*


- Menos de 18 anos
- Entre 19 e 25 anos
- Entre 26 e 65 anos
- Mais de 65 anos

Exerce atividade no Concelho de Ponta Delgada?

- Estuda
- Trabalha
- Investe
- Não exerce

Anterior

Seguinte

 Página 3 de 6

Limpar  
formulário

### III. CONTEXTO CONCELHO ATUAL

Classifique a atual prestação do concelho de Ponta Delgada em cada um dos seguintes domínios: \*

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Não sei responder
Sustentabilidade demográfica (fixação e atração de população, natalidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inclusão e coesão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habitação digna e acessível	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (qualificação dos recursos humanos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inovação e competitividade empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Digitalização (infraestruturas, serviços disponíveis e acesso aos serviços)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Preservação e  
valorização dos  
recursos  
naturais e  
culturais



Sustentabilidade  
ambiental (água  
e saneamento,  
transição  
energética,  
adaptação  
climática,  
economia  
circular)



Transportes e  
mobilidade  
urbana



Qualidade de  
vida e  
proximidade aos  
cidadãos  
(ambiente  
urbano, espaço  
público, acesso a  
equipamentos e  
serviços de  
interesse geral)



Segurança e  
proteção das  
comunidades



Na sua opinião quais são os principais pontos fortes do concelho de Ponta Delgada? \*

*(Identifique os aspetos positivos e que devem ser alvo de uma aposta continuada para que o contexto favorável se mantenha.)*

A sua resposta

Na sua opinião quais são as principais fragilidades do concelho de Ponta Delgada? \*

*(Identifique os aspetos negativos e que devem ser alvo de uma aposta para a sua resolução.)*

A sua resposta

Como classifica globalmente a trajetória de desenvolvimento do Concelho na última década? \*


- Muito satisfatória
- Satisfatória
- Pouco satisfatória

Justifique de forma breve a classificação atribuída na questão anterior. \*

A sua resposta

Anterior

Seguinte

 Página 5 de 6

Limpar  
formulário

#### IV. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

Classifique os domínios de acordo com o grau de prioridade/caráter estruturante que considera terem para o desenvolvimento do Concelho nos próximos 10 anos: \*

	Prioridade máxima	Prioridade elevada	Prioridade moderada	Prioridade reduzida	Sem relevância
Sustentabilidade demográfica (fixação e atração de população, natalidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inclusão e coesão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habitação digna e acessível	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (qualificação dos recursos humanos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inovação e competitividade empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Digitalização (infraestruturas, serviços disponíveis e acesso aos serviços)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Preservação e  
valorização dos  
recursos  
naturais e  
culturais

Sustentabilidade  
ambiental (água  
e saneamento,  
transição  
energética,  
adaptação  
climática,  
economia  
circular)

Transportes e  
mobilidade  
urbana

Qualidade de  
vida e  
proximidade aos  
cidadãos  
(ambiente  
urbano, espaço  
público, acesso a  
equipamentos e  
serviços de  
interesse geral)

Segurança e  
proteção das  
comunidades

Apresente, se considerar pertinente, propostas/ideias de iniciativas/projetos estruturantes para o desenvolvimento do concelho de Ponta Delgada, identificado, sempre que possível, as entidades a envolver:

A sua resposta

Outros contributos e sugestões:

A sua resposta

Enviar-me uma cópia das minhas respostas.

Anterior

Enviar

Página 6 de 6

Limpar  
formulário

## Anexo 2. Análise setorial de suporte ao diagnóstico

O presente diagnóstico procura efetuar uma caracterização e avaliação do quadro atual de desenvolvimento do concelho, tendo por base informação estatística e outros dados qualitativos e quantitativos que a complementam. De forma a facilitar a análise, e tendo por base as linhas orientadoras em termos de programação financeira do período 2021-2027, a informação é estruturada em 4 pontos de análise, a saber:

- **População e desenvolvimento social:** uma reflexão centrada nas temáticas: (i) demografia; (ii) educação; (iii) emprego e rendimentos; (iv) respostas sociais e saúde;
- **Economia e inovação:** um retrato ao nível das (i) empresas e perfil de especialização económica; e ao nível do (ii) apoio ao investimento, inovação e desenvolvimento empresarial;
- **Sustentabilidade ambiental e recursos:** uma incursão que envolve uma análise da (i) paisagem e áreas protegidas; (ii) a caracterização biofísica e gestão de riscos; (iii) energia; e (iv) gestão da água e resíduos;
- **Desenvolvimento territorial:** uma caracterização que engloba os temas da (i) rede urbana; (ii) da mobilidade; (iii) do parque edificado e habitação; (iv) do património, cultura e lazer; e da (v) conectividade e digitalização.

### A2.1. População e desenvolvimento social

#### A2.1.1. Demografia

Após um expressivo crescimento populacional entre 1920 e 1960, a segunda metade do século XX, foi marcada pelo forte **fenómeno migratório** na RAA e, por extensão, no Município de Ponta Delgada, tendo como destinos preferenciais os Estados Unidos da América e o Canadá. Após a década 90 e até 2011, a população voltou a aumentar, mais marcadamente em Ponta Delgada, invertendo-se novamente a tendência em 2021. Com efeito, em 2021, a RAA contava com 236.413 residentes e o concelho de Ponta Delgada com 67.229 residentes, menos 4,2% e 2,3%, respetivamente, face à população residente em 2011 (Figura 25).

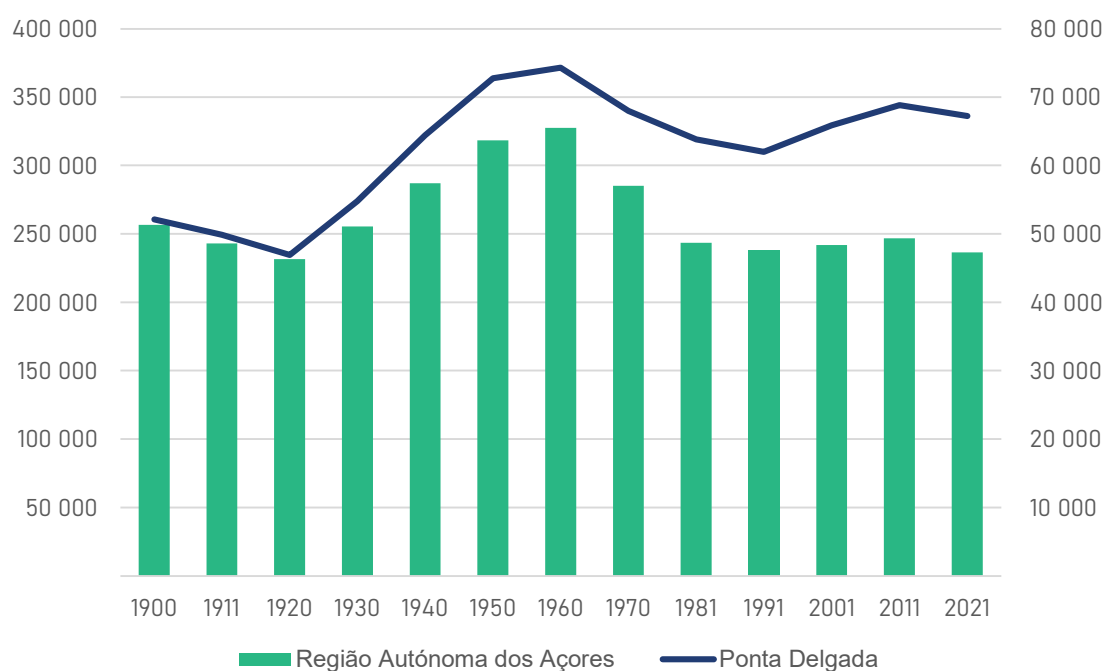


Figura 25. Evolução da população na RAA e no concelho de Ponta Delgada entre 1900 e 2021  
Fonte: SREA e INE, Censos 2021

Os dados dos Censos 2021 mostram que este **decréscimo populacional é transversal a quase todo o concelho**, abrangendo não só as freguesias mais rurais (Ginetes, Santo António e Remédios, aquelas que registaram maiores perdas), mas também algumas freguesias integrantes da área urbana da cidade (como São Roque e Santa Clara). As freguesias que atraíram novos residentes são sobretudo as que acolhem aglomerados de tipo suburbano e mais facilitadores das dinâmicas interconcelhias: Fenais da Luz, Livramento e São Vicente Ferreira.

Não obstante o decréscimo populacional, **Ponta Delgada mantém-se como um concelho marcadamente urbano, com uma densidade populacional significativa**: em 2021, 288,6 hab./km<sup>2</sup>, contra as médias de 101,9 e 112,2 hab./km<sup>2</sup> da Região e de Portugal, respetivamente. Salienta-se, todavia, a **disparidade existente entre as suas freguesias urbanas e rurais**, onde os valores máximos registados na Freguesia de S. José (3.467,5 hab./km<sup>2</sup>) contrastam fortemente com os registados em Sete Cidades (36,5 hab./km<sup>2</sup>) (Tabela 9).

Tabela 9. Evolução da população residente (2011-2021)  
Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Unidade Territorial	População Residente (Nº)			Densidade Populacional (Hab/km <sup>2</sup> )	
	2011	2021	Variação (%)	2011	2021
<b>Portugal</b>	10.562.178	10.343.066	-2,1%	114,5	112,2
<b>RAA</b>	246.772	236.413	-4,2%	106,3	101,8
<b>Ponta Delgada</b>	<b>68.809</b>	<b>67.229</b>	<b>-2,3%</b>	<b>295,4</b>	<b>288,6</b>
Ajuda da Bretanha	661	652	-1,4%	93,2	92,0
Arrifes	7.086	7.294	+2,9%	279,3	287,5
Candelária	1.079	976	-9,5%	125,0	113,1
Capelas	4.080	3.981	-2,4%	242,1	236,3
Covoada	1.341	1.223	-8,8%	148,5	135,4
Fajã de Baixo	5.050	4.924	-2,5%	1.243,8	1.212,8
Fajã de Cima	3.438	3.293	-4,2%	289,2	277,0
Fenais da Luz	2.009	2.227	+10,9%	260,9	289,2
Feteiras	1.571	1.557	-0,9%	66,8	66,2
Ginetes	1.378	1.184	-14,1%	113,5	97,5
Mosteiros	1.123	1.021	-9,1%	125,5	114,1
Pilar da Bretanha	624	576	-7,7%	102,8	94,9
Ponta Delgada (São José)	5.934	5.756	-3,0%	3.574,7	3.467,5
Ponta Delgada (São Pedro)	7.742	7.495	-3,2%	2.678,9	2.593,4
Ponta Delgada (São Sebastião)	3.953	4.050	+2,5%	1.183,5	1.212,6
Relva	3.006	2.890	-3,9%	249,1	239,4
Remédios	931	809	-13,1%	166,6	144,7
Rosto do Cão (Livramento)	4.062	4.307	+6,0%	726,7	770,5
Rosto do Cão (São Roque)	4.932	4.590	-6,9%	684,1	636,6
Santa Bárbara	855	846	-1,1%	98,1	97,0
Santa Clara	2.971	2.804	-5,6%	1.326,3	1.251,8
Santo António	1.829	1.574	-13,9%	155,7	134,0
São Vicente Ferreira	2.361	2.499	+5,8%	206,9	219,0
Sete Cidades	793	701	-11,6%	41,3	36,5

Uma análise mais detalhada às variações populacionais mais recentes (2022) evidencia, contudo, uma **taxa de crescimento efetivo positiva em Ponta Delgada (+0,7%)**, assim como na RAA (+0,5%) e no País (+0,4%), reflexo da taxa de crescimento migratório positiva verificada nas três unidades territoriais nesse ano, colmatando, assim, as variações negativas ocorridas ao nível do crescimento natural, por sua vez, resultantes de uma taxa bruta de mortalidade superior à taxa bruta de natalidade (Tabela 10). Sublinha-se, ainda, que **Ponta Delgada apresentou uma taxa de fecundidade inferior à realidade nacional**, ainda que ligeiramente superior à da RAA.

Tabela 10. Indicadores demográficos (2022)  
Fonte: INE, Indicadores demográficos

Unidade Territorial	Taxa de crescimento efetivo <sup>21</sup>	Taxa de crescimento natural <sup>22</sup>	Taxa de crescimento migratório <sup>23</sup>	Taxa de fecundidade geral <sup>24</sup>	Taxa bruta de natalidade <sup>25</sup>	Taxa bruta de mortalidade <sup>26</sup>
	%			(‰)		
Portugal	0,4	-0,4	0,8	38,0	8,0	11,9
RAA	0,5	-0,3	0,8	36,5	8,6	11,3
Ponta Delgada	0,7	-0,1	0,8	36,8	9,1	9,9

A evolução temporal dos indicadores demográficos, evidencia como **o crescimento efetivo é determinado sobretudo pelo crescimento migratório**, o principal responsável pela passagem de uma taxa de crescimento efetivo de 0,06% em 2011 para 0,69% em 2022. Por outro lado, assiste-se a um anulamento progressivo do crescimento natural, que passou de 0,3%, em 2011, para -0,08%, em 2022 (Figura 26).

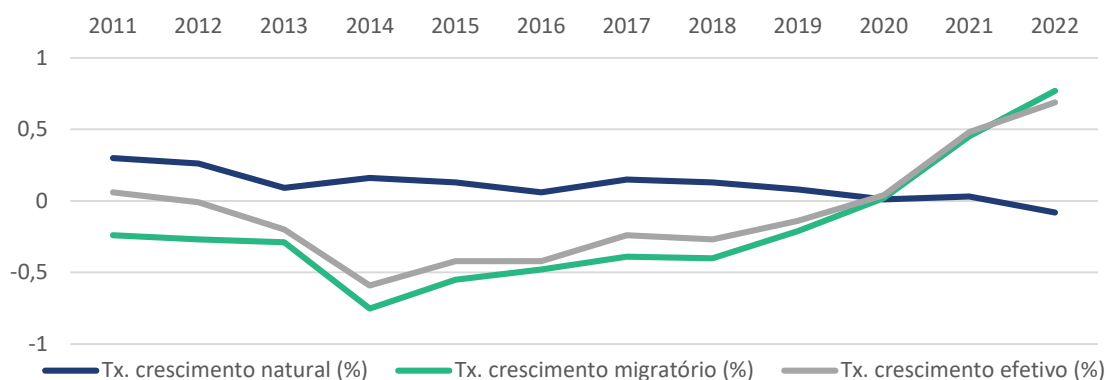


Figura 26. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%) em Ponta Delgada (2011-2022)  
Fonte: INE, Indicadores demográficos (2023)

<sup>21</sup> Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. [INE](#)

<sup>22</sup> Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. [INE](#)

<sup>23</sup> Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. [INE](#)

<sup>24</sup> Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período. [INE](#)

<sup>25</sup> Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. [INE](#)

<sup>26</sup> Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. [INE](#)

De facto, entre os dois últimos períodos censitários observou-se uma diminuição generalizada do número de jovens em paralelo com o aumento da população idosa (em números absolutos e relativos), um cenário comum a todas as unidades territoriais que evidencia a **tendência de envelhecimento demográfico** (Tabela 11). No caso concreto de Ponta Delgada, constata-se a diminuição de 2.799 jovens dos 0 aos 14 anos (-22,5%) e o aumento de 2.302 idosos (29,5%), valores relativos superiores aos registados nas restantes realidades territoriais.

Tabela 11. População residente (Nº) por local de residência e grupo etário (2011-2021)  
Fonte: INE, Censos 2021

Escala etário	Portugal			RAA			Ponta Delgada		
	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.
<b>0-14 anos (Nº)</b>	1.331.188	1.572.329	<b>-15,3%</b>	34.553	44.197	-21,8%	9.630	12.429	<b>-22,5%</b>
<b>0-14 anos (%)</b>	12,9%	14,9%	-	14,6%	17,9%	-	14,3%	18,1%	-
<b>15-24 anos (Nº)</b>	1.088.087	1.147.315	<b>-5,2%</b>	28.239	34.731	-18,7%	8.280	9.954	<b>-16,8%</b>
<b>15-24 anos (%)</b>	10,5%	10,9%	-	11,9%	14,1%	-	12,3%	14,5%	-
<b>25-64 anos (Nº)</b>	5.500.152	5.832.470	<b>-5,7%</b>	134.512	135.466	-0,7%	39.217	38.626	<b>+1,5%</b>
<b>25-64 anos (%)</b>	53,2%	55,2%	-	56,9%	54,9%	-	58,3%	56,1%	-
<b>65 e mais anos (Nº)</b>	2.423.639	2.010.064	<b>+20,6%</b>	39.109	32.378	+20,8%	10.102	7.800	<b>+29,5%</b>
<b>65 e mais anos (%)</b>	23,4%	19,0%	-	16,5%	13,1%	-	15,0%	11,3%	-
<b>Total</b>	10.343.066	10.562.178	<b>-2,1%</b>	236.413	246.772	-4,2%	67.229	68.809	<b>-2,3%</b>

Em 2021, o índice de envelhecimento, indicador que relaciona o peso da população do Concelho com menos de 15 anos, com a população com 65 ou mais anos, era de 104,9, um valor inferior ao índice de envelhecimento da Região (113,2) mas sobretudo à média nacional (182,1). Comparativamente com os valores registados em 2011, Ponta Delgada regista uma evolução análoga à da Região (+42 e +40 respetivamente), bastante inferior à variação do índice em Portugal (+54).

A constatação de um envelhecimento geral da estrutura etária da população tem, por conseguinte, reflexos no **aumento do índice de dependência de idosos**<sup>27</sup> entre os dois últimos

<sup>27</sup> Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>^</sup>2) pessoas com 15-64 anos). [INE](#)

períodos censitários. Observa-se, no entanto, uma ligeira diminuição do índice de dependência total<sup>28</sup> no concelho de Ponta Delgada, uma vez que a diminuição do número de jovens contribuiu para um menor valor do índice de dependência de jovens<sup>29</sup>.

Tabela 12. Índices de dependência (jovens, idosos e total), 2011-2021  
Fonte: INE, Censos 2021

Unidade Territorial	Índice de dependência total		Índice de dependência de jovens		Índice de dependência de idosos	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011
Portugal	57,0	51,3	20,2	22,5	36,8	28,8
RAA	45,3	45,0	21,2	26,0	24,0	19,0
Ponta Delgada	41,5	41,6	20,3	25,6	21,3	16,1

A variação populacional negativa registada entre os dois últimos Censos contrastava, em parte, com a variação do número de agregados domésticos privados: os 23.930 agregados domésticos privados registados nos Censos de 2021 correspondiam a um aumento de +6,4% relativamente a 2011, valores superiores aos registados na RAA (+4,4%) e em Portugal (+2,6%), os quais estarão associados ao **crescimento das famílias monoparentais, casais com apenas um filho ou mesmo sem filhos**.

Ainda assim, a expressão espacial desta variação ao nível das freguesias apresentou um padrão semelhante à variação da população, com as freguesias dos centros suburbanos mais próximos a registarem variações mais acentuadas, enquanto as freguesias mais rurais a apresentaram valores mais discretos ou mesmo negativos (Tabela 13).

<sup>28</sup> Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos). [INE](#)

<sup>29</sup> Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos). [INE](#)

Tabela 13. Agregados domésticos privados (2011-2021)

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Unidade Territorial	Agregados domésticos privados (Nº)			Agregados domésticos privados (%)		
	2011	2021	Variação (%)	1 ou 2 pessoas	3 pessoas	4 ou mais
<b>Portugal</b>	4.043.726	4.149.096	+2,6%	58,1%	21,6%	20,3%
<b>RAA</b>	81.715	85.301	+4,4%	49,5%	23,4%	27,1%
<b>Ponta Delgada</b>	22.499	23.930	+6,4%	48,2%	23,6%	28,2%
Ajuda da Bretanha	190	207	+8,9%	35,3%	27,1%	37,7%
Arrifes	2.107	2.405	+14,1%	40,2%	26,4%	33,5%
Candelária	334	333	-0,3%	43,2%	23,7%	33,0%
Capelas	1.195	1.313	+9,9%	38,8%	27,2%	34,0%
Covoada	371	395	+6,5%	36,5%	28,4%	35,2%
Fajã de Baixo	1.703	1.797	+5,5%	51,6%	24,2%	24,2%
Fajã de Cima	1.028	1.062	+3,3%	39,5%	26,4%	34,1%
Fenais da Luz	591	742	+25,5%	39,4%	25,1%	35,6%
Feteiras	439	471	+7,3%	32,9%	26,5%	40,6%
Ginetes	428	412	-3,7%	43,4%	25,2%	31,3%
Mosteiros	362	372	+2,8%	49,5%	23,7%	26,9%
Pilar da Bretanha	209	205	-1,9%	41,5%	31,2%	27,3%
Ponta Delgada (São José)	2.234	2.285	+2,3%	59,7%	22,1%	18,1%
Ponta Delgada (São Pedro)	3.002	3.060	+1,9%	60,6%	19,5%	19,9%
Ponta Delgada (São Sebastião)	1.571	1.731	+10,2%	65,2%	18,1%	16,6%
Relva	880	935	+6,3%	39,7%	24,0%	36,4%
Remédios	261	251	-3,8%	31,5%	31,5%	37,1%
Rosto do Cão (Livramento)	1.217	1.470	+20,8%	42,4%	25,6%	32,0%
Rosto do Cão (São Roque)	1.569	1.579	+0,6%	44,8%	23,9%	31,2%
Santa Bárbara	264	275	+4,2%	37,8%	21,8%	40,4%
Santa Clara	1.088	1.076	-1,1%	57,2%	20,5%	22,3%
Santo António	558	538	-3,6%	45,5%	21,7%	32,7%
São Vicente Ferreira	691	806	+16,6%	35,9%	25,7%	38,5%
Sete Cidades	207	210	+1,4%	33,8%	25,7%	40,5%

Os agregados residentes em Ponta Delgada são mais numerosos do que nos níveis territoriais superiores, sendo 51,8% dos quais compostos por 3 ou mais pessoas, classe que na Região representa 50,5% e a nível nacional 41,9%. De forma geral, os agregados mais numerosos (4 ou mais pessoas) são mais frequentes nas freguesias rurais e suburbanas, onde ultrapassam os 30%, enquanto no centro da cidade a grande maioria dos agregados não ultrapassa os 3 indivíduos.

Tendo em conta a tendência de decréscimo populacional e de valores de crescimento natural aquém dos necessários para a renovação populacional, importa igualmente conhecer a população migrante em Ponta Delgada. Desta forma, verifica-se que entre a população residente, segundo os Censos 2021, 5,8% correspondiam a população que havia imigrado para o concelho de Ponta Delgada<sup>30</sup>, uma proporção inferior à da RAA (7,0%) e do total nacional (8,5%). Por outro lado, verifica-se que, embora a população de nacionalidade estrangeira residente em Ponta Delgada e na RAA represente uma porção pouco significativa do total de população residente (respetivamente 3,2% e 3,5%, em 2021, enquanto no País era 10,5%), apresenta uma variação em termos absolutos (+6,1%) e em termos relativos (+0,3 p.p.) superior à do anterior período censitário.

Tabela 14. Caracterização da população migrante por unidade territorial (2021)  
Fonte: INE, Censos 2021

Unidade Territorial	Pop. Residente	Pop. mudou de Município		Pop. proveniente estrangeiro	
	Nº	Nº	%	Nº	%
Portugal	10.343.066	728.061	7,0%	146.469	1,4%
RAA	236.413	15.158	6,4%	1.349	0,6%
Ponta Delgada	67.229	3.545	5,3%	330	0,5%

Já no que respeita à variação da população estrangeira que solicitou estatuto de residente na última década, **é evidente a crescente capacidade de atração do Município**, embora em menor escala que a RAA e a média do país (Tabela 15).

Tabela 15. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (Nº), 2013-2022  
Fonte: INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente

Unidade Territorial	2022	2019	2016	2013	Var. 2013-2022 (%)
Portugal	143.081	129.155	46.921	33.246	+330,4%
RAA	890	527	289	331	+168,9%
Ponta Delgada	294	201	91	135	+117,8%

<sup>30</sup> Dados referentes a 31/12/2019 (INE)



## Demografia: aspetos a salientar

- Decréscimo populacional transversal a todo o concelho (67.229 residentes em 2021, menos 2,3% face a 2011), apenas contrariado nas áreas suburbanas;
- Existência de uma forte disparidade entre as freguesias urbanas e as mais rurais em termos de localização populacional e de oferta de equipamentos e serviços;
- Crescimento efetivo 2021-2022(+0,69%) substanciado no crescimento migratório;
- Tendência de envelhecimento demográfico, com diminuição do nº de jovens e aumento do índice de dependência de idosos (21,3);
- Aumento dos agregados domésticos privados (+2,6% face a 2011) fruto das alterações das famílias (famílias monoparentais, casais com menos filhos ou mesmo sem filhos).

### A.2.1.2. Educação

Ponta Delgada apresenta um **perfil de instrução mais elevado do que a média regional**, aproximando-se da média nacional. Esta realidade não estará dissociada do facto de Ponta Delgada acolher as principais estruturas de ensino básico, secundário e universitário da Região, e de ser o principal motor da economia açoriana, concentrando um volumoso número de serviços e tecido empresarial que requerem mão-de-obra qualificada. Outro dado relevante é a percentagem de população sem qualquer nível de ensino, inferior em mais de um ponto percentual aos valores da Região e de Portugal.

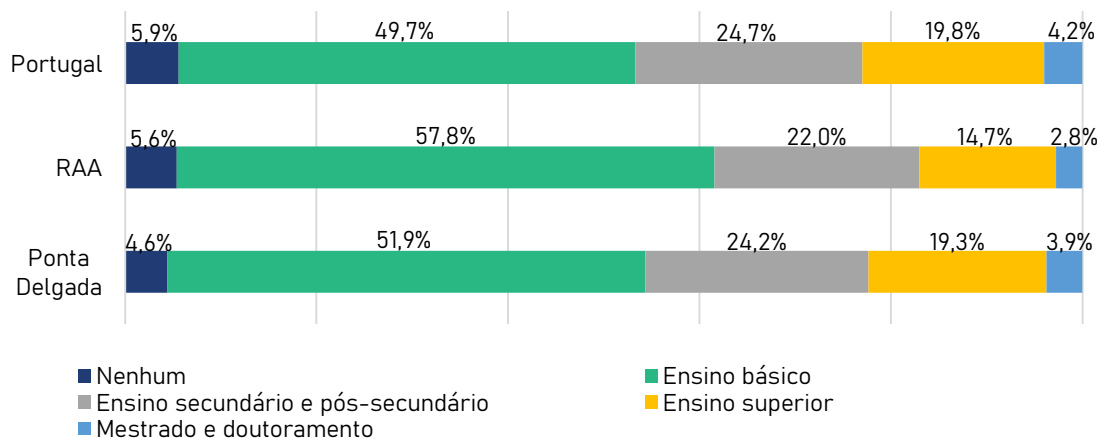


Figura 27. População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo

Fonte: INE, Censos 2021

Consta-se, igualmente, uma evolução positiva do nível de escolaridade da população residente na década censitária 2011-2021, embora menos marcada do que a média da RAA, sendo que, em 2011, a disparidade entre o Município e o resto da Região era mais ampla. Em relação à média nacional, por outro lado, Ponta Delgada regista, de forma geral, uma tendência mais positiva.

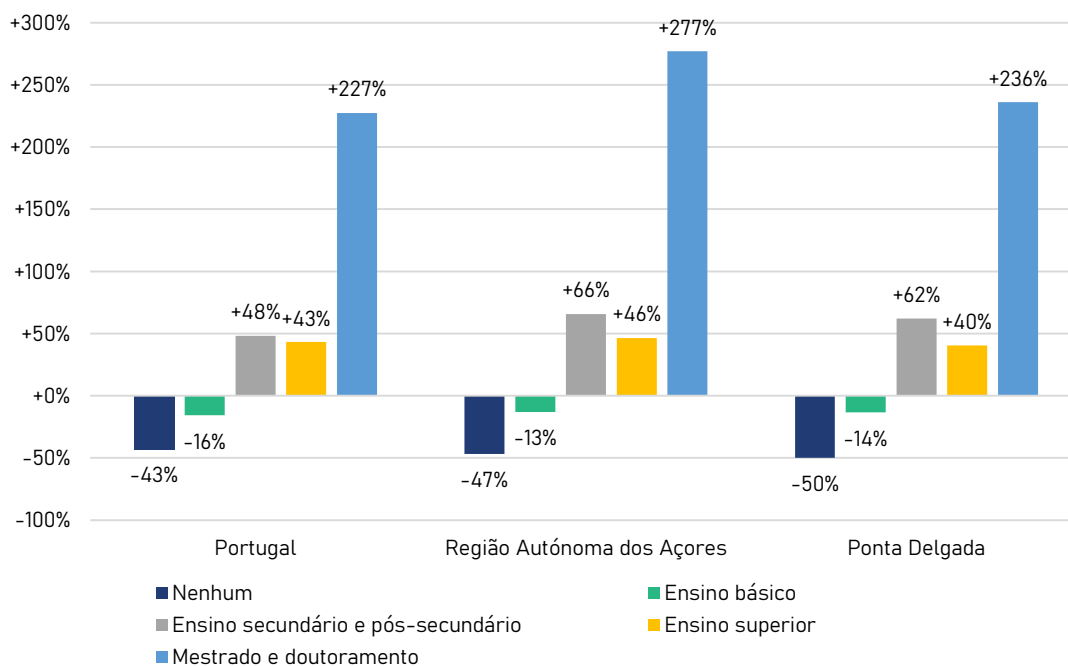


Figura 28. Variação 2011-2021 da população residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Ponta Delgada  
Fonte: INE, Censos 2021

Importa igualmente referir que, ao nível das freguesias, existe uma **maior concentração da população mais qualificada na área urbana da cidade de Ponta Delgada**, em particular no seu núcleo mais central, onde a população com ensino secundário ou superior completo se aproxima dos 30% (sendo mesmo 31,4% em São Sebastião), enquanto nas freguesias mais rurais, a mesma proporção desce abaixo dos 10% (chegando aos 3,3% nas Sete Cidades).

Em relação aos estabelecimentos de ensino existentes em Ponta Delgada, evidenciavam-se para o ano letivo de 2021/2022, um **total de 60 estabelecimentos de ensino não superior**, o que correspondia a 25,8% do total dos estabelecimentos existentes na RAA. Destes, a maior parte correspondia a equipamentos de natureza pública (65%), sendo que mais de 70% dos estabelecimentos privados correspondiam ao ensino pré-escolar (Figura 29).

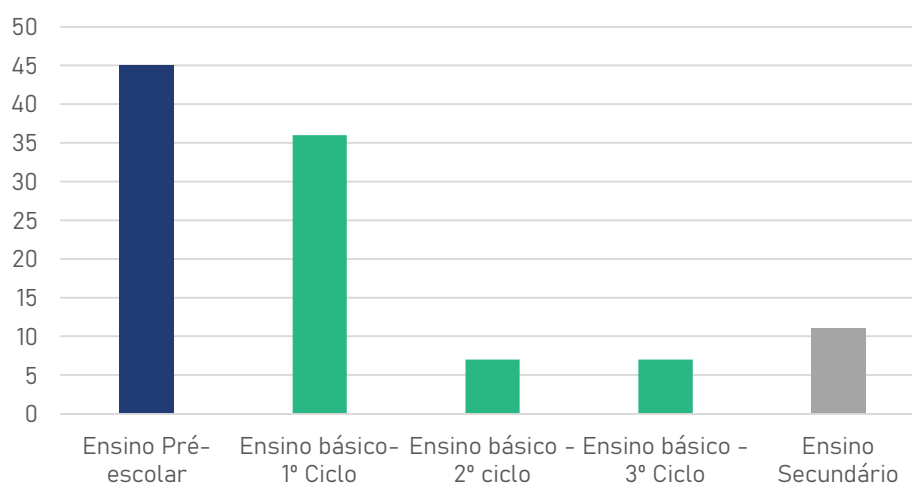


Figura 29. Estabelecimentos de ensino em Ponta Delgada por nível de ensino (Ano letivo 2021/2022)  
Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência

No que concerne aos estabelecimentos de **ensino superior**, em Ponta Delgada contabilizam-se **cinco estabelecimentos públicos**, três das quais integram o ensino superior público universitário (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faculdade de Ciências e Tecnologia e Faculdade de Economia e Gestão) e as restantes duas pertencentes ao ensino superior público politécnico (Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologias e Administração). Todas elas pertencem à Universidade dos Açores.

### Universidade dos Açores

Fundada em 1976, a Universidade dos Açores<sup>31</sup> é a única instituição de ensino superior no território da Região Autónoma. Sediada em Ponta Delgada, esta distribui-se por três *campus* diferentes (Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, e Horta, na Ilha do Faial), estando organizada em quatro faculdades e duas escolas superiores.

A Universidade dos Açores é detentora de uma oferta letiva e diversificada, contemplando cursos nas áreas das humanidades, das ciências sociais, das artes, das ciências médicas e da saúde, das ciências naturais e do ambiente, das ciências exatas e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica, todos devidamente acreditados e registados, cumprindo os mais rigorosos padrões de qualidade.

<sup>31</sup> [Universidade dos Açores](#)

Com quase 3.000 alunos inscritos no ano letivo de 2022/2023, a Universidade dos Açores tem um projeto educativo que dá especial atenção à mobilidade de estudantes e diplomados, nomeadamente no espaço europeu, tendo atualmente acordos bilaterais com universidades de mais de 20 países europeus, no âmbito dos quais garante a mobilidade de várias centenas de estudantes.



Figura 30. Biblioteca da Universidade dos Açores, polo de Ponta Delgada  
Fonte: CRUP

A evolução do número de estudantes inscritos no Ensino Superior em Ponta Delgada tem seguido uma tendência semelhante à das restantes unidades territoriais, **registando um crescimento ininterrupto desde 2019/2020**. Indissociável do crescimento e valorização da Universidade dos Açores no seio da comunidade científica, este crescimento estará relacionado tanto com a atração da instituição no seio dos estudantes açorianos, como entre estudantes exteriores. Com efeito, existiam 289 alunos de nacionalidade estrangeira em 2022/2023, o que corresponde a 11,3% do total do número de inscritos (2.551 alunos).

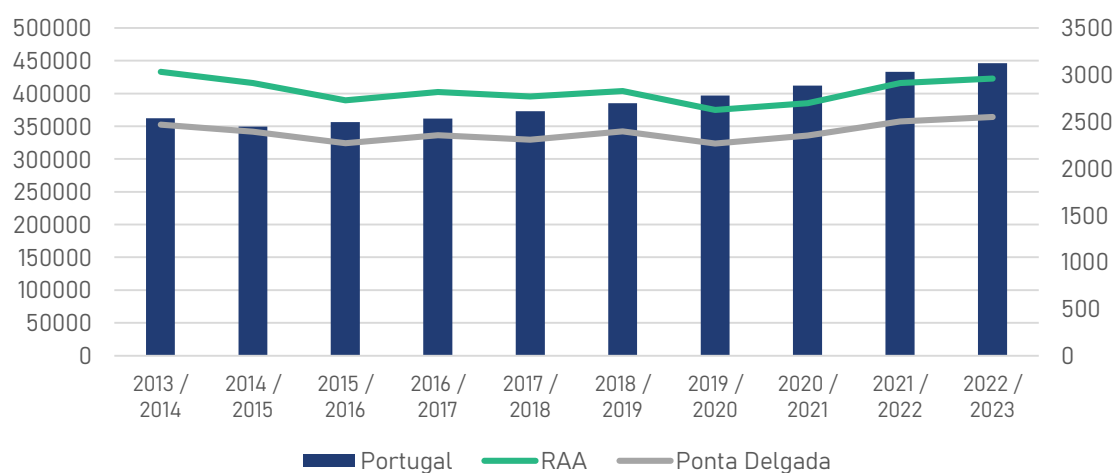


Figura 31. Evolução do nº de inscritos no Ensino Superior  
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Pelo contrário, fruto da diminuição da população e, particularmente, da população jovem, a análise à variação do número de alunos matriculados no ensino não superior em Ponta Delgada, na última década (Figura 32) deixa transparecer uma tendência de evolução negativa, pese embora se tenha verificado um novo aumento de 2021 para 2022. Neste seguimento, **de 2013 para 2022 observou-se uma diminuição de -17,1% de alunos matriculados em Ponta Delgada**, um valor relativo mais acentuado que o da RAA (-15,4%) e de Portugal (-9,6%). Já no que toca ao nível de ensino, dos 13.064 alunos matriculados no Município de Ponta Delgada, em 2022 (32,2% do total da RAA), 25% frequentavam o Ensino Secundário, 15,6% o Ensino Pré-Escolar, enquanto os restantes 59,4% se distribuíam pelos diferentes ciclos do Ensino Básico.

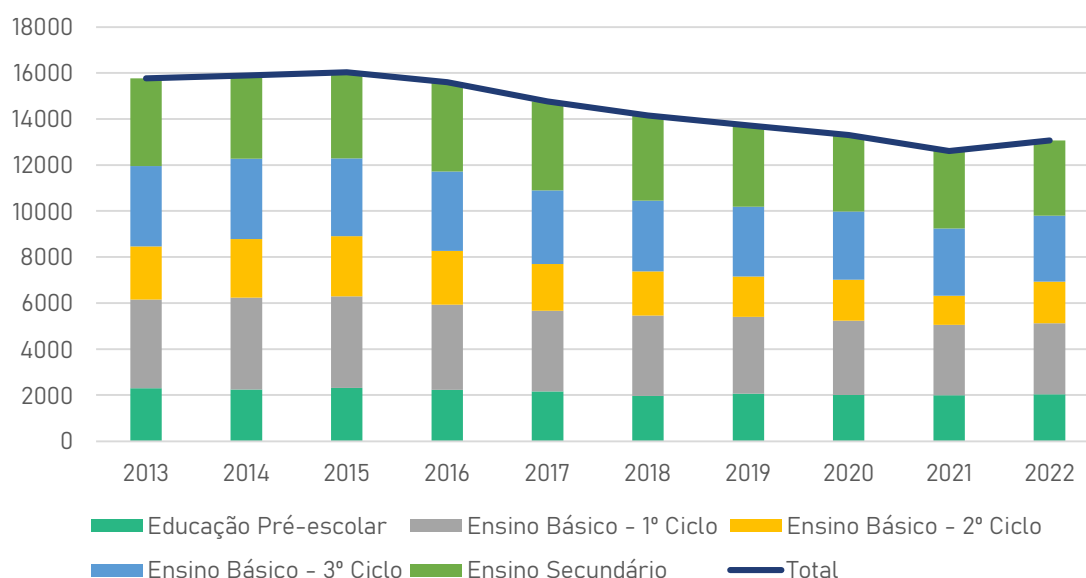


Figura 32. Alunos matriculados por nível de ensino, em Ponta Delgada (2013-2022)  
Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA

A Região, e também Ponta Delgada, enfrentam ainda alguns constrangimentos no que respeita aos indicadores de sucesso e abandono escolar, com piores prestações, face ao contexto nacional. No entanto, de acordo com a Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC), a taxa de retenção e desistência no ensino básico em Ponta Delgada, tal como nos Açores, desceu na última década em cerca de 11% (de 16,9% para 5,9%), embora esteja ainda distante da média nacional de 3,1% (Figura 33).

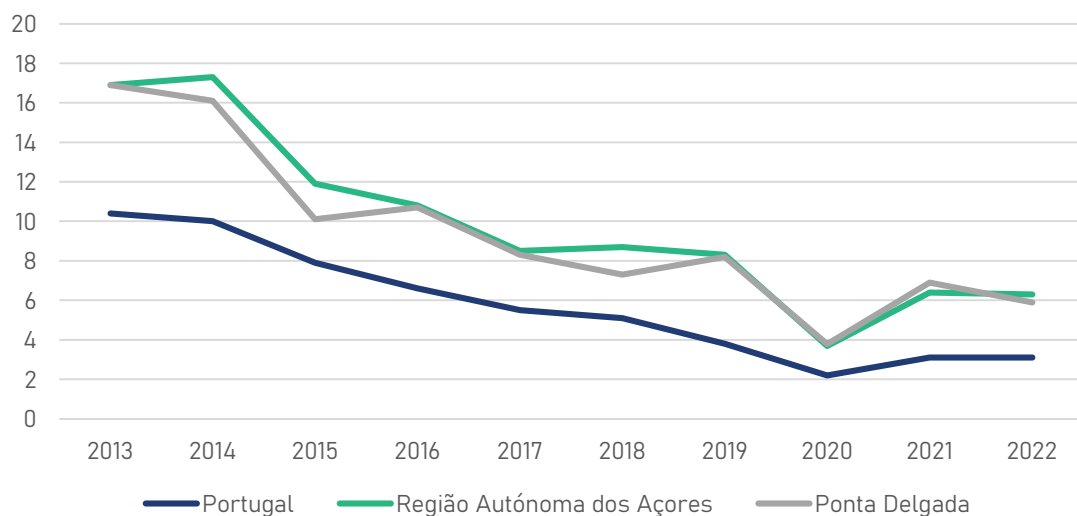


Figura 33. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)  
Fonte: DGEEC

Outro indicador importante é a representatividade de jovens que nem estudam nem trabalham (jovens NEET) na RAA. Com efeito, para o ano de 2020, **18,9% da população entre os 15 e os 34 anos da RAA não trabalhava, estudava ou estava em formação**, valor muito superior ao da realidade nacional (11,6%). Ainda assim, importa frisar que este tem sido um valor em queda desde 2014, tendo somente sido invertido em 2020, situação indissociável dos efeitos nefastos que a pandemia COVID-19 teve ao nível do desemprego. Não existem dados disponíveis desagregados ao nível do concelho para este indicador.

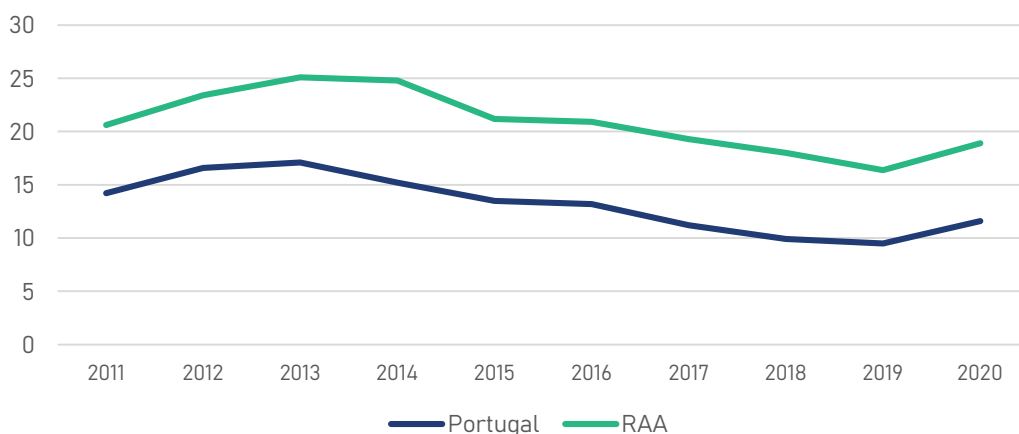


Figura 34. Variação da taxa (%) de jovens entre os 15 e os 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (2011-2020)  
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A existência de uma oferta de ensino diversificada e que corresponda às necessidades e vocações da sua população é um fator preponderante para inverter esta tendência e, por conseguinte, para evitar o surgimento de comportamentos de risco que possam comprometer o salutar desenvolvimento pessoal e sua inserção na sociedade. Com efeito, ao analisar os alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (Figura 35) verifica-se que, à semelhança das restantes realidades territoriais, mais de 70% da população jovem frequentava o ensino secundário regular. No entanto, constata-se uma **maior preponderância dos alunos matriculados nos cursos profissionais em Ponta Delgada (20,3%)** do que em relação ao resto da RAA (14,7%), fruto, possivelmente, da maior oferta desta tipologia de ensino no Município. Salienta-se, ainda, a existência de 7% dos alunos a frequentarem cursos de aprendizagem.

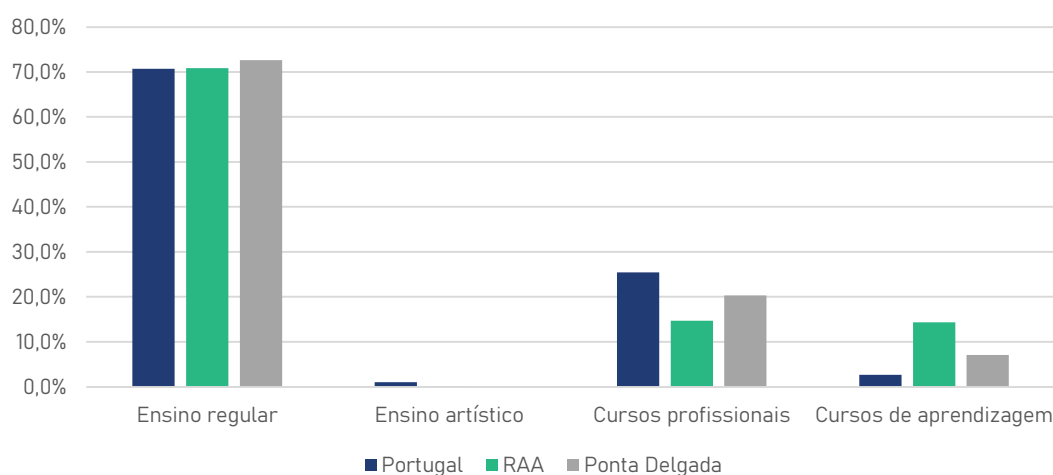


Figura 35. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação e formação orientada para jovens (Ano letivo 2021-2022)

Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência

Na análise à taxa bruta de escolarização<sup>32</sup> (Tabela 16), verifica-se que Ponta Delgada apresenta valores superiores às restantes unidades territoriais, tendo aumentado a sua representatividade no espaço de uma década ao nível do pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. Sublinhe-se, no entanto, que este indicador pode ser alvo de interpretações dicotómicas: por um lado, a aproximação aos 100% poderá indicar que a maior parte do grupo

<sup>32</sup> A Taxa Bruta de Escolarização reflete a proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino. [INE](#)

etário em causa se encontra no devido nível de ensino, por oposição ao abandono escolar (situação mais comum no pré-escolar); por outro, a existência de valores superiores a 100% é, na maioria dos casos, sinal da existência de um grande número de retenções de alunos que não transitaram para os níveis de ensino superiores.

Tabela 16. Taxas brutas de escolarização no pré-escolar, ensino básico e ensino secundário  
Fonte: DGEEC (2023)

Unidade Territorial	Taxa bruta de pré-escolarização		Taxa bruta de escolarização – Ensino Básico		Taxa bruta de escolarização – Ensino Secundário	
	2021/2022	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022	2012/2013
Portugal	98,3%	89,6%	110,4%	112,1%	126,9%	120,8%
RAA	98,4%	92,6%	112,8%	114,2%	109,5%	98,6%
Ponta Delgada	109,5%	99,1%	126,3%	126,1%	141,2%	134,2%

**Num contexto de crescente transição digital e alteração dos modelos de educação, é fulcral avaliar o acesso dos alunos à informação nestes formatos.** Embora não existam dados recentes disponíveis relativos à média de alunos por computador e à média de alunos por computador com ligação à internet, para a RAA e Ponta Delgada, é de referir os efeitos negativos que a recente pandemia da COVID-19 teve ao nível das desigualdades no acesso à educação. Com efeito, nos lares onde as famílias não possuíam computador e/ou acesso à internet, os alunos viram o seu desenvolvimento educativo comprometido, tendo contribuído para um aumento das desigualdades no acesso à educação.

A colmatação e o combate destas e outras desigualdades ao nível da educação e qualificações são aspetos contemplados no Eixo 10 do Programa Operacional Açores 2020 “Ensino e aprendizagem ao longo da vida”. Neste sentido, **o PO Açores 2020 apresentava**, em 31 de maio e 2023, **uma considerável carteira de projetos aprovados no âmbito territorial do Município de Ponta Delgada**, totalizando 123.694.373,1€ de investimento elegível e um fundo aprovado de 105.140.217,1€ (Tabela 17)<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Nesta contabilização encontram-se contempladas operações transversais à RAA que, de alguma forma, se enquadram no âmbito territorial do Município de Ponta Delgada.

Tabela 17. Projetos aprovados no domínio da Educação, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva)  
Fonte: PO Açores 2020<sup>34</sup>

Beneficiário	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI
<b>PI 10.1 - A redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação</b>				
EBI Capelas	Redução do abandono escolar - Cursos do PROFIJ	52.900	44.965	FSE
EBI Ginetes	Redução do abandono escolar - Cursos do PROFIJ	165.289,42	140.496,01	FSE
Escola Profissional das Capelas	Redução do abandono escolar - Cursos do PROFIJ	2.474.130,67	2.103.011,07	FSE
Escola Profissional das Laranjeiras	Redução do abandono escolar - Cursos do PROFIJ	305.117,73	259.350,07	FSE
Escola Secundária Domingos Rebelo	Redução do abandono escolar - Cursos do PROFIJ	266.440,05	226.474,05	FSE
<b>TOTAL PI 10.1</b>	<b>-</b>	<b>3.263.877,87</b>	<b>2.774.296,2</b>	<b>-</b>
<b>PI 10.2 - A melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos</b>				
Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	Programas de formação avançada: doutoramentos e pós-doutoramento	5.201.102,98	4.420.937,53	FSE
<b>TOTAL PI 10.2</b>	<b>-</b>	<b>5.201.102,98</b>	<b>4.420.937,53</b>	<b>-</b>
<b>PI 10.3 - A melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas</b>				
APRODAZ - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.073.676,28	912.624,84	FSE
AVEA - Associação para a Valorização Económica dos Açores	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.684.901,09	1.432.165,94	FSE
Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria)	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.276.931,47	1.085.391,75	FSE
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores - Associação	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	366.042,67	311.136,27	FSE
Escola Profissional das Capelas	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.169.883,03	994.400,57	FSE
Fundo Regional do Emprego	Cursos de Aquisição Básica de Competências	9.015.331,38	7.663.031,67	FSE
Fundo Regional do Emprego	Rede Valorizar (CQEP)	1.436.352,85	1.220.899,93	FSE
Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.442.253,34	1.225.915,34	FSE
SINDESCOM - Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da RAA	Percursos Formativos Modulares de Dupla Certificação	1.158.416,15	984.653,72	FSE
<b>TOTAL PI 10.3</b>	<b>-</b>	<b>18.623.788,26</b>	<b>15.830.220,03</b>	<b>-</b>

<sup>34</sup> <http://poacores2020.azores.gov.pt/candidaturas/lista-de-operacoes-aprovadas/>

Beneficiário	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI
<b>PI 10.4 - A melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</b>				
APRODAZ - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	Cursos Profissionais	6.067.785,21	5.157.617,45	FSE
APRODAZ - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	443.817,71	377.245,05	FSE
AVEA - Associação para a Valorização Económica dos Açores	Cursos Profissionais	6.498.594,71	5.523.805,5	FSE
Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria)	Cursos Profissionais	2.758.805,26	2.344.984,46	FSE
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores - Associação	Cursos Profissionais	8.568.187,61	7.282.959,49	FSE
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores - Associação	Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	1.736.420,69	1.475.957,58	FSE
Escola Profissional das Capelas	Cursos Profissionais	8.988.652,41	7.640.354,55	FSE
Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	Cursos Profissionais	5.684.075,98	4.831.464,57	FSE
Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	250.671,44	213.070,72	FSE
SINDESCOM - Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da RAA	Cursos Profissionais	12.957.079,36	11.013.517,45	FSE
<b>TOTAL PI 10.4</b>	<b>-</b>	<b>53.954.090,38</b>	<b>45.860.976,82</b>	<b>-</b>
<b>PI 10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas</b>				
Direção Regional das Obras Públicas	Requalificação das instalações da EBI de Capelas	9.310.980,85	7.914.333,72	FEDER
Direção Regional das Obras Públicas	Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	11.411.764,71	9.700.000	FEDER
Município de Ponta Delgada	Ampliação e Reabilitação da Escola EB/JI dos Milagres	1.385.591,04	1.177.752,38	FEDER
Município de Ponta Delgada	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de São Pedro, freguesia de São Pedro - Ponta Delgada	2.773.402,69	2.357.392,29	FEDER
Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais	Construção de Novas Instalações para a EBI Canto da Maia	17.769.774,31	15.104.308,16	FEDER
<b>TOTAL PI 10.5</b>	<b>-</b>	<b>42.651.513,6</b>	<b>36.253.786,55</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>134 operações individualizadas</b>	<b>123.694.373,1</b>	<b>105.140.217,1</b>	<b>-</b>

A Prioridade de Investimento (PI) 10.4, relativa ao reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, é aquela com a maior fatia de despesa elegível e de fundo aprovado, correspondente a 43,6% do total dos investimentos (com mobilização do FSE), o que reforça a aposta do Governo Regional e das entidades locais na capacitação e formação dos

seus alunos e trabalhadores para as exigências do atual mercado de trabalho. Igualmente expressiva é a PI 10.5 concernente ao reforço das infraestruturas educativas, mobilizando 34,5% dos investimentos (com mobilização FEDER), tendo apoiado a intervenção ao nível de 5 estabelecimentos educativos. Para além destas PI, contabilizam-se as PI 10.1 (redução e prevenção do abandono escolar precoce), PI 10.2 (melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior), e PI 10.3 (melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida), cada uma correspondente a 2,6%, 4,2% e 15,1%, do total do investimento, respetivamente, sendo todas apoiadas pelo FSE.



## Educação: aspetos a salientar

- Perfil de instrução mais elevado comparativamente à média regional e próximo da média nacional;
- Concentração das principais estruturas de ensino da RAA (60 escolas e presença da UAç) com oferta formativa diversificada;
- Tendência de crescimento do nº de alunos inscritos no Ens. Superior vs diminuição do nº de alunos matriculados no não superior;
- Tendência de diminuição da taxa de retenção e desistência no ensino básico nos últimos anos, embora ainda superior à média nacional;
- Forte presença de jovens NEET na RAA (18,9% da população entre os 15 e os 34 anos);
- Existência de grande nº de iniciativas elegíveis para fundos comunitários na área da Educação e Formação Profissional.

### A2.1.3. Emprego e rendimentos

Os indicadores socioeconómicos relacionados com o emprego e transferências sociais afiguram-se como de extrema relevância para um diagnóstico preciso e holístico das dinâmicas ao nível da população e desenvolvimento social, com claros impactos na coesão e inclusão sociais. Analisando a população empregada por setores de atividade (Figura 36), é possível constatar a **predominância do setor terciário no concelho de Ponta Delgada** (82,2%). A importância deste setor é no Concelho do que na RAA (76,9%) e em Portugal (72,3%). Por conseguinte, é a unidade territorial com menor expressão do setor secundário (apenas 13,6%), e apresenta uma representatividade do setor primário (4,3%) inferior à da RAA (7,0%), porém superior à realidade nacional (2,9%), reflexo do cariz agrícola transversal à RAA. Da análise à

variação intercensitária, ressalta-se o crescimento do setor terciário social nas três unidades, tendo maior expressão em Ponta Delgada (+4,8 p.p.), assim como a diminuição da expressão dos setores primário e secundário em todas as unidades territoriais.

É de mencionar que **os setores primário e secundário são mais representativos nas freguesias rurais e suburbanas** (embora, em termos absolutos, estejam mais concentrados na zona leste do concelho), chegando a máximos respetivamente de 12,7% em Pilar da Bretanha e 23,6% na Covoada. **O setor terciário, pelo contrário, é fortemente dominante na cidade de Ponta Delgada**, especialmente no centro, sendo também maioritário em todas as outras freguesias, alcançando um máximo de 90,6% em São José e um mínimo de 66,6% na Covoada.

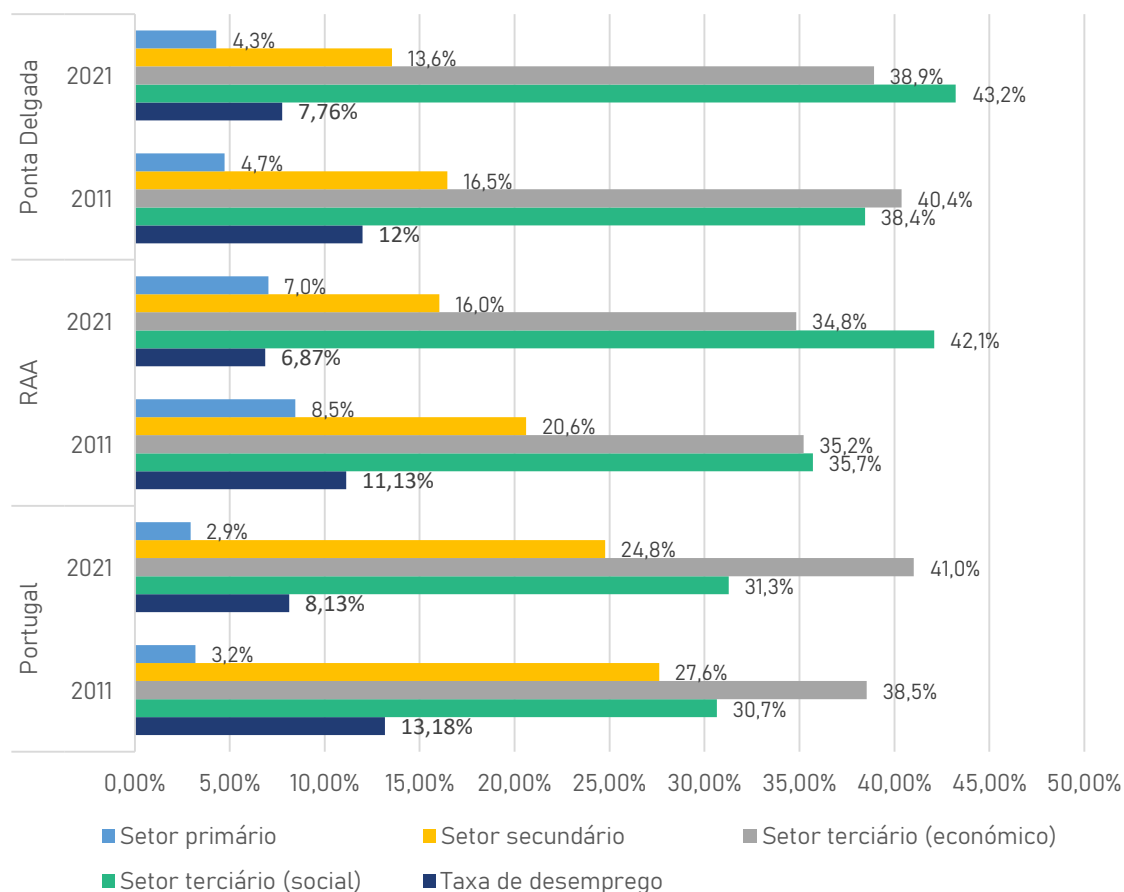


Figura 36. População empregada por setor de atividade (2011-2021)  
Fonte: INE, Censos 2021

Por outro lado, **o concelho de Ponta Delgada apresentava, em 2021, uma taxa de desemprego na ordem dos 7,76%**, um valor inferior ao da realidade nacional (8,13%), porém ligeiramente superior ao da RAA (6,87%). Por sua vez, este valor representava uma **diminuição bastante acentuada em**

**relação ao anterior período censitário** (-35,3%). No que respeita aos valores do subsídio de desemprego, Ponta Delgada apresentava, segundo os dados do INE para 2022, um valor médio mensal na ordem dos 253,92€, o qual se encontrava abaixo das restantes realidades territoriais (257,42€ na RAA e 265,08€ a nível nacional).

Uma análise à variação dos **beneficiários da Segurança Social** por tipo de pensão em Ponta Delgada (Figura 37) deixa transparecer um **claro crescimento desta população deste 2018**, totalizando 12.539 beneficiários, o que correspondia a 18,4% da população do Município, valores inferiores à realidade da RAA (20,7%) e do país (27,5%). Destes, a maioria (53%) eram referentes às pensões de velhice, seguindo-se as de sobrevivência (29,3%) e as de invalidez (17,7%), uma distribuição similar às das restantes realidades territoriais, ainda que com ligeiras diferenças em termos de representatividade.

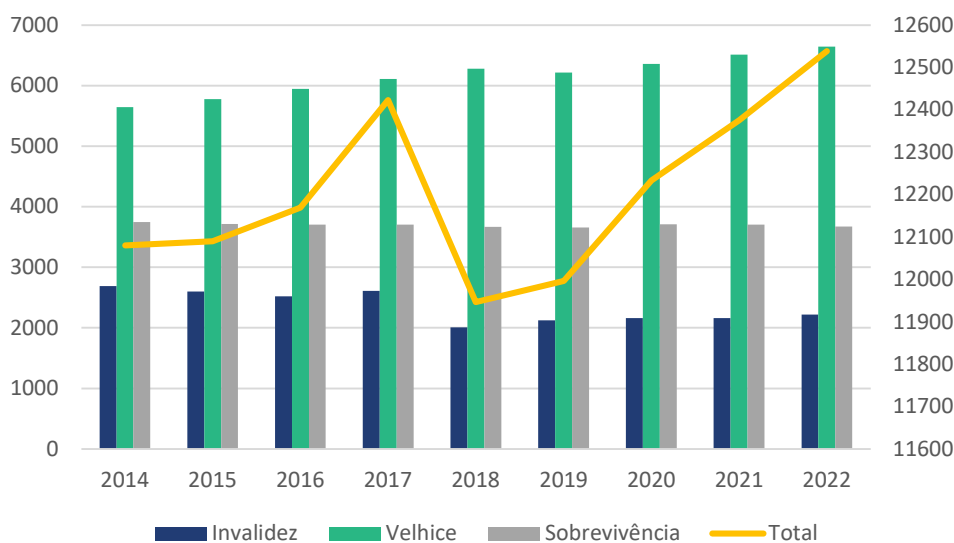


Figura 37. Beneficiários da Segurança Social por tipo de pensão, em Ponta Delgada (2022)  
Fonte: INE, Instituto de Informática

No que concerne aos **valores das pensões** (Figura 38), Ponta Delgada apresentava para o ano de 2022 um valor médio superior à realidade da RAA e nacional, com uma média de 553,42€ de valor das pensões. As pensões de velhice foram aquelas com valores mais avultados, atingindo os valores médios de 675,50€. Estes valores, no entanto, revelam-se preocupantes, tendo em

conta aqueles definidos como limiar de risco de pobreza para 2022<sup>35</sup> (7.095€ anuais, perfazendo 591,25€ mensais), o que, a juntar aos valores médios de subsídio desemprego, evidenciam o facto de uma fatia da população do Município estar em situação de risco.

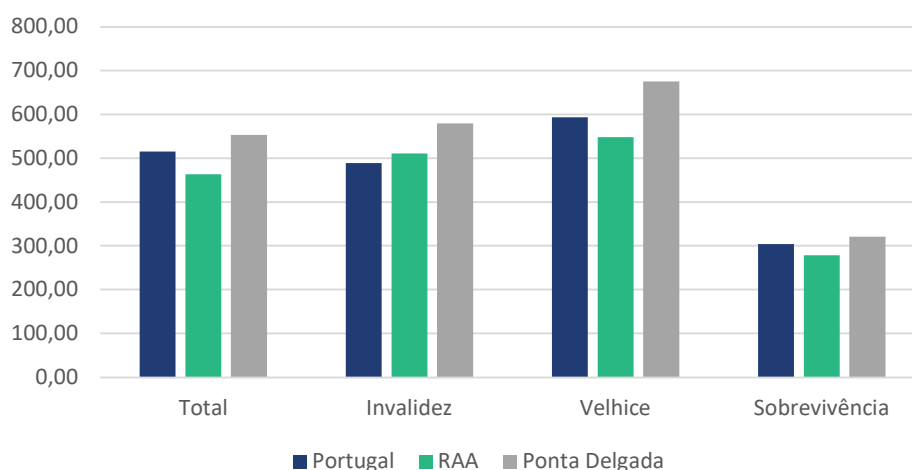


Figura 38. Valores das pensões da Segurança Social por tipo de pensão, por unidade territorial (2022)  
Fonte: INE, Instituto de Informática

No que respeita à **população beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI)**, esta constituía uma porção significativa da população do concelho, embora se tenha vindo a verificar uma tendência negativa desde 2018, sobretudo na faixa etária populacional com menos de 40 anos (decréscimo de 37,1% em 2022 desde 2017). Ainda assim, salienta-se que, para o ano de 2022, 85 pessoas em cada 1.000 eram beneficiárias de RSI em Ponta Delgada, um valor acima da RAA (70,21) e muito superior ao da realidade nacional (28,88). No que respeita aos valores processados, Ponta Delgada apresentava um valor médio de 1,09 Milhares de € por beneficiário, ligeiramente inferior à média nacional (1,19 m€) mas superior à média regional (0,97 m€) (Figura 39).

<sup>35</sup> [PORDATA](#), 2023.

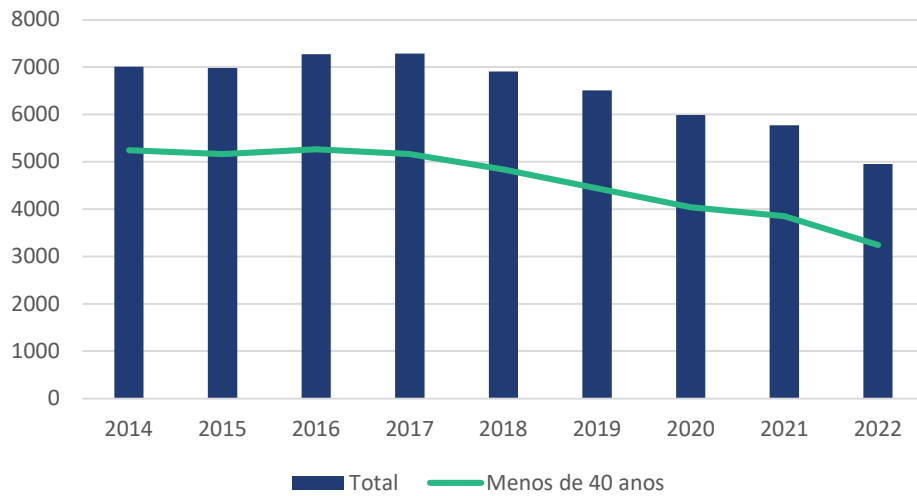


Figura 39. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º)  
Fonte: INE, Instituto de Informática

Salienta-se ainda que, em 2022, existiam **6.266 beneficiários de abono de família para crianças e jovens em Ponta Delgada**, um valor que vinha apresentando uma tendência de decréscimo na última década, mas que voltou a recrudescer com as dificuldades socioeconómicas decorrentes da pandemia da Covid-19 (Figura 40).

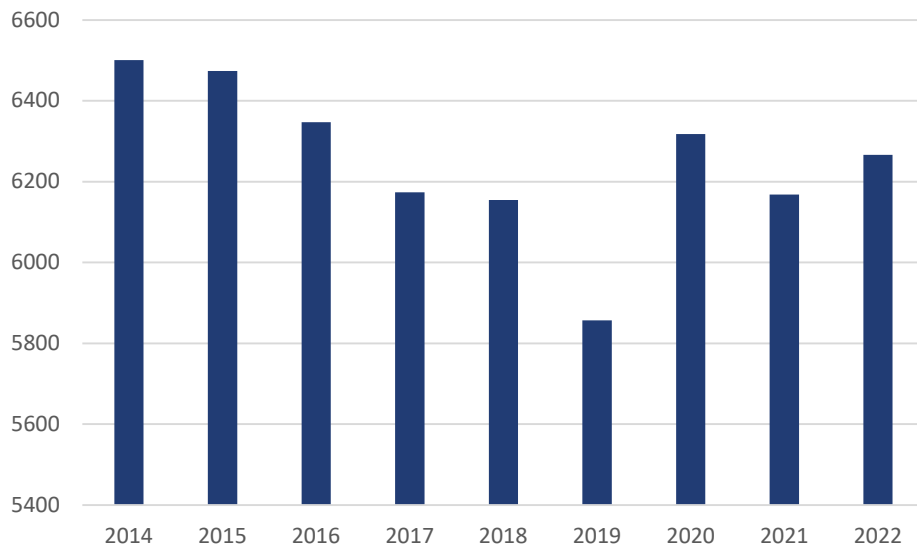


Figura 40. Beneficiários (Nº) do abono de família para crianças e jovens, em Ponta Delgada  
Fonte: INE, Instituto de Informática

No que respeita aos beneficiários da prestação social para a inclusão (Segurança Social)<sup>36</sup>, verifica-se que, para o ano de 2022, 1,9% da população do Município beneficiava deste tipo de apoio, valor superior ao da realidade da RAA (1,7%) e do País (1,3%).

Passando a análise ao **ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem** (Figura 41), verifica-se um crescimento do mesmo nas três unidades territoriais desde 2015, onde Ponta Delgada apresenta um ganho médio superior ao da RAA, embora inferior à média nacional. De referir o impacto que a pandemia da COVID-19 teve na economia local, substanciando-se numa queda de -4,7% do ganho mensal em relação a 2020.

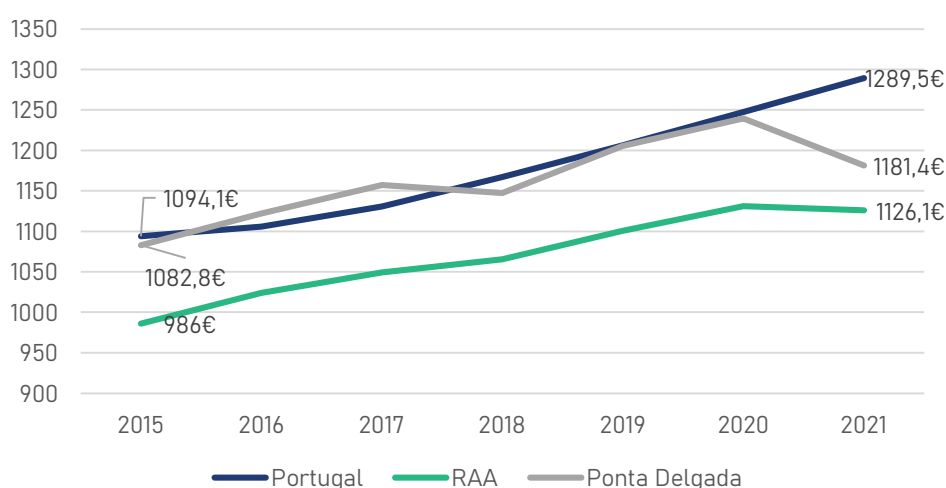


Figura 41. Ganho médio mensal por trabalhador por conta de outrem  
Fonte: INE, MTSSS/GEP

Essa quebra no ganho médio mensal de 2020 para 2021 não teve, no entanto, reflexos na variação dos rendimentos brutos declarados por habitante e por agregado fiscal (Figura 42). A análise ao rendimento bruto declarado por habitante e por agregado fiscal é igualmente reveladora de que, embora Ponta Delgada seja das três realidades territoriais aquela com menor rendimento bruto declarado por habitante, é aquela com maior rendimento por agregado fiscal, facto explicado em grande parte pela presença de agregados de maior dimensão no Município e por uma maior expressão da população em idade ativa.

<sup>36</sup> A prestação social para a inclusão é uma pecuniária mensal que visa melhorar a proteção social de pessoas com deficiência/incapacidade, tendo em vista promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família (INE, 2023).

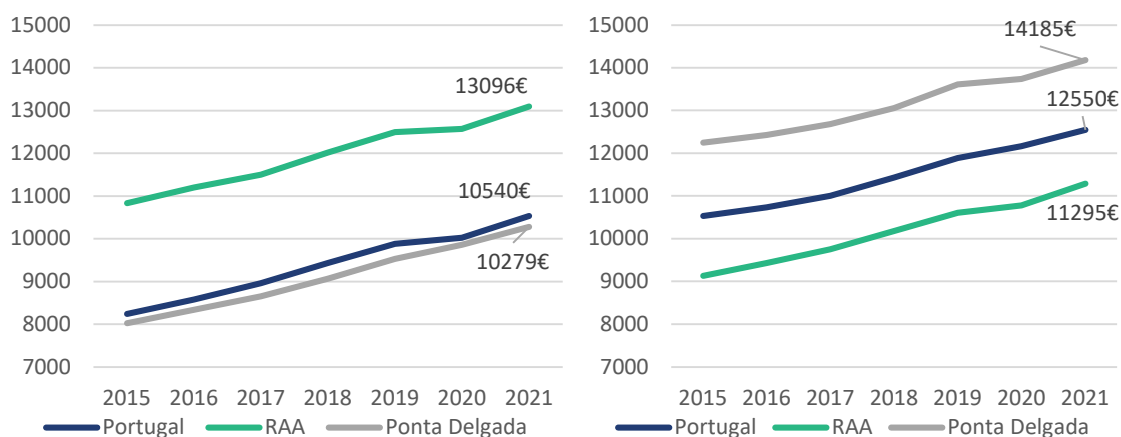


Figura 42. Rendimento bruto declarado por habitante (esquerda) e agregado fiscal (direita)  
Fonte: INE, Ministério das Finanças, Autoridade Tributária e Aduaneira

Pese embora os indicadores analisados, constata-se que **o poder de compra *per capita*<sup>37</sup>, em Ponta Delgada é ligeiramente superior à realidade nacional**, revelador da existência de fontes de rendimento adicionais. Ainda assim, é de mencionar o decréscimo ocorrido de 2019 para 2021 (Figura 43). A superioridade dos valores deste indicador face à Região (em 2021, respetivamente 102,58 e 87,37), indicia um **melhor nível de qualidade de vida em Ponta Delgada face a outros municípios açorianos**, logo uma maior capacidade para fixar pessoas e empresas.

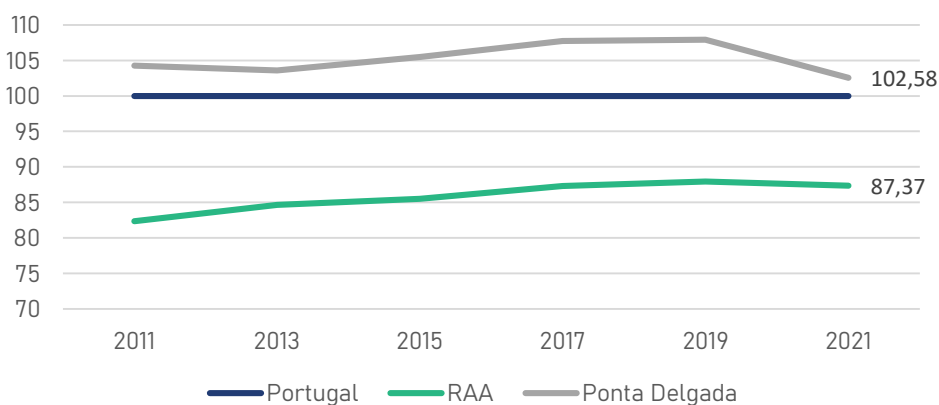


Figura 43. Poder de compra per capita (2011-2021)  
Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

<sup>37</sup> Neste indicador o valor 100 corresponde à média do País, sendo comparado o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.



## Emprego e Rendimentos: aspetos a salientar

- Maior preponderância do setor terciário (82,2%), face aos setores primário (4,3%) e secundário (13,6%);
- Diminuição da taxa de desemprego (7,76%) face a 2011 (-35,3%);
- Forte expressão da população beneficiária da Segurança Social (12.539 beneficiários, 18,4% da população do Município) e de beneficiários de RSI (85 em cada 1.000 habitantes);
- Valor médio das pensões (553,42€) superior à da RAA e a nível nacional mas abaixo do limiar de risco de pobreza (591,25€ para 2022);
- Ganho médio mensal (1181,4€) superior ao da RAA (1126,1€) mas inferior ao nacional (1289,5€);
- Poder de compra superior (102,58) à realidade nacional e regional.

### A2.1.4. Respostas sociais e saúde

De acordo com o relatório anual para 2022 da Comissão Nacional das CPCJ, Ponta Delgada registou um total de 756 situações de perigo comunicadas nesse ano, um valor que correspondia a 24% do total das situações de perigo comunicadas para a RAA e a um aumento de 25,6% relativamente ao número de situações comunicadas no ano anterior (602), variação relativa superior à ocorrida na RAA (+25,5%) e no resto do país (+15,5%). Destas 756 situações, denota-se uma maior **preponderância da violência doméstica**, totalizando mais de 20% dos casos, assim como da falta de supervisão/acompanhamento (7,5%), negligência (6,5%) ou o absentismo escolar (6,5%) (Figura 44). É de referir, igualmente, a forte incidência das situações de perigo na RAA, onde, para o mesmo ano, foram identificadas **1,76 situações de perigo diagnosticadas por 100 crianças**, um valor bastante superior face às 0,90 situações registadas a nível nacional.

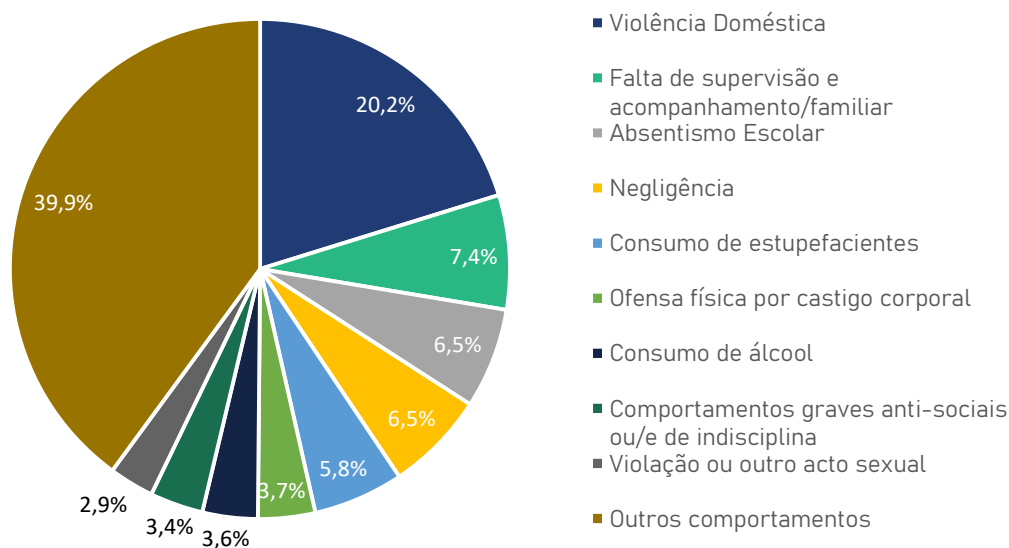


Figura 44. Situações de risco sinalizadas pela CPCJ em Ponta Delgada, em 2022  
Fonte: Comissão Nacional para a Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

A análise da Figura 44 deixa evidenciar também a existência de alguns **comportamentos de risco no seio das famílias**, patente em situações ligadas ao **consumo de estupefacientes ou álcool**. Com efeito, embora estas temáticas sejam de difícil avaliação, tendo em conta os casos não reportados e a dificuldade no seu controlo, constata-se uma preponderância acentuada do consumo de cocaína, *ecstasy* e novas substâncias psicoativas (NSP) no Arquipélago dos Açores, sendo que, no caso deste último, se registava uma preponderância de 3,7% da população entre os 15 e os 74 anos como consumidora, um valor bastante acima da prevalência nacional (0,3%)<sup>38</sup>. Acresce-se ainda a constatação do consumo não registado entre crianças, assim como o facto de, em 2021, mais de um terço das novas substâncias psicoativas apreendidas em Portugal terem sido recolhidas na RAA<sup>39</sup>.

Associados a estes comportamentos de risco poderão surgir outras problemáticas, nomeadamente o aumento da população em situação de sem-abrigo e o aumento da taxa de incidência do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH). Embora as estatísticas relativamente á

<sup>38</sup> IV inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral: [https://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD\\_ESTUDOS/Attachments/181/IV%20INPG%202016\\_17\\_PT.pdf](https://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV%20INPG%202016_17_PT.pdf)

<sup>39</sup> [Droga nos Açores: substâncias sintéticas muito baratas e abundantes viciam jovens e deixam consumidores "no fundo do poço" - Expresso](#)

população em situação de sem-abrigo em Ponta Delgada tenham um grande grau de incerteza associado, a presença de programas e iniciativas municipais e de privados (as quais incluem equipas de rua) parecem contradizer alguns indicadores<sup>40</sup>. Neste sentido, em Ponta Delgada destaca-se o Programa Housing First, uma iniciativa promovida e financiada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e implementada pela Associação Novo Dia e com a supervisão da Crescer – Associação de Intervenção Comunitária, a qual acompanha cerca de 150 pessoas em situação de sem abrigo. Já no que diz respeito ao número de casos de VIH, a RAA apresentava em 2021 apenas 432 casos, o que correspondia a 0,7% dos casos a nível nacional. Adicionalmente, a Figura 45 deixa transparecer uma tendência generalizada de diminuição do número de casos, seja na RAA, seja a nível nacional.

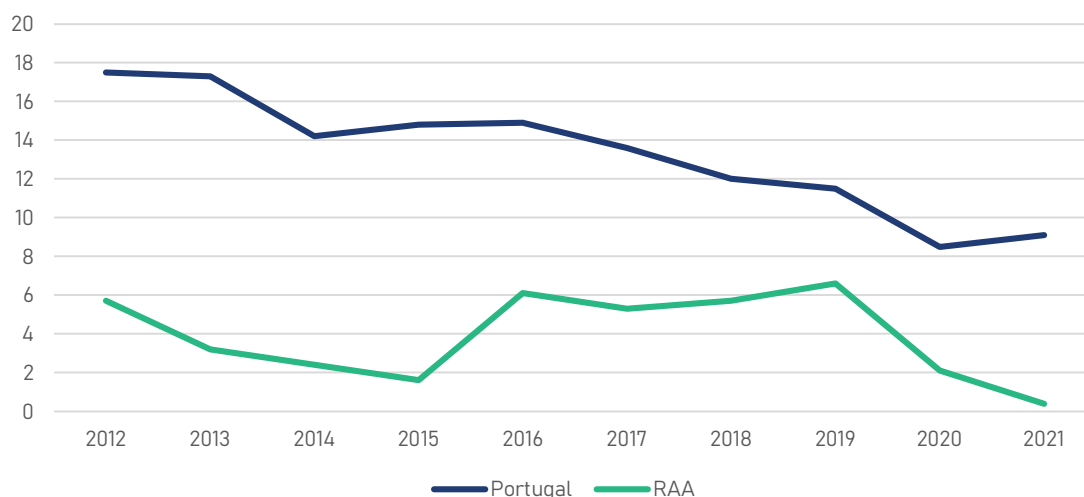


Figura 45. Casos de infeção por VIH 2012-2021, por 100 mil habitantes  
Fonte: Direção Geral de Saúde

Uma outra questão premente prende-se com a identificação da população com dificuldades associada a limitações físicas e/ou mentais. Nesta senda, verificava-se que, de acordo com os Censos de 2021, **65,5% do total dos agregados domésticos privados de Ponta Delgada tinham pelo menos uma pessoa com algum tipo de dificuldade**, uma realidade pouco superior à nacional (64,4%) porém ligeiramente inferior à da RAA (65,6%). As dificuldades prendem-se essencialmente com questões da visão, memória/concentração e locomoção, correspondendo a 27,7%, 21,2% e 17,1% do total da população do Município, respetivamente estando

<sup>40</sup> Confirmar [INE](#).

essencialmente associadas à população idosa (maiores de 65 anos), totalizando 40,7% dos casos identificados<sup>41</sup> (Figura 46).

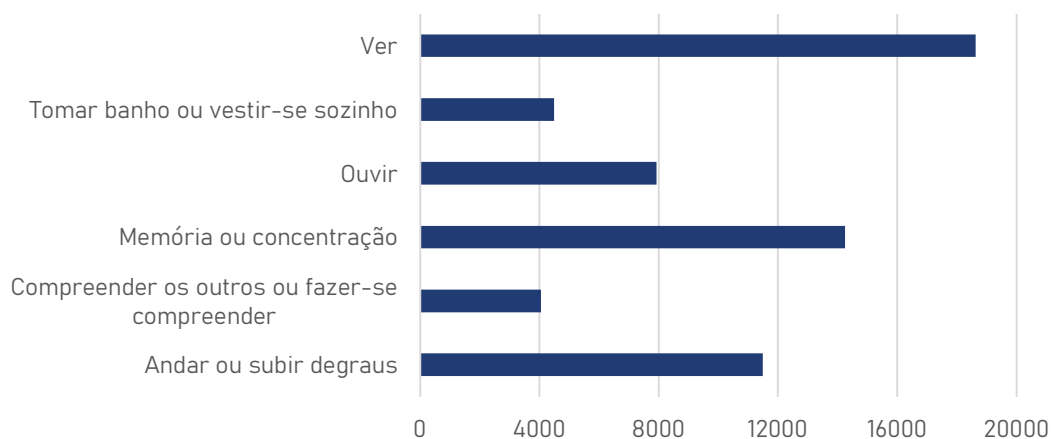


Figura 46. Tipos de dificuldade da população residente em Ponta Delgada  
Fonte: INE, Censos 2021

O Município de Ponta Delgada apresenta uma **rede social composta por 66 instituições particulares de solidariedade social** (IPSS), com um total de 190 respostas sociais e uma capacidade instalada para 11.030 pessoas (Carta Social dos Açores, 2020). O grupo-alvo com maior número de respostas sociais são as crianças e jovens (34,7%), seguidos da Família e Comunidade em geral (20,5%) e das Pessoas idosas (17,9%) (Figura 47).

---

<sup>41</sup> Devido a questões metodológicas, os censos de 2021 do INE não fizeram diferenciação entre as pessoas com deficiência e as pessoas com dificuldades, tendo, inclusive, remetido esta questão para o âmbito facultativo:  
<https://expresso.pt/opiniao/2023-01-03-Desapareceram-700-mil-pessoas-com-deficiencia-ou-incapacidade-nos-censos-2021-42957367>

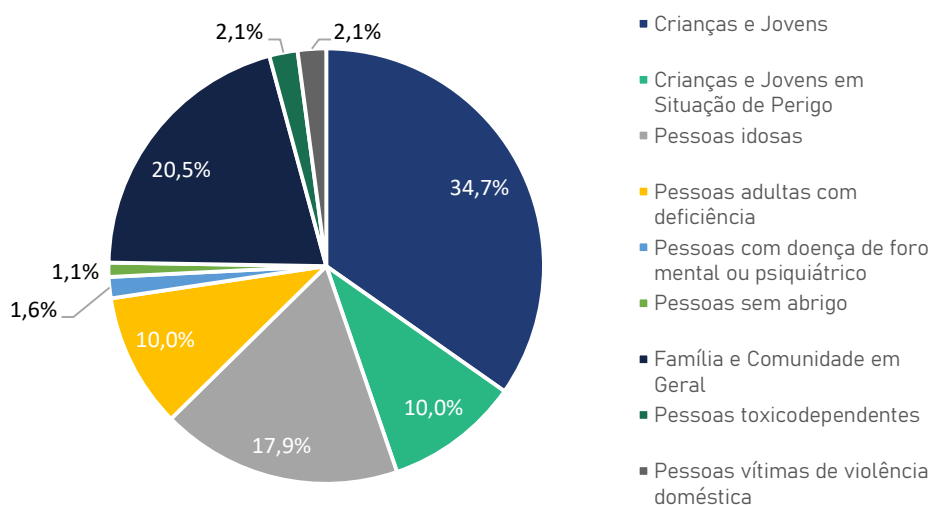


Figura 47. Distribuição das respostas sociais por grupo-alvo, em Ponta Delgada  
Fonte: Carta Social dos Açores (2020)

A Tabela 18 permite constatar que os centros de Atividades de Tempos Livres (ATL) são a tipologia de resposta social com maior expressão em Ponta Delgada (presente em 27 equipamentos), sendo que os Centros Comunitários são aqueles com maior capacidade total (2.077 pessoas).

Tabela 18. Tipologia das respostas sociais nas IPSS de Ponta Delgada e capacidade total instalada

Fonte: Carta Social dos Açores (2020)

Tipologia de resposta social	Nº de equipamentos	Capacidade instalada
Ama	2	104
Apartamento de Reinserção Social	1	16
Apoio Domiciliário Integrado	1	40
Atendimento/acompanhamento social	8	1915
Casa Abrigo	2	20
Casa de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens	1	8
Centro Comunitário	21	2077
Centro de Alojamento Temporário	9	169
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	3	360
Centro de Atendimento	2	180
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	8	388
Centro de Atividades Ocupacionais	2	145
Centro de ATL	27	1188
Centro de ATL - Ludoteca	3	380
Centro de ATL - Meio tempo	6	175
Centro de convívio	18	493
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)	3	226

Tipologia de resposta social	Nº de equipamentos	Capacidade instalada
Centro de dia	4	100
Centro de férias e lazer	1	34
Creche	20	903
Equipa de intervenção direta	3	290
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	1	80
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo	2	198
Estabelecimento de educação Pré-escolar	8	390
Estrutura Residencial para idosos: Quartos	4	172
Fórum Sócio Ocupacional	1	55
Lar de infância e juventude	11	150
Lar residencial	4	49
Serviço de Apoio Domiciliário	7	491
Serviço de Apoio Domiciliário - Pessoas Adultas com Deficiência	1	19
Transporte de Pessoas com Deficiência	4	194
Unidade de Vida Protegida	2	21
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>11.030</b>

Relativamente à valorização dos apoios comunitários no quadro 2014-2020 concernentes aos domínios de intervenção da inclusão social destacam-se aqueles sistematizados na Tabela 19, os quais abrangem Prioridades de Investimento pertencentes aos Eixos 8 (Emprego e Mobilidade Laboral) e 9 (Inclusão Social e Combate à Pobreza). De um total de 107 operações individualizadas com expressão no Município de Ponta Delgada, têm particular preponderância:

- PI 9.1 relativo ao **apoio a grupos vulneráveis ao mercado de trabalho** (35,9% do fundo aprovado), particularmente pelos apoios a desempregados resultantes da pandemia COVID-19;
- PI 8.2 que diz respeito ao **apoio aos Jovens desempregados com idade igual ou inferior a 30 anos** (29,3% do fundo aprovado), cobrindo iniciativas como estágios profissionais e a tentativa de colmatação dos NEET<sup>42</sup>;
- PI 8.1 referente à **inserção de desempregados no mercado de trabalho** (19,8% do fundo aprovado), cobrindo apoios à contratação e estágios profissionais.

<sup>42</sup> Jovem com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, que não se encontra a trabalhar, não estuda e não frequenta qualquer tipo de formação ([Univ. Porto](#))

Tabela 19. Projetos aprovados no domínio da inclusão social, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva)

Fonte: POISE e PO Açores 2020

Beneficiário <sup>43</sup>	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI	PO
<b>PI 8.1 - A integração sustentada de desempregados no mercado de trabalho</b>					
Fundo Regional do Emprego	Apoios à Contratação - INTEGRA	5.406.010,65	4.595.109,05	FSE	Açores 2020
	Apoios à Contratação - PIIE	786.457,5	668.488,88	FSE	Açores 2020
	Integração dos adultos no mercado laboral - Programas de Apoios à Contratação	9.528.447,17	8.099.180,09	FSE	Açores 2020
	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - Estágios Profissionais	33.258.778,17	28.269.961,44	FSE	Açores 2020
		9.213.807,99	7.831.736,79	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 8.1</b>	-	<b>58.193.501,48</b>	<b>49.464.476,25</b>	-	-
<b>PI 8.2 - Integrar no mercado de trabalho jovens desempregados com idade inferior ou igual a 30 anos, à data da integração</b>					
Direção-Geral do Ensino Superior	Programa Retomar	5.700	5.244	FSE	POISE
Fundo Regional do Emprego	Estágios Profissionais	41.706.451,3	35.450.483,61	FSE	Açores 2020
	Apoios à Contratação - INTEGRA	2.135.810,04	1.815.438,53	FSE	Açores 2020
Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial	Programa de Incentivo à inserção do Estagiário L e T	36.199.801,66	33.299.011,97	FSE	Açores 2020
	Programa de Reconversão Profissional - AGIR (Açores)	625.262,4	575.241,41	FSE	POISE
	Integra	2.104.955,11	1.936.558,71	FSE	POISE
<b>TOTAL PI 8.2</b>	-	<b>82.777.980,51</b>	<b>73.081.978,23</b>	-	-
<b>PI 8.3 - Combate ao desemprego e estímulo a um crescimento económico sustentável a médio e longo prazo através do apoio ao autoemprego</b>					
Fundo Regional do Emprego	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)	1.167.000	991.950	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 8.3</b>	-	<b>1.167.000</b>	<b>991.950</b>	-	-
<b>PI 8.4 - Aumentar a participação das Mulheres na economia regional</b>					
Fundo Regional do Emprego	Programa de Proteção à Maternidade e Fomento da Empregabilidade Feminina	1.409.261,37	1.197.872,16	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 8.4</b>	-	<b>1.409.261,37</b>	<b>1.197.872,16</b>	-	-
<b>PI 8.5 - Aumentar a empregabilidade dos ativos, através da formação ao longo da vida, e promover ações que favoreçam uma gestão mais inovadora por parte dos empresários</b>					
APRODAZ - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	Formação de ativos para a empregabilidade - Formação Modular (CNQ)	72.501,87	61.626,59	FSE	Açores 2020

<sup>43</sup> Nesta sistematização encontram-se beneficiários que embora não localizados em Ponta Delgada, desenvolveram ações em prol do território. É o caso particular das empresas que desenvolveram operações de "Formação de ativos para a empregabilidade - Formação Modular (CNQ)", do PI 8.5.

Beneficiário <sup>43</sup>	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI	PO
AVEA - Associação para a Valorização Económica dos Açores		199.811,77	169.840,01	FSE	Açores 2020
Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria)		110.627,67	94.033,52	FSE	Açores 2020
COMPETIR AÇORES - Formação e Serviços, LDA	Formação de ativos para a empregabilidade - Formação Modular (CNQ)	174.943,2	148.701,72	FSE	Açores 2020
CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária CRL		17.835,03	15.159,78	FSE	Açores 2020
EUROCONSULT - Consultores de Engenharia e Gestão, LDA		319.287,46	271.394,34	FSE	Açores 2020
EVOLUIR, LDA		190.002,29	161.501,95	FSE	Açores 2020
Fundo Regional do Emprego		Medidas Extraordinárias COVID-19 de Apoio à Manutenção do Emprego	7.597.200	6.457.620	FSE
		11.572.176,19	9.836.349,76	FSE	Açores 2020
GLOBAL XXI - Consultores, LDA	Formação de ativos para a empregabilidade - Formação Modular (CNQ)	165.364,31	140.559,66	FSE	Açores 2020
INDICE ICT & Management, LDA		315.240,2	267.954,17	FSE	Açores 2020
MEDIÁTICA, Tecnologias para a Educação, LDA		296.170,18	251.744,65	FSE	Açores 2020
Multicompetências, LDA		12.807,79	10.886,62	FSE	Açores 2020
MUTAÇÃO - Consultoria, Estudos e Serviços de Formação, LDA		133.460,03	113.441,03	FSE	Açores 2020
NORMA-AÇORES, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional S.A.		59.688,7	50.735,4	FSE	Açores 2020
Planeta Informático LDA		321.424,94	273.211,2	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 8.5</b>		-	<b>21.558.541,63</b>	<b>18.324.760,4</b>	-
<b>PI 9.1 - Aumentar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e as competências de grupos em situação de particular desfavorecimento para a sua integração no mercado de trabalho, bem como dotá-los de competências de base mínimas que facilitem a sua inserção social e profissional</b>					
Fundo Regional do Emprego	Medidas Extraordinárias COVID-19 de Apoio a Desempregados	4.508.953,25	3.832.610,26	FSE	Açores 2020
	Programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	100.750.353	85.637.800,04	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 9.1</b>	-	<b>105259306,2</b>	<b>89470410,3</b>	-	-
<b>PI 9.5 - Qualificar e capacitar a rede regional de economia social no sentido de aumentar a sua eficiência e incentivar a criação de empresas sociais e modernização das já existentes, também como estratégia de empregabilidade de públicos vulneráveis</b>					
Novo Dia, Associação para a Inclusão Social	Capacitação de colaboradores das entidades da economia social	19.657,36	16.708,76	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 9.5</b>	-	<b>19.657,36</b>	<b>16.708,76</b>	-	-
Direção-Regional da Solidariedade Social	Construção de Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança	1.238.287,58	1.052.544,44	FEDER	Açores 2020

Beneficiário <sup>43</sup>	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI	PO
	Construção do CAO da Associação Seara do Trigo	1.069.663,41	909.213,9	FEDER	Açores 2020
	Construção do Centro de Paralisia Cerebral	3.901.777,63	3.316.510,99	FEDER	Açores 2020
Direção-Regional da Solidariedade Social	Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes	2.314.802,03	1.967.581,73	FEDER	Açores 2020
	Remodelação da Mãe de Deus - Lar de Infância e Juventude e Creche	912.289,22	775.445,84	FEDER	Açores 2020
	Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha	432.764,91	367.850,17	FEDER	Açores 2020
	Construção da Creche do Paim	1.334.882,73	1.134.650,32	FEDER	Açores 2020
	Construção do Centro de Alojamento Temporário para Sem Abrigo	2.839.407,11	2.413.496,04	FEDER	Açores 2020
	Construção do Lar Residencial dos Valados	913.279,58	776.287,64	FEDER	Açores 2020
Vice-Presidência do Governo Regional	Criação do Centro de Noite no Lar Luís Soares de Sousa	1.741.542,55	1.480.311,17	FEDER	Açores 2020
	Reabilitação de edifício para Centro Atividades Tempos Livres (CATL) da Cáritas	320.707,26	272.601,17	FEDER	Açores 2020
	Remodelação do Centro de Dia, Centro de Noite, Unidade de Cuidados Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário	1.547.313,99	1.315.216,89	FEDER	Açores 2020
	Requalificação de edifício para a Creche "A Joanelinha" em Ponta Delgada	722.341,3	613.990,11	FEDER	Açores 2020
	Requalificação de Edifício para Centro Comunitário de Terapia Familiar	505.367,52	429.562,39	FEDER	Açores 2020
TOTAL PI 9.7	-	19.794.426,82	16.825.262,8	-	-
TOTAL	107 operações individualizadas	270.385.248,6	232.548.156,1	-	-

No âmbito da inclusão social refere-se também a **existência de um conjunto significativos de equipamentos desportivos**, os quais contribuem para um salutar desenvolvimento psicomotor e social da população, sobretudo jovem, e se apresentam como fundamentais para a promoção de um estilo de vida saudável e prevenção de certas patologias. Em Ponta Delgada identificam-se **155 equipamentos desportivos** (Figura 48), dos quais a maioria corresponde a instalações para pequenos jogos (polidesportivos) e a salas de desporto (pavilhão, ginásios e salas de ginástica). É de realçar, igualmente, a diversidade da oferta existente, ainda que esta oferta não esteja uniformemente distribuída pelas diferentes freguesias.

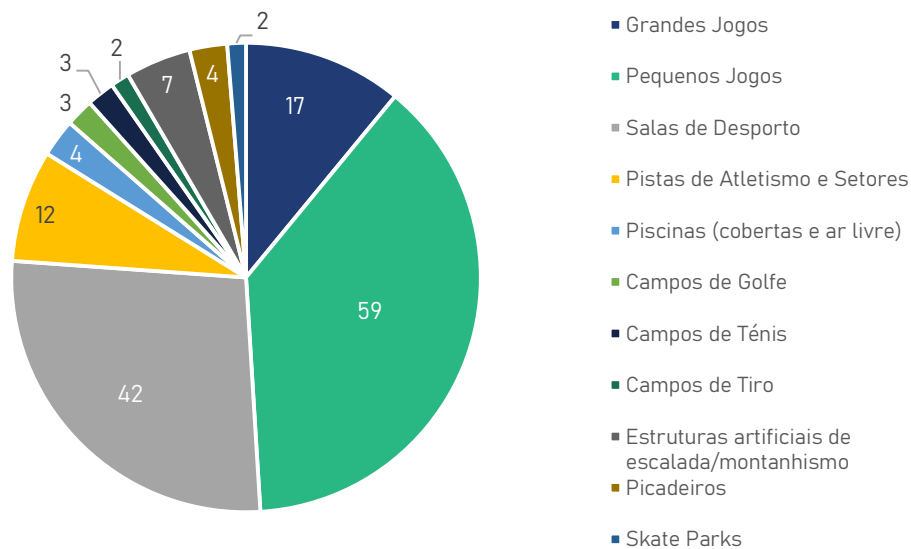


Figura 48. Instalações desportivas em Ponta Delgada  
Fonte: Plano Municipal da Juventude 2022-2026

Entre estes equipamentos, é de dar particular destaque ao estádio de S. Miguel, o maior recinto desportivo dos Açores e que atualmente acolhe jogos organizados pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) e a Associação de Futebol de Ponta Delgada (AFPD). Para além destes, identificam-se, ainda, um total de 11 zonas balneares no território Municipal.



Figura 49. Estádio de S. Miguel (esquerda) e piscinas naturais dos Mosteiros (direita)  
Fonte: Visit Ponta Delgada

No que respeita à temática da saúde, Ponta Delgada acolhe no seu território um dos três hospitais públicos regionais e o único na ilha de S. Miguel: o Hospital do Divino Espírito Santo. Além deste equipamento, salienta-se a presença do Centro de Saúde de Ponta Delgada (o qual inclui as valências de Serviço de Atendimento Complementar, Centro de Diagnóstico Pneumológico, e Serviço de Apoio Integrado Domiciliário) e ainda de 14 unidades de saúde,

presentes em diferentes freguesias do Município<sup>44</sup>. Segundo os dados do SREA (2021), identificam-se ainda quatro estabelecimentos de saúde particulares no concelho.

Uma análise à variação do número de atendimentos em serviços de urgência nos hospitais (Figura 50) permite constatar um padrão bastante similar entre Ponta Delgada, RAA e o resto do País. De resto, salienta-se que dos 157.414 atendimentos registados em 2021 na RAA, 55,6% foram em Ponta Delgada (87.474), o que atesta a importância do Município e dos seus equipamentos de saúde para a Região. A mesma variação pode ser observada relativamente aos internamentos, onde se registou em 2021 uma variação de +24,1% face a 2013.

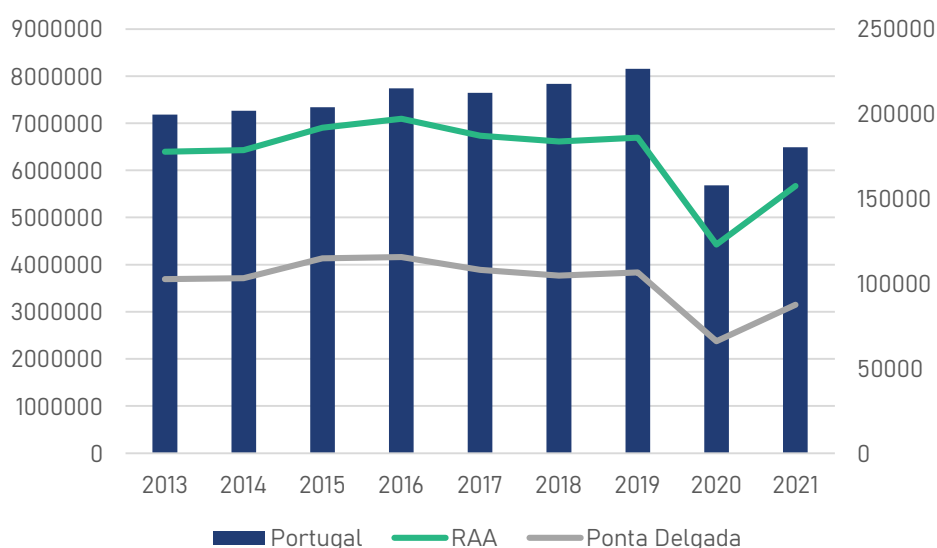


Figura 50. Atendimentos de serviço de urgência nos Hospitais (2013-2021)  
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

A variação do número de consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais (Figura 51) tem tido um padrão relativamente linear de crescimento, verificando-se um aumento de 38,6% comparativamente a 2013. Com efeito, para 2021, segundo os dados do INE, registaram-se uma média de 3,7 consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais por habitante em Ponta Delgada, valor bastante superior ao da RAA (1,6) e da realidade nacional (2,1).

<sup>44</sup> [Unidade de Saúde de S. Miguel \(USI\)](#)

Já no que concerne ao número de cirurgias efetuadas em Ponta Delgada não se constata um padrão de variação fixo desde 2013, tendo o número mais alto sido atingido em 2019, com uma média de 24,6 cirurgias/dia. Salienta-se ainda neste domínio que **das 24 salas de operação presentes na RAA, 14 delas estão localizadas em Ponta Delgada.**

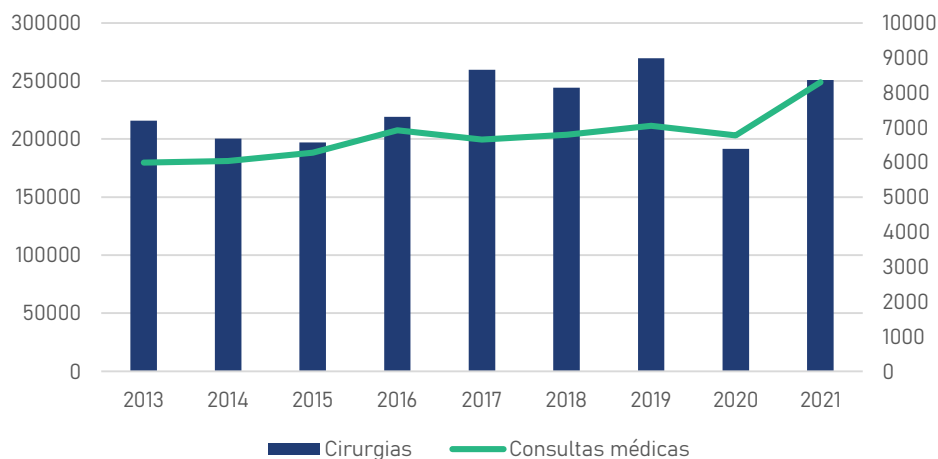


Figura 51. Número de cirurgias nos hospitais (exceto pequenas cirurgias) e consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais em Ponta Delgada (2013-2021)  
Fonte: INE, Inquéritos aos hospitais

Ao se escrutinar a especialidade das consultas nas unidades externas dos hospitais (Figura 52), é possível observar que, com exceção da categoria “Outras”, as especialidades com maior afluência em 2021 foram Ginecologia (7,4%), Pediatria médica (6,3%) e Ortopedia (5,9%).



Figura 52. Especialidade das consultas nas unidades externas dos hospitais em Ponta Delgada (2021)  
Fonte: INE, Inquéritos aos hospitais

Um outro aspeto de acrescida importância para a análise da temática da saúde é a taxa de mortalidade por doença, por ser reveladora tanto do estado geral da saúde da sua população como da própria eficiência e resposta atempada dos serviços de saúde. Nesta senda, a Figura 53 permite verificar uma tendência de diminuição ao longo da última década da mortalidade associada a doenças do aparelho circulatório. A mortalidade associada a tumores malignos teve um pico em 2019 (2,7‰) tendo, desde então, vindo a diminuir. Ademais, é de referir que, para ambos os casos, os valores para Ponta Delgada em 2021 (2,4‰ para doenças do aparelho circulatório, e 2,3‰ para tumores malignos) são bastante inferiores aos registados para a RAA (2,7‰ e 2,8‰, respetivamente) e Portugal (3,1‰ e 2,6‰, respetivamente).

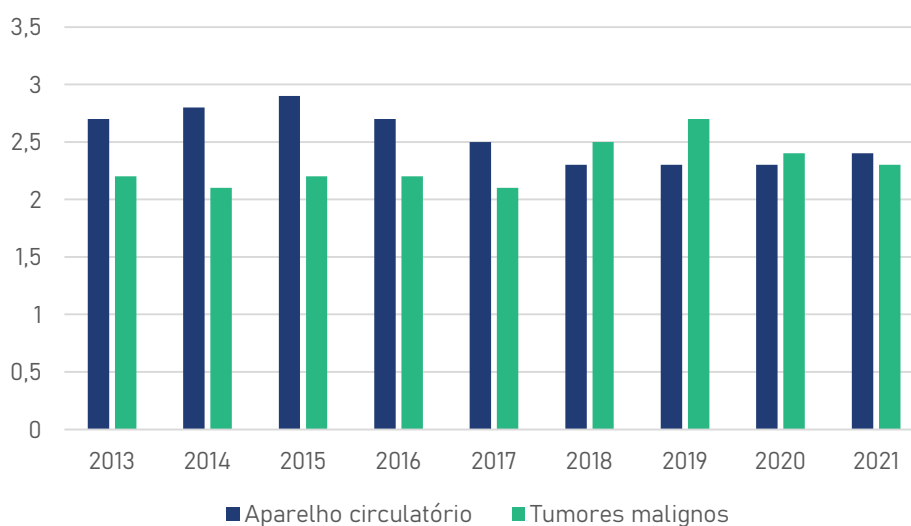


Figura 53. Taxa de mortalidade (%) por doenças de aparelho circulatório e tumores malignos em Ponta Delgada (2013-2021)

Fonte: INE, Óbitos por causa de morte

Este facto, aliado ao alto valor médio de consultas externas enunciado anteriormente, parece evidenciar a **existência de uma boa literacia em saúde dos ponta-delgadenses e ao nível dos seus cuidados preventivos**, os quais não poderão ser dissociados da presença de uma ampla oferta de equipamentos nesta área.

Em simultâneo, releva-se também a **tendência de crescimento do número de profissionais da área da saúde em Ponta Delgada** (Figura 54), onde se evidencia a passagem de 4,7 médicos por 1.000 habitantes em 2013 para 7,1 (+51%) e de 11,1 enfermeiros por 1.000 habitantes para 14,3 (+29%). Os valores registados para 2022 têm particular relevância quando comparados com as unidades territoriais superiores (RAA e Portugal):

- Enfermeiros – Os 14,3 enfermeiros por 1.000 habitantes em Ponta Delgada são deveras superiores aos presentes na RAA (9,8) e em Portugal (7,8);
- Farmacêuticos – Ainda que inferiores aos valores para Portugal inteiro (1,6), os 1,2 farmacêuticos por 1.000 habitantes em Ponta Delgada são superiores aos da RAA (1,0);
- Médicos – Os 7,1 médicos por 1.000 habitantes em Ponta Delgada são superiores aos presentes na RAA (4,0) e em Portugal (5,8);
- Médicos dentistas – Ponta Delgada apresenta valor similar à realidade nacional (1,1), superior ao da RAA (0,8).

Importa referir, no entanto, o papel que Ponta Delgada tem como ponto central da saúde no seio do Arquipélago dos Açores, o que se traduz a que muitos destes profissionais de saúde acabem por servir a população dos outros municípios, sobretudo da ilha de S. Miguel.

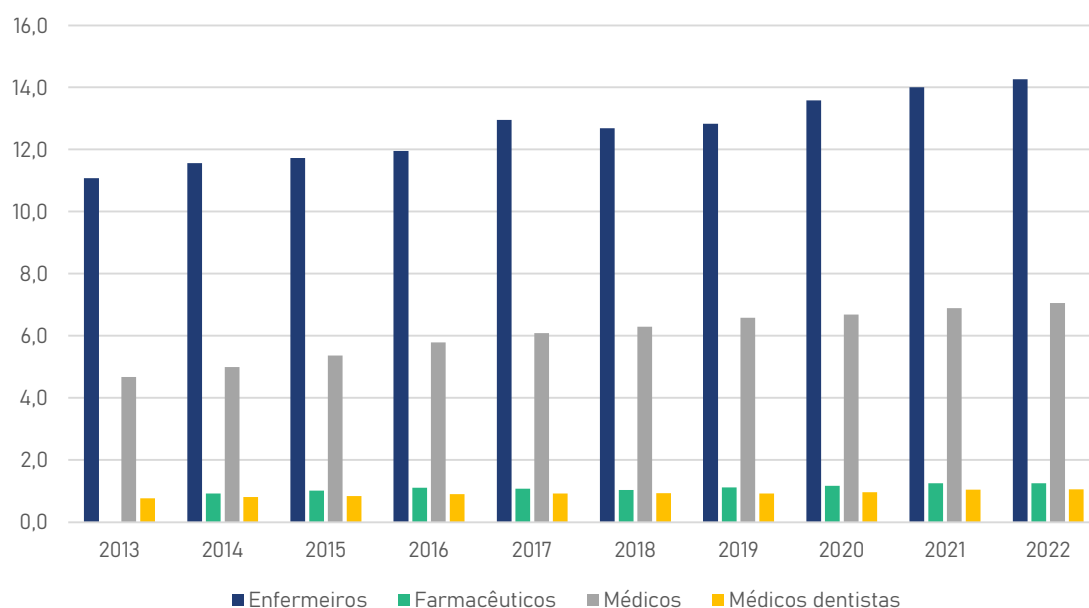


Figura 54. Profissionais da área da saúde por 1000 habitantes em Ponta Delgada  
Fonte: INE, Estatísticas do pessoal da saúde

Por fim, importa salientar as intervenções aprovadas na área da Saúde, em Ponta Delgada (Tabela 20), as quais maioritariamente beneficiárias do FEDER, **destacando-se as medidas aplicadas ao nível de saúde pública com a COVID-19 (45% do investimento aprovado) e a construção do novo centro de saúde de Ponta Delgada (38,4%).**

Tabela 20. Projetos aprovados no domínio saúde, com expressão em Ponta Delgada (não exclusiva)  
Fonte: PO Açores 2020

Beneficiário <sup>45</sup>	Operação	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI	PO
<b>PI 9.4 - Diversificar e alargar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde especializadas</b>					
Direção Regional da Solidariedade Social	Serviços e redes de intervenção social e de saúde - Rede cuidados continuados	899.984,47	764.986,8	FSE	Açores 2020
<b>TOTAL PI 9.4</b>	-	<b>899.984,47</b>	<b>764.986,8</b>	-	-
<b>PI 9.7 - Melhorar o acesso à saúde e aos serviços sociais, diversificando a oferta de serviços e apoiando a transição dos cuidados institucionais para os cuidados de proximidade que ajudam a aceder a uma vida independente e integrada na comunidade</b>					
Direção Regional de Saúde	Ressonância magnética do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada	1.256.747,2	1.068.235,12	FEDER	Açores 2020
Direção Regional da Ciência e Tecnologia	Criação, adaptação e operacionalização de laboratórios públicos regionais para a testagem e despiste da COVID-19	509.842,91	509.842,91	FEDER	Açores 2020
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER	Unidade de Intervenção Cardiovascular do HDES de Ponta Delgada	727.577,33	618.440,73	FEDER	Açores 2020
Secretaria Regional da Saúde e Desporto	Aquisição 30 Ambulâncias de Socorro	1.525.113,9	1.296.346,81	FEDER	Açores 2020
	Construção do Novo Centro de Saúde de Ponta Delgada	16.709.953,07	14.203.460,11	FEDER	Açores 2020
	COVID 19 - Saúde Publica	16.619.198,99	16.619.198,99	FEDER	Açores 2020
	Equipamento Gastrenterologia para Hospital de Ponta Delgada	707.718,77	601.560,95	FEDER	Açores 2020
	RIS - Sistema Informação de Radiologia	1.144.906,69	973.170,69	FEDER	Açores 2020
	Sistema de telemetria e aconselhamento	339.200	288.320	FEDER	Açores 2020
<b>TOTAL PI 9.7</b>	-	<b>39.540.258,86</b>	<b>36.178.576,31</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24 operações individualizadas</b>	<b>40.440.243,33</b>	<b>36.943.563,11</b>	-	-

<sup>45</sup> Nesta sistematização encontram-se beneficiários que embora não localizados em Ponta Delgada, desenvolveram ações em prol do território. É o caso particular das empresas que desenvolveram operações de "Formação de ativos para a empregabilidade - Formação Modular (CNQ)", do PI 8.5.



## Respostas Sociais e Saúde: aspetos a salientar

- Registo de 756 situações de perigo comunicadas à CPCJ em 2022 (+25,6% face a 2021), o que equivalia a 1,76 situações de perigo diagnosticadas por 100 crianças;
- Preponderância de fenómenos de violência doméstica e de comportamentos de risco no seio das famílias, ligadas ao consumo de estupefacientes e álcool;
- Existência de 65,5% dos agregados domésticos privados como tendo pelo menos uma pessoa com algum tipo de dificuldade;
- Rede Social abrangente, com presença de 66 IPSS no Município;
- Forte expressão dos apoios comunitários no apoio à inserção no mercado de trabalho, particularmente grupos vulneráveis, jovens e desempregados;
- Marcada presença de equipamentos desportivos no Município (155) com diferentes valências;
- Expressiva presença de rede de equipamentos de saúde, ampla oferta de diferentes especialidades, bem como de profissionais da área, acabando por servir uma população que extravasa a do concelho;
- Evidências de sólida literacia em saúde e de cuidados preventivos da população pontadalgadense, patente no superior valor médio de consultas médicas externas e na inferior mortalidade associada a doenças do aparelho circulatório e respiratório comparativamente com a RAA e a nível nacional.

## A2.2. Economia e inovação

### A2.2.1. Empresas e perfil de especialização económica

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2022, **encontravam-se sediadas no concelho de Ponta Delgada 8.480 empresas não financeiras**, correspondendo a **27,9%** das empresas da RAA. Este valor apresentava um **crescimento na ordem dos 27,1% relativamente a 2011**, valor superior ao da RAA (24,4%), ainda que inferior à realidade nacional (34,9%), o que contribuiu para um **aumento da densidade empresarial do concelho para 36,4 empresas/km<sup>2</sup>**, valor bem acima dos registados na RAA (20,0 empresas/km<sup>2</sup>) e a nível nacional (15,6 empresas/km<sup>2</sup>).

Destas 8.480 empresas, **71,3% correspondiam a empresas individuais**, sendo os restantes 28,8% referentes a sociedades, uma distribuição intermédia comparativamente com as restantes unidades territoriais (Tabela 21). Neste sentido, a **grande maioria das empresas se encaixavam na categoria de PME, sendo que mais de 95% possuía menos de 10 trabalhadores**. É de referir, ainda, a existência de apenas **12 grandes empresas no Município**.

No que se refere à sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes, Ponta Delgada apresenta um posicionamento bastante similar às restantes unidades territoriais de análise, onde se evidencia uma maior capacidade de resiliência comparativamente com 2012. Destas 496 empresas sobreviventes, aquelas com maior representatividade eram referentes às **atividades administrativas e dos serviços de apoio** (CAE N - 84 empresas), **atividades de saúde humana e apoio social** (CAE Q - 68 empresas), **alojamento, restauração e similares** (CAE I - 66 empresas), **atividades de consultoria, científicas, técnicas e afins** (CAE M - 54 empresas) e **comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos** (CAE G - 50 empresas).

Tabela 21. Caracterização das empresas não financeiras por unidade territorial (2022)  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Unidade Territorial	Empresas (Nº)	Forma Jurídica (%)		Dimensão (%)		Pessoal ao serviço (%)				Tx. Sobrevivência (%) <sup>46</sup>	
		Indiv.	Soc.	PME	Grandes	<10	10-49	50-249	>250	2022	2012
Portugal	1.437.254	66	34	99,9	0,1	96,3	3,1	0,5	0,1	58,95	48,55
RAA	30.393	78,5	21,5	99,9	0,1	96,5	3,1	0,4	0,0	58,55	47,32
Ponta Delgada	8.480	71,3	28,8	99,9	0,1	95,1	4,0	0,8	0,1	58,49	47,57

Uma análise dos nascimentos de empresas por setor de atividade permite verificar que das **1.209 criadas em 2022**, quase 50% (49,2%) correspondiam aos setores das atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N), do Alojamento, restauração e similares (CAE I) e atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q). Por outro lado, estes também correspondem aos setores de atividade que registaram um maior número de mortes de empresas em 2022 (46,9% do total).

<sup>46</sup> Taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes. O âmbito de atividade económica considerado compreende as empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das Atividades Financeiras e de Seguros (Secção K) e da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O).

No que concerne ao rácio entre pessoal ao serviço e número de empresas, Ponta Delgada apresentava, em 2022, valores superiores aos das restantes realidades territoriais, com uma **média de 3,53 trabalhadores por empresa**, enquanto Portugal se fixava nos 3,12 e a RAA nos 2,56. Saliente-se, ademais, que o **aumento do número de empresas no Município na última década foi proporcionalmente acompanhado de um aumento do número de trabalhadores** (variação de +30,5% entre 2012 e 2022), resultando num maior rácio pessoal/empresas (Figura 55).

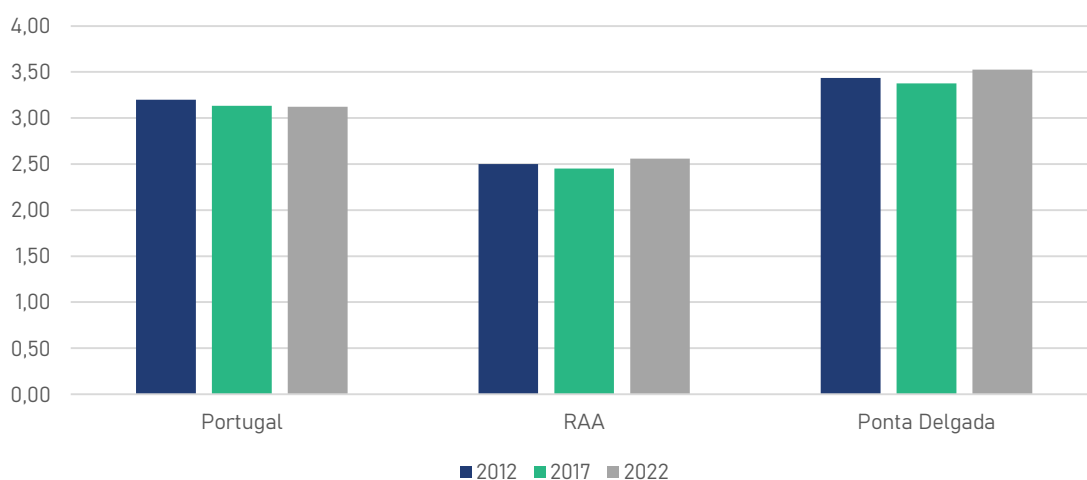


Figura 55. Rácio do pessoal ao serviço das empresas por empresas (2011, 2016, 2021)  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Simultaneamente, verificou-se um **aumento do volume de negócios na ordem dos +47,9% (+1.143,8 Milhões de euros)**, uma variação absoluta bastante positiva, ainda que tenha ficado atrás das restantes unidades territoriais. Verificou-se, por extensão, uma realidade semelhante no que concerne ao volume de negócios por empresa e ao volume de negócios por trabalhador (Tabela 22). Realça-se, no entanto, que o concelho de Ponta Delgada apresentou maior volume de negócios por empresa (416,5 milhares de €/empresa), comparativamente com as unidades territoriais superiores. Situação semelhante ocorreu relativamente ao volume de negócios por trabalhador (118,1 milhares de €/trabalhador), embora tenha ficado ligeiramente abaixo da realidade nacional (118,9 m€/trabalhador). É de ainda destacar que o total **do volume de negócios em Ponta Delgada para 2022 correspondia a 50,9% do total da RAA**.

Tabela 22. Evolução do volume de negócios por unidade territorial  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Unidade Territorial	Volume de negócios (M€)			Volume de negócios por empresa (m€)			Volume de negócios por trabalhador (m€)		
	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022
Portugal	320.136,2	533.462,6	+66,6%	300,5	371,2	+23,5%	94,0	118,9	+26,5%
RAA	4.666,6	6.933,7	+48,6%	191,0	228,1	+19,4%	76,4	89,2	+16,7%
Ponta Delgada	2.387,8	3.531,6	+47,9%	357,9	416,5	+16,4%	104,2	118,1	+13,3%

Situação análoga pode ser constatada ao nível do VAB<sup>47</sup> das empresas (Tabela 23), embora seja notória uma maior variação em termos percentuais, seja em termos de valores absolutos, seja ao nível do rácio VAB/empresa e VAB/trabalhador.

Tabela 23. VAB (milhões de euros) por unidade territorial  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Unidade Territorial	VAB (M€)			VAB por empresa (m€)			VAB por trabalhador (m€)		
	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022
Portugal	73.125,5	129.486,5	+77,1%	68,7	90,1	+31,2%	21,5	28,9	+34,4%
RAA	986,8	1.649,3	+67,1%	40,4	54,3	+34,4%	16,2	21,2	+31,3%
Ponta Delgada	486,2	788,4	+62,2%	72,9	93,0	+27,6%	21,2	26,4	+24,3%

No que respeita ao comércio internacional (Tabela 24), verifica-se que Ponta Delgada apresentou uma **diminuição das importações de 2012 a 2022 em quase -30%**, situação mais favorável que em relação à RAA (-11,9%) e, sobretudo, Portugal, onde se verificou um aumento (+94,2%). Na sua maioria, as importações prendiam-se com material de transporte (35,2%) e produtos das indústrias alimentares, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, tabaco e seus sucedâneos manufacturados (23,2%), sendo maioritariamente destinadas para comércio interno da UE (66,4%).

Por outro lado, constata-se um **crescimento geral das exportações em todas as unidades territoriais, sendo particularmente expressivo em Ponta Delgada (+138,7%)**. Estas prendiam-se essencialmente com animais vivos e produtos animais (71,2%), o que atesta a **importância do**

<sup>47</sup> De acordo com a definição disponibilizada pelo INE, o volume de negócios de uma empresa corresponde à quantia líquida das vendas e prestações de serviços respeitantes às atividades normais das entidades, enquanto o Valor Acrescentado Bruto (VAB) é o valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

**setor primário para a economia local e regional.** Contrariamente às importações, as exportações eram essencialmente para o comércio externo à UE, o que estará fortemente associado à presença da comunidade açoriana emigrante, principalmente no norte do continente americano. Ressalta-se, todavia, que o saldo comercial era negativo nas três unidades territoriais.

Tabela 24. Indicadores do comércio internacional, 2012-2022 (Milhões de euros)

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Unidade territorial	Importação de bens (M€)			Exportação de bens (M€)			Saldo (M€)	
	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022
<b>Portugal</b>	56.374,1	109.485,8	+94,2%	45.213,0	78.402,7	+73,4%	-1.1161,1	-31.083,1
<b>RAA</b>	204,0	179,7	-11,9%	109,7	164,9	+50,3%	-94,3	-14,9
<b>Ponta Delgada</b>	109,7	76,9	-29,9%	31,1	74,3	+138,7%	-78,5	-2,6

No âmbito da análise económica, torna-se igualmente relevante analisar a especialização da economia de Ponta Delgada (Tabela 25). Neste sentido, ao nível do **número de empresas**, o setor de atividade com maior expressão era o relativo às **atividades administrativas e dos serviços de apoio** (CAE N), encontrando-se 1.263 empresas (14,9% do total), seguindo-se o **Alojamento, restauração e similares** (CAE I) com 1.034 empresas (12,2% do total) e o setor da **Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca** (CAE A), com 1.017 empresas (12,0% do total). Esta distribuição apresentava algumas semelhanças com a da RAA, embora na Região o setor do CAE A tenha uma expressão muito mais significativa (23,8% do total). Por sua vez, a nível nacional, era o CAE G (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos) aquele com maior representatividade a nível de número de empresas (15,1%). Importa igualmente destacar o acentuado crescimento do setor do Alojamento, restauração e similares (CAE I) no espaço dum década (+163,1%) o que estará indubitavelmente ligado ao **crescimento da atividade turística** no arquipélago, assim como do setor imobiliário (CAE L), com uma variação de +103,1%.

No que respeita ao **peçoal ao serviço**, o setor do **Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos** (CAE G) era aquele com maior expressão (23,4%), pese embora a perda da sua preponderância relativa face a 2012 (-4,4p.p.). Por sua vez, o setor do **Alojamento, restauração e similares** (CAE I) **foi aquele que mais cresceu na última década**, quer em termos absolutos (+104,4%), quer relativos (+5.5p.p.). Ressalta-se, contudo, que era o setor D (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio) aquele com mais pessoal ao serviço por

empresa (159,0), pese embora o seu acentuado decréscimo relativamente a 2012 (237,7 trabalhadores por empresa).

Já relativamente ao **volume de negócios**, o CAE G - **Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos**, era aquele que mobilizava maior montante em termos globais (46,2% do total). No entanto, em termos de volume de negócio por trabalhador, era o CAE D (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio) aquele com valor mais acentuado (3.23.744,47€/trabalhador).

Tabela 25. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), no concelho de Ponta Delgada  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

CAE <sup>48</sup>	Empresas			Pessoal ao serviço			Volume de negócios			Pessoal por empresa		Volume de negócios por empresa		Volume de negócios por trabalhador	
	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	Δ 2012-2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
A	844	1.017	+20,5%	1.490	1.842	+23,6%	86.020.126	148.437.054	73%	1,8	1,8	101.919,58	145.955,81	57.731,63	80.584,72
B	2	1	-50,0%	...	...	-	...	...	-	-	-	-	-	-	-
C	229	258	+12,7%	1.956	2.115	+8,1%	241.926.046	341.575.637	41%	8,5	8,2	1.056.445,62	1.323.936,58	123.684,07	161.501,48
D	3	5	+66,7%	713	795	+11,5%	220.361.135	257.376.854	17%	237,7	159,0	73.453.711,67	51.475.370,80	309.061,90	323.744,47
E	7	7	0,0%	...	324	-	...	13.172.232	-	-	46,3	-	1.881.747,43	-	40.655,04
F	347	355	+2,3%	1.776	2.083	+17,3%	111.701.336	144.804.474	30%	5,1	5,9	321.905,87	407.899,93	62.894,90	69.517,27
G	1.043	989	-5,2%	6.382	7.012	+9,9%	1.132.521.844	1.631.682.855	44%	6,1	7,1	1.085.831,11	1.649.831,00	177.455,63	232.698,64
H	154	167	+8,4%	2.120	...	-	307.990.139	...	-	13,8	-	1.999.935,97	-	145.278,37	-
I	393	1.034	+163,1%	2.152	4.398	+104,4%	69.416.691	184.564.866	166%	5,5	4,3	176.632,80	178.496,00	32.256,83	41.965,64
J	101	129	+27,7%	368	437	+18,8%	59.081.434	30.358.252	-49%	3,6	3,4	584.964,69	235.335,29	160.547,38	69.469,68
L	130	264	+103,1%	292	458	+56,8%	19.483.188	44.868.257	130%	2,2	1,7	149.870,68	169.955,52	66.723,25	97.965,63
M	676	862	+27,5%	1.261	1.835	+45,5%	42.575.381	79.047.675	86%	1,9	2,1	62.981,33	91.702,64	33.763,19	43.077,75
N	1.032	1.263	+22,4%	1.530	...	-	32.494.152	...	-	1,5	-	31.486,58	-	21.238,01	-
P	586	486	-17,1%	745	718	-3,6%	8.075.237	14.130.409	75%	1,3	1,5	13.780,27	29.074,92	10.839,24	19.680,24
Q	552	919	+66,5%	949	1.849	+94,8%	27.961.608	70.939.161	154%	1,7	2,0	50.655,09	77.191,69	29.464,29	38.366,23
R	236	359	+52,1%	343	655	+91,0%	5.571.699	26.465.948	375%	1,5	1,8	23.608,89	73.721,30	16.244,02	40.406,03
S	336	365	+8,6%	484	692	+43,0%	7.792.613	15.046.227	93%	1,4	1,9	23.192,30	41.222,54	16.100,44	21.743,10
<b>Total Ponta Delgada</b>	<b>6.671</b>	<b>8.480</b>	<b>+27,1%</b>	<b>22.917</b>	<b>29.903</b>	<b>+30,5%</b>	<b>2.387.815.051</b>	<b>3.531.627.486</b>	<b>48%</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>357.939,60</b>	<b>416.465,51</b>	<b>104.194,05</b>	<b>118.102,78</b>
<b>Total RAA</b>	<b>24.431</b>	<b>30.393</b>	<b>+24,4%</b>	<b>61.049</b>	<b>77.727</b>	<b>+27,3%</b>	<b>4.666.638.672</b>	<b>6.933.666.117</b>	<b>49%</b>	<b>2,5</b>	<b>2,6</b>	<b>191.013,00</b>	<b>228.133,65</b>	<b>76.440,87</b>	<b>89.205,37</b>

... - Dado confidenciais

<sup>48</sup> Classificação INE (revisão 3) por secção (nível 1): A- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B- Indústrias Extrativas; C- Indústrias Transformadoras; D - Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. O âmbito da informação do sistema de contas integradas das empresas do INE exclui as secções K, O, T e U.

Complementarmente a esta análise, no sentido de verificar o grau de especialização no concelho de Ponta Delgada, é utilizado o Quociente de Localização, uma medida de avaliação do grau relativo de concentração de uma determinada atividade que permite tecer considerações sobre o grau de especialização/diversificação do território, no que concerne à variável em questão. Este indicador compara a concentração de atividades, por secção do CAE, no território de análise, face ao cenário nacional, com base no número de empresas sediadas. Atente-se que este método não revela as atividades mais frequentes, mas aquelas que se distinguem em termos relativos no conjunto, uma vez que se pretende encontrar padrões de especialização ou diversificação face ao quadro nacional (valor nacional =1).

Neste sentido, a análise da Tabela 26 evidencia:

- Uma concentração particularmente expressiva no contexto nacional e regional do CAE D - Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio, com o QL mais elevado do concelho (7,5). É de referir a sua importância na economia local, tendo em conta que era o setor com maior volume de negócios por trabalhador. Ainda que seja um setor com parca expressão a nível do número de empresas (apenas 5, em 2022), corresponde a 7,3% do total de volume de negócios do Município;
- A relevância acrescida do setor do Alojamento, restauração e similares (CAE I), como aquele segundo maior QL (1,6), demonstrando a acrescida importância do setor da horeca na economia local, a qual estará intimamente relacionada com o crescimento do setor do turismo;
- Uma preponderância significativa de alguns setores, onde se destaca a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE A) com um QL de 1,3, ainda que com menor expressão comparativamente com a RAA (2,6).

Tabela 26. Quociente de localização das atividades económicas no concelho de Ponta Delgada, em 2022  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

Unidade Territorial	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
RAA	2,6	0,4	0,6	3,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,4	0,3	0,5	0,7	0,6	0,8	0,9	1,4	1,1
Ponta Delgada	1,3	... <sup>49</sup>	0,4	7,5	1,3	0,8	1,3	...	1,6	0,4	0,7	0,9	...	1,0	1,3	1,3	1,0

<sup>49</sup> Dados confidenciais

Salienta-se, igualmente, que a RIS3 Açores 2021-2027 define 5 áreas prioritárias de atuação no território da Região Autónoma, sobre as quais importa destacar no âmbito da temática da Economia e Inovação e no contexto territorial de Ponta Delgada:

- Agricultura e agroindústria – Tanto ao nível da ocupação do território, como das paisagens características e da própria identidade cultural da RAA, este é um setor que não é possível ser dissociado do perfil económico municipal e regional, particularmente pela produção de produtos DOP e IGP, especialmente da produção de carne, laticínios e produtos frutícolas, bem como a sua importância ao nível da empregabilidade local.
- Mar e crescimento azul – Num contexto ultraperiférico e insular, a valorização do recurso “mar” afigura-se como uma oportunidade por explorar com forte potencial tendo em conta a dimensão da Zona Económica Exclusiva. O seu aproveitamento, com efeito, deverá integrar iniciativas que tenham por base o conhecimento científico associado ao mar, incluindo consultadoria e desenvolvimento de tecnologia ao nível das pescas, da biotecnologia, o fornecimento de animais a instituições na área da educação e a investigação do ambiente marinho.
- Turismo e património – As características naturais e patrimoniais singulares e diferenciadoras do arquipélago dos Açores têm tido um crescente reconhecimento internacional, em grande parte resultante da abertura do seu espaço aéreo às companhias *low cost*, resultante num aumento significativo do número de turistas. O arquipélago, e particularmente Ponta Delgada, dispõem de um mix alargado de produtos turísticos que importa valorizar e desenvolver de uma forma estruturada e sustentável.

Tendo por base o exposto supra, a análise estatística realizada, bem como o resultado da interação com os agentes locais, identifica-se a preponderância de alguns setores que importa conhecer com mais detalhe, nomeadamente:

- i) Agropecuária – a agricultura e a atividade pecuária são transversais a todo o arquipélago dos Açores, tendo uma forte importância na economia local, sobretudo por ser responsável de mais de 2/3 de todas as exportações do Município, para além de todo o seu contexto histórico-cultural associado;
- ii) Turismo – integrando o CAE I, este é o setor em maior ascensão no Município, sendo o segundo setor com maior número de empresas.

## Agropecuária

O setor da agropecuária apresenta um contributo relevante para a base económica do concelho, sendo por isso pertinente a análise de indicadores estatísticos setoriais a ele associados.

No que respeita à caracterização das explorações e superfícies agrícolas, verifica-se que, embora Ponta Delgada apresente uma superfície agrícola utilizada (SAU) média inferior à da RAA e de Portugal, apresenta um valor médio de produção bastante superior por hectare (quase o dobro da RAA e mais do triplo de Portugal). Adicionalmente, é de mencionar que ambos os indicadores apresentaram variações positivas entre 2009 e 2019 (Tabela 27).

Tabela 27. Indicadores das explorações e superfícies agrícolas, entre 2009 e 2019  
Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2009 e 2019

Unidade territorial	Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha)			Valor médio da produção padrão total por hectare de superfície agrícola utilizada (€/ha)		
	2009	2019	Δ 2009-2019	2009	2019	Δ 2009-2019
Portugal	12	13,7	+14,2%	1.264,9	1.705	+34,8%
RAA	8,9	11,3	+27,0%	2.914,4	3.514,6	+20,6%
Ponta Delgada	6,5	8,2	+26,2%	4.717,3	6.230,4	+32,1%

No que concerne às superfícies das culturas permanentes, a área afeta teve uma forte diminuição de 2009 para 2019 em Ponta Delgada e na RAA (37,0% e 37,4%, respetivamente), valores mais expressivos que a nível nacional (-9,3%). Ao nível das freguesias, observou-se uma variação particularmente expressiva em Candelária, Mosteiros, Santo António e Sete Cidades, todas elas acima dos -70% (Tabela 28).

Tabela 28. Superfície das culturas permanentes, entre 2009 e 2019  
Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2009 e 2019

Unidade territorial	Superfície das culturas permanentes (ha)		
	2009	2019	Δ 2009-2019
Portugal	242.400	219.960	-9,3%
RAA	5.975	3.742	-37,4%
Ponta Delgada	614	387	-37,0%
Ajuda da Bretanha	1	1	0,0%
Arrifes	29	9	-69,0%
Candelária	44	10	-77,3%
Capelas	52	39	-25,0%
Covoada	1	1	0,0%
Fajã de Baixo	74	78	+5,4%

Unidade territorial	Superfície das culturas permanentes (ha)		
	2009	2019	Δ 2009-2019
Fajã de Cima	17	17	0,0%
Fenais da Luz	75	31	-58,7%
Feteiras	20	12	-40,0%
Ginetes	26	18	-30,8%
Mosteiros	24	6	-75,0%
Pilar da Bretanha	1	-	-
Ponta Delgada (São José)	9	3	-66,7%
Ponta Delgada (São Pedro)	12	9	-25,0%
Ponta Delgada (São Sebastião)	5	5	0,0%
Relva	20	11	-45,0%
Remédios	1	1	0,0%
Rosto do Cão (Livramento)	37	41	+10,8%
Rosto do Cão (São Roque)	62	50	-19,4%
Santa Bárbara	6	4	-33,3%
Santa Clara	4	6	+50,0%
Santo António	32	8	-75,0%
São Vicente Ferreira	56	26	-53,6%
Sete Cidades	6	1	-83,3%

A tipologia de cultura dominante no território do Município (Figura 56) são os frutos subtropicais, presentes em 76% das culturas permanentes, seguida dos citrinos, presentes em 55,6%. Estes valores demonstram igualmente a fraca tendência para a monocultura na mesma superfície agrícola. Por outro lado, é de frisar que, entre todas as culturas, apenas a dos frutos de casca rija apresentou um crescimento de 2009-2019 (+38%), ao passo que as restantes diminuíram, com exceção dos citrinos, que se mantiveram.

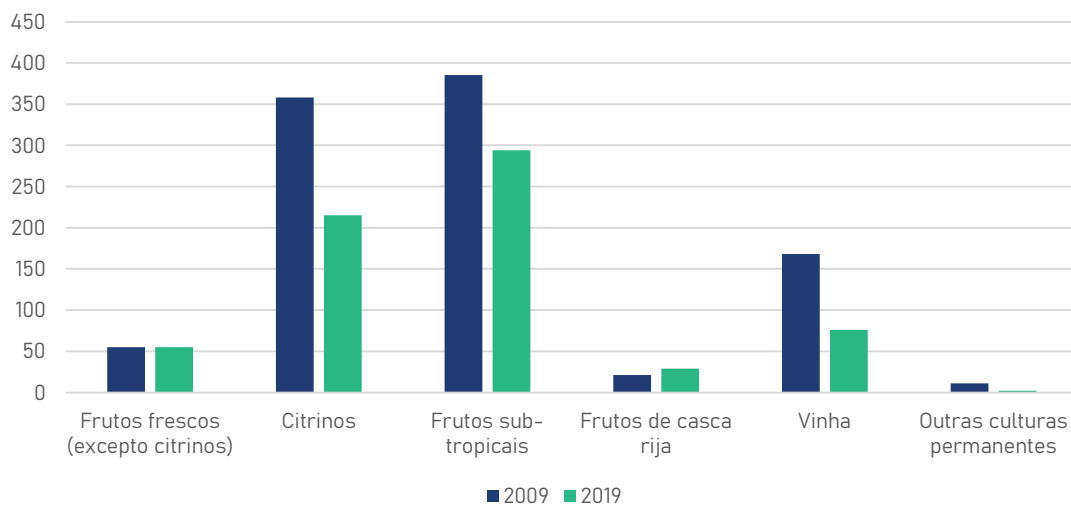


Figura 56. Superfície das culturas permanentes por tipo (ha), 2009-2019  
Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2009 e 2019

Dentro das culturas permanentes de frutos subtropicais, referem-se as bananeiras (148 ha) e os ananaseiros (142 ha) como aqueles com maior expressão (Figura 57).

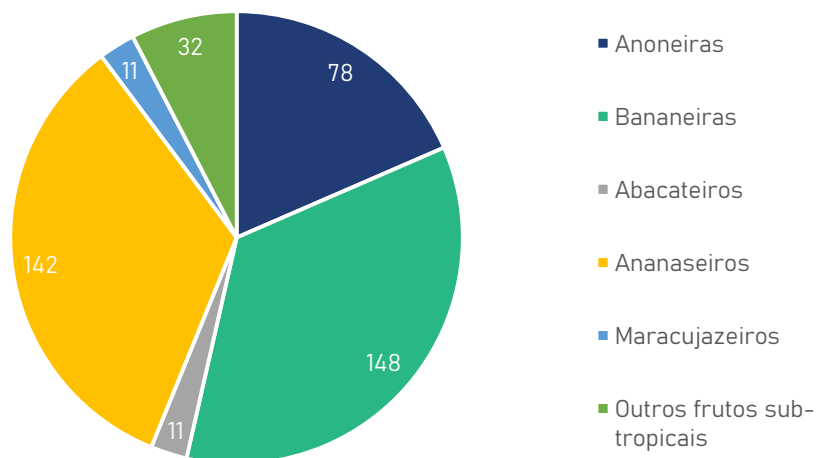


Figura 57. Superfície de culturas permanentes de frutos subtropicais (ha)  
Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2009 e 2019

Já no que diz respeito à produção animal (Tabela 29), o grande destaque é a exploração de bovinos, sendo que no Município de Ponta Delgada estavam concentrados 17,8% de todo o gado bovino da RAA e 3,3% do total a nível nacional. Salientam-se, ademais, a exploração de aves (aquele com maior efetivo em 2019), assim como a exploração de colmeias e cortiços povoados, tendo sido o tipo de exploração animal com variação mais acentuada no período intercensitário (+125,5%).

Tabela 29. Efetivo animal das explorações agrícolas e espécie animal (N.º), entre 2009 e 2019  
Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2009 e 2019

	Portugal			RAA			Ponta Delgada		
	2009	2019	Δ 2009- 2019	2009	2019	Δ 2009- 2019	2009	2019	Δ 2009- 2019
<b>Bovinos</b>	1.430.285	1.581.562	+10,6%	248.763	282.820	+13,7%	44.826	52.820	+17,8%
<b>Suínos</b>	1.913.161	2.213.742	+15,7%	42.276	49.230	+16,4%	8.720	3.297	-62,2%
<b>Ovinos</b>	2.219.639	2.182.016	-1,7%	3.850	5.680	+47,5%	68	99	+45,6%
<b>Caprinos</b>	42.0711	372.341	-11,5%	8.018	7.696	-4,0%	1.207	770	-36,2%
<b>Equídeos</b>	56.014	39.469	-29,5%	2.742	1.467	-46,5%	419	306	-27,0%
<b>Aves</b>	35.351.548	54.503.176	+54,2%	482.820	501.732	+3,9%	71.987	162.303	+125,5%
<b>Coelhos</b>	1.395.143	1.145.856	-17,9%	29.610	3.247	-89,0%	20.296	477	-97,6%
<b>Colmeias e cortiços povoados</b>	195.596	714.367	+265,2%	1.921	6.828	+255,4%	553	1450	+162,2%

A importância do setor primário na economia de Ponta Delgada evidencia-se pelo seu desempenho a nível do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, como anteriormente exposto.

Em termos de número de empresas (Tabela 30), o setor teve um aumento geral de +20,5%, maioritariamente relacionado com a Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, sub-setor que, aliás, era aquele com maior relevância (96,5% das empresas). A silvicultura e exploração florestal e a pesca e aquicultura tinham uma parca expressão ao nível das empresas do concelho.

Tabela 30. Número de empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

CAE	2022		2012		Variação	
	Nº	%	Nº	%	v.a. (Nº)	v.r. (%)
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	981	96,5%	814	96,4%	+167	+20,5%
Silvicultura e exploração florestal	11	1,1%	6	0,7%	+5	+83,3%
Pesca e aquicultura	25	2,5%	24	2,8%	+1	+4,2%
Total CAE A	1.017	100,0%	844	100,0%	+173	+20,5%

Uma situação análoga é observada relativamente ao pessoal ao serviço (Tabela 31), onde a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados era o sub-setor maioritário (77,6%). Observa-se, no entanto, que a sua importância relativa perdeu expressão, tendo a pesca e aquicultura ganho maior número de trabalhadores na última década. Acrescente-se, igualmente, que todos os sub-setores passaram a empregar mais trabalhadores entre 2012 e 2022.

Tabela 31. Pessoal ao serviço de empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

CAE	2022		2012		Variação	
	Nº	%	Nº	%	v.a. (Nº)	v.r. (%)
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	1.429	77,6%	1.232	82,7%	197	+16,0%
Silvicultura e exploração florestal	35	1,9%	29	1,9%	6	+20,7%
Pesca e aquicultura	378	20,5%	229	15,4%	149	+65,1%
Total CAE A	1.842	100,0%	1.490	100,0%	352	+23,6%

A mesma proporção pode também ser observada relativamente ao volume de negócios (Tabela 32) onde a Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados era o setor que mobilizava maiores montantes (88,5% do total). Ressalta-se, todavia, o peso crescente da silvicultura e exploração florestal (+262,7%) e da pesca e aquicultura (+193,0%) na última década.

Tabela 32. Volume de negócios das empresas do setor agrícola (CAE Rev.3 A) em Ponta Delgada, 2012-2022  
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2023)

CAE	2022		2012		Variação	
	Nº	%	Nº	%	v.a. (Nº)	v.r. (%)
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	131.433.956	88,5%	77.480.329	90,1%	131.433.955	+169,6%
Silvicultura e exploração florestal	1.963.316	1,3%	747.446	0,9%	1.963.316	+262,7%
Pesca e aquicultura	15.039.782	10,1%	7.792.351	9,1%	15.039.782	+193,0%
Total CAE A	148.437.054	100,0%	86.020.126	100,0%	148.437.053	+172,6%

Por fim, sistematiza-se na Tabela 33 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** o conjunto dos produtos com certificação de Denominação de Origem Protegida (DOP)<sup>50</sup> e os de Indicação Geográfica Protegida (IGP)<sup>51</sup> que, embora não exclusivamente circunscritos ao território do Município, se encontram de alguma forma diretamente relacionados com o seu âmbito territorial.

Tabela 33. DOP e IGP contemplados na abrangência territorial de Ponta Delgada  
Fonte: DGADR

DOP	IGP
- Ananás dos Açores/São Miguel - Maracujá de São Miguel/Açores - Mel dos Açores - Carne Ramo Grande - Manteiga dos Açores	- Carne dos Açores

## Turismo

O setor do Turismo tem vindo a desempenhar um papel de destaque na economia regional e local, sobretudo com o começo da operacionalização das companhias aéreas *low cost* no arquipélago a partir de 2015. Observou-se um crescimento exponencial do número de passageiros desembarcados na ilha de S. Miguel a partir desse ano, tendo sido somente retardado nos anos 2020 e 2021, consequência das restrições à circulação impostas pela pandemia da COVID-19 (Figura 58). Em 2022, foi ultrapassada a barreira do milhão de passageiros aéreos (1.025.134), o que representa um aumento na ordem dos +136,0%, relativamente a 2012.

---

<sup>50</sup> Uma **DOP** (Denominação de Origem Protegida) é um nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário desse local ou região, cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico específico, incluindo fatores naturais e humanos, cujas fases de produção têm lugar na área geográfica delimitada (Portal da Agricultura).

<sup>51</sup> Uma **IGP** (Indicação Geográfica Protegida) é um nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário desse local ou região, que possui uma determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser essencialmente atribuídas à sua origem geográfica e que, em relação ao qual pelo menos uma das fases de produção tem lugar na área geográfica delimitada. (Portal da Agricultura).

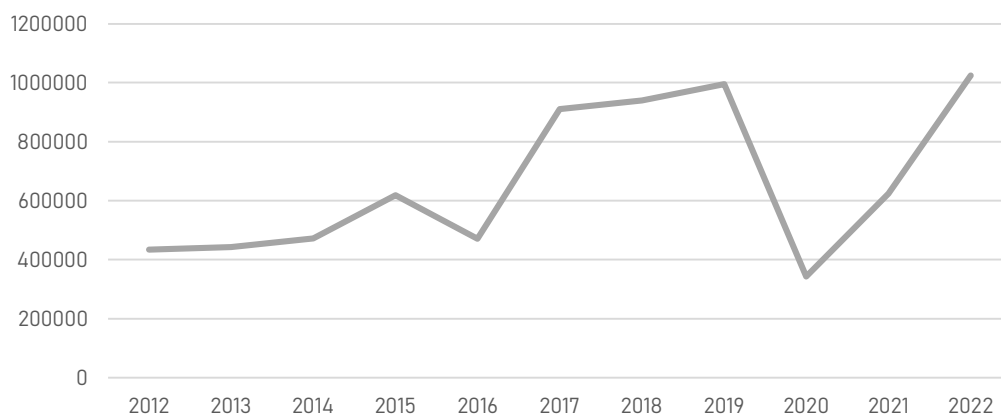


Figura 58. Nº de passageiros desembarcados (transporte aéreo) em S. Miguel (2011-2022)  
Fonte: Observatório de Turismo dos Açores (OTA) (2023)

O padrão de variação do número de passageiros tem correspondência na variação do número de dormidas na RAA e em Ponta Delgada (Figura 59): verificou-se um aumento na ordem dos +122,8% e +157,5% para o mesmo período temporal, respetivamente. Estes valores são superiores aos constatados a nível nacional (+75,6%). Em 2022, registou-se o valor recorde de 1.198.348 dormidas em Ponta Delgada. Por conseguinte, o número de hóspedes em Ponta Delgada (isto é, indivíduos que efetuaram pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico) passou de 168.792, em 2012, para 379.143, em 2022, o que representou uma variação na ordem dos +124,6%, superior à registada a nível nacional (+91,5%), embora inferior à da RAA (+152,8%).

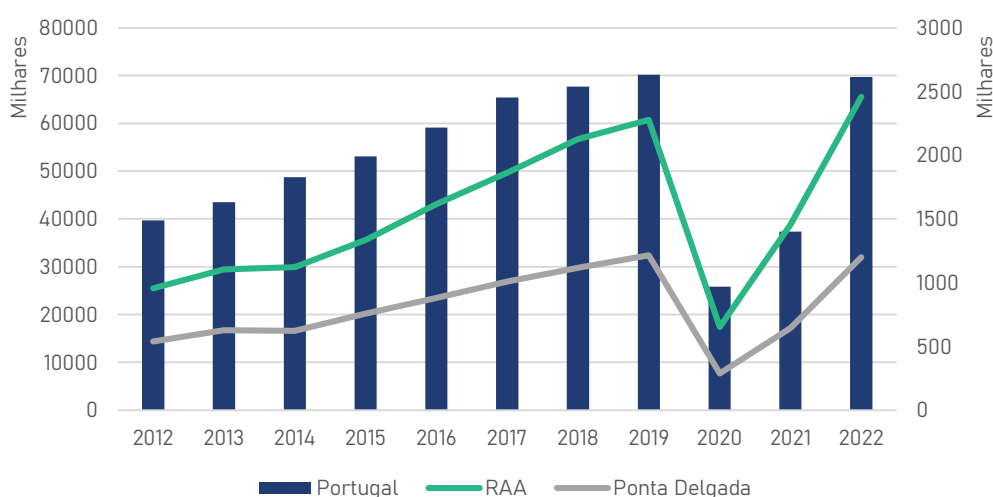


Figura 59. Dormidas (Nº em milhares) nos estabelecimentos de alojamento turístico por unidade territorial (2012-2022)  
Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

A maior parte das dormidas em Ponta Delgada diz respeito ao período compreendido entre junho e outubro (62,0%), um padrão bastante similar ao da RAA e da realidade nacional (Figura 60). O mês de agosto foi aquele com maior número de dormidas nas três unidades territoriais, correspondendo a 14,2% do total das dormidas em Ponta Delgada.

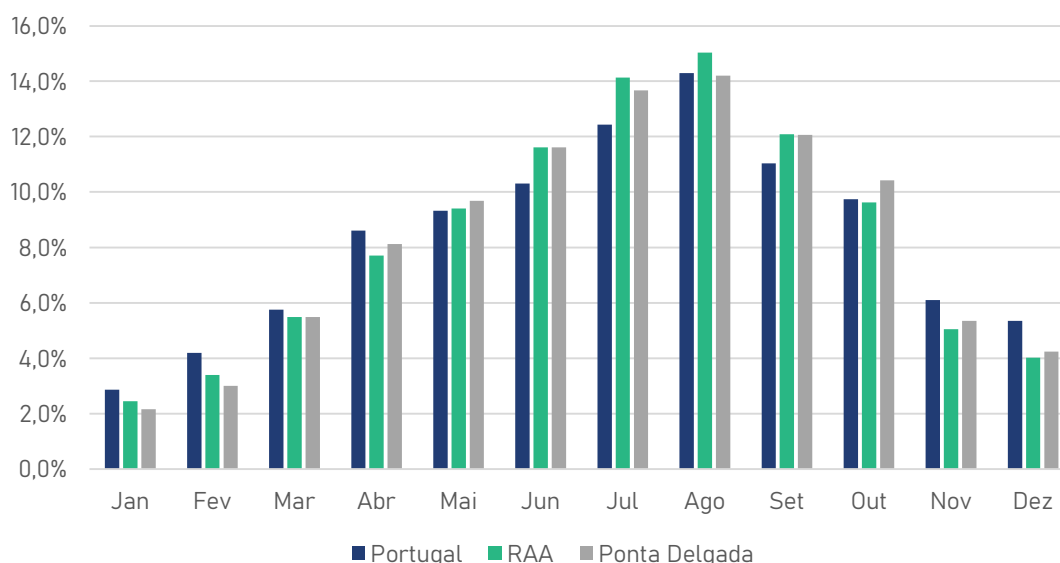


Figura 60. Sazonalidade das dormidas por unidade territorial (2022)  
Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

A relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes traduz o tempo de permanência dos hóspedes. Em 2022, o tempo médio de permanência em Ponta Delgada era de 3,2 dias, superior ao da RAA (3,0 dias) e do País (2,6 dias). Enquanto o turista português teve uma estada média de 2,8 dias, os turistas estrangeiros tiveram um tempo de permanência superior (3,5 dias), com destaque para os países do Norte da Europa (Dinamarca com 5,5 dias e Suécia com 4,4 dias) e Chipre (4,6 dias).

Com efeito, embora o turista português tenha sido aquele com maior representatividade no que respeita ao número de dormidas (41,7%), verifica-se que mais de metade dos turistas eram residentes no estrangeiro, sendo os países com maior representatividade de dormidas a Alemanha (8,7%), EUA (8,4%) e Espanha (6,9%) (Figura 61).

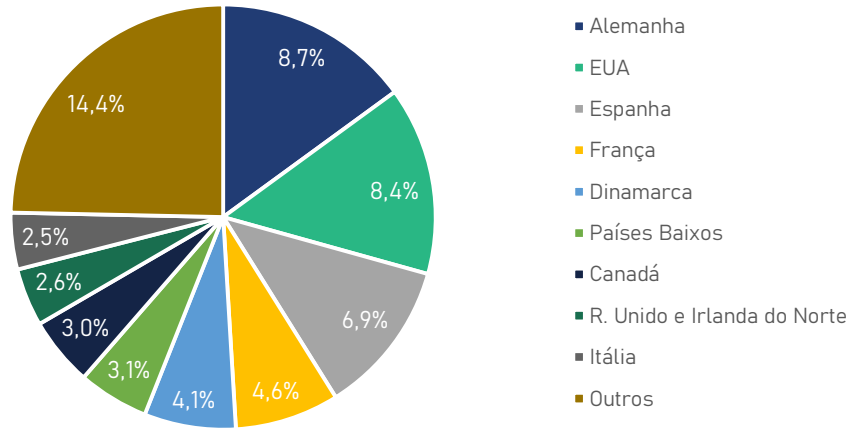


Figura 61. Representatividade das dormidas em Ponta Delgada, por país de residência dos turistas estrangeiros (2022)

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

Segundo os dados relativos a 2022, a maior parte do número de dormidas ocorreu em estabelecimentos hoteleiros, particularmente de categoria de 4 estrelas (51,4% dos casos), embora o Alojamento Local (AL) tenha representado 14,2% das dormidas<sup>52</sup>. Os alojamentos de Turismo em Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação (TH) asseguraram somente 2,2% das dormidas (Figura 62).

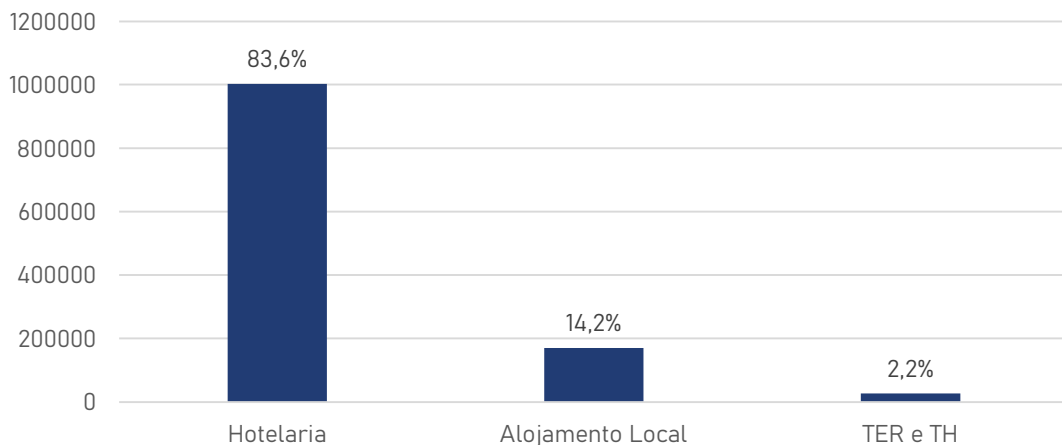


Figura 62. Dormidas por tipo de alojamento turístico, em Ponta Delgada (2022)

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

<sup>52</sup> Os dados disponíveis relativos ao Alojamento Local incluem somente aqueles com 10 ou mais camas (INE).

A hotelaria foi, igualmente, a tipologia de alojamento turístico com melhor taxa líquida de ocupação cama em Ponta Delgada, apresentando uma ocupação na ordem dos 55,6% para o ano de 2022, valores acima do AL (43,0%) e do TER e TH (38,2%). No total, Ponta Delgada apresentou uma taxa líquida de ocupação na ordem dos 52,9%, valor consideravelmente superior aos registados na RAA (44,9%) e a nível nacional (45,7%) (Figura 63).

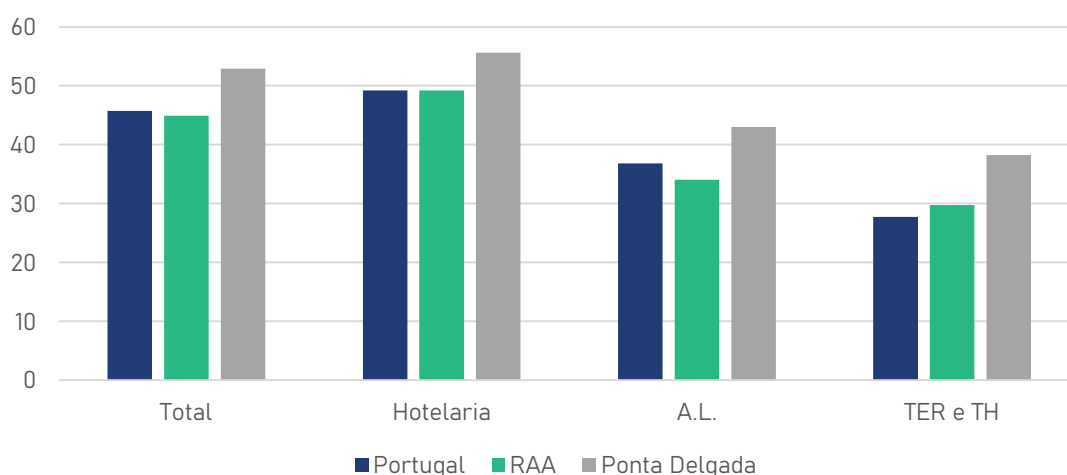


Figura 63. Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico, por unidade territorial (2022)

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

No que respeita aos proveitos de aposento, isto é, os rendimentos que dizem respeito aos valores cobrados pelas dormidas de todos os hóspedes, a Figura 64 permite constatar uma tendência de crescimento acentuada desde 2012, apenas contrariada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, seguindo um padrão bastante similar ao da variação do número de dormidas e hóspedes. Na verdade, os 54.172 milhares de euros faturados em 2022, em Ponta Delgada, representaram um crescimento na ordem dos +247,3% dos proveitos, valores superiores à realidade nacional (+195,2%), mas não tão avultados como na RAA (279,2%).

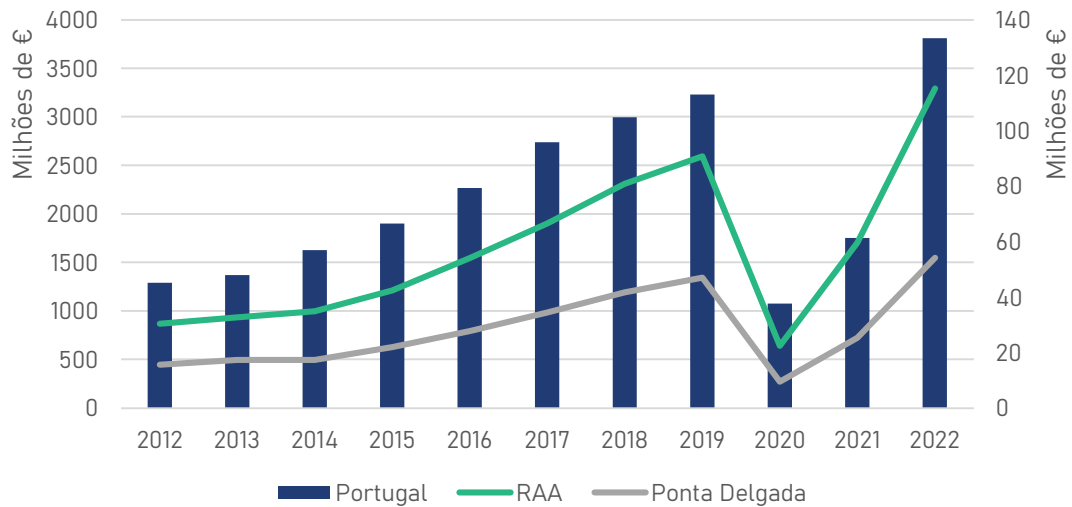


Figura 64. Proveitos de aposento (milhões de €) dos estabelecimentos hoteleiros por unidade territorial (2012-2022)

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

Estes valores representaram um rendimento médio por quarto (Rev Par), nos estabelecimentos de alojamento turístico, na ordem dos 52,7€ em Ponta Delgada, um valor superior ao registado na RAA (46,6€) mas inferior ao nacional (56,2€). Ao contrário das restantes realidades territoriais, nas quais a hotelaria foi o tipo de alojamento turístico mais expressivo, em Ponta Delgada foram o TER e o TH que geraram o maior Rev Par (81,7€), em 2022 (Figura 65).

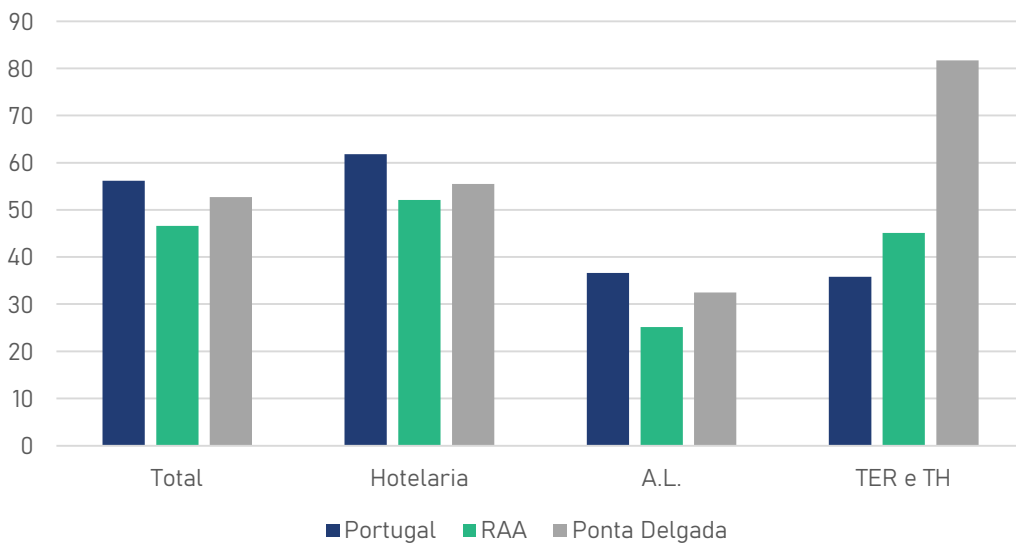


Figura 65. Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico, por unidade territorial (2022)

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

No que concerne à capacidade instalada, o município de Ponta Delgada apresenta uma variação considerável dos seus indicadores, numa década, consequência, sobretudo, do crescimento do número de hotéis e do aparecimento dos estabelecimentos de AL<sup>53</sup> (Tabela 34):

Tabela 34. Capacidade instalada em Ponta Delgada  
Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (2023)

Estabelecimentos de Alojamento Turístico	2012	2022	Var. 2012-2022
Hotéis	14	23	+64,3%
Hotéis-Apartamento	1	2	+100,0%
Apartamentos Turísticos	5	6	+20,0%
Alojamento Local	5	83	-
TER e TH		17	-
TOTAL	25	131	+424,0%
Total nº quartos	1.930	3.023	+56,6%
Total nº camas	4.051	6.753	+66,7%

Adicionalmente, identifica-se uma forte presença de agentes de animação turística no concelho onde, segundo o website Visit Ponta Delgada<sup>54</sup> se encontravam registados 102 agentes, abrangendo uma panóplia de atividades onde se incluíam: Canoagem/Caiques/SUP; experiências rurais; geoturismo; golfe; mergulho; observação de aves e de cetáceos; passeios 4x4; passeios a cavalo; passeios de bicicleta; pesca desportiva.

<sup>53</sup> Os dados apresentados relativos ao Alojamento local incluem somente aqueles com 10 ou mais camas.

<sup>54</sup> [Visit Ponta Delgada](https://www.visitponta-delgada.com)



## Empresas e perfil de especialização económica: aspetos a salientar

- Forte densidade empresarial no concelho, contando com 8.480 empresas não financeiras (+27,1% face a 2011), correspondente a 27,9% das empresas da RAA;
- Grande predomínio das PME (95% das empresas possuíam menos de 10 trabalhadores), com uma média de 3,53 trabalhadores por empresa;
- Aumento da taxa de sobrevivência das novas empresas (58,49% em 2022) no espaço de uma década (47,57% em 2012);
- Crescimento do volume de negócios (3,5 mil milhões de € em 2022) no espaço de uma década (+47,9%), correspondente a 50,9% do total da RAA;
- Diminuição das importações em quase -30% entre 2012 e 2022 e aumento das exportações (+138,7%), essencialmente referente a animais vivos e produtos animais (71,2% do total);
- Ao nível da especialização económica, importa destacar os setores da Agropecuária (pela forte importância na economia local e por todo o seu contexto histórico-cultural associado:), do Turismo (pelo crescimento exponencial de todos os seus indicadores e pelo seu contributo ao nível da promoção do território).

### A2.2.2. Apoio ao investimento, inovação e desenvolvimento empresarial

No quadro de caracterização do contexto económico, é fundamental analisar as condições existentes a nível infraestrutural. Com efeito, a presença das infraestruturas disponíveis para o apoio e acolhimento empresarial assumem um fator de crescente relevo para o fomento da competitividade de um território, por serem espaços catalisadores de conhecimento e inovação, mão de-obra e investimento, para além de facilitarem a integração na cadeia logística.

Uma política pública de suporte ao conhecimento, à qualificação, à promoção e à procura de espaços de localização empresarial deve privilegiar a criação de Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), onde se incluem as zonas industriais, parques empresariais, centros comerciais, zonas francas entre outros espaços que ofereçam condições favoráveis à

instalação de empresas. De momento, são de realçar as seguintes no território do Município de Ponta Delgada (Tabela 35)<sup>55</sup>:

Tabela 35. Áreas de Acolhimento Empresarial presentes em Ponta Delgada  
Fonte: AICEP, plataforma “Portugal Site Selection” (2023)

Designação	Características gerais
Azores Parque- Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais E.M.- S.A.	<p><b>Área total</b> – 790.996 m<sup>2</sup></p> <p><b>Área infraestruturada disponível</b> – 57.180 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Lotes</b> – 227</p> <p><b>Área do maior lote disponível</b> – 17.390 m<sup>2</sup></p> <p><b>Usos permitidos</b> – Indústria, Logística, Comércio e serviços</p> <p><b>Setores económicos estratégicos</b> – Outras indústrias transformadoras; Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas.</p>
EDET - Espaço de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico	<p><b>Área total</b> – 257 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Pisos</b> – 1</p>
INCUBAÇOR - Açores	<p><b>Área total</b> – 152 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Pisos</b> – 4</p>
INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	-
ONE Solmar Business Center - Açores	<p><b>Área total</b> – 200 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Pisos</b> – 1</p>
Parque empresarial dos Valados (Relva)	-
unOffice - PDL Business & Cowork Center - Açores	<p><b>Área total</b> – 285 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Pisos</b> – 1</p>
unOffice - PDL Business & Cowork Center Edifício Mobilar Açores	<p><b>Área total</b> – 105 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº Pisos</b> – 1</p>

<sup>55</sup> [IAPMEI](#) e [AICEP](#)

Para além destes, sublinha-se ainda presença do Mercado da Graça, um dos mais icónicos espaços presentes no Município de Ponta Delgada.

### Mercado da Graça

Localizado na freguesia de S. Pedro, no centro histórico de Ponta Delgada, o Mercado da Graça é um dos locais mais emblemáticos da cidade, constituindo-se como o seu mercado público de excelência. Instalado desde 1848 onde outrora existira o Convento de Nossa Senhora da Graça, possui a importante função de abastecimento das populações e de ser ponto de encontro de agricultores e comerciantes de toda a ilha de São Miguel, afigurando-se como um dos mais importantes locais de venda dos seus produtos agrícolas e de dinamização da economia local e de proximidade.

Imbuído num *ambiente particular de “mercado”, de proximidade e cumplicidade entre vendedores e compradores* (CM Ponta Delgada), é possível encontrar neste espaço alguns dos mais importantes produtos regionais como horto-frutícolas (laranjas, ananases e maracujás, batata, legumes e leguminosas, cereais, entre outros), peixe, carne e charcutaria, laticínios (queijo e manteiga), assim como o artesanato regional, as flores, as ervas aromáticas e os chás, assim como os licores.



Figura 66. Mercado da Graça, em Ponta Delgada

Fonte: CM Ponta Delgada

No que concerne ao empreendedorismo, competitividade e fomento da inovação, importa destacar o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que têm contribuído para um ecossistema mais empreendedor a nível regional e local, seja por entidades públicas, seja por privados. Neste sentido, são de elencar as iniciativas aprovadas no âmbito do PO Açores 2020 e do PO CI/Compete 2020, entre as quais têm particular preponderância as iniciativas relacionadas com o setor da agricultura e pecuária, assim como do turismo.

A análise da Tabela 36 permite verificar que dos 1.185 projetos relacionados com estas temáticas, mais de 50% se relacionavam com a PI 3.3., embora esta apenas correspondesse a

6,8% do fundo aprovado. A nível de dotação orçamental, era a PI 3.4 aquela com maior fundo aprovado, apesar de corresponder a pouco mais de ¼ do total do número de projetos, demonstrando o compromisso em afirmar as empresas regionais e os seus produtos no mercado interno da RAA.


Tabela 36. Projetos aprovados no domínio do empreendedorismo, competitividade e inovação em Ponta Delgada (não exclusiva)

Fonte: PO Açores 2020; POCI/Compete 2020

Prioridade de Investimento (PI)	Nº Projetos	Despesas elegíveis (€)	Fundo aprovado (€)	FEEI	PO
P 1.1 - Aumentar a produção científica de qualidade e orientada para a especialização inteligente	43	8.948.041,77	7.551.004,94	FEDER	Açores 2020; POCI/Compete 2020
P 1.2 - Fomentar as iniciativas de I&D de contexto empresarial, reforçando a ligação das empresas aos centros de I&D e ao ensino superior	10	2.310.275,82	1.811.383,88	FEDER	Açores 2020
PI 3.1 - Promover o empreendedorismo qualificado e criativo, enquanto potencial de inovação e regeneração dos tecidos económicos setoriais e regionais	121	24.887.805,74	15.697.106,58	FEDER	Açores 2020
PI 3.2 - Reforçar a capacitação empresarial visando a abertura das empresas regionais aos mercados exteriores	46	49.912.260,85	42.440.827,6	FEDER	Açores 2020
PI 3.3 - Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade	655	14.794.501,88	11.739.546,76	FEDER	Açores 2020
PI 3.4 - Afirmar as empresas regionais e os seus produtos no mercado regional	310	235.846.217,3	92.156.266,21	FEDER	Açores 2020
<b>TOTAL</b>	<b>1.185</b>	<b>336.699.103,4</b>	<b>171.396.136</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Também ao nível regional e municipal se têm desenvolvido um conjunto de outras iniciativas de acrescida importância e dimensão que têm sido fulcrais no apoio à competitividade empresarial e à inovação. Destas, são de destacar (Tabela 37):

Tabela 37. Iniciativas regionais e municipais de apoio à inovação e competitividade empresarial

Iniciativa	Descrição
<p>Construir 2030</p> 	<p>O Sistema de Incentivos para a Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado (<b>Construir 2030</b>) é o principal instrumento da política de incentivos ao desenvolvimento económico nos Açores para o período 2021-2027.</p> <p>Com uma dotação global de 360 milhões de euros, estrutura-se em quatro medidas, que traduzem linhas de apoio específicas e adequadas ao estado do desenvolvimento económico-social regional, procurando responder às necessidades das empresas: i) Negócios Estruturantes; ii) Base Económica Local; iii) Jovem Investidor; iv) Pequenos Negócios.</p>

Iniciativa	Descrição
<p>RIS3 Açores 2022-2027</p> 	<p>A <b>Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3 Açores)</b> apresenta-se como uma abordagem estratégica ao desenvolvimento da região, apresentando a visão de futuro orientadora para a excelência da Região.</p> <p>A RIS3 Açores 2022-2027 apresenta cinco áreas prioritárias, considerando-se aquelas em que a Região apresenta ativos relevantes e/ou massa crítica consolidada: i) Agricultura e Agroindústria; ii) o Mar e Crescimento Azul; iii) o Turismo e Património; iv) o Espaço e ciência dos dados; v) a Saúde.</p>
<p>Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores (RIEA)</p> 	<p>Criada em 2015 pelo Governo Regional, a <b>Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores (RIEA)</b> integra espaços de acolhimento e apoio a empreendedores na criação e instalação de empresas, fomentando o desenvolvimento de novos negócios durante o período de arranque e capacitando as empresas com a oferta de serviços diversificados.</p> <p>Estrutura-se em 2 tipos de incubadoras: i) incubadoras de base tecnológica, fomentando a realização de atividades e interações de empresas/instituições com forte pendore de ciência e tecnologia; ii) incubadoras de base local, onde é promovida o empreendedorismo de novas empresas num contexto de economia de proximidade.</p>
<p>Concurso Regional de Empreendedorismo</p> 	<p>Iniciado em 2006, o <b>Concurso Regional de Empreendedorismo</b> visa estimular a capacidade de iniciativa, a criatividade e o comportamento empreendedor na sociedade. Os projetos a concurso deverão ser suscetíveis de dar origem a novos produtos, processos ou sistemas, ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas já existentes, que possam ser inseridos no mercado.</p> <p>O Concurso decorre em três fases distintas, permitindo que as ideias de negócio apresentadas na primeira fase, e que passem às fases posteriores, entrem num processo de desenvolvimento e consolidação, com o objetivo de garantir a transposição dos projetos vencedores para iniciativas empresariais.</p>
<p>Concurso para a participação na Web Summit</p> 	<p>O <b>Concurso para a participação na Web Summit</b> tem por objetivo promover a internacionalização das empresas tecnológicas dos Açores e ampliar a exportação dos seus serviços, incentivando a sua participação numa conferência de visibilidade global.</p> <p>Este Concurso atribui aos primeiros 20 classificados ingressos para a Web Summit, assim como um valor pecuniário no valor de 500,00€, para comparticipar os custos associados à participação na Conferência.</p>

Iniciativa	Descrição
<p data-bbox="343 443 584 472">Microcrédito Bancário</p> 	<p data-bbox="715 427 1356 629">Criado em 2012 pelo Governo Regional, o <b>Microcrédito Bancário</b> é um instrumento financeiro de apoio a pessoas que se encontram em situação de precariedade ou de degradação económica, assim como microempresas com a mesma dificuldade, no acesso a crédito bancário, permitindo a concretização de iniciativas geradoras de riqueza e de emprego.</p> <p data-bbox="715 645 1356 757">O microcrédito é concedido diretamente pelas instituições de crédito, até ao montante máximo de 20.000,00€, devendo ser alvo de reembolso. O Governo Regional assegura os encargos de risco, bem como os juros dos empréstimos.</p>
<p data-bbox="268 853 663 909">Programa de Apoio à Conversão dos Empresários em Nome Individual</p> 	<p data-bbox="715 786 1356 1043">O <b>Programa de Apoio à Conversão dos Empresários em Nome Individual</b>, é uma iniciativa criada em 2023 pelo Governo Regional, que pretende garantir o acesso por parte dos empresários em nome individual, aos instrumentos de capitalização destinados à RAA no âmbito do PRR e, por essa via, reforçar a acessibilidade dos empresários açorianos em nome individual ao sistema de incentivos Construir 2030, em especial aqueles que têm uma atividade de menor dimensão.</p> <p data-bbox="715 1059 1356 1200">O Programa apoia a conversão dos empresários em sociedades comerciais (ENIs) concedendo um apoio financeiro, não reembolsável, correspondente a 100% das despesas relativas a emolumentos com a constituição de uma sociedade comercial, num limite máximo até 500,00€.</p>
<p data-bbox="240 1218 691 1274">Gabinete de Estudos Económicos e Apoio Empresarial (GEEAE)</p> 	<p data-bbox="715 1227 1356 1429">Criada em 2023 sob iniciativa do Município de Ponta Delgada, o <b>GEEAE</b> tem por objetivo a dinamização do tecido empresarial do Concelho, através do apoio à criação de novas ideias de negócio e fazer um acompanhamento próximo dos negócios existentes, centrando a sua atuação no apoio às PME e ao comércio tradicional de Ponta Delgada.</p>
<p data-bbox="336 1473 595 1503">Incubadora Startup PDL</p> 	<p data-bbox="715 1458 1356 1630">A <b>Incubadora Startup PDL</b> é uma iniciativa do Município de Ponta Delgada que pretende contribuir para a promoção do empreendedorismo e de estratégias e iniciativas promotoras do desenvolvimento e ampliação do tecido empresarial, na criação de riqueza, no estímulo à criatividade e à inovação.</p> <p data-bbox="715 1646 1356 1787">Para tal, a Startup PDL possui um espaço físico na freguesia do Rosto do Cão (S. Roque) com as condições necessárias e serviços de apoio/acompanhamento, além das vantagens proporcionadas pela interação com os restantes empreendedores e empresas.</p> <p data-bbox="715 1803 1356 1915">São elegíveis as <i>startups</i> constituídas há menos de 2 anos, tendo de desenvolver projetos inovadores, com potencial económico local e regional, visando a sua fixação no concelho.</p>

Acresce-se, igualmente, o desenvolvimento de projetos de modernização do comércio, com particular destaque para a criação de um Bairro Comercial Digital, no centro histórico de Ponta

Delgada, pelo Município de Ponta Delgada, em consórcio com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal<sup>56</sup>.

Ao nível do investimento em I&D das instituições e empresas, segundo os dados do INE para 2021, foram dispendidos 7.077,8 milhares de euros em I&D no Município de Ponta Delgada, o que correspondeu a 38,6% do total do investimento da Região Autónoma. A grande maioria (77,9%) disse respeito ao Ensino Superior, situação diferente da realidade nacional onde o setor empresarial foi aquele com maior expressão (59,7%). Com efeito, denota-se em Ponta Delgada e na RAA uma aposta mais ténue nos restantes setores de execução, sendo de realçar o valor quase residual referente às instituições privadas sem fins lucrativos em Ponta Delgada (Figura 67).

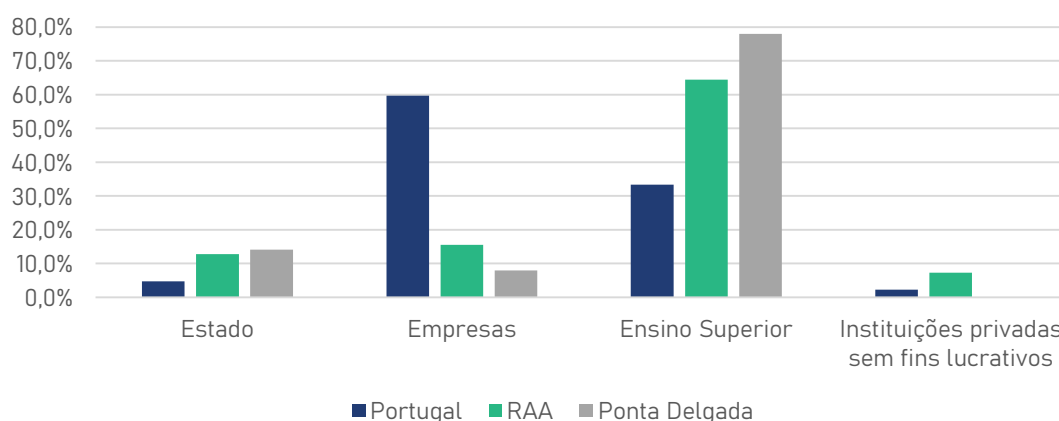


Figura 67. Despesa em I&D das instituições e empresas em milhares de euros (2021)  
Fonte: INE/DGEEC. Potencial científico e tecnológico nacional (2023)

Ao analisar a variação da despesa em I&D na última década (Figura 68), verifica-se que Ponta Delgada é a única unidade territorial cujo valor do investimento em 2021 era menor do que em 2011 (-10,7%). De facto, consta-se uma diminuição do investimento no início da década em todas as unidades, tendo, contudo, tomado novo vigor a partir de 2016 a nível nacional e da RAA. Ponta Delgada, contudo, esteve constantemente em queda a nível do investimento em I&D, apenas contrariado a partir de 2021, deixando perspetivar um recrudescer da aposta nestas áreas.

<sup>56</sup> [https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news\\_id=4390](https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news_id=4390)

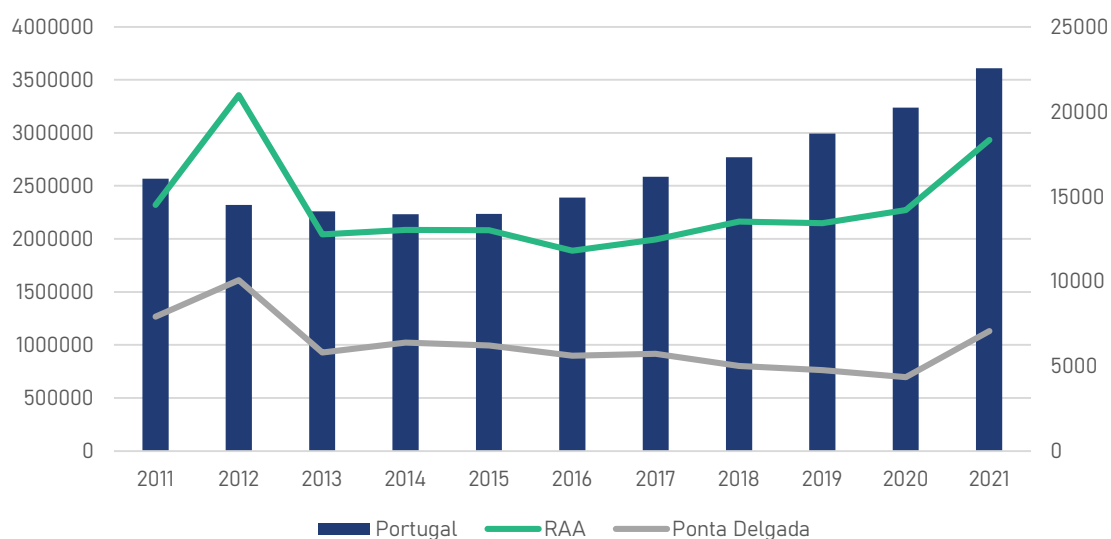


Figura 68. Variação da despesa em I&D das instituições e empresas em milhares de euros (2011-2021)  
Fonte: INE/DGEEC. Potencial científico e tecnológico nacional (2023)

A Figura 69 permite igualmente verificar uma certa correlação entre as variações da despesa e as variações da proporção da despesa em I&D no PIB para o mesmo período.

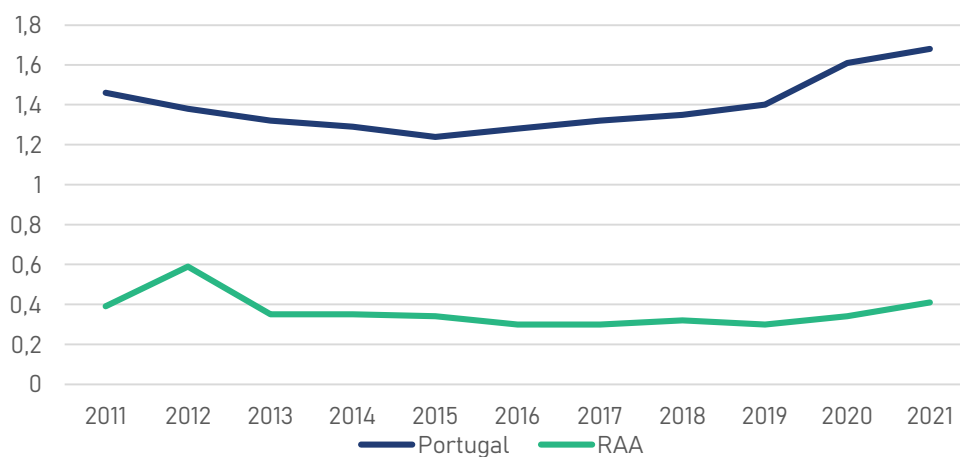


Figura 69. Proporção da despesa em I&D das instituições e empresas no PIB (2011-2021)  
Fonte: INE/DGEEC. Potencial científico e tecnológico nacional (2023)

O indicador relativo ao número de Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) nas instituições e empresas com I&D (Figura 70) deixa igualmente transparecer a diminuição na aposta nesta área em Ponta Delgada e na RAA na última década, tendo o número de investigadores diminuído -49,0% e -25,3%, respetivamente, entre 2011 e 2021. Note-se, contudo, a variação positiva entre 2020 e 2021 no Município.

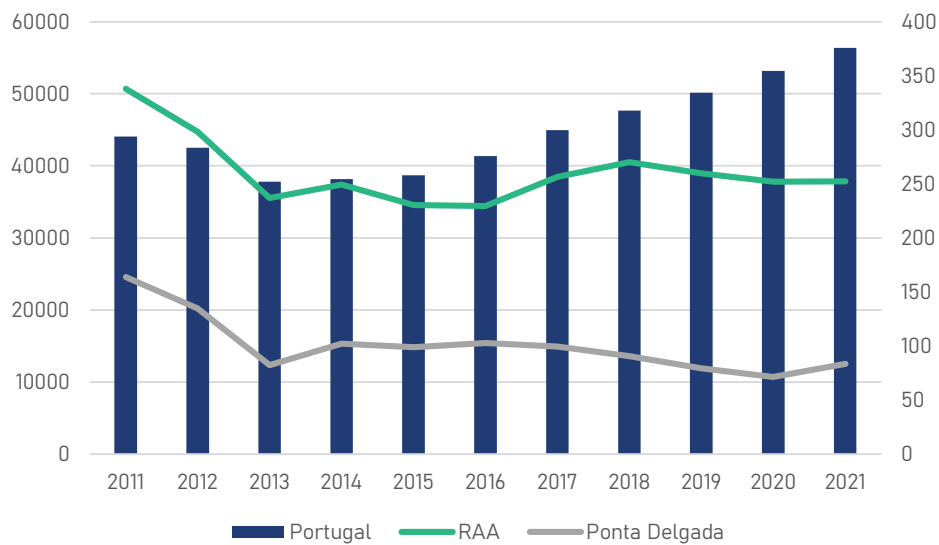


Figura 70. Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com I&D (2011-2021)

Fonte: INE/DGEEC. Potencial científico e tecnológico nacional (2023)

Na RAA, as entidades e processos nos domínios da investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e da inovação encontram-se organizados no Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (STCA)<sup>57</sup>, os quais se encontram agregados em três subsistemas: a) organismos de investigação científica (que inclui instituições públicas e particulares de investigação); b) infraestruturas tecnológicas; c) infraestruturas de divulgação de ciência e tecnologia (DC&T). Das 49 entidades que se encontram identificadas na lista do STCA, 23 estão sediadas ou têm uma representação no concelho de Ponta Delgada, nomeadamente:

Tabela 38. Entidades pertencentes ao STCA presentes em Ponta Delgada

Fonte: Direção Regional da Ciência e Tecnologia (2023)

Instituições do ensino superior com sede na RAA	
	- Universidade dos Açores (UAc)
Organismos de investigação científica - Instituições públicas de investigação	
Unidades de I&D FCT (UAc)	- Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA) da UAc - Centro de Estudos e Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA) - UAc/UMA

<sup>57</sup> [STCA](#)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Estudos Humanísticos (CEHu) – Uac</li> <li>- Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar – Açores (CHAM-A) – FCSU-UNL/UAc</li> <li>- CICS.NOVA.UAc – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Pólo da Universidade dos Açores – FCSH-UNL/IPLeiria/UMinho</li> <li>- CIBIO/Açores – Núcleo da Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva – UP/UAc/ISA/UE/ISCED-Huíla</li> <li>- Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (IVAR) – UAc</li> </ul>
Outras unidades e/ou núcleos especializados de I&D (UAc)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NICA) da UAc</li> <li>- Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde (NIDeS) da UAc</li> </ul>
Laboratório Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)</li> </ul>
Entidades de coordenação, gestão e financiamento de I&DI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT)</li> <li>- Fundo Regional para Ciência e Tecnologia (FRCT)</li> </ul>
<b>Organismos de investigação científica – Instituições particulares de investigação</b>	
Unidades de I&D em contexto hospitalar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Unidade de Genética e Patologia Moleculares (UGPM) do HDES – EPER</li> </ul>
Parcerias/Consórcios/Associações de ID&I	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA)</li> <li>- OTA – Observatório do Turismo dos Açores</li> </ul>
Fundações de ID&I/Entidades gestoras de ID&I	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação Gaspar Frutuoso (FGF)</li> </ul>
<b>Infraestruturas tecnológicas (entidades de acolhimento, gestão e valorização de atividades e transferência de C&amp;T)</b>	
Parcerias/Consórcios/Associações de ID&TI/Infraestruturas tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA)</li> <li>- InUAc – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores</li> </ul>
<b>Infraestruturas de Divulgação Científica e Tecnológica</b>	
Entidades de coordenação, gestão, valorização e divulgação da C&T	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedade Afonso de Chaves – Associação de Estudos Açoreanos</li> <li>- Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA)</li> <li>- ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico</li> <li>- Kairos</li> </ul>



## Apoio ao investimento, inovação e desenvolvimento empresarial: aspetos a salientar

- Presença de 8 Áreas de Acolhimento Empresarial no concelho, com destaque para o Azores Parque pela sua dimensão e importância na economia local e regional;
- Existência de um grande número de projetos apoiados por fundos comunitários visando o empreendedorismo, a competitividade e o fomento da inovação, particularmente ao nível da PI 3.3 - Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade, do Açores 2020;
- Desenvolvimento de iniciativas de apoio à competitividade empresarial e à inovação, tanto ao nível regional (Construir 2030, RIS3 Açores, Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, entre outras), como municipal (GEEAE, a Incubadora Startup PDL ou o desenvolvimento do Bairro Comercial Digital do centro histórico);
- Investimento em I&D em Ponta Delgada fortemente ligado ao Ensino Superior (77,9% do total), sintomática da fraca aposta nos restantes setores de execução, particularmente ao nível das Empresas (apenas 7,9%);
- Diminuição da despesa efetiva e relativa em I&D entre 2011 e 2021 em Ponta Delgada (-10,7%), assim como do nº de investigadoras/es equivalentes a tempo integral (-49%);
- Grande representatividade a nível municipal das entidades pertencentes ao STCA (46,9%), com destaque para a Universidade dos Açores e a Fundação Gaspar Frutuoso.

### A2.3. Sustentabilidade ambiental e recursos

#### A2.3.1. Paisagem e áreas protegidas

A **paisagem de Ponta Delgada** caracteriza-se pela sua unicidade, onde a superfície montanhosa (com destaque para o maciço das Sete Cidades) se imiscui com os campos convertidos para a atividade agrícola e criação de gado, matas maioritariamente constituídas por criptomérias, povoações em cuja arquitetura reina o basalto, contrastando com a presença constante do Oceano Atlântico e a linha de costa marcada por falésias e baixios rochosos e praias de areia escura.

Pese embora a existência destas características agregadoras, a paisagem do concelho de Ponta Delgada apresenta, igualmente, aspetos diferenciadores, podendo ser dividida em diferentes unidades de paisagem, conforme estabelecido pelo Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores<sup>58</sup>. Enunciam-se, desta forma, as seguintes:

### SM1 | Encosta da Bretanha

Para além da presença constante do mar (ainda que sem uma relação direta com os povoados), esta unidade é marcada pela expressiva encosta, alta e rochosa, com exposição a norte, na qual se encontra um grande número de pequenas linhas de água torrenciais (*grotas*), e cujo povoamento linear ao longo da faixa litoral acompanha a estrada regional, com pontuais dispersões.

Na sua zona inferior, abaixo dos 200 metros, a paisagem é dominada pelas áreas agrícolas amplas, as quais se interseam com algumas pastagens, cercadas por muretes de pedra seca ou sebes arbustivas e arbóreas de pequena e média dimensão, predominando a utilização de sebes vivas relativamente altas, para abrigo das pastagens, nas zonas mais altas, devido aos ventos fortes. Adicionalmente, destaca-se a presença de alguns moinhos de cúpula vermelha introduzidos no século XIX por influência de culturas do norte da Europa



Figura 71. Encosta norte da Bretanha  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

---

<sup>58</sup> O [Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores](#) foi concebido tendo por base, o 'Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores', publicado pelo Governo dos Açores em 2005, e a implementação da Convenção Europeia da Paisagem [CEP] nesta Região.

### SM5 | Sete Cidades

Esta unidade é marcada pela presença magnânima da caldeira das Sete Cidades e pela Zona das Lagoas / Pico do Carvão, onde se identifica uma ímpar diversidade paisagística, dominada pelas Lagoas Verde e Azul.

Para além das cerca de duas dezenas de lagoas existentes nesta unidade de paisagem, destaca-se no interior da caldeira das Sete Cidades, o extenso vale aberto com pastagens, ladeado por matas de criptoméria que se desenvolve a sudoeste, desde a Seara até quase ao limite sul da Lagoa Verde. De destacar, igualmente, a presença (exígua) de humanização presente no núcleo urbano das Sete Cidades, absorvida pelo notório domínio da componente natural envolvente.



Figura 72. Caldeira Seca: vista para o povoado e Lagoa Azul  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

### SM6 | Encosta da Candelária

Situada nas vertentes sul e oeste do cone vulcânico das Sete Cidades, esta unidade apresenta uma encosta relativamente suave, mais aberta e com um povoamento organizado linearmente, com os núcleos urbanos relativamente individualizados ao longo da estrada regional paralela à costa.

Por um lado, é uma paisagem marcada pela constante presença do mar (ainda que não se faça sentir muito a sua proximidade), e pela presença de grotas muito profundas e bem revestidas de vegetação a partir das cumeeiras das Sete Cidades. Por outro lado, evidencia-se a forte expressão da pecuária, sobretudo nas cotas superiores a 300m, encontrando-se manchas de matos baixos a rasteiros, em solos geralmente húmidos ou cascalhentos. Por oposição, nas cotas mais baixas, predominam as áreas agrícolas amplas, intercaladas com algumas pastagens, em parcelas pequenas a médias, compartimentadas por muretes de pedra seca ou sebes vivas.



Figura 73. Zona costeira da Candelária  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

### SM7 | Plataforma de Ponta Delgada

A presente unidade de paisagem engloba uma zona de relevo suave e de altitude mediana, entre os 250 e os 500 metros, localizada a nascente do maciço das Sete Cidades e a poente da zona central de pequenos cones vulcânicos. Por vezes designada por “Bacia Leiteira dos Arrifes”, esta é marcada pela avultada presença de áreas de pastagem, que outrora serviam para culturas agrícolas diversificadas. Situada numa *zona de transição*, relaciona-se se através de vistas muito amplas e abertas com a costa norte da ilha, com a costa sul e, também, com a mancha urbana de Ponta Delgada.



Figura 74. Pastagens de interior da SM7 (Pico do Carvão)  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

O Município de Ponta Delgada é ainda atravessado por três unidades de paisagem adicionais, embora já se situem em zona de transição concelhia, a saber:

## SM2 | Zona Agrícola Capelas/Ribeirinha

Esta unidade de paisagem caracteriza-se pela sua amplitude, baixa altitude e suave declive, onde os seus solos férteis encontram-se convertidos para as práticas agropecuárias. No que diz respeito ao Município de Ponta de Delgada, destaca-se a ruralidade da zona das Capelas, onde se encontram quintais, quintas, vinhas, maciços arbóreos, assim como estufas de ananás relativamente dispersas.



Figura 75. Vista para a costa norte desde o Pico do Carvão  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

## SM8 | Picos

De altitude mediana e relevo suave, a unidade de paisagem de Picos é pautada pela presença de vários cones vulcânicos (daí a denominação regional de *Picos*), uma zona de vulcanismo fissural que se apresenta como aquela com formação geológica mais recente na ilha de S. Miguel. Maioritariamente ocupada com pastagens (geralmente compartimentadas por muretes de pedra seca), nela se encontram algumas interseções com matas mistas, designadamente de acácias, criptomérias, eucaliptos ou pinheiros.



Figura 76. Vertente sul da encosta do Maciço do Fogo, com Remédios no horizonte  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

### SM15 | Litoral de Ponta Delgada/Lagoa

Dominada pela área urbana da cidade de Ponta Delgada, esta unidade de paisagem é marcada pela presença de um vasto património arquitetónico, alguns parques e jardins de acrescido valor, equipamentos turísticos e infraestruturas portuárias, os quais se inserem numa mancha contínua urbano-comercial. De baixa altitude e de relevo pouco acidentado, nela ainda se identificam praias (São Roque e Pópulo, em Ponta Delgada) e piscinas oceânicas.



Figura 77. Vista do porto de Ponta Delgada  
Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2023)

A riqueza do território da ilha de S. Miguel (e da RAA, no seu todo) naturalmente não se cinge ao seu valor estético, integrando particularidades biofísicas que importa preservar. Neste sentido, a **Rede de Áreas Protegidas dos Açores** integra a globalidade das áreas protegidas existentes no território e concretiza a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), adaptando-a às particularidades geográficas, ambientais, culturais e político-administrativas do território do arquipélago. Estruturada nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, esta contempla as áreas nucleares de conservação da natureza que importa salvaguardar, correspondendo às principais estruturas biofísicas presentes no território, que asseguram a continuidade dos processos ecológicos entre as áreas nucleares e os territórios mais interiores e litorais.

Tendo como mote a necessidade de adotar um modelo assente em critérios de gestão que uniformizem a diversidade de designações das áreas classificadas como protegidas e concentrem competências numa unidade territorial de ilha enquanto unidade base de gestão, a Rede de Áreas Protegidas dos Açores abrange diversas tipologias de classificação, entre as quais se incluem:

- **Rede Natura 2000**<sup>59</sup> – corresponde à maior rede ecológica de âmbito europeu que inclui diretamente as Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves (Diretiva n.º 79/409/CE, do Conselho, de 2 de abril de 1979), e os Sítios de Importância Comunitária (SIC) e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criados ao abrigo da Diretiva Habitats (Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992);
- **Sítios Ramsar**<sup>60</sup> – diz respeito ao primeiro tratado global sobre a conservação (1971), o qual institui a criação de uma Rede de Zonas Húmidas, correspondentes aos ecossistemas mais ricos e produtivos do mundo em termos de diversidade biológica, tendo a água como elemento estruturante;
- **Áreas marinhas protegidas OSPAR**<sup>61</sup> – concerne a convenção marinha regional resultante das Convenções de Oslo (1972) e de Paris (1974), tendo como objetivo a proteção do meio marinho do Atlântico Nordeste numa área de atuação dividida em cinco regiões marinhas, contribuindo para a implementação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha;
- **Zonas de proteção de importância regional e local** – abrange as áreas de importância regional ou local para a conservação da natureza, da biodiversidade ou da paisagem, delimitadas no âmbito dos parques naturais de ilha e do Parque Marinho dos Açores (regional) e do plano diretor municipal do concelho (local).

Nesta senda, a Rede integra três tipos de unidades de gestão<sup>62</sup>:

- **Parque Natural de Ilha (PNI)** – é a unidade de gestão base da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, constituídos pelas áreas e sítios protegidos terrestres presentes no território de cada ilha, podendo abranger, ainda, áreas marinhas sitas até ao limite exterior do mar territorial. Cada uma das ilhas que constituem o arquipélago dos Açores dispõe de um parque natural de ilha.

---

<sup>59</sup> [Passaporte Natura 2000 e ICNF](#)

<sup>60</sup> [Governo dos Açores](#)

<sup>61</sup> [DGRM](#)

<sup>62</sup> [Governo dos Açores](#).


- **Parque Marinho dos Açores (PMA)** – engloba as áreas marinhas sob gestão da RAA situadas para além do limite exterior do mar territorial.
- **Áreas protegidas de importância local** - criadas por deliberação da assembleia municipal territorialmente competente, dizem respeito aos espaços de elevada importância ecológica que importa preservar que não se encontram contemplados nas unidades de gestão supra.

As áreas terrestres e marinhas contempladas nestas unidades de gestão abrangem, assim, uma das seguintes categorias de áreas protegidas, que traduzem a classificação adotada pelo IUCN para a realidade da Região:

- a) Reserva natural (Categoria I - IUCN);
- b) Monumento natural (Categoria III - IUCN);
- c) Área protegida para a gestão de habitats ou espécies (Categoria IV - IUCN);
- d) Área de paisagem protegida (Categoria V - IUCN);
- e) Área protegida de gestão de recursos (Categoria VI - IUCN).


No que respeita ao caso concreto do PNI de S. Miguel, identificam-se 23 áreas protegidas neste âmbito<sup>63</sup>, das quais nove estão localizadas no município de Ponta Delgada<sup>64</sup>, a saber:

#### Monumento Natural




Identificação	Descrição
 <p><b>Gruta do Carvão</b></p>	<p>O geossítio da Gruta do Carvão é o maior e mais conhecido sistema cavernícola da ilha, repartindo-se por quatro cavidades principais.</p> <p>No seu interior é possível observar diversas formas vulcano-espeleológicas, com especial destaque para as estalactites e estalagmites lávicas, estalactites secundárias, balcões ou bancadas laterais, ponte lávica, paredes estriadas, bolhas de gás e túneis sobrepostos, contribuindo para a importância deste local no conhecimento e interpretação do vulcanismo basáltico de São Miguel.</p>


<sup>63</sup> [Direção-Regional de Políticas Marinhas](#)

<sup>64</sup> [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#) e [Relatório do Estado do Ambiente dos Açores](#)

Identificação	Descrição
 <p data-bbox="261 792 603 846"><b>Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria</b></p>	<p data-bbox="651 434 1353 568">Este geossítio localiza-se no extremo oeste da ilha e é caracterizado pela diversidade de estruturas geológicas, com destaque para o Pico das Camarinhas, a fajã lávica da Ponta da Ferraria e um pequeno domo traquítico localizado por trás, a este do Pico das Camarinhas.</p> <p data-bbox="651 591 1353 792">Para além do seu valor geológico, este monumento natural compreende uma grande diversidade de fauna local, sendo, com efeito, uma importante área para nidificação de espécies <i>Calonectris borealis</i> (cagarro) e <i>Puffinus lherminieri baroli</i> (frulho), estando classificada como Área Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA – <i>Important Bird and Biodiversity Area</i>) pela BirdLife International.</p> <p data-bbox="651 801 1353 855">É, igualmente, um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.</p>

### Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies

Identificação	Descrição
 <p data-bbox="395 1359 485 1391"><b>Ferraria</b></p>	<p data-bbox="659 1016 1337 1167">Desenvolvendo-se desde o calhau sul da fajã lávica da Ferraria até à Grota das Camarinhas, esta área protegida caracteriza-se pelas suas arribas formadas por escoadas lávicas basálticas, traquíticas e ignimbritos, alternadas com materiais piroclásticos pomíticos.</p> <p data-bbox="659 1176 1337 1326">No substrato rochoso e piroclástico da falésia desenvolve-se predominantemente a espécie <i>Festuca petraea</i> (bracel-da-rocha) e é aproveitado por diversas espécies de aves como <i>Calonectris borealis</i> (cagarro) e <i>Puffinus lherminieri baroli</i> (frulho) para a construção dos seus ninhos.</p>
 <p data-bbox="395 1706 485 1738"><b>Feteiras</b></p>	<p data-bbox="659 1413 1337 1621">Estendendo-se ao longo da faixa costeira desde a Fajã do Mar até ao limite oriental da fajã lávica das Feteiras, esta área protegida conta com 44 hectares, sendo marcada pela coloração das suas arribas constituídas por escoadas lávicas alternadas por piroclastos vermelhos e negros, pedra-pomes e tufos amarelados, em alguns locais avermelhados, resultante do contacto superior com as escoadas lávicas</p> <p data-bbox="659 1630 1337 1720">Desempenha um papel importante como zona de nidificação da espécie <i>Calonectris borealis</i> (cagarro), estando classificada como IBA pela BirdLife International.</p>
	<p data-bbox="659 1767 1337 1939">Iniciando-se no porto da Ponta da Costa e estendendo-se até ao calhau norte da fajã lávica dos Mosteiros, esta zona protegida é marcada pelas suas falésias formadas por várias escoadas lávicas basálticas empilhadas, alternadas com materiais piroclásticos. As suas vertentes são cortadas por inúmeras grotas, onde se destacam as do Loural, Água Nova e da Areia.</p> <p data-bbox="659 1948 1337 2031">As encostas são ricas em vegetação natural, predominando as espécies <i>Festuca petraea</i> (bracel-da-rocha), <i>Morella faya</i> (faia-da-terra), <i>Erica azorica</i> (urze), observando-se,</p>

Identificação	Descrição
<p>Ponta da Bretanha</p>	<p>igualmente, <i>Picconia azorica</i> (pau-branco) e <i>Myrsine retusa</i> (tamujo). A falésia é particularmente importante para a nidificação das aves <i>Calonectris borealis</i> (cagarro) e <i>Puffinus lherminieri baroli</i> (frulho), daí a sua classificação como IBA pela BirdLife International.</p>
 <p>Ponta do Escalvado</p>	<p>Esta área protegida compreende a linha de costa desde a Ponta da Ferraria até à fajã lávica dos Mosteiros, onde se identificam pequenas saliências, com destaque para a Ponta do Escalvado e pequenos rochedos isolados, os quais formam pequenas ilhotas.</p> <p>Toda a sua encosta constitui um importante habitat para a nidificação de algumas espécies sensíveis e consideradas ameaçadas como a <i>Calonectris borealis</i> (cagarro) e a <i>Puffinus lherminieri baroli</i> (frulho), ambas contempladas em diplomas como a Diretiva Aves e a Convenção de Berna. Por outro lado, destacam-se as espécies <i>Morella faya</i> (faia-da-terra), <i>Erica azorica</i> (urze), <i>Euphorbia azorica</i> (erva-leiteira), <i>Solidago azorica</i> (cubres) e <i>Festuca petraea</i> (bracel-da-rocha) ao nível de flora.</p> <p>Esta presença de espécies florísticas e faunísticas protegidas e habitats prioritários contribui para a sua classificação como IBA pela BirdLife International.</p>

### Área de Paisagem Protegida

Identificação	Descrição
 <p>Sete Cidades</p>	<p>Situada no extremo poente de S. Miguel, esta área é dominada pelo grande vulcão das Sete Cidades e da sua caldeira de colapso de forma quase circular. A sudeste desta identificam-se alinhamentos de cones vulcânicos (Serra Devassa), sendo nesta área que se encontram o maior número de lagoas e lagoeiros da ilha.</p> <p>A Lagoa das Sete Cidades é a maior lagoa dos Açores, sendo constituída por duas massas de água distintas, a Lagoa Azul e a Lagoa Verde.</p> <p>Relativamente à sua biodiversidade, destacam-se a presença das endémicas herbáceas <i>Lactuca watsoniana</i> (alfacinha), <i>Angelica lignescens</i> (angélica), <i>Rumex azoricus</i> (labaça-das-ilhas) e <i>Euphorbia stygiana</i> (trovisco-macho), ao nível da flora, e de aves migratórias como a <i>Ardea cinerea</i> (garça-real) e a <i>Fulica atra</i> (galeirão-comum), e de aves residentes como as subespécies endémicas <i>Regulus regulus azoricus</i> (estrelinha) e <i>Buteo buteo rothschildi</i> (milhafre), ao nível da fauna.</p> <p>Dada a sua riqueza hídrica e presença de elementos faunísticos e florísticos protegidos e de habitats prioritários, é uma área classificada como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção das Zonas Húmidas.</p>

## Área Protegida de Gestão de Recursos

Identificação	Descrição
 <p data-bbox="293 784 596 837">Ponta da Ferraria – Ponta da Bretanha</p>	<p data-bbox="667 479 1343 676">Esta área protegida apresenta uma morfologia do seu litoral que alterna entre altas falésias e encostas de relevo mais suave como as fajãs lávicas da Ferraria e dos Mosteiros. No desenvolvimento da sua linha de costa identificam-se inúmeras enseadas e as baías da Beira Mar de Baixo e da Beira de Mar de Cima, que contrastam com as Pontas da Ferraria, do Escalvado, dos Mosteiros e da Bretanha.</p> <p data-bbox="667 689 1343 918">Caraterizada pelos seus fundos marinhos rochosos com zonas de grande inclinação, esta área aloja uma variedade de organismos, incluindo algas, crustáceos, moluscos, peixes, invertebrados marinhos, situando-se, igualmente, na rota migratória de muitos cetáceos, baleias e golfinhos, e aves marinhas como as <i>Calonectris borealis</i> (cagarro), <i>Puffinus lherminieri baroli</i> (frulho) e <i>Sterna hirundo</i> (garajau-comum), que procuram neste local proteção e alimento.</p>
 <p data-bbox="282 1209 608 1263">Porto das Capelas – Ponta das Calhetas</p>	<p data-bbox="667 949 1343 1120">Ocupando 1499 hectares, esta área protegida corresponde a uma zona marítima compreendida entre o Morro das Capelas e a freguesia das Calhetas, incluindo uma grande diversidade de formas geológicas, como o geossítio do Morro das Capelas, escoadas lávicas com disjunções colunares ou o imponente Buraco de São Pedro.</p> <p data-bbox="667 1133 1343 1218">Com uma costa rochosa de altitude entre os 10 e os 30m, identificam-se baías e promontórios, onde se destacam as Pontas das Capelas, Fenais e das Calhetas.</p> <p data-bbox="667 1232 1343 1317">Ao longo da sua extensão é possível observar áreas com elevada biodiversidade florística e faunística marinha, que urge preservar de modo a garantir a sua sustentabilidade.</p>



## Paisagem e áreas protegidas: aspetos a salientar

- Paisagem de Ponta Delgada caracterizada pela sua unicidade, onde se incluem 7 unidades de paisagem diferentes, com importantes valores estéticos e biofísicos a preservar;
- Presença de 9 áreas que integram a rede de áreas protegidas de S. Miguel, das quais 2 são Monumento Natural, 4 Áreas protegidas para a gestão de Habitats ou Espécies, 1 Área de Paisagem Protegida e 2 Áreas protegidas de Gestão de Recursos.

### A2.3.2. Caracterização biofísica e gestão de riscos

O concelho de Ponta Delgada apresenta um **relevo** irregular, onde a presença de planícies de baixa altitude (inferiores a 250m) contrastam com declives relativamente acentuados, maioritariamente de volta do maciço das Sete Cidades, ponto onde se atinge a maior elevação do território (873m). Em termos **hidrográficos**, destaca-se a presença da lagoa Azul e da lagoa Verde, inseridas precisamente neste maciço na área mais noroeste do concelho, em volta da qual se concentram a maioria dos cursos de água, entre os quais se encontram as Ribeiras da Grancha e do Ferreira, assim como a presença de um conjunto de Grotas (Figura 78).

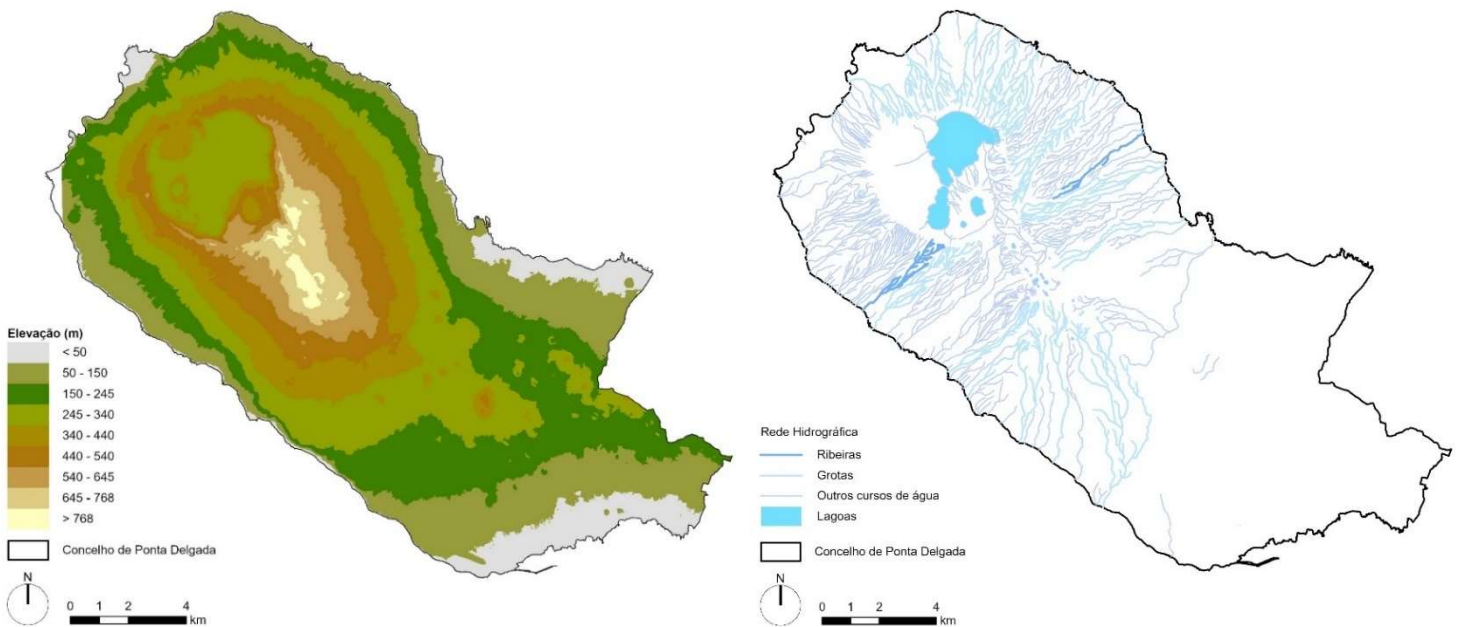


Figura 78. Hipsometria e hidrografia do concelho de Ponta Delgada

Fonte: SPI, com base em CM Ponta Delgada e EEA

Segundo a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS 2018) da DGT, 90% do território do concelho de Ponta Delgada é não artificializado, correspondendo 69,5% a Agricultura e 19,3% a florestas e meios naturais e seminaturais (Figura 79). Ao nível da agricultura, a grande maioria (84,6%) dizem respeito a prados e pastagens, integrando ainda áreas agrícolas heterogéneas (9,5%), terras aráveis (5,1%) e culturas permanentes (0,8%). Já no que respeita às florestas e meios naturais e seminaturais, os grupos mais representativos são as florestas de folhosas (39,7%), as galerias ripícolas (35,5%) e as florestas de resinosas (10,8%), encontrando-se ainda rocha nua (4,6%), vegetação esparsa (3,4%), vegetação herbácea natural (3,0%), matos (2,8%) e praias (0,1%).

No que respeita aos territórios artificializados, a maioria diz respeito a tecido urbano contínuo (41%) e descontínuo (27,1%), encontrando-se, ainda, indústria, comércio, equipamentos gerais e infraestruturas (12,7%), terrenos relativos a aeroporto/aeródromos (6,1%), redes viárias e espaços associados (3,1%), equipamentos desportivos, culturais, turísticos e de lazer (2,8%), áreas de extração de massas minerais (2,6%), espaços verdes urbanos (2,6%), áreas de gestão de resíduos (1,3%), áreas portuárias (0,5%) e áreas em construção (0,2%).

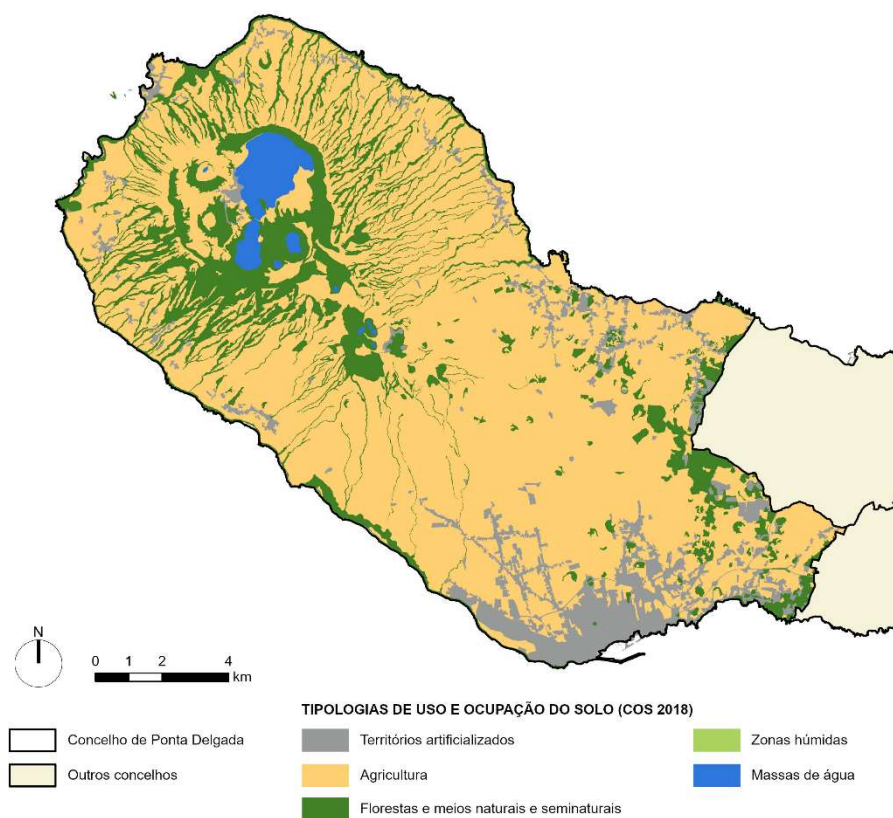


Figura 79. Uso e Ocupação do Solo em Ponta Delgada (COS 2018)

Fonte: SPI, com base em DGT (2020)

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ponta Delgada (PMEPD) identifica duas grandes categorias de riscos (naturais e tecnológicos) passíveis de ocorrerem no território, tendo como principal objetivo a preparação dos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio para a resposta aos seguintes riscos:

- **Riscos Naturais:** Sismos; condições meteorológicas adversas; movimentos de massas; riscos vulcânicos; cheias e enxurradas; tsunamis/galgamentos de mar.

- **Riscos Tecnológicos:** acidentes aéreos; acidentes rodoviários graves; acidentes marítimos graves; acidentes industriais; incêndios urbanos; danos em estruturas; catástrofes nucleares; ruído.

Tendo em conta a maior probabilidade de ocorrência dos primeiros e os cenários traçados ao nível das alterações climáticas, importa, sobretudo, refletir sobre a ocorrência de alguns riscos naturais específicos. Neste sentido, as **projeções climáticas enunciadas pelo Programa Regional para as Alterações Climáticas** dos Açores (PRAC Açores) demonstram que as alterações dos padrões de pluviosidade denunciam uma maior concentração no inverno e perda de frequência no período estival, o que poderá resultar num maior número de episódios de inundações e cheias e de menor retenção de água superficial e subterrânea, particularmente pela ocorrência do aumento do número de dias com precipitação acima dos 20mm<sup>65</sup>. Na verdade, as projeções estimadas até 2100 de acordo com os cenários RCP<sup>66</sup> identificam, igualmente, um aumento dos períodos de seca até cerca de 2040, não só pela diminuição da precipitação mas também pelo aumento das temperaturas médias, as quais deverão variar entre +0,9°C (RCP4.5) e +1,0°C em S. Miguel, durante o período 2010- 2039, podendo atingir os +2,8°C até 2099, segundo o PRAC.

Este cenário, aliado ao aumento do nível médio das águas do mar, eleva a ocorrência do risco de inundações no Município, salientando-se duas áreas com particular incidência e histórico de ocorrências: uma associada a inundações fluviais (Grota da Areia) e outra associada ao risco de inundações costeiras (S. Roque de Cão). Pela análise da Figura 80, é possível constatar que existem algumas habitações que estão em situação de alta suscetibilidade (vermelho), quer ao longo da linha da Grota da Areia até desaguar no oceano, quer na orla costeira em S. Roque de Cão. De frisar que, ainda com menor suscetibilidade (média/baixa), um grande número de habitações está sujeito aos galgamentos costeiros em S. Roque.

---

<sup>65</sup> [PRAC Açores](#).

<sup>66</sup> Cenário RCP (*Representative Concentration Pathways*) referem-se a porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes [IPCC, 2013]. [Portal do Clima](#)



Figura 80. Áreas de suscetibilidade a inundações: alta (vermelho), média (amarelo) e baixa (verde)  
Fonte: SNIAmb

Por outro lado, a este fenómeno de maior ocorrência de cheias e precipitações junta-se um outro risco relacionado com os movimentos de vertente, sendo de frisar a suscetibilidade elevada desde já existente em boa parte do concelho, sobretudo em torno do maciço das Sete Cidades (Figura 81).

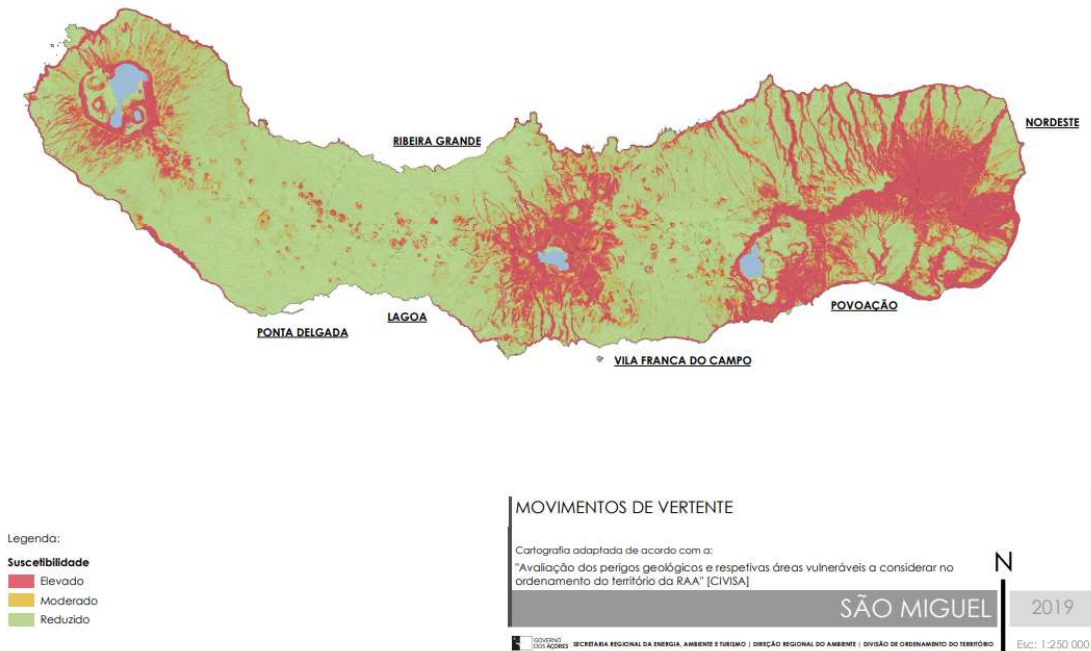
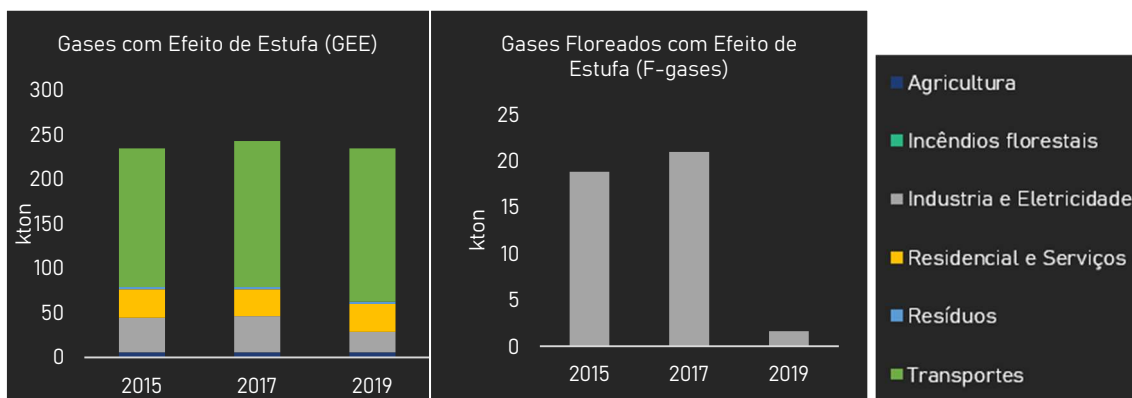


Figura 81. Movimentos de vertente na ilha de S. Miguel  
Fonte: Ordenamento do Território Açores

Outro aspeto fundamental de análise prende-se com as **emissões de GEE**, tendo presente a meta estabelecida a nível nacional de diminuição de 40% das emissões de GEE até 2030<sup>67</sup>, ambicionando a neutralidade carbónica em 2050. Pese embora este facto, verifica-se, para Ponta Delgada, que, para o período de análise em questão (anos 2015, 2017 e 2019), se tem verificado um aumento da emissão de muitos dos GEE, para os quais têm contribuído, particularmente, o setor dos transportes (onde se evidencia o aumento das emissões de CO<sub>2</sub>), mas também a atividade agrícola, particularmente no que respeita às emissões de metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) (Figura 82). Ainda assim, na contagem global dos GEE, verifica-se uma diminuição de 2017 para 2019, fruto maioritariamente do decréscimo dos gases floreados com efeito de estufa (F-Gases).

Salienta-se, igualmente, a diminuição das partículas finas PM<sub>2.5</sub> (partículas em suspensão com um diâmetro inferior a 2,5 micrómetros) de 2017 para 2019, fator essencial para uma salutar qualidade do ar e, por conseguinte, para evitar o surgimento de doenças e mortes associadas a doenças cardíacas ou pulmonares.



<sup>67</sup> [Portal do Clima](#).

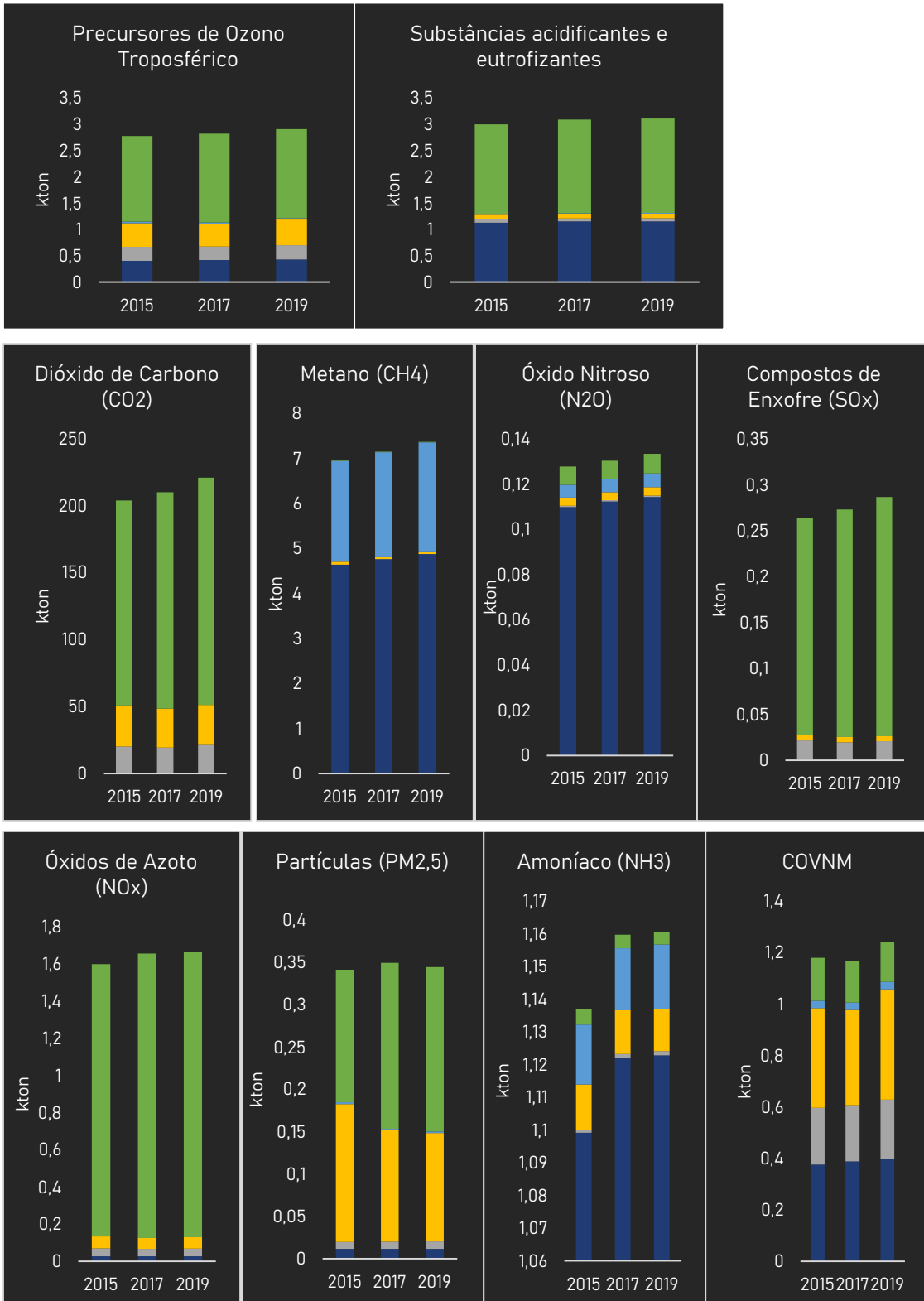


Figura 82. Emissões de poluentes atmosféricos no concelho, em 2015, 2017 e 2019  
Fonte: APA

Por fim, importa referir que à data deste documento se encontra em elaboração o PMAC de Ponta Delgada, o qual deverá prestar um importante contributo ao nível da ação local na monitorização e desenvolvimento de medidas de mitigação e de combate às alterações climáticas.



### Caraterização biofísica e gestão de riscos: aspetos a salientar

- Solo fortemente ocupado pela atividade agrícola (69,5%), principalmente ao nível de prados e pastagens, encontrando-se ainda uma notória presença de florestas e meios naturais e seminaturais (19,3%);
- Território particularmente propenso à ocorrência de riscos naturais pelo seu relevo irregular e rede hidrográfica (movimentos de massa, cheias e enxurradas), localização tectónica (sismos) e geográfica (tsunamis/galgamentos de mar);
- As alterações climáticas poderão aumentar a suscetibilidade deste território a fenómenos extremos, particularmente a nível de inundações e movimentos de vertente;
- Pese embora a preocupação ambiental a nível regional e local, deteta-se um aumento de alguns dos poluentes atmosféricos, particularmente do dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e do metano (CH<sub>4</sub>).

#### A2.3.3. Energia

No contexto da sustentabilidade dos recursos é também fundamental a análise do **desempenho energético**, verificando-se que, neste campo, o **consumo de eletricidade** no concelho corresponde a 30,9% (239.093 MWh) do total consumido na RAA em 2022, tornando-se, deste modo, o município açoriano com maior consumo total. Este valor corresponde a um aumento na ordem dos +6,4% face a 2012, variação superior à registada na RAA (+5,6%) e a nível nacional (+4,8%).

No que diz respeito à tipologia do consumidor (Figura 83), os consumos de eletricidade em Ponta Delgada distribuem-se, essencialmente, por consumo não doméstico (111.440 MWh), doméstico (81.109 MWh) e indústria (30.072 MWh), distribuição aproximada na RAA, mas díspar da realidade nacional, onde a indústria se assumia como responsável pela maior proporção (39,8%) dos consumos de eletricidade.

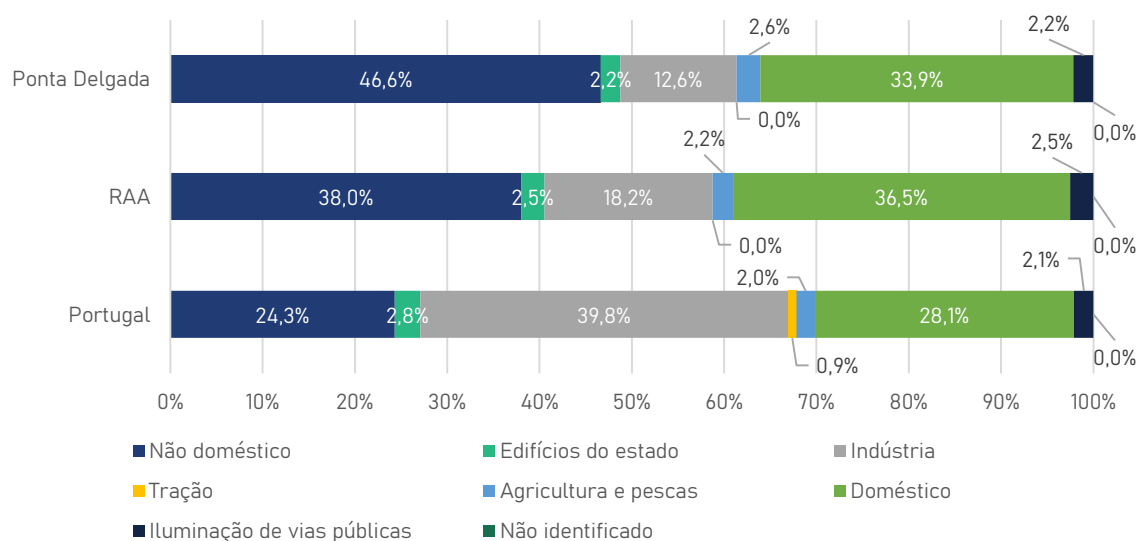


Figura 83. Consumo de eletricidade por tipologia de consumidor, em 2022  
Fonte: DGEG, 2023

Analisando os consumos de eletricidade por setor de atividade em Ponta Delgada, embora o setor doméstico seja aquele com maior preponderância (33,9%), destacam-se o comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos (10,5%), as indústrias alimentares (8,9%) e o Alojamento (7,5%).

No que concerne ao **consumo energético de petróleo e seus derivados**, consta-se, uma vez mais, o papel de destaque do município de Ponta Delgada no contexto da RAA, contabilizando 115.744 toneladas de vendas, o que correspondia a 41,6% do total consumido em 2022 na Região. Face a 2012, observa-se uma diminuição do consumo destes combustíveis fósseis em Ponta Delgada (-3,5%) e na RAA (-5,9%), tendo tido uma maior dimensão a nível nacional (-98,6%). A nível de produtos, estes são essencialmente fuelóleo (48,2%), gasóleo rodoviário (22,5%), gasolina I095 (11%) e butano (9,7%).

Nas vendas de petróleo e derivados por setor de atividade (Tabela 39), verifica-se uma maior preponderância no setor da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio em Ponta Delgada (43,9%) e na RAA (41,0%) do que a nível nacional (3,0%). Por outro lado, embora os transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos constituam uma fatia importante em Ponta Delgada (33,3%) e na RAA (35,4%), têm muito maior preponderância a nível nacional. Salienta-se, ainda a importância deste combustível fóssil ao nível do setor primário, sobretudo em Ponta Delgada (7,5%) e na RAA (8,1%).

Tabela 39. Principais vendas de petróleo e derivados por setor de atividade (toneladas), em 2022  
Fonte: DGEG, 2023

Setor de atividade	Portugal		RAA		Ponta Delgada	
	Ton	%	Ton	%	Ton	%
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	290.512	3,7%	22.514	8,1%	8.693	7,5%
Indústrias alimentares	55.946	0,7%	14.146	5,1%	4.549	3,9%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	772.010	9,7%	-	-	-	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	235.523	3,0%	114.025	41,0%	50.787	43,9%
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	5.420.495	68,3%	98.419	35,4%	38.575	33,3%
Consumo doméstico	325.203	4,1%	17.295	6,2%	9.951	8,6%

Já em relação aos consumos de gás natural, não existem dados disponíveis para a RAA e Ponta Delgada, para os anos mais recentes<sup>68</sup>.

Tendo em conta as metas globais de descarbonização, sustentabilidade dos recursos naturais e fomento da economia circular, importa igualmente fazer uma breve nota sobre a produção de **energia renovável**. Com efeito, o arquipélago dos Açores encerra características que lhe permitem valorizar e obter energia limpa, tendo conseguido produzir 37% do total da sua eletricidade em 2019, através de energias renováveis, com a fonte geotérmica a assumir o papel predominante (24%), seguindo-se a eólica (9%) e a hídrica (4%)<sup>69</sup>. Neste seguimento, a estratégia de crescimento na forma de utilização destas fontes de energia e de uma mudança de paradigma é algo que deverá ser preconizado na Estratégia Açoriana para a Energia 2030.

Embora não existam dados disponíveis desagregados por município, é de realçar a importância da produção de energia renovável para Ponta Delgada, particularmente tendo em conta a presença dos seguintes equipamentos:

- Central de Biogás – Construída em 2013 pela MUSAMI e localizada no Ecoparque de S. Miguel, esta central de queima de biogás procura minimizar o impacto dos gases na

<sup>68</sup> DGEG (2024).

<sup>69</sup> [Direção-Regional de Energia dos Açores](#).

atmosfera, estando previsto para breve o seu aproveitamento para a produção de energia elétrica<sup>70</sup>;

- Central de Valorização Energética – Atualmente em construção, a Central de Valorização Energética (CVE) de São Miguel será *essencial para ir além da meta europeia de 10% de resíduos depositados em aterro até 2030*, estimando-se que com a valorização dos resíduos, a CVE possa produzir 26.463 MWh, o que corresponde a 17,7% do consumo doméstico de energia da ilha, produzindo ainda vapor para uso industrial<sup>71</sup>.



Figura 84. Central de Biogás, presente no Ecoparque de S. Miguel  
Fonte: MUSAMI

---

<sup>70</sup> [MUSAMI.](#)

<sup>71</sup> [MUSAMI, 2023.](#)



## Energia: aspetos a salientar

- Aumento do consumo de eletricidade no período 2012-2022 (+6,4%), sendo o município açoriano com maior consumo total, correspondente a 30,9% do total da RAA;
- Diminuição do consumo energético no município ao nível do petróleo e seus derivados entre 2012 e 2022 (-3,5%), embora seja responsável 41,6% do total consumido em 2022 na RAA;
- Crescimento da aposta nas energias renováveis a nível regional e municipal, destacando-se a criação da Central de Biogás em 2013 e a construção em curso da Central de Valorização Energética (CVE), ambas no Ecoparque de S. Miguel.

### A2.3.4. Gestão da água e resíduos

No âmbito das infraestruturas básicas, analisam-se a proporção de alojamentos servidos por redes de abastecimento de água e de saneamento, tendo por base os dados do INE (Tabela 40). Verifica-se que, em termos de abastecimento de água, o valor da cobertura era de 96% em 2021, situação menos positiva que a de 2019, onde a totalidade dos alojamentos era abastecida. Por outro lado, no caso da rede de saneamento, os dados do INE indicam uma cobertura total nos alojamentos do concelho.

Tabela 40. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais, 2019-2021

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2023

Unidade territorial	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água			Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Portugal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
RAA	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Ponta Delgada	96,0%	95,0%	100%	100%	100%	100%

Ao nível da gestão de resíduos, cabe aos Serviços Urbanos (SU) da Câmara Municipal de Ponta Delgada a limpeza das freguesias da cidade e a recolha e transporte dos resíduos urbanos (RU) em todas as freguesias do Município, disponibilizando, para tal, contentores para o armazenamento temporário dos RU e instalando ecopontos em todo o Concelho. O encaminhamento dos resíduos indiferenciados e dos resíduos recolhidos seletivamente é

realizado pela MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA, a qual é responsável pelo seu tratamento e destino final, não só do Município de Ponta Delgada, como de todos os restantes da ilha de S. Miguel.

Salienta-se que o Município tem empreendido um esforço notório nesta matéria, tanto ao nível do desenvolvimento de ações de sensibilização e formação, para além da disponibilização constante de informação por forma a fomentar a literacia ambiental e um maior aproveitamento dos RU. Neste sentido, destacam-se iniciativas como o “Ecomóvel” (Figura 85), um equipamento de recolha de resíduos itinerante que visa a criação de um ponto de deposição rápido e cómodo junto da população, o qual recolheu, em 2022, cerca de 1200 quilos de resíduos, sendo a maioria têxteis (555 quilos), óleos alimentares usados (209 quilos) e pequenos eletrodomésticos (95 quilos)<sup>72</sup>.



Figura 85. Iniciativa Ecomóvel do Município de Ponta Delgada  
Fonte: Município de Ponta Delgada

Acrescenta-se, igualmente, que o site do Município apresenta informação detalhada sobre a recolha de RU, disponibilizando, inclusive, a recolha de monstros (resíduos de grandes dimensões) sob marcação prévia, bem como a recolha gratuita de resíduos verdes e lenhosos.

<sup>72</sup> [Município de Ponta Delgada](#).

Ao nível da recolha de RU (Tabela 41), verificou-se que de 2012 para 2021 existiu uma maior produção nas três unidades territoriais, tendo Ponta Delgada sido aquela com variação mais acentuada (+22,4%). Salienta-se, no entanto, que este facto não será propriamente negativo e significativo de maior produção de RU, indicando, com efeito, uma maior capacidade de recolha destes. Ademais, é de realçar o aumento da proporção da recolha seletiva na última década, passando de 7,6% dos RU em 2012 para 25,2% em 2022, valores em linha com os da RAA e superiores aos da realidade nacional que atestam a eficiência do esforço empreendido a nível municipal nesta matéria.

Tabela 41. Proporção de resíduos urbanos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva (2012-2021)  
Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2023

Unidade Territorial	Total (t)			Recolha indiferenciada (%)		Recolha seletiva (%)	
	2021	2012	Δ 2012-2021	2021	2012	2021	2012
Portugal	5.310.547	4.765.923	+11,4%	77,5%	86,0%	21,4%	14,0%
RAA	150.143	123.431	+21,6%	71,7%	91,2%	25,7%	8,8%
Ponta Delgada	46.700	38.169	+22,4%	72,1%	92,4%	25,2%	7,6%

Consequência do exposto, é visível pela análise da Tabela 42 um maior aproveitamento dos RU em todas as unidades territoriais. Neste sentido, no espaço de uma década, Ponta Delgada passou a ter valorização energética (193 toneladas em 2021), bem como uma maior valorização energética (+123,8%) e multimaterial (+186,8%). Estes valores relativos são particularmente notórios, quando comparados com os registados a nível nacional.

Tabela 42. Resíduos urbanos geridos por tipo de destino (2012-2021)  
Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2023

Unidade territorial	Aterro (t)			Valorização energética (t)			Valorização orgânica (t)			Valorização multimaterial (t)		
	2021	2012	Δ 2012-2021	2021	2012	Δ 2012-2021	2021	2012	Δ 2012-2021	2021	2012	Δ 2012-2021
Portugal	2.809.418	2.592.797	+8,4%	1.248.077	929.808	+34,2%	892.654	693.833	+28,7%	724.290	549.485	+31,8%
RAA	64.871	108.109	-40,0%	26.921	0	-	24.496	4.408	+455,7%	33.856	10.914	+210,2%
Ponta Delgada	33.404	33.131	0,8%	193	0	-	4.764	2.129	+123,8%	8.339	2.908	+186,8%

Por fim, importa destacar a presença do Ecoparque da Ilha de S. Miguel:

### Ecoparque de S. Miguel

É no Ecoparque da Ilha de S. Miguel que se realizam os procedimentos ao nível do tratamento de RU, com vista à redução, valorização multimaterial (reciclagem), valorização orgânica (compostagem) e eliminação do que resta em célula de confinamento técnico ou aterro sanitário<sup>73</sup>. Sob gestão e operacionalização da MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA, este compreende *dois ecoparques*: o Ecoparque I da Ilha de São Miguel nos Municípios de Ponta Delgada e Ribeira Grande; e o Ecoparque do Nordeste.

Estando no encaço de novas tecnologias e procurando ir ao encontro das melhores soluções ambientais em matéria de resíduos, esta estrutura é uma concretização da crescente preocupação ambiental e aposta Municipal e Regional ao nível da economia circular.

Essencialmente estruturado em três estruturas principais - Centro de Triagem, o Ecocentro e o Parque de Verdes -, o Parque apresenta um conjunto de atividades e infraestruturas adicionais de extrema relevância no escopo ambiental, a saber: Armazenamento de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REE); o projeto ECO<sup>5</sup> (Quinta biológica para produção agrícola); o Aterro Sanitário; ETAL (Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes)/Osrose inversa; Central de Biogás; Edifício de suporte técnico; Estação meteorológica; Central de valorização energética; Centro de tratamento biológico; Centro de tratamento mecânico.



Figura 86. Centro de triagem automatizado (esquerda) e Central de Tratamento Biológico (direita), do Ecoparque de S. Miguel  
Fonte: MUSAMI

<sup>73</sup> [MUSAMI](#).



## Gestão da água e resíduos: aspetos a salientar

- Grande maioria dos alojamentos do concelho são servidos por abastecimento de água (96%) e por drenagem de águas residuais (100%);
- Município de Ponta Delgada tem empreendido esforços no desenvolvimento de ações de sensibilização e formação, fomentando a literacia ambiental, visível em ações como o “Ecomóvel” e pelo aumento significativo da proporção de recolha seletiva em 2021 (25,7% do total) face a 2012 (apenas 7,6% do total);
- De 2012 a 2021 constata-se um maior aproveitamento dos Resíduos Urbanos ao nível da valorização energética (inexistente em 2012), valorização orgânica (+123,8%) e da valorização multimaterial (+186,8%);
- Expansão do Ecoparque da Ilha de S.Miguel ao nível da eficiência do tratamento de RU e na concretização da preocupação ambiental a nível regional e municipal, materializada em projetos inovadores como o ECO ou a central de biogás.

## A2.4. Desenvolvimento territorial

### A2.4.1. Rede Urbana

O concelho de Ponta Delgada apresenta um **povoamento polinucleado de baixa densidade** que, tal como a cidade, ocupou as zonas relativamente planas do território, ao longo da costa. A **ocupação urbana é fortemente assimétrica**, concentrando-se sobretudo na **área urbana de Ponta Delgada**, que se estrutura segundo uma malha regular no centro tradicional da cidade e que a partir daqui se desenvolve num sistema de coroas e de extensões lineares que já interligam com os núcleos urbanos da periferia. Atualmente, o perímetro urbano da cidade de Ponta Delgada já **ultrapassou os limites tradicionais da cidade**, constituída pelas freguesias de São Pedro, São José, São Sebastião e Santa Clara, formando, assim, uma espécie de conurbação que, de forma irregular, articula as áreas urbanas consolidadas e as áreas de expansão da cidade, às áreas urbanas das freguesias de Relva, Covoada, Arrifes, Fajã de Cima, Fajã de Baixo, São Roque e Livramento. Este processo tem sido reforçado pela constituição do triângulo central Ponta Delgada – Lagoa – Ribeira Grande, principal polo de desenvolvimento da Ilha de São Miguel e da RAA. Estas forças de articulação interconcelhias são visíveis no próprio

desenvolvimento da mancha urbana e das áreas industriais, que tendem a se estender cada vez mais para o interior, contrariando a matriz tradicional de povoamento junto ao litoral.

O alastramento urbano de Ponta Delgada, consubstanciado na ligação, mais ou menos estruturada, do seu núcleo tradicional aos núcleos urbanos das freguesias vizinhas, normalmente através de um desenvolvimento urbano linearizado ao longo das principais vias de ligação entre estes núcleos, deve-se, em grande medida, à intensa dinâmica construtiva verificada no concelho até à crise económica que, a partir de 2008, afetou a indústria da construção e imobiliária. Esta dinâmica de expansão urbana para a periferia, geralmente associada à criação de novas áreas habitacionais, chegou mesmo a ultrapassar os limites concelhios, como é o caso do aglomerado de Pico da Pedra, localizado no concelho da Ribeira Grande, que se transformou numa espécie de núcleo habitacional satélite de Ponta Delgada, em virtude das boas acessibilidades e dos preços convidativos do imobiliário.

Retirando a área urbana de Ponta Delgada (cidade e freguesias limítrofes), onde se concentra mais de 65% da população do concelho e a maior parte das instituições, empresas, indústria e equipamentos e serviços de nível regional, sobretudo pela capitalidade que Ponta Delgada representa, o panorama urbano do concelho é caracterizado por uma rede de pequenos aglomerados que circundam o perímetro costeiro, inseridos num território marcadamente rural e de reduzida densidade urbana e populacional, a maior parte deles ligado às atividades do setor primário (agricultura, pesca, agropecuária), com uma grande dependência económica, social e funcional do principal centro urbano do concelho. Esta **macrocefalia de Ponta Delgada conduz a uma fraca hierarquização da rede urbana**, sendo a rede de pequenos aglomerados autossuficiente ao nível das necessidades básicas comunitárias e das funções de proximidade (embora, aqui, também com debilidades), mas muito dependente da cidade para o acesso às funções mais especializadas e superiores e, também, ao emprego.

Importa sinalizar, de qualquer forma, uma dinâmica interessante emergida nas últimas décadas, pelo que os pequenos centros urbanos da costa norte do concelho (correspondentes às freguesias de Capelas, São Vicente Ferreira e Fenais da Luz) foram progressivamente se emancipando da dimensão puramente rural da área norte/oeste do concelho, para se aproximar (sobretudo na função habitacional) ao triângulo Ponta Delgada – Lagoa – Ribeira Grande. Estes aglomerados podem hoje ser considerados como um subsistema urbano unitário, estreitamente ligado à cidade de Ponta Delgada (numa relação ainda de dependência) mas também ao triângulo central no geral, e em continuação do eixo urbano da costa norte que caracteriza o território do concelho da Ribeira Grande.

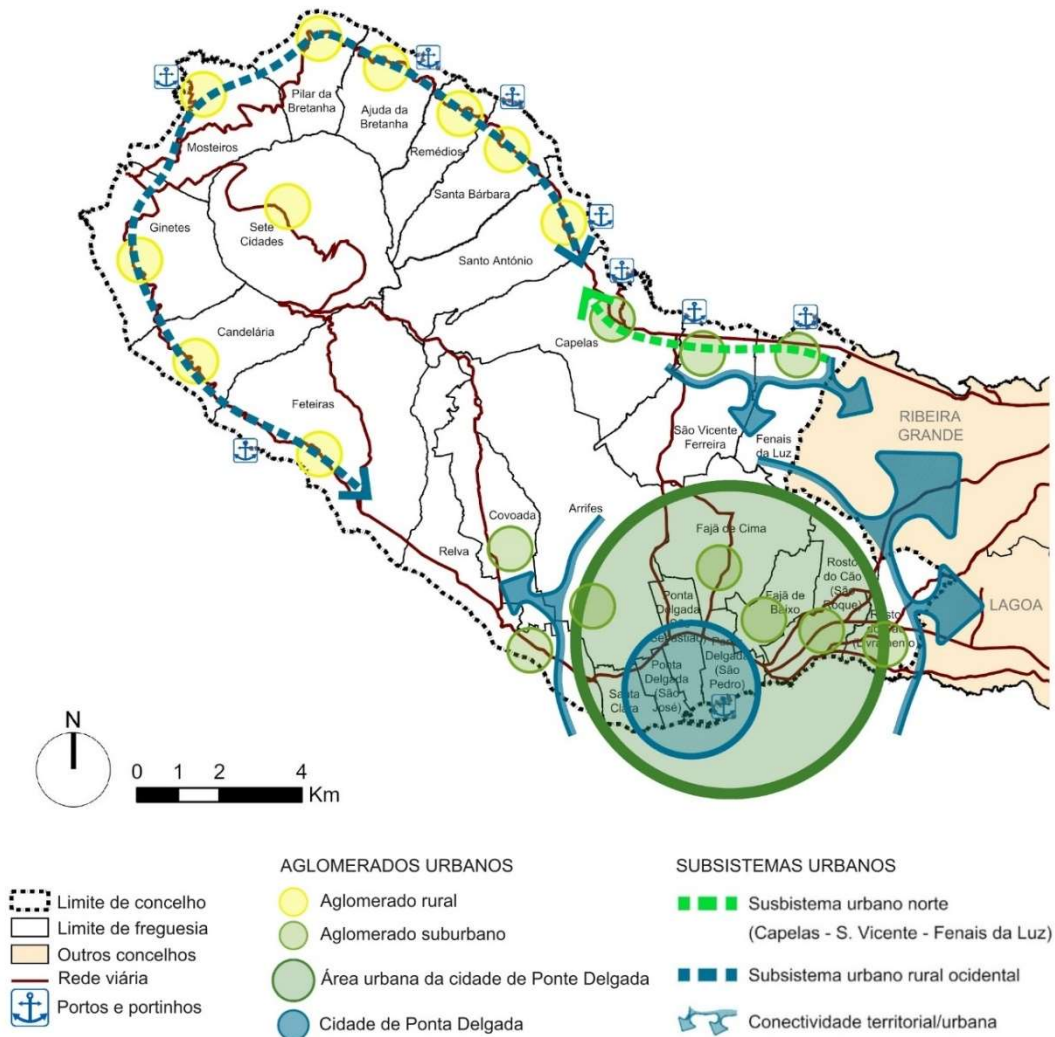


Figura 87. Sistema urbano do concelho de Ponta Delgada.  
 Fonte: SPI

A oferta de equipamentos e serviços de proximidade às populações contribui para a estruturação da ocupação urbana e o fortalecimento das dinâmicas populacionais (Figura 88), sendo diversificada e qualificada, designadamente de equipamentos da administração pública, de segurança pública, de saúde, de serviços de ação social, de serviços educativos, de apoio à atividade desportiva, de serviços culturais e de lazer e religiosos.

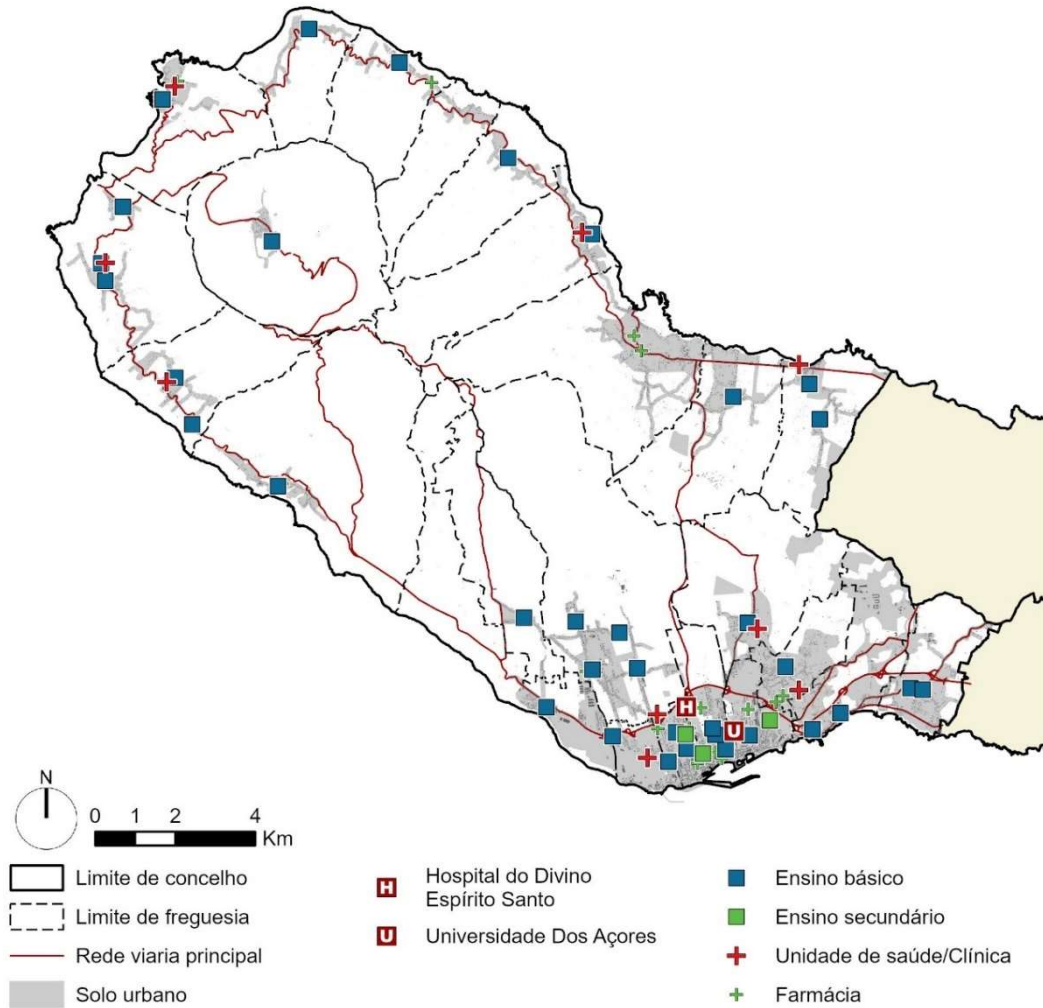


Figura 88. Equipamentos públicos essenciais no concelho de Ponta Delgada  
Fonte: CMPD, SPI



## Rede Urbana: aspetos a salientar

- Povoamento polinucleado de baixa densidade, sobretudo ao longo da costa, com ocupação urbana fortemente assimétrica, concentrada sobretudo na área urbana de Ponta Delgada composta pelo seu centro histórico e núcleos urbanos de periferia;
- Alastramento urbano de Ponta Delgada consubstanciado pela ligação do seu núcleo tradicional aos núcleos das freguesias vizinhas, tendo chegado mesmo a ultrapassar os limites concelhios, como é o caso do aglomerado de Pico da Pedra;
- Concentração de mais de 65% da população do concelho e a maior parte dos serviços e equipamentos de nível regional na área referente à cidade e freguesias limítrofes, contrastando com a rede de pequenos aglomerados rurais de baixa densidade populacional;
- Destaque da emancipação dos centros urbanos da costa norte do concelho para se aproximar (sobretudo na função habitacional) ao triângulo Ponta Delgada – Lagoa – Ribeira Grande.

### A2.4.2. Mobilidade

A rede de infraestruturas viárias existentes no concelho de Ponta Delgada permite a conexão interna e com os principais centros urbanos da Ilha de São Miguel. É composta por estradas regionais principais, como a ER 1-1ª que circunda a Ilha junto à linha de costa e conecta os aglomerados do concelho e da Ilha, e a ER 3-1ª que faz a ligação de Ponta Delgada a Ribeira Grande. As estradas regionais secundárias complementam a rede fundamental e estabelecem a ligação entre as estradas regionais principais, como a ER 9, que liga Ponta Delgada com a zona noroeste do concelho, até às Sete Cidades, Várzea e Mosteiros.

Os eixos rodoviários SCUT, que entraram em funcionamento no início da década passada, proporcionam uma melhoria na mobilidade e acessibilidade da população, como o eixo norte/sul que liga Ribeira Grande a Lagoa, servindo igualmente o transporte de passageiros e mercadorias para Ponta Delgada, o eixo norte que conecta Ribeira Grande ao Nordeste e o eixo sul que articula o Aeroporto de Ponta Delgada com os concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo.

A partir da rede rodoviária regional desenvolve-se a rede municipal que conduz as ligações internas do concelho, distribuindo o tráfego proveniente das ER e estabelecendo a ligação entre

todos os núcleos urbanos. Assume funções e características diferentes ao longo do seu traçado, comprometendo, por vezes, o escoamento do tráfego rodoviário e criando constrangimentos à circulação pedonal e ciclável. A rede concelhia é composta por estradas e caminhos municipais, e tem como principal ponto de convergência a cidade de Ponta Delgada, existindo uma maior densidade de infraestruturas na costa sul do concelho. Dessa rede, destacam-se, devido à sua função e dimensão, a EM 501, que permite a ligação entre a sede do concelho e a zona a norte a partir do núcleo de Santo António, a EM 510, que estabelece a ligação entre Ponta Delgada e Capelas e a EM 511, situada no extremo oriental do concelho, que permite a ligação entre as costas sul e norte da Ilha.

Quanto aos serviços de transporte coletivo no concelho de Ponta Delgada, estes existem em duas tipologias: suburbanos/regionais e urbanos, sendo operados por quatro entidades distintas. Os serviços suburbanos/regionais são concessionados a três empresas diferentes: Auto Aviação Micaelense, Caetano, Raposo & Pereiras e Varela e C<sup>a</sup>. A Câmara Municipal de Ponta Delgada é responsável pela promoção e gestão do sistema de linhas urbanas. A Auto Aviação Micaelense é responsável pela maioria das ligações entre os núcleos populacionais do concelho e a cidade de Ponta Delgada, abrangendo a maioria da área rural.



Figura 89. Rede de transporte coletivo rodoviário  
Fonte: PED Ponta Delgada 2014-2020, SPI

Na cidade de Ponta Delgada, o Município é responsável pela implementação e gestão do serviço de minibus, operando em quatro linhas (linha A, amarela; linha B, verde; linha C, azul; e linha D, laranja) que abrangem as freguesias de São Sebastião, São José, Santa Clara, São Pedro e, de forma mais residual, Fajã de Baixo. O serviço funciona na faixa diurna dos dias úteis em todas as linhas e aos sábados de manhã nas linhas C e D. Estão disponíveis tarifas reduzidas, bem como passes semanais e mensais, e ainda tarifas mais inclusivas para a população estudante e a população idosa.

A partir daqui, produz-se uma proposta de hierarquia urbana que não difere muito do modelo apresentado com base nas dinâmicas urbanas:

- Nível 1 – Área Urbana de Ponta Delgada, que engloba a cidade e sua conurbação mais imediata;
- Nível 2 – Eixo suburbano norte (Capelas – São Vicente Ferreira – Fenais da Luz), mais os centros periféricos da área urbana de Ponta Delgada (Relva, Covoada, Livramento);
- Nível 3 – restantes aglomerados do concelho: pequenos povoados costeiros na área oeste do concelho, em torno do maciço das Sete Cidades, mais o aglomerado homónimo.

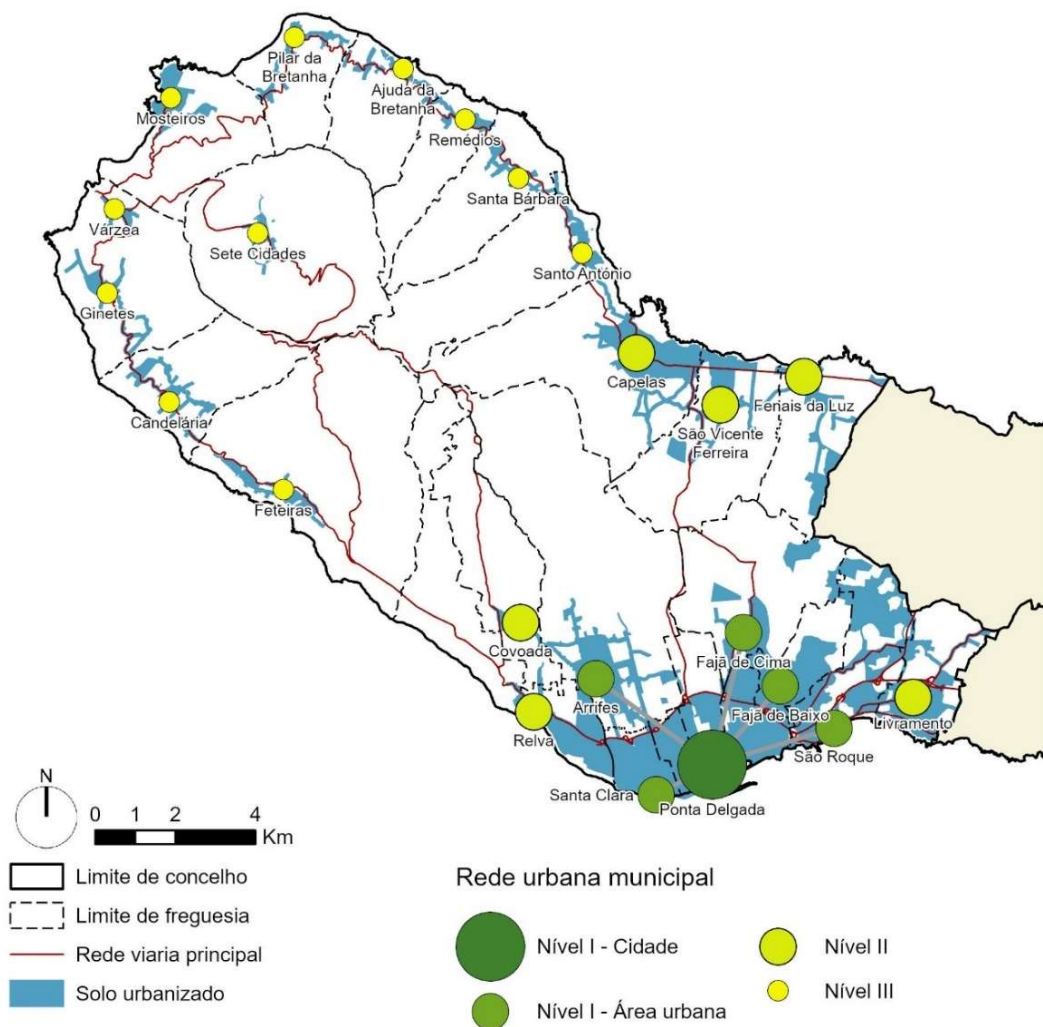


Figura 90. Rede urbana municipal evidenciada pelas características de ocupação em Ponta Delgada  
Fonte: SPI

Uma nota deve ainda ser feita relativamente à presença de postos de carregamento elétrico, sendo de referir, de momento, a existência de 7 postos no concelho, estando perspetivados,

segundo a autarquia, a instalação de 10 novos postos de carregamento duplo no centro da cidade e 1 em Mosteiros.



### Mobilidade: aspetos a salientar

- Rede viária fundamental que permite a conexão com os principais centros urbanos da ilha de S. Miguel, estruturando-se em estradas regionais principais, (destacando a ER 1-1ª e a ER 3-1ª), e regionais secundárias, incluindo, ainda, a rede de estradas e caminhos municipais;
- Releva-se o início do funcionamento dos eixos rodoviários SCUT no início da década passada, que apresentam uma melhoria na mobilidade e acessibilidade da população
- Transporte coletivo com duas tipologias (suburbanos/regionais e urbanos) operados por quatro entidades distintas, verificando-se, no entanto, uma cobertura deficitária, sobretudo fora do centro histórico da cidade;
- Presença de postos de carregamento elétrico é ainda pouco expressiva, estando prevista, no entanto, a sua expansão.

#### A.2.4.3. Parque edificado e habitação

De acordo com os resultados dos Censos 2021, em Ponta Delgada existiam um total de 22.705 edifícios clássicos, o que correspondia a +0,4% relativamente ao anterior período censitário, um aumento também observado na RAA (1,7%) e em Portugal (0,8%) (Tabela 43). Isto significava uma densidade de de 97,9 edifícios por cada km<sup>2</sup>, um valor fortemente superior à média nacional (38,7) e regional (43,3), inflacionado sobretudo pela densidade de ocupação das suas freguesias mais urbanas.

Por outro lado, contabilizavam-se um total de 29.199 alojamentos (+2,8% que em relação a 2011), dando uma média de 1,3 alojamentos por edifício clássico, um valor ligeiramente superior à média regional (1,1) mas inferior à média nacional (1,7), sinal da predominância dos edifícios com apenas um alojamento (93,8% do total).

Tabela 43. Número de edifícios e alojamentos e taxa de variação decenal (2011-2021)  
Fonte: INE, Censos 2021

Unidade Territorial	Edifícios			Alojamentos		
	2011	2021	Var. 11-21	2011	2021	Var. 11-21
Portugal	3.544.389	3.573.416	+0,8%	5.878.756	5.981.482	+1,7%
RAA	98.818	100.478	+1,7%	109.856	113.536	+3,3%
Ponta Delgada	22.604	22.705	+0,4%	28.398	29.199	+2,8%

No que toca à época de construção do edificado (Figura 91), Ponta Delgada apresentava, em 2021, um padrão mais semelhante à realidade nacional do que propriamente à da RAA, constatando-se que mais de 50% do seu edificado era ainda anterior a 1980. Com efeito, apenas 17,5% do seu parque edificado tinha sido construído no século XXI, sendo que somente 3,5% do total dos edifícios datavam da década 2011-2021, valores relativos bastante inferiores aos da RAA (22,9% para o edificado construído nos últimos 20 anos). Por sua vez, Ponta Delgada apresentava um índice de envelhecimento do seu edificado<sup>74</sup> (871,4) bastante superior ao da RAA (626,5) e de Portugal (746,6). Note-se, contudo, que em termos gerais, o parque edificado do concelho se encontrava mais envelhecido no centro da cidade e nas freguesias mais rurais, ao passo que o edificado mais recente se situava nas áreas suburbanas e também em algumas freguesias rurais.

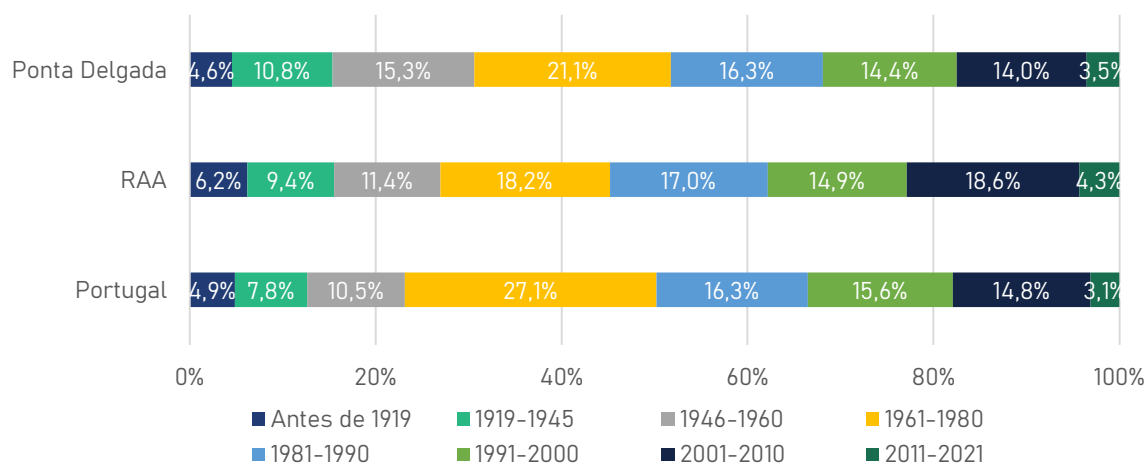


Figura 91. Época de construção do edificado, por unidade territorial (% do total)  
Fonte: INE, Censos 2021

<sup>74</sup> O Índice de envelhecimento do edifício relaciona o número dos edifícios construídos até 1960, com o dos edifícios construídos após 2011, de acordo com a seguinte fórmula: (Edifícios construídos até 1960/Edifícios construídos após 2011) x 100.

Pese embora o evidente envelhecimento do edificado em Ponta Delgada, segundo os Censos, mais de 70% do seu edificado não necessitava de obras de reparação, valores relativos ligeiramente superiores aos da RAA e de Portugal (Figura 92). Adicionalmente, constatava-se que as percentagens de edificado com necessidades de reparação nas diferentes dimensões era sempre inferior em Ponta Delgada. Ainda assim, salienta-se a existência de 6.673 edifícios com necessidades de reparação, dos quais 542 tinham necessidades profundas, o que compromete a qualidade de vida e a própria sobrevivência da população residente.

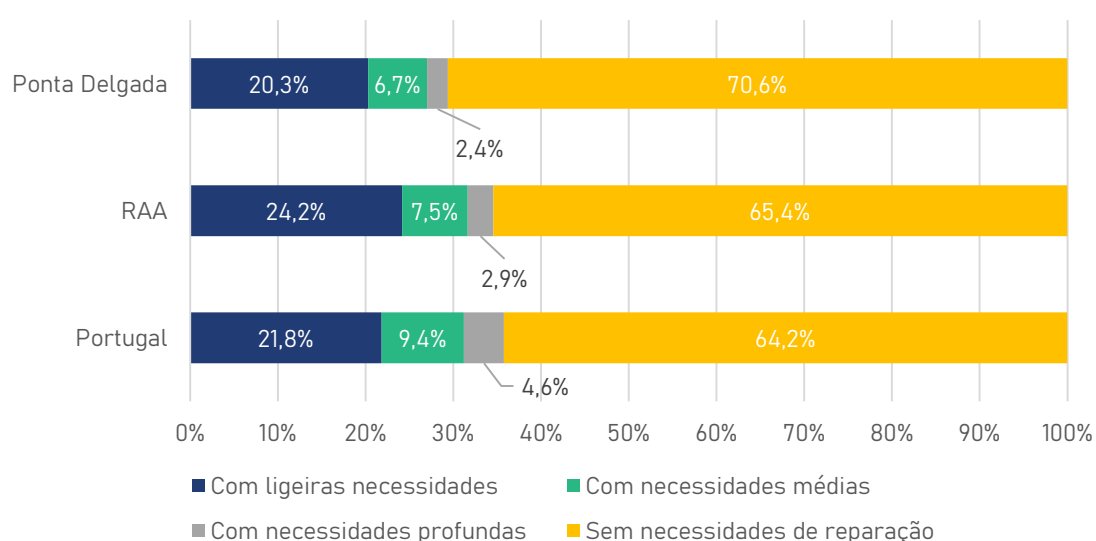


Figura 92. Edifícios por dimensão da reparação (%), em 2021  
Fonte: INE, Censos 2021

Ao nível interno, é sobretudo na cidade de Ponta Delgada e malha urbana periférica que se verifica uma maior proporção de edifícios com necessidades de reparação, ultrapassando os 20%, com exceção das freguesias de Relva e Fajã de Cima. As localidades em que o edificado apresenta mais necessidades de reparação são Fajã de Baixo (48% dos edifícios com necessidades ligeiras e só 40% sem necessidades), Santa Clara (menos do 60% dos edifícios sem necessidades de reparação) e São Sebastião, onde é maior a percentagem de edifícios com necessidades de reparação profundas, 6,3% correspondente a 98 edifícios. Em algumas freguesias rurais em que o parque edificado se encontra mais envelhecido registam-se inclusive elevadas proporções de edifícios com necessidades de reparação, atingindo 58% em Santa Bárbara e Sete Cidades. A situação mais crítica, todavia, encontra-se na freguesia de Covoada, que regista 40% dos edifícios com necessidades ligeiras, 25% com necessidades médias e só 34% dos edifícios sem necessidades de reparação.

A análise às formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (Figura 93) para 2021, revela uma maior preponderância dos alojamentos de residência habitual no Município (82,1%) do que em relação às restantes unidades territoriais, o que estará essencialmente ligado à proximidade do mais importante centro urbano da RAA, onde, habitualmente, a oferta de habitação não corresponde à procura existente. Sublinha-se, igualmente, a existência de mais de 10% de alojamentos vagos, dos quais uma parte poderá estar associada à especulação imobiliária.

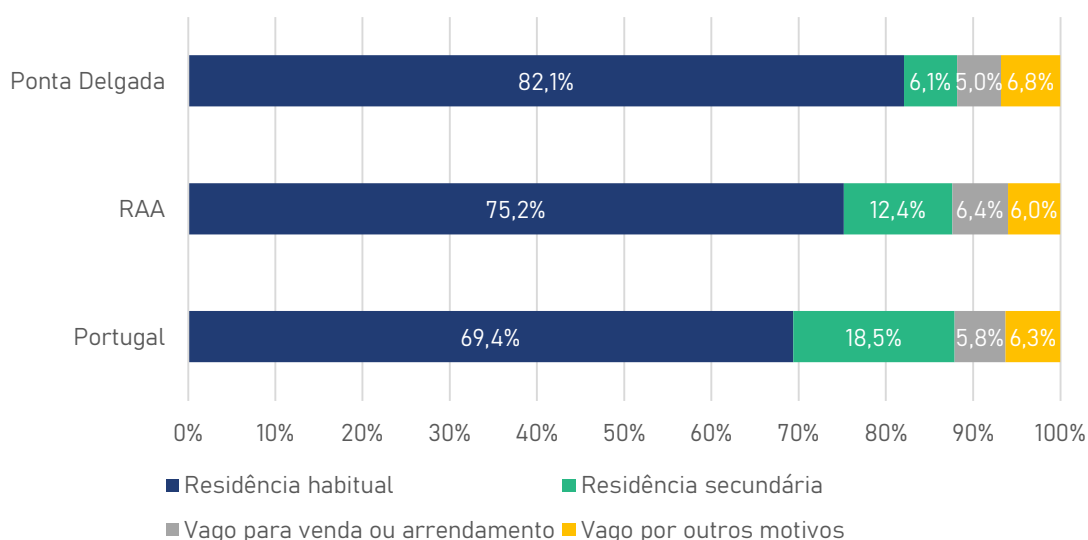


Figura 93. Alojamentos familiares clássicos (%) por forma de ocupação, em 2021  
Fonte: INE, Censos 2021

A proximidade ao centro de urbano de Ponta Delgada afigura-se, de facto, como uma condição essencial para as vidas das famílias sanmicalenses, razão pela qual se constata a presença de 18,6% do total dos alojamentos familiares clássicos usados como residência habitual como estando em sobrelotação (dados dos Censos 2021), uma proporção maior do que a observada na RAA (17,4%) e em Portugal (11,3%). Não obstante essa situação, verifica-se uma maior proporção dos maiores escalões de área útil dos alojamentos familiares de residência habitual em Ponta Delgada do que em relação às unidades territoriais superiores (Figura 94).

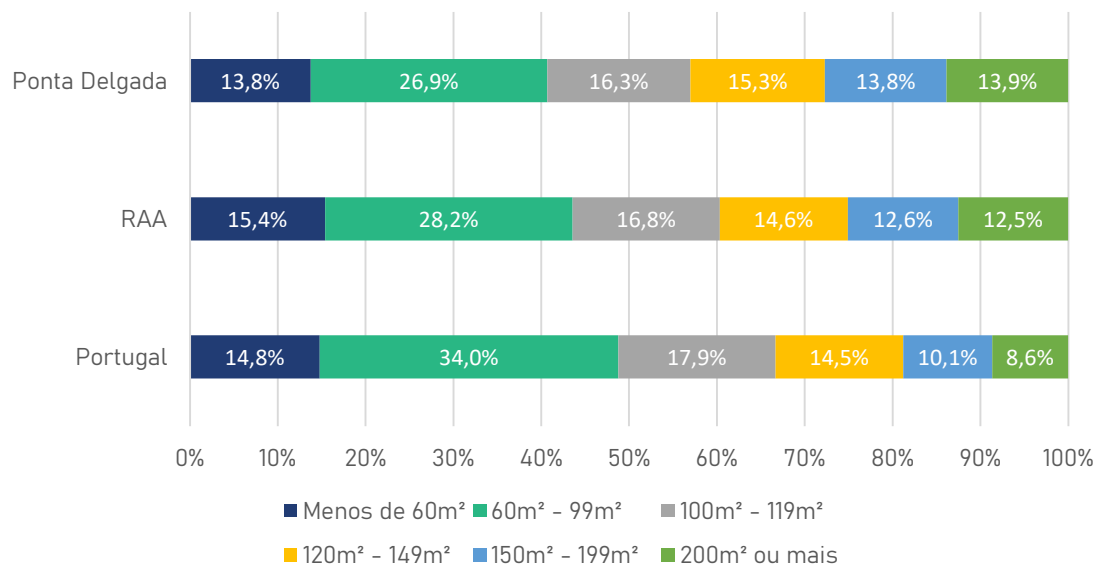


Figura 94. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por escalão de área útil (%)  
Fonte: INE, Censos 2021

Ponta Delgada apresenta, igualmente, uma maior preponderância dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual como propriedade/copropriedade do seu ocupante (74,3%) do que em relação à realidade nacional (70,0%), e em valores semelhantes aos da RAA (74,5%). Por conseguinte, apresenta uma menor proporção dos alojamentos para arrendamento ou subarrendamento (17,7%) do que em relação à realidade do país (22,3%), embora maior do que a realidade da RAA (17,2%) (Figura 95).

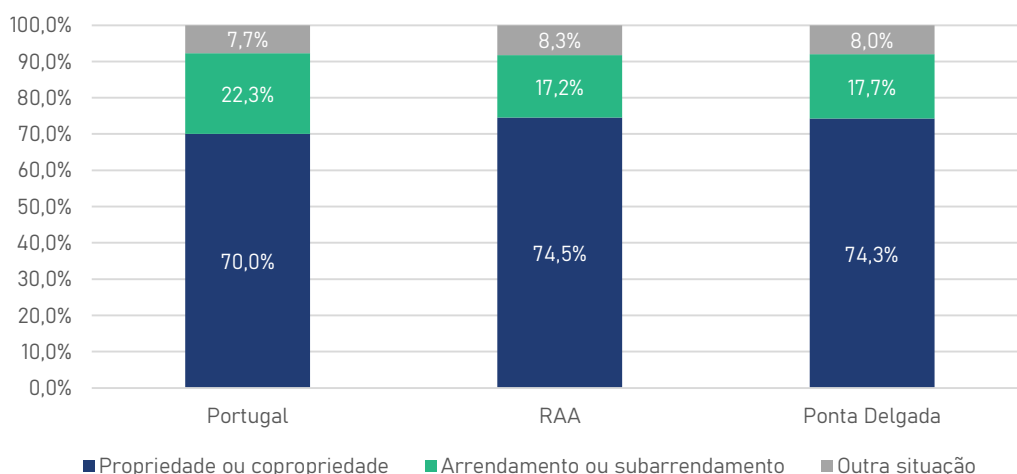


Figura 95. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (%) por regime de ocupação  
Fonte: INE, Censos 2021

No que diz respeito às despesas mensais com a habitação, Ponta Delgada apresentava, segundo os Censos 2021, um valor médio mensal superior às restantes realidades territoriais (Figura 96), realidade comumente associada aos municípios de identidade mais urbana.

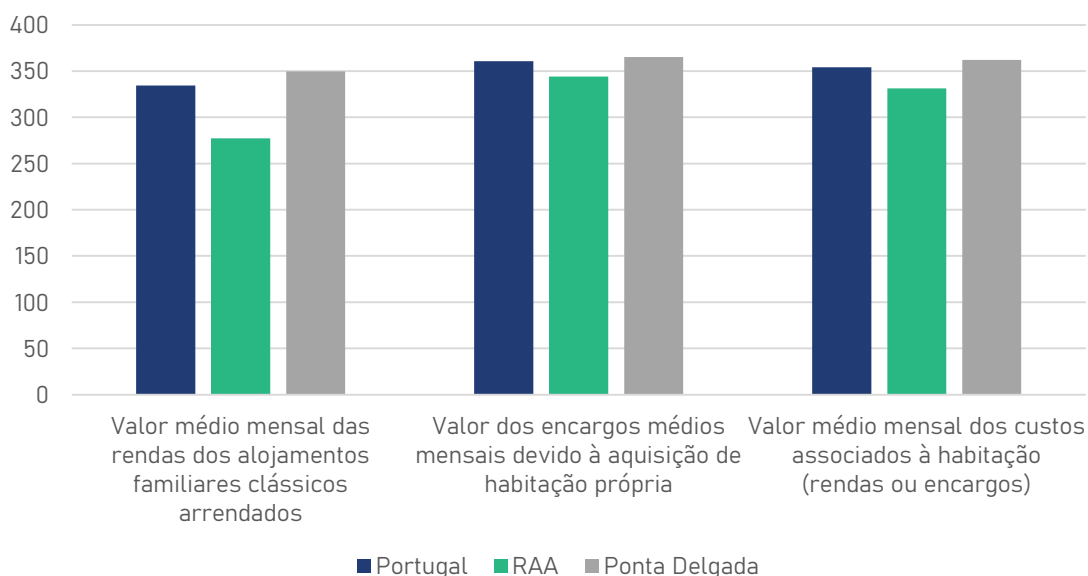


Figura 96. Valores médios mensais dos custos associados à habitação (€)  
Fonte: INE, Censos 2021

No que diz respeito às dinâmicas imobiliárias mais recentes, observa-se um crescimento geral do número de edifícios concluídos, sobretudo a partir de 2016 (Figura 97), embora se tenha registado um ligeiro decréscimo de 2021 para 2022. Correspondem essencialmente a construções novas (76,1%), valores relativos semelhantes à realidade da RAA (74,4%) e de Portugal (81,6%). Na sua maioria, estão destinadas à habitação unifamiliar, sendo a proporção relativa existente em Ponta Delgada (85,2%), maior que a da RAA (71,7%) e em Portugal (72,8%).

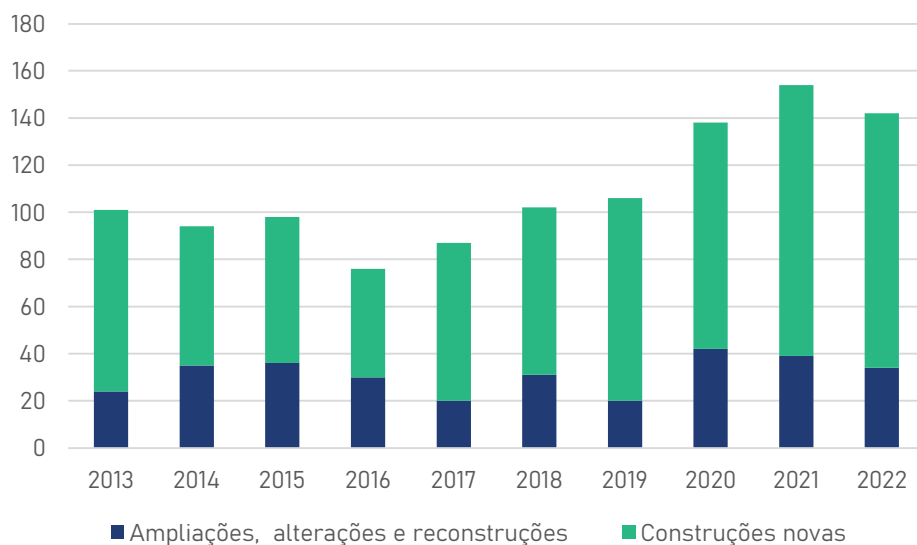


Figura 97. Edifícios concluídos (Nº) por tipo de obra  
Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

No que ao valor das vendas diz respeito, observa-se um crescimento exponencial do valor mediano de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (Figura 98), tendo Ponta Delgada atingido um valor por m<sup>2</sup> superior ao das restantes unidades territoriais, o que tanto reflete a valorização do mercado imobiliário no Município, como também a escassez de oferta nele existente, tendo em conta a crescente procura.

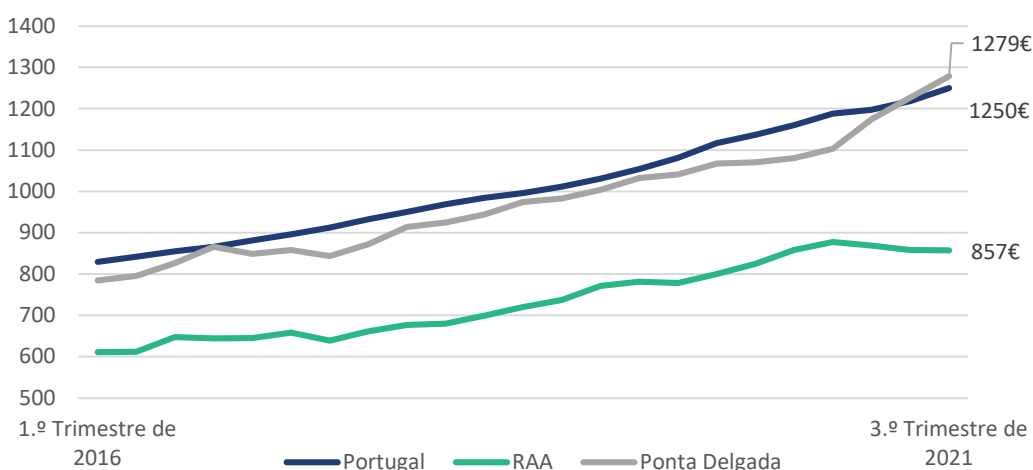


Figura 98. Valor mediano das vendas de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€/m<sup>2</sup>)  
Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Situação semelhante encontra-se patente no valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento (Figura 99), sendo que embora o valor mediano mais recente alusivo ao 1º

semestre de 2023 em Ponta Delgada (5,71€/m<sup>2</sup>) seja superior ao da RAA (4,57 €/m<sup>2</sup>), é inferior ao da realidade nacional (6,86€).

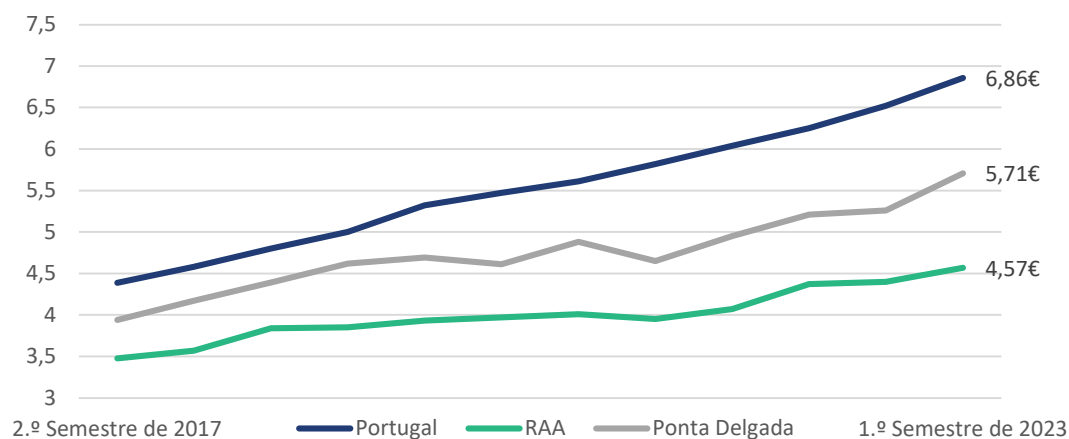


Figura 99. Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)  
Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Por fim, salienta-se que, em 2022, aquando da elaboração da Estratégia Local de Habitação de Ponta Delgada, foram identificados 759 agregados (correspondendo a 2.239 indivíduos) a viver em condição habitacional indigna, situação particularmente presente nas freguesias mais urbanas (Figura 100), nomeadamente São Pedro (16%), São José (10%), São Sebastião (10%) e São Roque (10%). Evidencia-se, igualmente, a precariedade como tipologia de condição indigna com maior predominância, sobretudo nas freguesias mais urbanas.

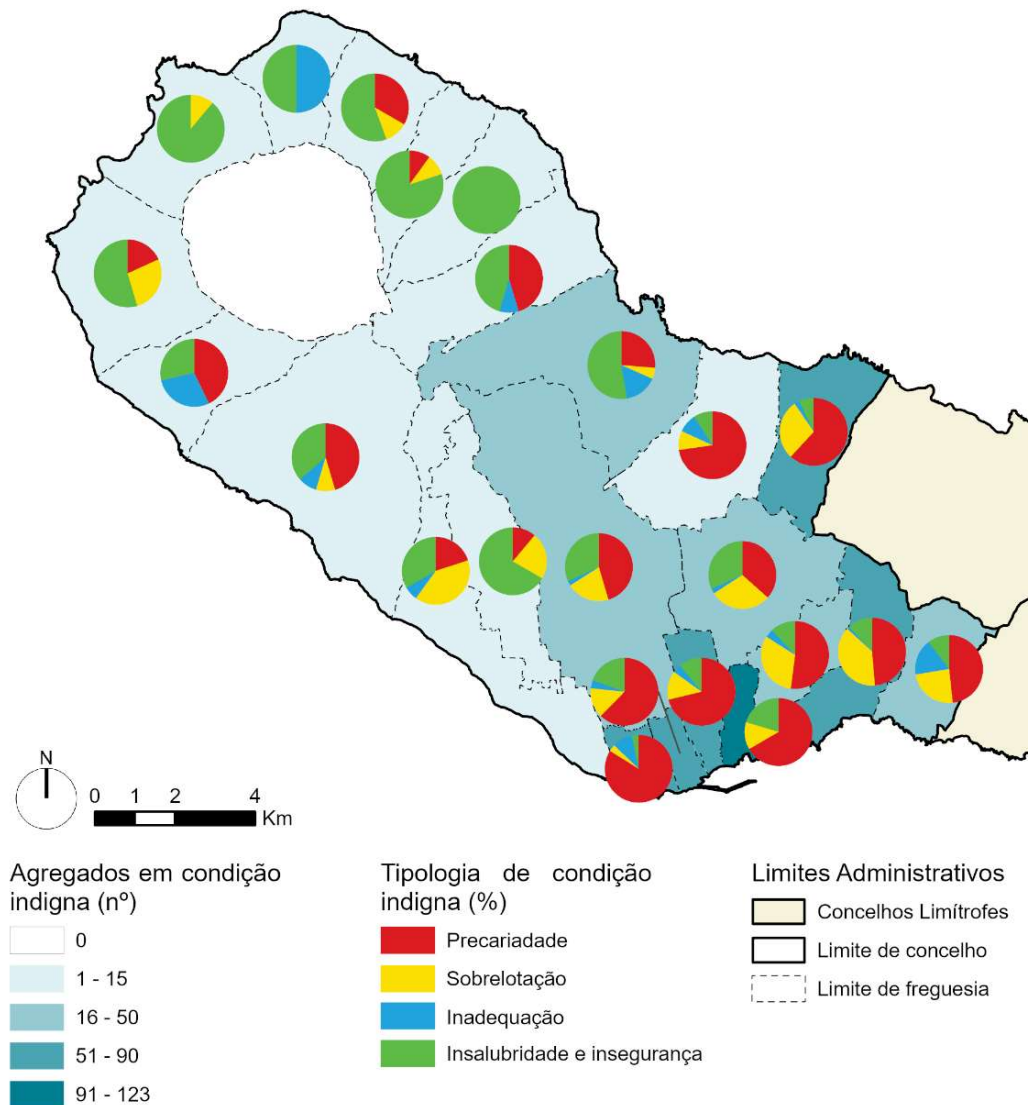


Figura 100. Distribuição dos agregados habitacionais em situação de carência habitacional  
Fonte: Estratégia Local de Habitação de Ponta Delgada

Todos estes fatores analisados neste ponto 5.2.2. relativo à População e desenvolvimento social são fundamentais para a criação de uma maior coesão social. Salienta-se, no entanto, que a realidade regional se encontra ainda aquém da realidade nacional no que respeita ao seu índice sintético de desenvolvimento ao nível da coesão (100,0), tendo inclusive se afastado neste aspeto no período de 2011 (82,71) para 2021 (82,16). Embora este indicador possa não espelhar por completo a realidade interna de Ponta Delgada, não deixa de ser ilustrativo de todo um trabalho que deve ser levado a cabo no sentido de promover um maior sentido de coesão interna e promover uma sociedade mais justa, equilibrada, com maior igualdade de oportunidades e

qualidade de vida, contemplando o acesso universal a condições fundamentais para a vida da pessoa como o são a saúde e a habitação.



### Parque edificado e habitação: aspetos a salientar

- Aumento do nº de edifícios (+0,4%) e de alojamentos (+2,8%) na última década, traduzindo-se numa densidade de edificado muito superior à média nacional e regional (97,9 edifícios por cada km<sup>2</sup>), inflacionada sobretudo pela densidade de ocupação das freguesias mais urbanas;
- Presença de edificado antigo (índice de envelhecimento 871,4) comparativamente com a realidade regional e nacional, sobretudo no centro histórico da cidade e nas áreas rurais, por oposição às áreas suburbanas;
- Evidências de crise habitacional, patente numa percentagem significativa de alojamentos em sobrelocação (18,6%), encargos associados à habitação superiores à da RAA e a nível nacional, com evidente aumento do valor mediano das vendas e das rendas;
- Existência de 759 agregados a viver em condição habitacional indigna (ELH), com o centro histórico de Ponta Delgada como a área com maiores necessidades de intervenção.

#### A.2.4.4. Património, cultura e lazer

O património e a cultura local encerram traços distintivos do território que definem a sua identidade e constituem importantes ativos para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Em termos de património cultural, identificam-se um total de 44 elementos classificados (Tabela 46), sobre os quais se assinala:

- 88,6% (39 elementos) são Imóvel de Interesse Público (IIP), 9,1% (4 elementos) são Imóvel de Interesse Municipal e 2,3% (1 elemento) é Monumento Regional;
- 68,2% (30 elementos) são Arquitetura Civil (incluindo casas nobres e residenciais, palácios, palacetes, moinhos, arco triunfal), 27,3% (12 elementos) são Arquitetura Religiosa (igrejas, conventos/mosteiros, ermidas), e os restantes 4,6% correspondem a arquitetura militar (1 elemento) e espaço verde (1 elemento);

- A freguesia de São Sebastião é aquela que acolhe a maioria dos elementos classificados (43,2%), seguindo-se São José (29,5%) e São Pedro (9,1%).

Tabela 44. Património classificado no concelho de Ponta Delgada

Fonte: DGPC/SIPA, 2023

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia	Unidade Territorial
Casa na Rua Agostinho Pacheco, n.º 15 a 20	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São José
Casa na Rua do Melo, n.º 62 / Casa Carlos Bicudo	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São Sebastião
Casa na Rua Dr. Guilherme Poças, n.º 14	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São Sebastião
Casa na Rua Ernesto do Canto, n.º 25 a 33	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São Pedro
Casa na Rua Margarida Chaves, n.º 28	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa abastada	São Sebastião
Casa na Rua Marquês da Praia e Monforte, n.º 12 a 36 (incluindo o antigo Granel)	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São José
Casa na Rua Marquês da Praia e Monforte, n.º 33 a 37	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa abastada	São José
Casa no Largo 5 de Outubro, n.º 15 a 19	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa abastada	São José
Casa Nossa Senhora do Carmo	IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil/casa abastada	Livramento
Castelo de São Brás / Forte de São Brás	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Militar/Forte	São José
Colégio de Todos os Santos / Colégio de São Miguel / Museu Carlos Machado - Núcleo de Arte Sacra	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Colégio	São Sebastião
Convento da Conceição / Palácio da Conceição / Sede do Governo Regional dos Açores	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Palácio	São José
Convento de Belém Prestes	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São Roque
Convento de Nossa Senhora da Conceição / Igreja Paroquial de São José	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São José
Convento de Santo André / Museu Carlos Machado	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São Sebastião
Edifício na Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 24 a 28	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa abastada	São Sebastião
Edifício no Largo Marquês de Pombal/largo do Colégio (SRES)	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/edifício residencial	São Sebastião
Ermida de São Brás	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/ermida	São Sebastião

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia	Unidade Territorial
Escola Roberto Ivens / Escola Básica do 2.º Ciclo	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Escola	São Pedro
Igreja Paroquial de Fajã de Baixo / Igreja de Nossa Senhora dos Anjos	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja	Fajã de Baixo
Igreja Paroquial de Ponta Delgada / Igreja de São Sebastião	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja	São Sebastião
Igreja Paroquial de São Pedro	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja	São Pedro
Jardim José do Canto	IIP - Imóvel de Interesse Público	Espaço Verde/Jardim	São Sebastião
Moinho de Vento no Lugar do Pico Vermelho	IIM - Imóvel de Interesse Municipal	Arquitetura Civil/Moinho	Ajuda da Bretanha
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição / Igreja de Nossa Senhora do Carmo	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja	São José
Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança / Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São José
Palácio da Fonte Bela / Escola Secundária Antero de Quental	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Palacete	São José
Palácio de Santana e jardins anexos / Palácio Jácome Correia / Sede da Presidência do Governo Regional dos Açores	MR - Monumento Regional	Arquitetura Civil/Palacete	São Sebastião
Portas da Cidade de Ponta Delgada	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Arco Triunfal	São Sebastião
Recolhimento e Ermida de Santa Ana	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São Sebastião
Recolhimento e Igreja de Santa Bárbara / Núcleo Museológico do Museu Carlos Machado	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Convento	São Sebastião
Solar Barão das Laranjeiras	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa nobre	São Pedro
Solar das Necessidades	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa nobre	Livramento
Solar de Estêvão Gago da Câmara	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	Fajã de Baixo
Solar de Nossa Senhora do Bom Sucesso	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Palacete	Santa Clara
Solar de Nossa Senhora do Parto / Pousada da Juventude	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa nobre	São José
Solar do Carmo	IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil/casa residencial	Livramento
Solar do Conde / Centro Municipal de Cultura	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa abastada	São José
Solar dos Condes de Albuquerque e Jardim	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São Sebastião

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia	Unidade Territorial
Solar José do Canto / Palácio José do Canto / Casa do Jardim	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa nobre	São Sebastião
Solar Santa Catarina	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa nobre	São José
Solar São Joaquim	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Palacete	São Sebastião
Solar Scholtze / Solar Berquós / Casa da Arquinha	IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil/Palacete	São Sebastião
Teatro Micaelense	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Teatro	São Sebastião
Casa na Rua Agostinho Pacheco, n.º 15 a 20	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/casa residencial	São José

Devido ao seu simbolismo, marca identitária e importância para as dinâmicas socioculturais locais, destacam-se, particularmente, quatro elementos patrimoniais: o Palácio de Santana/Jácome Correia; a Igreja matriz de S. Sebastião, as Portas da Cidade de Ponta Delgada e o Teatro Micaelense (Tabela 45).

Tabela 45. Património imóvel de destaque em Ponta Delgada

Fonte: DGPC/SIPA e Visit Ponta Delgada, 2023

Palácio de Santana / Jácome Correia	
	<p>Construído no século XIX pelo morgado José Jácome Correia, o <b>Palácio de Santana</b>, conhecido também por <b>Palácio Jácome Correia</b> ou <b>Palácio da Presidência</b>, é um palacete de arquitetura tardo-barroca que funciona como sede da Presidência do Governo Regional.</p> <p>Localizado na freguesia de S. Sebastião, todo o complexo é um testemunho vivo da história da arte dos jardins, com uma coleção botânica de referência, estando classificado como Monumento Regional (MR) desde 1984.</p>
<p>(Visit Ponta Delgada)</p>	

### Igreja paroquial de S. Sebastião



(Visit Ponta Delgada)

Construída no século XVI, a **igreja de S. Sebastião** é a matriz da freguesia homónima e caracteriza-se pelo seu estilo gótico inicial, influências manuelinas e ornamentação barroca. Com planta de três naves e cabeceira escalonada, esta destaca-se pelo seu portal axial manuelino, executado pelos irmãos Nicolau Fernandes e André Fernandes, assim como o icónico relógio no cimo da sua torre.

Ademais, destaca-se o seu notável tesouro, particularmente de peças de arte sacra. É Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1953.

### Portas da Cidade de Ponta Delgada



(Visit Ponta Delgada)

O arco triunfal das **Portas da Cidade de Ponta Delgada** é o símbolo da cidade por excelência. Construída em três arcos de pedra, dos quais o central tem maior envergadura, este monumento comemorativo segue as características do barroco micalense, com o típico contraste entre o branco e os elementos estruturais e decorativos em cantaria basáltica.

Concebido em 1783, este arco encontrava-se originalmente a escassos metros a nascente, tendo sido demolido e reconstruído novamente na década de 1950. É Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1953.

### Teatro Micaelense



(Visit Ponta Delgada)

Inaugurado em 1951 e requalificado em 2004, o **Teatro Micaelense** foi construído com o mesmo nome de um outro outrora existente no Jardim Sena Freitas e que foi destruído por um forte incêndio a meados dos anos trinta do Séc. XX.

Palco de muitos dos mais notáveis eventos de índole cultural e formativa em Ponta Delgada, é notável pela sua imponente arquitetura tradicional do Estado Novo, num projeto do Arquiteto Raul Rodrigues Lima. Está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 2002.

Adicionalmente ao património imóvel, é de realçar a riqueza do património natural e paisagístico existente no Município, o qual se encontra detalhado no ponto 5.2.4. "Sustentabilidade ambiental e recursos".

O património, para além da sua valia identitária e importância como elemento de suporte à coesão social, é igualmente relevante para o desenvolvimento económico uma vez que se

constitui como fator distintivo para a consolidação e promoção do turismo e lazer a nível local e em rede. Com efeito, são os elementos patrimoniais e a sua valorização como peças chave de um produto turístico que se quer distinto e inimitável que estão na base de projetos dinamizados pela Autarquia e pelo Governo Regional.

Neste sentido, salienta-se no território de Ponta Delgada a sinalização de 8 percursos pedestres pertencentes à rede de Trilhos dos Açores<sup>75</sup>, a saber: Atalho dos Vermelhos (PRC33 SMI); Fajã do Mar (PRC46 SMI); Mata do Canário – Sete Cidades (PR4SMI); Nascentes de Santo António (PR17 SMI); Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria (PRC43 SMI); Rocha da Relva (PRC20 SMI); Serra Devassa (PRC05 SMI); Vigia de S. Pedro (PR01 SMI).

Ao nível dos espaços museológicos e equipamentos culturais, Ponta Delgada apresenta um conjunto alargado de equipamentos de gestão pública, entre os quais se evidenciam os presentes na Tabela 46. Entre estes, devem ser feitas duas notas de destaque: por um lado, a relevância do Museu Carlos Machado, não só por ser uma instituição centenária de referência mas por todo o papel que tem desempenhado na atividade de estudo e divulgação ativa do património local e regional através do seu serviço educativo; por outro lado, a presença dos Centros Culturais de Santo António e dos Fenais da Luz, os quais são a materialização de uma política cultural municipal que privilegia a descentralização de iniciativas e estruturas municipais destinadas à cultura por todo o concelho.

Tabela 46. Principais equipamentos culturais em Ponta Delgada

Fonte: Estratégia Cultural Ponta Delgada 2030

Equipamento cultural	Descrição/Valências
<b>Centro Cultural de Santo António</b>	Espaço cultural com duas salas de formação, um núcleo museológico, uma galeria de exposições, uma biblioteca e um espaço multiusos.
<b>Centro Cultural dos Fenais da Luz</b>	Espaço vocacionado para a realização de exposições temporárias, conferências e colóquios, lançamentos de livros, entre outros eventos.
<b>Centro Natália Correia</b>	Moderno equipamento que dispõe de um auditório municipal com capacidade para 100 pessoas sentadas, uma sala de exposições temporárias de média duração, uma biblioteca com livros que fazem parte do fundo da Biblioteca Municipal, sendo também centro de reservas do município, em matéria de obras de arte e de ofertas ao Presidente.
<b>Parque do Século XXI</b>	Jardim público de lazer com aproximadamente 12 mil m <sup>2</sup> , contemplando uma série de equipamentos didáticos, com um

<sup>75</sup> [Visit Açores](#).

Equipamento cultural	Descrição/Valências
	parque infantil e um anfiteatro circular com palco e edifício de apoio.
<b>Coliseu Micaelense</b>	Com capacidade para cerca de 1.300 espectadores sentados, este equipamento centenário é a maior sala de espetáculos da RAA.
<b>Teatro Micaelense</b>	Septuagenário teatro que se destaca pela sua imponente arquitetura, possuindo centro cultural e de congressos.
<b>Museu Carlos Machado</b>	Dividido em 3 núcleos (Santo André, Santa Bárbara e Arte Sacra), o anteriormente denominado Museu Açoriano foi criado em 1876 e apresenta um riquíssimo acervo com iniciativas de notáveis açorianos e coleções.
<b>Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada</b>	Biblioteca pública cujo acervo se encontra em permanente atualização, reunindo fundos com documentos diversos, recaindo particularmente em documentação açoriana.
<b>Auditórios da Universidade dos Açores</b>	Conjunto de auditórios pertencentes à instituição de Ensino Superior de referência na Região.
<b>Conservatório Regional de Ponta Delgada</b>	Maior escola de música dos Açores com 60 anos de existência.
<b>Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada</b>	Infraestrutura que conta com espaços de exposição – um auditório, uma galeria e uma sala (do Forno) – onde anualmente são partilhadas com o público exposições de pintura, escultura, artes visuais, decorativas e outras expressões artísticas de autores regionais, nacionais e internacionais.
<b>RIAC – Portas do Mar</b>	Espaço destinado a exposições e eventos culturais, com cerca de quatro mil metros quadrados.

A Política Cultural seguida pelo Município tem assentado em iniciativas diversificadas, passando pela valorização das infraestruturas de suporte e do património (como por exemplo no Museu Hebraico Sahar Hassamain), ao apoio à criação (por exemplo, através do PACA – Programa de Apoio à Criação Artística), à exibição e à divulgação de eventos e pelo fortalecimento de redes e parcerias. Neste âmbito, salientam-se um conjunto de eventos de escala maioritariamente local e regional, onde se evidenciam os festivais Walk&Talk, o Tremor, Música no Colégio, o Paralelo – Festival de Dança, a Batalha das Limas, Noites de Verão, PDL White Ocean, Animar PDL ou os Bailes de Carnaval e de Reveillon do Coliseu Micaelense.

Uma nota final deve ser feita relativamente à nomeação de Ponta Delgada como Capital Portuguesa da Cultura para 2026, a qual, no seguimento da organização da candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, deverá servir de mote para mobilizar o setor cultural e criativo da cidade, projetando o nome e a cultura de Ponta Delgada e também dos Açores à escala nacional.



Figura 101. Slogan de candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura

Fonte: CM Ponta Delgada



### Património, Cultura e Lazer: aspetos a salientar

- Ponta Delgada como um território com uma enorme riqueza patrimonial, onde se destacam 44 elementos imóveis classificados;
- Localização dos principais equipamentos culturais regionais no centro histórico, evidenciando-se uma pluralidade de oferta significativa;
- Política cultural assente em iniciativas diversificadas, com destaque para a valorização das infraestruturas de suporte e do património, a promoção de eventos e a candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027, com consequente nomeação para Capital Portuguesa da Cultura 2026.

#### A2.4.5. Conetividade e digitalização

Em termos de desenvolvimento territorial importa também analisar os dados referentes à conectividade e digitalização, uma matéria chave para a resiliência e competitividade do território e prioritária do ponto de vista europeu e global.

De acordo com os dados disponíveis, é possível verificar uma melhoria substancial na conectividade do território, tendo, para tal, contribuído os investimentos realizados no que se refere à cobertura de rede e acesso Wi-Fi, com apoios da Comissão Europeia cifrados em 15.000€, no âmbito do projeto Wifi4EU.

Estes investimentos refletem-se na melhoria do serviço de internet, comprovado pela análise dos dados entre 2012 e 2022, onde Ponta Delgada passou de uma utilização de 27,97 acessos à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes para 42,83, assumindo uma trajetória de crescimento ininterrupto semelhante às restantes unidades territoriais (Figura 102).

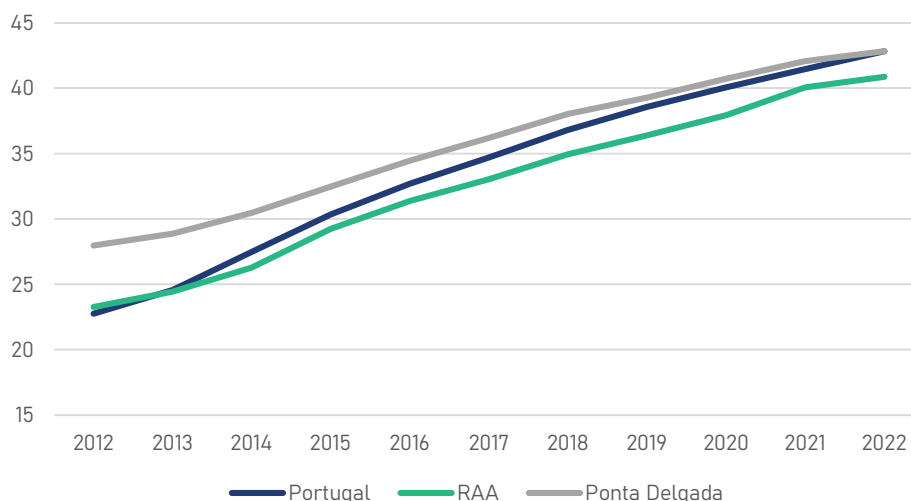


Figura 102. Acessos à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (nº), 2012-2022

Fonte: INE, Inquéritos às telecomunicações

No domínio da modernização, capacitação e digitalização da administração pública, a análise da evolução dos indicadores da sociedade de informação revela que, em 2020, na RAA, existia alguma discrepância ao nível da disponibilização de serviços pela via digital, com valores geralmente abaixo da média nacional ao nível de indicadores como a “disponibilização de formulários para download”, disponibilização de “Endereço eletrónico específico para emissão de sugestões e reclamações”, “Subscrição de Newsletters”, “Inquéritos aos Cidadãos”, “Preenchimento e submissão online de formulários” e “Apoio ao utilizador”. Esta situação era somente contrariada ao nível da disponibilização de processos de consulta pública, com 94,7% dos Municípios da RAA a terem essa opção, em detrimento dos 91,9% a nível nacional<sup>76</sup>.

<sup>76</sup> [Anuário Estatístico da RAA \(SREA\)](#).

Pese embora este facto, o Município de Ponta Delgada tem feito uma notória aposta na transição digital e modernização administrativa, evidenciando-se um conjunto de iniciativas e projetos inseridos no conceito da PDL Smart City:

### PDL Smart City

A plataforma PDL Smart City funciona com base num sistema de inovação tecnológica que agrega, analisa e disponibiliza dados relevantes, que são provenientes de várias fontes e origens e permitem uma visão de conjunto quanto à gestão inteligente da cidade. As apostas abrangem:

→Mobilidade – ao nível do estacionamento, videovigilância, criação do serviço de minibus a pedido e indicadores de trânsito;

→Ambiente - incluindo substituição da iluminação pública por lâmpadas LED, a aquisição de viaturas elétricas para a frota da autarquia e na colocação de sensores nas eco-ilhas de resíduos urbanos;

→Turismo – através da criação do Portal e Aplicação para o turismo – [www.visitpontadelgada.pt](http://www.visitpontadelgada.pt) – contando, ainda, com a colocação de beacons em espaços visitáveis, que transmitem, via bluetooth, informação útil para os dispositivos móveis do utilizador.

→Sociedade e Cidadania - adaptação da área do munícipe no seu portal para uma App de mais fácil utilização, utilização de painéis informativos dinâmicos, e a implementação da rede PDL Wi-Fi gratuita.



Figura 103. APP do Município de Ponta Delgada

Fonte: CM Ponta Delgada

Para além destes pontos, releva-se a já mencionada aprovação da candidatura do centro histórico de Ponta Delgada como “Bairro Comercial Digital”, a qual, juntamente com a aposta em

5G<sup>77</sup> contribuirá para a promoção da mobilidade inteligente no seu território e a sua afirmação como *Smart City*.



### Conetividade e digitalização: aspetos a salientar

- Evidentes os esforços ao nível da conetividade, com crescimento do acesso da população à internet de banda larga e patente nos investimentos realizados ao nível da cobertura de rede e acesso Wi-Fi;
- Pese embora a necessidade de melhoria na digitalização dos serviços municipais, Ponta Delgada tem feito uma notória aposta na transição digital e modernização administrativa, evidenciando-se um conjunto de iniciativas e projetos inseridos no conceito da PDL Smart City.

---

<sup>77</sup> [https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news\\_id=4546](https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news_id=4546)

## Anexo 3. Análise dos instrumentos que operacionalizam o referencial estratégico 2030

### A3.1. Programa Regional dos Açores 2030

Tabela 47. Síntese do Açores 2030

#### O que é:

O Açores 2030 é um programa financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento FEDER e FSE+, para o período de programação 2021-2027, num total de cerca de 1.140 milhões de euros. Está especialmente focado nas políticas territoriais orientadas para o crescimento económico inteligente, fomento do emprego qualificado, coesão social, mobilidade enquanto pilar da coesão económica e social, sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas, digitalização e proximidade da administração pública.

#### Prioridades e dotações orçamentais:

São prioridades de financiamento do Açores 2030, as seguintes:

- |  |  |
|--|--|
| ■ 1A. Competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, 234,3M€ | ■ 3R. Alocação específica RUP, 58,1M€                    |
| ■ 1B. Conectividade digital, 7M€   | ■ 4A. Qualificação e emprego, 280M€                      |
| ■ 2A.. Energia, ação climática e sustentabilidade, 185,4M€               | ■ 4B. Saúde e inclusão social, 196,2M€                   |
| ■ 2B. Mobilidade urbana sustentável, 11M€                                | ■ 4C. Combate à privação material, 14M€                  |
| ■ 3A. Acessibilidades, 35M€  | ■ 4D. Apoio aos jovens, 72M€                             |
|  | ■ 5A. Valorização económica e social no território, 37M€ |

#### Objetivos específicos e tipologias de projetos a apoiar com potencial envolvimento dos municípios:

As prioridades de investimento correspondem objetivos específicos, destacando-se aqueles com potencial envolvimento dos municípios:

##### 1A. Competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação:

- RS01.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas. Tipologias de projetos: digitalização da Administração Pública.
- RS01.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos. Tipologias de projetos: infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração.

## 2A. Energia, Ação Climática e Sustentabilidade

- RS02.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Tipologias de projetos: [Eficiência energética na Administração Pública e na habitação](#).
- RS02.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas. Tipologias de projetos: [Meios materiais para a proteção civil](#); [Adaptação às alterações climáticas](#); [Proteção e defesa do litoral](#); [Gestão dos recursos hídricos](#).
- RS02.5. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água. Tipologias de projetos: [Ciclo da Água – subinvestimentos em baixa](#); [Ciclo da Água: reutilização, resiliência, modernização e descarbonização](#).
- RS02.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos. Tipologias de projetos: [Gestão de resíduos – subinvestimentos em baixa](#); [Economia circular](#).
- RS02.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição. Tipologias de projetos: [Conservação da natureza, biodiversidade e infraestruturas verdes](#); [Monitorização do ar e do ruído](#).

## 2B. Mobilidade Urbana Sustentável

- RS02.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono. Tipologias de projetos: [Criação de ciclovias e infraestruturas de mobilidade suave](#).

## 4A. Qualificação e Emprego

- RS04.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha. Tipologias de projetos: [Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário](#).

## 4B. Saúde e Inclusão Social

- RS04.3. Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais. Tipologias de projetos: [Reabilitação, reconversão e adaptação do parque habitacional público social](#).
- RS04.6. Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social. Tipologias de projetos: [Cultura e turismo](#).

## A3.2. Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026

Tabela 48. Síntese do PRR

### O que é:

O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução excecional até 2026, que visa a recuperação econômica e a promoção da resiliência após os impactos da pandemia de COVID-19. O objetivo principal do PRR é fornecer um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa na próxima década. O PRR organiza-se em 3 dimensões estruturantes (resiliência, transição climática e transição digital) que enquadram 20 componentes que agregam o conjunto de investimentos a executar.

### Investimentos do PRR para a RAA e dotações orçamentais

Com a recente programação do PRR, identifica-se um total de 18 investimentos a realizar na RAA até 2026, cifrados em mais de 650 milhões de euros:

- **C1. Serviço Nacional de Saúde**
  - Hospital Digital RAA (RE-C01-i08-RAA), 30M€
- **C2. Habitação**
  - Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA (RE-C02-i04-RAA), 60M€
  - Infraestruturas para autoconstrução jovem (RE-C02-i08-RAA), 4,3M€ <sup>(2)</sup>
- **C3. Respostas Sociais**
  - Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social nos Açores (RE-C03-i04-RAA), 39,7M€ <sup>(1)</sup>
  - Requalificar e Alargar a Rede de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (RE-C03-i09-RAA), 11,2M€ <sup>(2)</sup>
- **C4. Cultura**
  - Património Cultural (RE-C04-i02.02) <sup>(3)</sup>
- **C5. Capatização e Inovação**
  - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores (RE-C05-i04: RAA), 125M€
  - Relançamento Económico da Agricultura Açoriana (RE-C05-i05: RAA9, 30M€
- **C6. Qualificação e competências**
- **C7. Infraestruturas**
  - Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores (RE-C07-i05-RAA), 60M€
- **C10. Mar**
  - Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" (TC-C10-i04), 38 M€ <sup>(1)</sup>
  - Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura (TC-C10-i06-RAA) 6M€ <sup>(3)</sup>
- **C14. Hidrogénio e Renováveis**
  - Transição Energética nos Açores (TC-C14-i03-RAA), 116M€
  - Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis (RP-C14-i07-RAA), 6M€ <sup>(2)</sup>
- **C15. Mobilidade Sustentável**
  - Aquisição de 2 navios elétricos (RP-C15-i09-RAA- 17), 25M€ <sup>(2)</sup>
- **C16. Empresas 4.0**
  - Capacitação e Transformação Digital das Empresas dos Açores (TD-C16-i06), 22M€<sup>(2)</sup>

- Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida (RE-C06-i05-RAA), 29M€
- **C19. Administração pública mais eficiente**
  - Transição digital da administração pública dos Açores (TD-C19-i06-RAA.01), 30,6M€<sup>(1)</sup>
  - C20. Escola digital
  - Educação digital (Açores) (TD-C20-i02-RAA), 43,2M€<sup>(1)</sup>

#### Investimentos com potencial envolvimento dos municípios:

Os Municípios poderão ainda aceder, enquanto beneficiários finais aos seguintes investimentos do PRR:

- **C2. Habitação**
  - C02-i01: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, 1,187M€
  - C02-i05: Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, 167,8M€
  - C02-I06: Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, 375M€
- **C4. Cultura**
  - C04-i01-m01: Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, 23,3M€
  - C04-i01-m03: Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores, 0,9M€
- **C10. Mar**
  - C10-i01: Desenvolvimento do conceito Blue Hub School (H8), 15M€
- **C16. Empresas 4.0**
  - C16-i02: Bairros Comerciais Digitais, 52,5M€
- **C19. Administração pública mais eficiente**
  - C19-i03. Rede de Centros de Competências em Cibersegurança, 382.297,55€ (verba afeta aos Açores)

## Anexo 4. Referenciais estratégicos de âmbito municipal

### A4.1. Planeamento estratégico

#### Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponta Delgada 2014-2020 (2015)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponta Delgada 2014-2020 é, com efeito, um predecessor do presente documento, apresentando-se como o instrumento definidor da estratégia integrada e operacional de desenvolvimento do município para o anterior período quadro comunitário de apoio. Integra, deste modo, um conjunto de ações materiais e imateriais com vista à promoção da melhoria das condições do território e da sua população, culminando na geração de uma identidade reforçada, uma maior coesão e capacidade de atração de oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social.

Tendo como visão “Ponta Delgada – Um concelho inovador, coeso e inclusivo, aberto ao mundo”, este Plano desdobra-se em sete Eixos Estratégicos, a saber:



Figura 104. Eixos Estratégicos de Intervenção do PED 2014-2020  
Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponta Delgada 2014-2020

Por sua vez, os Eixos estratégicos supra são detalhados num total de 29 Objetivos estratégicos, os quais se materializam em 30 Projetos estruturantes.

### **Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada 2017-2021 (2017)**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada 2017-2021 é um documento que visa reforçar a qualificação do concelho para a prática da atividade turística, realçando os seus fatores diferenciadores, ainda que plenamente integrado no destino «Açores». Concebido no rescaldo de um novo paradigma da economia regional, para o qual contribuiu particularmente a alteração do modelo de transporte aéreo com a entrada das companhias *low cost*, este plano serve-se de um diagnóstico do contexto turístico atual às escalas internacional, nacional, regional e local para apresentar a visão e linhas estratégicas preconizadas pelo município para o setor.

Neste sentido, e tendo por base os quatro pilares essenciais de i) potencial turístico, ii) visão política; iii) tendências de mercado, e iv) capacidade instalada, o plano apresenta como visão estratégica para o desenvolvimento turístico do concelho:

*“Potenciar a centralidade turística de Ponta Delgada dentro do destino «Açores», baseada numa vocação de excelência, diferenciada pelo binómio Cidade-Natureza e pela cultura cosmopolita e de modernidade, génese de um destino criativo e inteligente.”*

Para atingir essa visão, o plano apresenta três Objetivos Estratégicos

- OE1. Desenvolver uma oferta diferenciadora dentro do destino «Açores»;
- OE2. Qualificar e valorizar a experiência do turista de forma integrada e permanente ao longo da estadia;
- OE3. Consolidar a promoção externa do concelho e da marca «Ponta Delgada».

Nesta senda, o plano apresenta uma análise reflexiva no que concerne aos seus produtos turísticos, ao traçamento do perfil dos consumidores a eles associados, assim como ao *branding* da marca «Ponta Delgada» nas suas três dimensões de identidade, posicionamento e imagem (logótipo), estabelecendo o mote para a definição da estratégia de marketing a prosseguir.

Em jeito de conclusão, são apresentados os 19 projetos estratégicos prioritários para o desenvolvimento turístico do concelho, tendo em conta o seu potencial de efeito multiplicador nas cadeias de valor local, e de aprimoramento da experiência global do viajante, aumentando

a atratividade, a capacidade competitiva e a afirmação do destino Ponta Delgada dentro dos segmentos-alvo.

## A4.2. Ordenamento do território e planeamento urbanístico

### **Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ponta Delgada (2020)**

Tendo o Município de Ponta Delgada identificado a necessidade de revisão do seu PDM após um período de mais de uma década em vigor, foi elaborado o seu Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT), por forma a fundamentar esse processo de revisão.

O relatório em apreço sintetiza as principais características do território concelhio e as transformações ocorridas durante o período de vigência do PDM, fazendo uma análise concisa relativa às condições ambientais, económicas, sociais e culturais existentes à data da sua elaboração. Simultaneamente, apresenta os instrumentos de planeamento que importam ter por referência a nível supramunicipal e municipal, com os quais a revisão do PDM se deverá articular, tecendo um conjunto de considerações, principalmente sobre os seus referenciais de natureza estratégica (Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020; Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada 2017-2021; Planos Estratégicos de Reabilitação Urbana das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de S. Roque).

Com base neste diagnóstico, o documento efetua um balanço da execução do PDM, sendo o seu conteúdo analisado sob três perspetivas distintas:

- Modelo de Ordenamento – refletindo sobre o nível de aderência entre o uso *atual* do solo (i.e., de acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo – COS2018) e o uso dominante previsto em PDM, com especial enfoque no grau de ocupação urbana dos perímetros urbanos;
- Regulamento – contemplando a identificação de normas a corrigir/melhorar, tendo por base a adaptação aos planos/programas e legislação em vigor, ineficiências do PDM em vigência, bem como outros elementos;
- Opções de execução – incidindo na apreciação do grau de implementação das opções do PDM em matéria de execução, mormente das 26 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e das 87 ações previstas no programa de execução.

Da apreciação deste balanço, é levantado um conjunto de desafios que irão pautar a revisão do PDM, destacando-se algumas questões mais prementes, designadamente:

- a adaptação ao novo enquadramento normativo imposto pela Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU) e a subsequente regulamentação através do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional (RJIGT);
- os desafios decorrentes do enquadramento estratégico e de planeamento consubstanciado nos diferentes instrumentos de âmbito supramunicipal e municipal;
- a ponderação do modelo de ordenamento municipal e procura de soluções que sejam consentâneas com os regimes de salvaguarda e proteção de valores naturais estabelecidos nos diversos instrumentos de natureza setorial e nos planos especiais de ordenamento do território;
- a regulação da oferta de espaços para atividades económicas (indústria, armazenagem, comércio e serviços) e para o desenvolvimento turístico, tirando partido do papel da cidade de Ponta Delgada enquanto “porta de entrada” na Região;
- acomodar e articular os investimentos de maior peso previstos para o concelho, nomeadamente ao nível das infraestruturas urbanas.

O REOT termina enumerando uma proposta de oito objetivos para a 2ª revisão do PDM de Ponta Delgada, que resumidamente se apresentam:

1. Consolidar o papel da cidade de Ponta Delgada como principal polo aglutinador e dinamizador do concelho e da Ilha de São Miguel;
2. Manter a liderança enquanto capital turística da Região, diversificando a oferta turística;
3. Criar condições de suporte à dinamização da base económica;
4. Valorizar os recursos naturais e a paisagem e minimizar as situações de risco de pessoas e bens;
5. Fomentar a integração funcional das áreas urbanas com a cidade de Ponta Delgada, nos mais diversos domínios;
6. Expandir a rede de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos, minimizando assimetrias;

7. Ajustar o modelo de ordenamento considerando as opções da política de habitação regional e municipal;
8. Promover a atualização IGT, garantindo a sua articulação e compatibilização com os programas e planos aplicáveis no concelho.

### **Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada (2007)**

Publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, de 13 de agosto, o PDM de Ponta Delgada em vigor é o mais importante instrumento orientador do desenvolvimento estratégico do concelho, já que estabelece o modelo de estrutura espacial do território no que respeita à classificação e qualificação do solo.

Ao longo do seu período de vigência, o PDM foi alvo de quatro suspensões parciais: três por parte do Governo Regional, concernentes à construção do Eco Parque de S. Miguel (Decreto Regulamentar Regional 12/2011/A de 2 de junho), à construção do Entrepasto Frigorífico (Decreto Regulamentar Regional 8/2014/A de 3 de junho), e à alteração do nº de pisos nas Galerias da Calheta (Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2018/A); e uma outra por iniciativa camarária, visando as áreas definidas para habitação social e para a área máxima das instalações de apoio agrícola (Aviso nº 7617/2012/A, de 31 de maio).

O PDM de Ponta Delgada apresenta três objetivos gerais

- i. Dar expressão territorial à estratégia de desenvolvimento local, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre iniciativa pública e iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;
- ii. Articular as políticas sectoriais com incidência local;
- iii. Definir regras para a transformação e a gestão do território, no respeito pelos princípios de sustentabilidade e solidariedade intergeracional, utilização racional dos recursos naturais e culturais, adequada ponderação dos interesses públicos e privados e garantia de equidade.

Estes objetivos traduzem-se numa Estratégia de desenvolvimento local assente na compatibilização da competitividade económica com a coesão social e os princípios da conservação e valorização ambientais, consubstanciando-se num conjunto de linhas de atuação (Tabela 49**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**):

Tabela 49. Opções Estratégicas do PDM de Ponta Delgada

Opções Estratégicas	Linhas de atuação
a) Desenvolvimento económico/competitividade	1) Reforçar o papel da cidade como principal centro de comércio, serviços, educação e cultura do arquipélago;
	2) Assumir papel de plataforma logística de distribuição do arquipélago (passageiros e mercadorias);
	3) Lançar novos produtos turísticos e melhorar as condições da oferta turística existente e assumir papel de plataforma de distribuição e receção turística e de dinamização do turismo regional;
	4) Desenvolver política ativa de apoio ao tecido produtivo (terciário, secundário e primário);
b) Coesão social	1) Criar condições para um melhor acesso à habitação;
	2) Criar condições para o surgimento de mais emprego, nomeadamente fora da área urbana de Ponta Delgada;
	3) Melhorar a acessibilidade de toda a população a bens e serviços;
c) Proteção e valorização ambiental:	1) Proteção e qualificação dos recursos naturais e do património construído;
	2) Rentabilização das estruturas e infra -estruturas urbanas – regeneração urbana;
	3) Controlo da poluição ambiental e sonora;
	4) Incremento da eficiência dos sistemas de saneamento básico.

Fonte: Regulamento do PDM de Ponta Delgada (2007)

Não obstante se considerar que, na sua generalidade, o plano tenha respondido favoravelmente às solicitações encontradas, circunstâncias como as alterações legislativas (particularmente as referentes à política pública de solos, ordenamento do território, urbanismo, bem como os respetivos instrumentos de gestão territorial)<sup>78</sup>, a conjuntura económico-social resultante da crise económica e da pandemia de COVID-19, ou a modificação do modelo de transportes aéreos para a ilha de S. Miguel com a entrada das companhias *low cost* e subsequente impulso na atividade turística, contribuiram para a identificação da necessidade de um novo processo de revisão do PDM, tendo o mesmo se iniciado com o Aviso n.º 63/2020, de 5 de novembro.

<sup>78</sup> Destacando-se, deste modo, a Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (Decreto Legislativo Regional 35/2012/A, de 16 de agosto).



A sua organização espacial compreende:

- a. A conceção do espaço urbano, com a definição da qualificação do solo, do traçado e das características da rede viária, do estacionamento e das infraestruturas básicas;
- b. O desenho dos espaços públicos, dos espaços verdes e dos espaços livres;
- c. A definição do loteamento urbano, com indicação dos usos e funções urbanas admitidas, das áreas dos lotes, das áreas máximas de implantação e de construção, das cotas de soleira e do número de pisos e do número de lugares de estacionamento privado.

Originalmente publicado pela Declaração n.º 1/2004/A [2ª série], de 31 de agosto, este PP foi posteriormente suspenso parcialmente pelo Aviso n.º 4988/2012, de 30 de março, mais concretamente na área a Norte do limite da Zona 2 da Servidão Aeronáutica do Aeroporto João Paulo II e respetivo Quadro dos Parâmetros Urbanísticos Parciais.

### **Plano de Urbanização (PU) de Ponta Delgada e Áreas Envolventes, do concelho de Ponta Delgada (2000)**

O Decreto Regulamentar Regional n.º 37/2000/A, de 14 de dezembro, ratifica o Plano de Urbanização de Ponta Delgada e Áreas Envolventes, do concelho de Ponta Delgada, tendo como âmbito o estabelecimento das regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo e a definição das normas gerais de gestão urbanística a observar na respetiva implementação.

Abrangendo múltiplas áreas do setor sudeste do concelho, o PU em apreço delimita um conjunto de diferentes classes de espaços, cada qual com respetivas zonas, em função do seu estatuto urbanístico, do seu uso dominante, das morfologias urbanas e de ocupações e utilizações específicas propostas no Plano (Tabela 50):

Tabela 50. Classes e categorias de espaço previstas no PU de Ponta Delgada e Áreas Envolventes

Classes de espaço	Categorias
Espaços urbanos	Zonas históricas de salvaguarda e valorização – ZHSV
	Zonas urbanas consolidadas – ZC
	Zonas urbanas de reconversão – ZUR
	Zonas de povoamento disperso
	Equipamentos coletivos existentes – ECE

Classes de espaço	Categorias
Espaços urbanizáveis	Zonas de expansão urbana – ZEU
	Zonas de equipamentos coletivos propostos
Espaços culturais	Zonas de proteção a edifícios ou conjuntos edificados já classificados;
	Zonas de proteção a edifícios ou conjuntos a preservar e valorizar e passíveis de classificação.
Espaços industriais e armazéns	Zonas de indústria e armazenagem existente
	Zonas de armazenagem e pequenas indústrias propostas
	Zona de armazenagem e contentores
	Zona de indústria proposta
Espaços agrícolas	Zona agrícola de proteção
	Zona agrícola
Espaços florestais	Espaços florestais
Espaços naturais	Espaços naturais
Espaços-canais	Aeroporto de Ponta Delgada
	Atual porto comercial
	Futuro porto de pesca

Tendo por base esta delimitação, o PU prevê igualmente a criação de Unidades Operativas de Planeamento que deverão integrar estudos de planeamento e de gestão urbanística contendo soluções mais pormenorizadas, contemplando duas categorias:

- Planos de salvaguarda e valorização – a serem desenvolvidos na zona histórica da cidade e nos conjuntos urbanos de valor (Santa Clara, Fajã de Baixo e S. Roque);
- Planos de Pormenor – envolvendo 18 áreas diferentes.

### A4.3. Reabilitação urbana e habitação

#### **Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta, de Santa Clara e de São Roque (2019)**

Os PERU constituem-se como o instrumento próprio legalmente previsto para a definição da ORU Sistemática a concretizar num dado território, num horizonte de 10 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos.

Numa lógica de alicerçar a continuidade da aposta municipal na reabilitação urbana com uma visão estratégica de futuro sustentável para o seu território, o Município desenvolveu três PERU para as três respetivas ARU existentes no concelho de Ponta Delgada.

i) ARU do Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta

Localizada nas freguesias de S. Sebastião, S. José e S. Pedro, a ARU do Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta almeja através do seu PERU: *“Em 2029, uma centralidade renovada e agregadora de uma cidade moderna e vibrante, mais coesa e com um ambiente urbano de grande qualidade»*. Esta mesma Visão é suportada por cinco Objetivos Estratégicos (OE):

- OE1: Prosseguir com o processo de valorização do centro histórico e da sua frente de mar, nas suas múltiplas dimensões;
- OE2: Aprofundar física e funcionalmente as relações intraurbanas;
- OE3: Garantir a valorização funcional do território;
- OE4: Reabilitar as áreas urbanas degradadas e promover a inclusão das áreas socialmente mais vulneráveis;
- OE5: Contribuir para o incremento da mobilidade urbana sustentável.

Neste seguimento, o PERU apresenta cinco Eixos Estratégicos de intervenção, os quais, de uma forma interdependente, pretendem dar resposta aos principais desafios que se colocam ao território em causa e garantem uma intervenção integrada nos domínios selecionados:

- EE1 - Espaço público qualificado;
- EE2 - Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- EE3 - Edificado e âncoras funcionais do território;

- EE4 - Vivências urbanas e das comunidades;
- EE5 - Inovação no espaço urbano.

Esses desafios são correspondidos por um leque de sete Projetos Estruturantes, os quais se materializam em 33 ações concretas.

A visão, Eixos Estratégicos de Intervenção e respetivos Projetos Estruturantes encontram-se vertidas no respetivo modelo territorial (Figura 106).

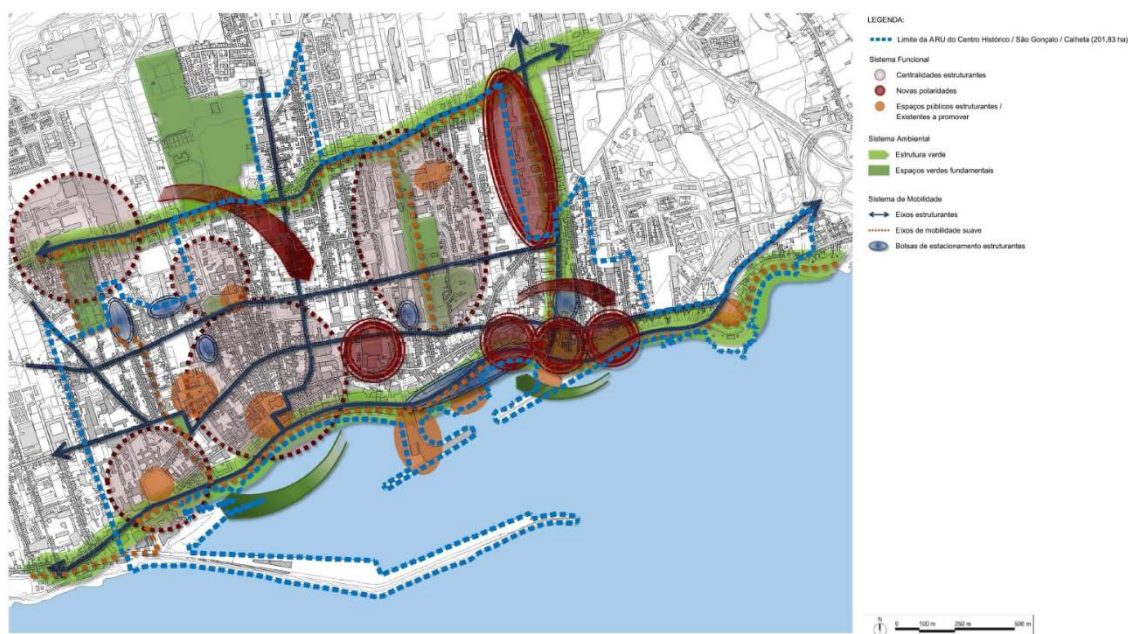


Figura 106. Modelo Territorial do PERU do Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta

ii) ARU de Santa Clara

A ARU de Santa Clara localiza-se na freguesia homónima e preconiza, através do seu PERU, a Visão: “Uma frente de mar renovada e agregadora de novas vivências urbanas e de uma nova polaridade”, a qual se apoia em quatro Objetivos Estratégicos (OE):

- OE1: Assegurar uma maior integração de Santa Clara com o centro histórico de Ponta Delgada, reabilitar o edificado e o espaço público;
- OE2: Valorizar a frente de mar e resolver as situações de risco;
- OE3: Promover a melhoria da mobilidade urbana e requalificar o espaço público;

- OE4: Compatibilizar a atividade económica com a vivência urbana, refuncionalizar antigas indústrias abandonadas e promover, neste local, uma integração mais coerente entre o porto e a cidade.

São dois os Eixos Estratégicos de intervenção do PERU de Santa Clara que, de forma interdependente, buscam dar resposta aos principais desafios deste território (EE1 – Ambiente e desenvolvimento sustentável; EE2 – Edificado e âncoras funcionais do território). Estes, por sua vez, são correspondidos por dois Projetos Estruturantes que se materializam em cinco ações distintas.

A visão, Eixos Estratégicos de Intervenção e respetivos Projetos Estruturantes do PERU de Santa Clara encontram-se vertidas no respetivo modelo territorial (Figura 107).



Figura 107. Modelo Territorial do PERU de Santa Clara

iii) ARU de S. Roque

À semelhança das outras ARU, a de S. Roque diz respeito a um território de frente de mar, localizado na freguesia com o mesmo onomástico, apresentando como Visão: “Um território com uma frente de mar requalificada, promotora de novas dinâmicas turísticas e de lazer e com uma renovada identidade urbana e ambiental.” Suportando esta Visão, identificam-se 3 Objetivos Estratégicos (OE):

- OE1 - Assegurar uma maior integração de São Roque com o centro histórico de Ponta Delgada;

- OE2 - Continuar o processo de valorização da frente de mar;
- OE3 - Valorizar os recursos endógenos e promover a multifuncionalidade.

Possuindo dinâmicas e lógicas territoriais semelhantes, o PERU de S. Roque apresenta os mesmos dois Eixos Estratégicos que o PERU DE Santa Clara (EE1 – Ambiente e desenvolvimento sustentável; EE2 – Edificado e âncoras funcionais do território). Estes, por sua vez, traduzem-se em três Projetos Estruturantes que se desdobram em sete ações distintas.

A visão, Eixos Estratégicos de Intervenção e respetivos Projetos Estruturantes do PERU de S. Roque encontram-se vertidas no seu modelo territorial (Figura 108).



Figura 108. Modelo Territorial do PERU de S. Roque

### Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável (PIRUS) de Ponta Delgada (2016)

O Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável (PIRUS) de Ponta Delgada é o instrumento que, enquadrado no Eixo 6 (Ambiente e Eficiência de Recursos) do PO Açores 2020, apresenta a estratégia que visa assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos do município, apoiada em parcerias sólidas entre os residentes e os vários atores locais.

A consecução dessa estratégia contempla um conjunto de ações de qualificação dos seus espaços urbanos centrais e frente marítima, que promovam a regeneração e revitalização urbana, melhorem as perspetivas de negócio e de criação de emprego, e valorizem o turismo e os produtos locais, através da promoção do património natural e cultural nos centros urbanos.

O PIRUS é composto por dois objetivos específicos que visam: i) delimitar e formalizar as três ARU de Ponta Delgada (Centro Histórico/S. Gonçalo/Calheta; Santa Clara; S. Roque); ii) elaborar o PIRUS propriamente dito, o qual permitirá efetuar o enquadramento das candidaturas da CMPD a financiamento comunitário das ações elegíveis.

Para a concretização do objetivo específico i), é efetuado um diagnóstico do território do município sob múltiplas vertentes, apresentando-se, posteriormente, as delimitações propostas e os objetivos estratégicos a prosseguir para cada uma das ARU.

Relativamente ao ponto ii), O PIRUS delinea o seu Plano de Ação com base no Eixo Estratégico de Intervenção 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020, cujo foco na valorização da cidade de Ponta Delgada se desdobra em três frentes: dotação da cidade e do seu centro histórico de novas condições e funções valorizadoras (P1); aposta na reabilitação e revitalização das áreas urbanas degradadas (P2); valorização da frente de mar e do seu potencial lúdico-turístico (P3). Estas três Prioridades Estratégicas, por sua vez, apresentam cada uma três Objetivos específicos (Figura 109).

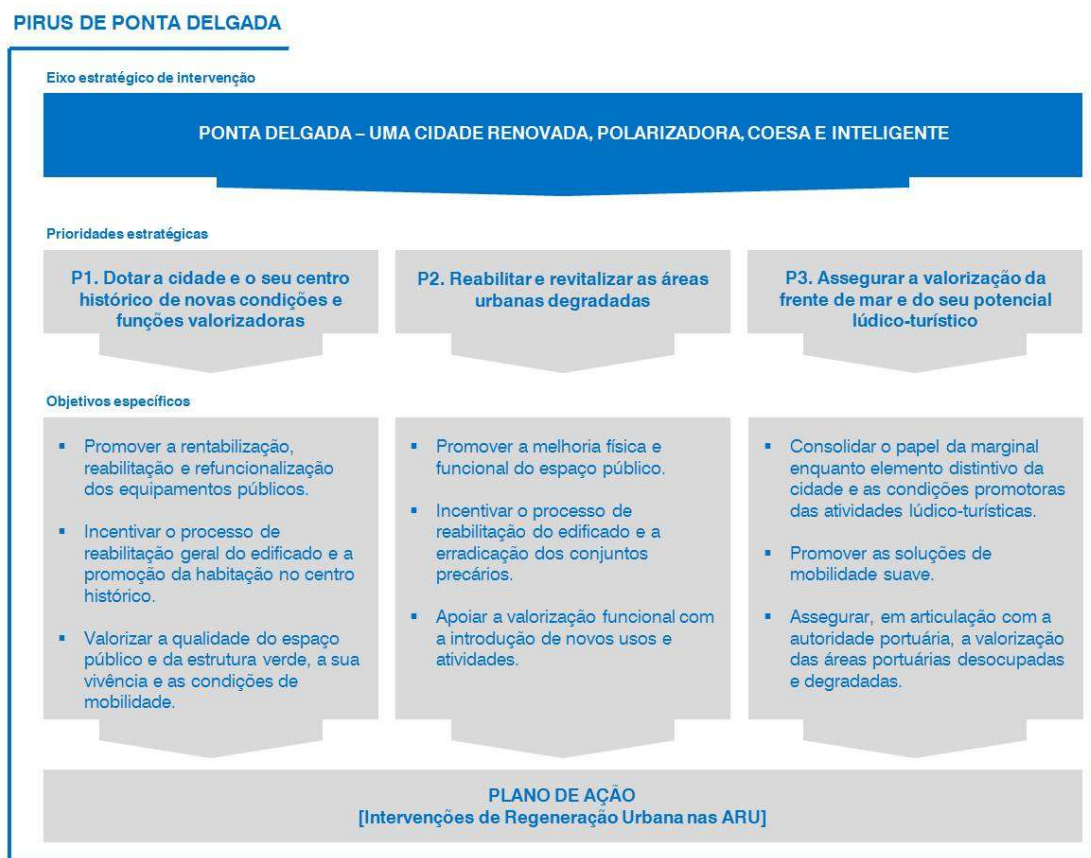


Figura 109. Quadro de coerência estratégica do PIRUS de Ponta Delgada

As intervenções preconizadas pelo Plano de Ação são agrupadas em 2 Eixos que sucintamente procuram:

- Eixo 1 | Intervenção no *interland* urbano – através da promoção da revitalização e regeneração urbana, fomentando a qualidade de vida da população, a melhoria do ambiente urbano e a valorização funcional e turística. É constituída por um total de 15 ações.
- Eixo 2 | Intervenção na orla litoral – pela valorização da frente de mar, através da criação e requalificação das infraestruturas e equipamentos públicos que potenciem a atividade lúdico-turística e a sua utilização e fruição, bem como a valorização do espaço público. Possui 5 ações associadas.

### **REVIVA (2008-2023)**

O REVIVA – Programa de Revitalização Económico e Social do Centro Histórico de Ponta Delgada – é um programa de âmbito municipal que veio permitir a criação de um regime de exceção e apoio à reabilitação urbana integrado.

Originalmente concebido em 2008 com o Regulamento n.º 78/2008, de 14 de fevereiro, foi ao abrigo deste programa que uma parte significativa do edificado do centro histórico de Ponta Delgada foi alvo de ações de reabilitação urbana, tendo como destino o comércio, serviços, hotelaria, restauração e habitação. Com o seu aditamento de 2012, este programa foi alargado aos centros das 24 freguesias do município, visando incentivar a revitalização e recuperação de imóveis para fins habitacionais e comerciais, especialmente destinado às empresas e aos particulares.

Na sua essência, os apoios contemplados neste programa incluem as seguintes isenções:

- Taxas devidas pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas nas operações urbanísticas de reabilitação urbana integradas no programa e no âmbito de loteamentos urbanos, de operações de impacto semelhante a um loteamento ou outras operações materiais de urbanização ou edificação;
- Taxas de compensação nas operações de loteamento e nas operações urbanísticas de impacto semelhante a um loteamento, quando respeitem a ações de reabilitação urbana e estando integradas no REVIVA;

- Taxa de ocupação da via para os casos supra quando ocupados com resguardos e tapumes por um período de 6 meses a contar do início das obras e com uma redução de 50% da taxa nos 6 meses subsequentes;
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos prédios urbanos sujeitos a reabilitação urbana integrada no REVIVA por um período de cinco anos a contar do ano da conclusão das obras de reabilitação (inclusive), sendo de oito anos no caso de ações de reabilitação urbana de imóveis afetos maioritariamente a fins habitacionais.

O programa foi recentemente prorrogado por mais seis meses pelo Aviso n.º 7399/2023, de 11 de abril, como sinal do reconhecimento do papel que o programa tem desempenhado na dinâmica da regeneração urbana do centro histórico de Ponta Delgada e nos núcleos centrais das 24 freguesias do concelho.

### **Estratégia Local de Habitação (ELH) (2022)**

A ELH é o instrumento que, alinhado com o preconizado no 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à habitação, define a estratégia municipal de intervenção em matéria de política de habitação e prioriza as soluções habitacionais que, em conformidade, pretende ver desenvolvidas no seu território.

Tendo por base o diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no seu território, é, com efeito, um instrumento que procura promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada,

Nesta senda, a ELH de Ponta Delgada apresenta um diagnóstico da situação atual ao nível da sua população e território (com particular enfoque na sua componente socioeconómica), bem como do contexto habitacional existente no concelho, sistematizando as situações habitacionais indignas em matéria de precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação e inadequação por cada freguesia.

É com base neste diagnóstico que é definida a Visão estratégica preconizada pelo Município, a qual reflete a resposta às necessidades identificadas e a sua consonância com a missão da Nova Geração de Políticas de Habitação, os pilares da Estratégia Nacional de Habitação e os próprios princípios estabelecidos pelo Programa 1º Direito. Esta Visão distribui-se por três Eixos Estratégicos, suportados por respetivos Objetivos Estratégicos (Figura 110). Por sua vez, a

operacionalização destes Eixos e Objetivos Estratégicos substancia-se num conjunto de 20 medidas, sustentadas em:

- Soluções Habitacionais (SH) – onde se incluem as tipologias identificadas nos artigos 27º e 28º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual, sejam promovidas por entidades beneficiárias ou beneficiários diretos;
- Ações Complementares (AC) – onde se incluem medidas transversais cuja operacionalização e financiamento deverão estar alinhados com outros programas.

Para além de efetuar uma estimativa global de investimento e respetiva priorização e calendarização das medidas, a ELH de Ponta Delgada indica, ainda, possíveis fontes de financiamento, bem como o modelo de governação recomendado para uma eficiente gestão e implementação da Estratégia em apreço.

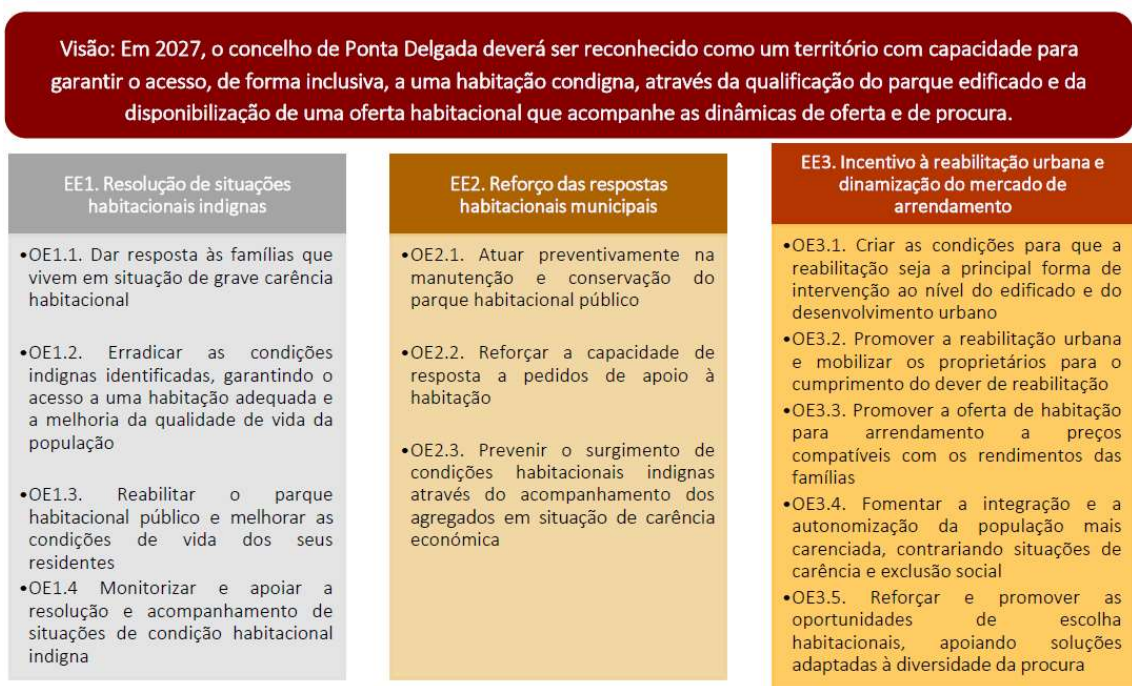


Figura 110. Quadro estratégico da ELH de Ponta Delgada

### Carta Municipal de Habitação (CMH) [2023 - versão provisória]

A CMH é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento do território que, em concordância com o PDM, demais IGT e estratégias que com esta se relacionam (entre as quais, a ELH), materializa a política municipal de habitação, tendo em conta os pressupostos estabelecidos pela Lei de Bases da Habitação (LBH).

No âmbito da elaboração da CMH, a assembleia municipal pode aprovar uma declaração fundamentada de carência habitacional, para a totalidade ou parte do município, que concede ao mesmo prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas e o capacita no recurso aos seguintes mecanismos:

- Reforço das áreas destinadas a uso habitacional nos PDM ou outros planos territoriais;
- Condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais municipais definidas na CMH para habitação permanente e a custos controlados;
- Exercício do direito de preferência, nos termos da LBH e demais legislação aplicável.

A CMH de Ponta Delgada<sup>79</sup> tem por base um diagnóstico de identificação das dinâmicas na ótica da habitação, analisando a situação existente no que respeita aos domínios demográfico, socioeconómico, habitacional, urbanístico e imobiliário no Concelho em simultâneo com as principais carências e recursos habitacionais identificados pela ELH. São estas que suportam a consequente abordagem prospetiva na ótica da habitação, suportando uma análise sobre o potencial habitacional face ao solo urbano do PDM destinado a fins habitacionais, assim como os principais desafios que se colocam.

É neste seguimento que são apresentados os quatro níveis de definição estratégica da CMH de Ponta Delgada (Figura 51), onde se identificam, por ordem hierárquica, a Visão, os Objetivos Estratégicos (Oe) e as Prioridades Estratégicas (Pe), às quais se associam um conjunto de 20 medidas que as operacionalizam e que, de uma forma integrada, contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos antes apresentados.

---

<sup>79</sup> À data da elaboração do presente documento apenas se encontrava disponível a versão provisória entregue em junho de 2023.

Tabela 51. Classes e categorias de espaço previstas no PU de Ponta Delgada e Áreas Envolventes

Nível de definição Estratégica	Descrição
Visão	<i>Ponta Delgada, um território com uma oferta habitacional mais diversificada e inclusiva, adaptada aos diferentes contextos territoriais e necessidades habitacionais, suportada num habitat urbano mais qualificado e atrativo.</i>
Objetivos Estratégicos	<b>Oe1.</b> Beneficiar o parque habitacional municipal de âmbito social e mobilizar recursos para reforçar esta oferta
	<b>Oe2.</b> Criar uma oferta de habitação acessível, com base num sistema de habitação integrado
	<b>Oe3.</b> Garantir um território bem ordenado e um <i>habitat</i> urbano qualificado e inclusivo na promoção das soluções habitacionais
Prioridades Estratégicas	<b>Pe1.</b> Garantir o (re)equilíbrio habitacional na cidade central
	<b>Pe2.</b> Desenvolver as polaridades habitacionais estruturantes na cidade alargada
	<b>Pe3.</b> Garantir a coesão sociohabitacional nas freguesias rurais
	<b>Pe4.</b> Reforçar os instrumentos de suporte à implementação da política local de habitação

Por fim, salientam-se a explanação do modelo de governação e acompanhamento associados ao instrumento, bem como o mapeamento da Estratégia Habitacional preconizada pela CMH de Ponta Delgada (Figura 111). São estes *inputs* que permitem esboçar e respaldar a proposta de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional associada.

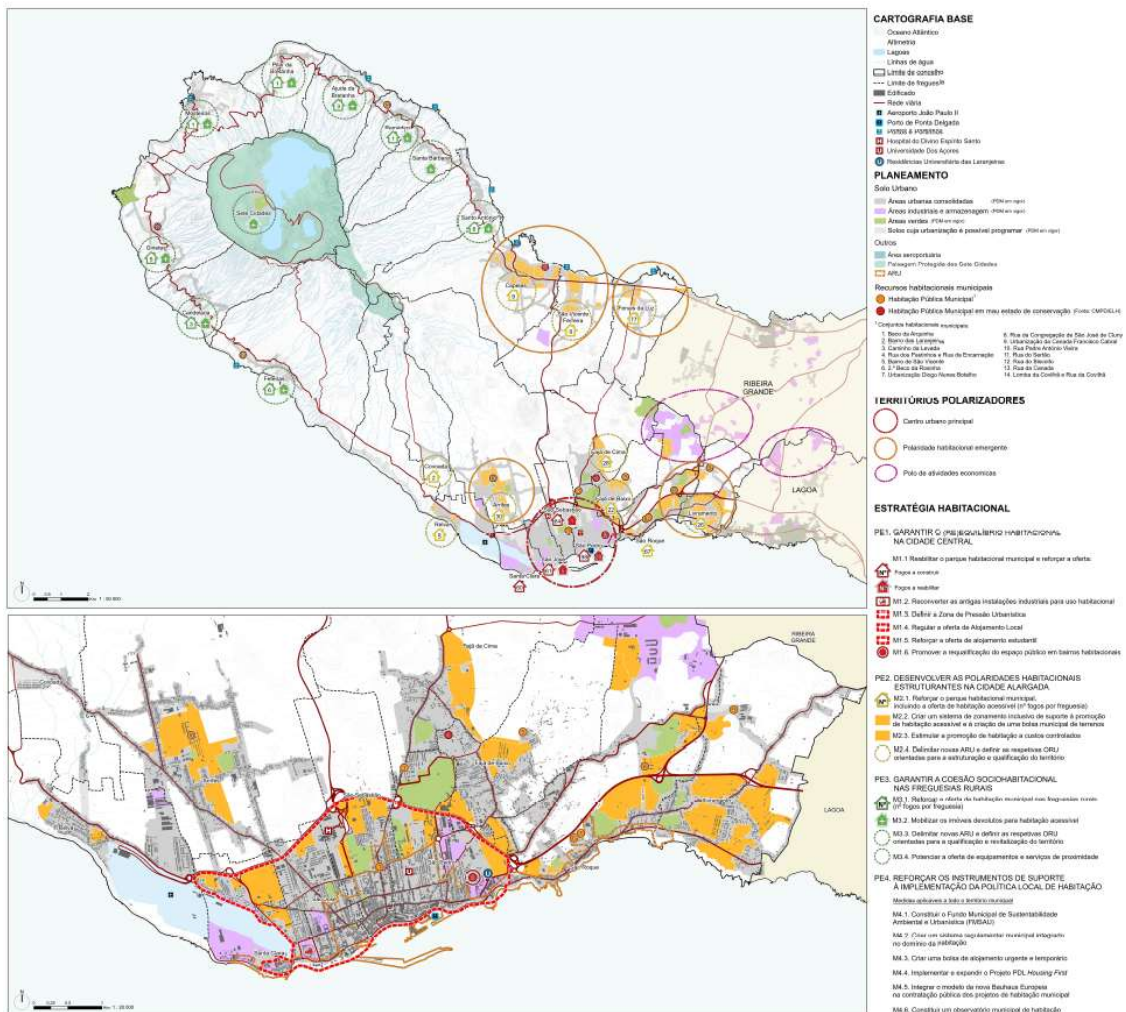


Figura 111. Pormenor da Estratégia Habitacional da CMH de Ponta Delgada

## A4.4. Educação e desenvolvimento social

### Carta Educativa (2020)

O investimento na área socioeducativa tem sido uma das prioridades do Município de Ponta Delgada, sendo a reativação do Conselho Local de Educação e a conceção da própria Carta Educativa de Ponta Delgada disso exemplos.

Em linha com o Decreto Legislativo Regional n.º 27/20057A, de 10 de novembro, a Carta Educativa de Ponta Delgada apresenta-se como um instrumento de planeamento e

ordenamento prospetivo dos edifícios e equipamentos educativos de responsabilidade do Município, tendo por base a oferta pública e privada existente e o quadro sociodemográfico do contexto territorial em que se insere.

Nesta senda, a Carta Educativa de Ponta Delgada efetua um diagnóstico da rede escolar do concelho ao nível da rede escolar pública e da rede escolar privada, cooperativa e solidária, tanto ao nível dos equipamentos como da oferta formativa que prestam, com base na realidade demográfica e socioeconómica existente, com particular incidência nas temáticas diretamente relacionadas com a Educação. Adicionalmente, é explanada a oferta de apoio pós-letivo, mormente a oferta de centros de atividades de tempos livres (ATL) da CMPD e das IPSS do Município.

Feita a análise das intervenções efetuadas em edifícios escolares do concelho, por cada EBI (Escola Básica Integrada) e com base no diagnóstico prévio, é delineada a Estratégia Futura, estabelecendo-se as prioridades em termos de investimento, das grandes reparações e das obras de adaptação e ampliação. Com esta Estratégia, pretende-se dotar todos os estabelecimentos de ensino dos meios pedagógicos e físicos necessários, não esquecendo a instalação de equipamentos de jogo e recreio. A Tabela 52 apresenta um resumo do conjunto das obras preconizadas pela Estratégia da Carta Educativa de Ponta Delgada:

Tabela 52. Intervenções previstas pela Carta Educativa de Ponta Delgada

EBI	Equipamento de Ensino	Descrição da intervenção
EBI Roberto Ivens	EB1/JI de São Roque, Freguesia de São Roque	Reorganização, reunindo toda a atividade escolar num único equipamento educativo (EB1/JI da Canada das Maricas), uma vez que nenhum dos edifícios existentes possui as condições para garantir os meios pedagógicos e físicos necessários.
	EB1/JI de Livramento, Freguesia de Livramento	Possibilidade de encerramento do estabelecimento de ensino do Plano dos Centenários, EB1/JI de Livramento, com reorganização e distribuição dos seus alunos pela escola EB1/JI de Livramento 2.
EBI Canto da Maia	EB1/JI de Santa Clara, Freguesia de Santa Clara	Desativação por completo do edifício escolar após a conclusão das obras de EB1/JI S. Pedro e EB1/JI Maricas.
	Escola EB1/JI Cecília Meireles, Freguesia de Fajã de Cima	Intervenção no estabelecimento de ensino do Plano dos Centenários por forma a dotá-lo dos meios pedagógicos e físicos necessários, tendo

EBI	Equipamento de Ensino	Descrição da intervenção
		em conta a sua importância para a realidade sociocultural da freguesia de Fajã de Cima.
EBI de Arrifes	EBI/JI Cardeal Humberto de Medeiros, Freguesia de Arrifes	Conclusão das obras da EBI de Arrifes e reposição da normalidade, tendo em conta a sobrelotação do edifício e dos 2 pré-fabricados colocados a título provisório.
EBI de Capelas	EBI/JI de São Vicente Ferreira e EBI/JI de Poços, Freguesia de São Vicente	Eventual reorganização, reunindo toda a atividade escolar num único equipamento educativo, uma vez que nenhum dos edifícios existentes possui as condições para garantir os meios pedagógicos e físicos necessários.
	EBI/JI de Fenais da Luz, Freguesia de Fenais da Luz	Construção de um novo edifício, dotado de 6 salas de aulas e integrando todas as valências, por forma a melhorar a oferta educativa.
	EBI/JI Francisco José de Medeiros, Freguesia de Aflitos	Reorganização e reunião de toda a atividade escolar num único equipamento educativo, na EBI/JI de Fenais da Luz, após a conclusão das obras projetadas.
	EBI/JI Capelas + JI Teatro Novo, Freguesia de Capelas	Eventual reorganização, reunindo toda a atividade escolar num único equipamento educativo (EBI/JI de Capelas), uma vez que nenhum dos edifícios existentes possui as condições necessárias para garantir os meios pedagógicos e físicos necessários.
	EBI/JI Padre António Nunes, Freguesia de Remédios	Necessidade de execução de uma estrutura coberta para ligação do portão até à porta principal da escola.
	EBI/JI João Francisco Cabral, Freguesia da Ajuda da Bretanha	Ponderação da manutenção do estabelecimento (tendo em conta a sua relevância para a realidade sociocultural da freguesia de Ajuda da Bretanha) com possibilidade futura de intervenção, por forma a dotá-lo dos meios pedagógicos e físicos necessários.
	EBI/JI Manuel António Vasconcelos, Freguesia de Pilar da Bretanha	Ponderação da manutenção do estabelecimento (tendo em conta a sua relevância para a realidade sociocultural da freguesia de Ajuda da Bretanha) com possibilidade futura de intervenção, por forma a dotá-lo dos meios pedagógicos e físicos necessários.
EBI de Ginetes	EBI/JI Candelária 1 +2 +Chã, Freguesia de Candelária	Eventual reorganização, reunindo toda a atividade escolar num único equipamento educativo, uma vez que nenhum dos 3 edifícios existentes possui as condições para garantir os meios pedagógicos e físicos necessários.
	EBI Dr. Carlos Bettencourt Leça – Ginetes/ JI Carlos	Tanto o edifício Plano dos Centenários da EBI Dr. Carlos Bettencourt Leça como o edifício do JI

EBI	Equipamento de Ensino	Descrição da intervenção
	Pavão de Medeiros, Freguesia de Várzea	Carlos Pavão de Medeiros carecem de obras de beneficiação e conservação.
	EB 1/JI Comendador Ângelo José Dias, Freguesia de Mosteiros	Considerando a redução do número de alunos, deverá estudar-se de forma integrada com outras entidades, a melhor solução para integrar a comunidade escolar.
	EB1/JI Padre José Gomes Pereira PC+U3, Freguesia de Feteiras	Eventual reorganização, reunindo toda a atividade escolar num único equipamento educativo, embora não estejam satisfeitas em nenhum deles os meios pedagógicos e físicos necessários.

Fonte: Carta Educativa de Ponta Delgada (2020)

É igualmente efetuado um levantamento das necessidades no apoio pós-letivo (providenciado pelo Município e pela diferentes IPSS), tendo em conta o nº de ATL por freguesia, a capacidade e a taxa de ocupação da oferta existente. A estratégia relativamente a esta questão pressupõe o aumento do número de salas (nas freguesias de Santa Clara, Livramento e Sete Cidades) e a redistribuição das crianças pelos espaços (São José).

### Carta Social (2023)

A Carta Social de Ponta Delgada é um documento estratégico multiusos que visa dar suporte à tomada de decisão aos mais diversos níveis, permitindo o fácil acesso à informação e a rápida consulta das várias ofertas que o concelho proporciona, tanto ao nível das respostas dirigidas a crianças e jovens, a pessoas idosas, a pessoas portadoras de deficiência, a pessoas com problemas de dependência e a pessoas em situação económica mais frágil, como das que se dirigem à população em geral.

Aparte de uma breve caracterização do concelho, o referido documento estrutura-se em dois pontos principais: (i) uma caracterização das respostas sociais por 4 grandes grupos (crianças e jovens; pessoas com deficiência; pessoas idosas; família e comunidade); (ii) uma análise ao nível da Formação, saúde e outros apoios. Na sua essência, o levantamento contempla as seguintes categorias:

Tabela 53. Tipologia das respostas sociais por cada grupo da Carta Social de Ponta Delgada

Grupo		Tipologia das Respostas Sociais
Crianças e Jovens	Crianças e Jovens	Creche familiar; creche; estabelecimento de educação pré-escolar; centro de atividades de tempos livres; outros equipamentos e valências de apoio a crianças/jovens.
	Crianças e Jovens em Situações de Perigo	Centro de apoio familiar e aconselhamento parental; equipa de rua de apoio a crianças e jovens; casas de acolhimento residencial; outras valências de apoio a crianças e jovens em situação de perigo.
Pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência	Intervenção precoce; centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social; centro de atividades ocupacionais; estabelecimentos residenciais; outros serviços e equipamentos de apoio a pessoa com deficiência.
Pessoa idosa	Pessoa idosa	Centro de convívio; centro de dia; estruturas residenciais para pessoas idosas; outros serviços e equipamentos de apoio a idosos.
Família e Comunidade	Família e Comunidade	Centro comunitário; centro de férias e lazer; refeitório/cantina social; centro de alojamento temporário; ajuda alimentar.
	Toxicodependência	Apartamento de reinserção social; outros serviços e equipamentos de apoio a toxicodependentes recuperados e em recuperação.
	Vítimas de violência doméstica	Centro de atendimento; casa de abrigo.
	Pessoas em situação de dependência	Serviço de apoio domiciliário; unidade de vida protegida; unidade de vida apoiada; unidade de vida autónoma; outros serviços e equipamentos de apoio a doentes de foro psiquiátrico.
	Pessoas em situação de sem-abrigo	Equipa de rua para pessoas em situação de sem-abrigo; centro de acolhimento/unidades residenciais temporário para sem-abrigo; outros serviços e equipamentos de apoio a pessoa em situação de carência/sem abrigo.
Formação, Saúde e Outros Apoios	Formação, saúde e outros apoios	Ensino primário – 1º Ciclo; ensino básico – 2º e 3º Ciclo; ensino secundário; ensino profissional; ensino artístico; serviços de saúde; apoio à saúde: Hospital do Divino Espírito Santo (HDES); Casa do Povo; Juntas de Freguesia; transportes públicos – Mini-BUS.

### Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2023)

A Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social de Ponta Delgada surge no âmbito da recomendação provinda da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza de reforçar o compromisso e a mobilização das estruturas locais com os objetivos definidos e adaptar os objetivos e metas às especificidades e necessidades das pessoas nos locais.

Assentando no tríptico “Diagnóstico, Planeamento Estratégico e Plano de Ação”, a Estratégia inicia-se por uma análise da situação atual do concelho nas vertentes demográfica e socioeconómica, revelando, igualmente, os resultados obtidos com os inquéritos e entrevistas aplicadas a um conjunto de entidades reconhecidas como atores locais de destaque no combate a situações de pobreza e exclusão social.

Este diagnóstico permite traçar a Visão, bem como as Áreas Prioritárias sobre as quais são esquematizados e direcionados os Objetivos Estratégicos a atingir.

Tabela 54. Níveis de Planeamento Estratégico da Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Nível de Planeamento Estratégico	Descrição
Visão	<i>“Ocupar, no contexto açoriano, uma posição de destaque na redução dos níveis de pobreza e exclusão social junto dos vários níveis etários, garantindo a disponibilização de mecanismos, que minimizem ciclos intergeracionais, com uma atuação concertada entre os vários atores locais.”</i>
Áreas Prioritárias de Atuação	1. Educação e Formação
	2. Proteção Social
	3. Habitação
	4. Emprego
	5. Cultura e Saúde
Objetivos Estratégicos	<b>Oe1.</b> Reduzir a pobreza e exclusão social nas crianças e jovens
	<b>Oe2.</b> Promover o sucesso escolar e combater o absentismo em todos os níveis de ensino
	<b>Oe3.</b> Desenvolver mecanismos que promovam o envelhecimento ativo e novas soluções para idosos, pessoas com deficiência ou com doença mental e dependentes que necessitem de apoio
	<b>Oe4.</b> Alargar e reforçar as respostas de habitação
	<b>Oe5.</b> Diminuir o número de pessoas em situação de sem abrigo.

Nível de Planeamento Estratégico	Descrição
	<b>Oe6.</b> Viabilizar um estilo de vida saudável e reduzir as dependências.
	<b>Oe7.</b> Fomentar o emprego e a autonomia financeira nas pessoas com deficiência, problemas de saúde mental e outras formas de exclusão social.
	<b>Oe8.</b> Possuir mecanismos e projetos em áreas complementares que minimizem a pobreza e exclusão social.

Após a delimitação das entidades relevantes na aplicação da estratégia, o documento em apreço culmina com o Plano de Ação para um horizonte temporal de quatro anos (2023-2026) que se materializa em 71 medidas devidamente descritas e calendarizadas, inseridas dentro de cada um dos 8 Objetivos Estratégicos.

#### **Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada 2020-2023 (2020)**

O “Portugal + Igual” apresenta-se como a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação para o horizonte 2018-2030, onde, para além de ter como objetivo o combate à desigualdade de género, procura combater as restantes formas de discriminação e violência de género, com particular enfoque na violência doméstica, uma realidade bastante notória ao nível regional.

É desta forma que surge o Plano Municipal para a Igualdade e a não Discriminação de Ponta Delgada 2020-2023, o qual procura promover, executar, monitorizar e avaliar a implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia emanada do “Portugal + Igual” para o nível local.

O Plano em apreço efetua um profundo diagnóstico da realidade do Município sob três vertentes: i) uma caracterização sociodemográfica qualitativa e quantitativa nas vertentes socioeconómica (contemplando as áreas da Economia, Mercado Laboral, Proteção Social, Saúde, Habitação, Participação Eleitoral); ii) a realização de um inquérito aos recursos humanos afetos ao Município e de entrevistas a entidades externas; iii) a concretização de um autodiagnóstico ao Município de Ponta Delgada, tanto na vertente interna como externa, ao nível da igualdade de género.

Este diagnóstico serve de base para a conceção da Visão e respetivos Objetivos Estratégicos, os quais contemplam uma dimensão interna e outra externa, conforme enunciado na [Tabela 55](#).

Tabela 55. Visão e Objetivos Estratégicos do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada 2020-2023

Nível de Planeamento Estratégico		Descrição
Visão		<i>“Sociedade justa, inclusiva e igualitária, cuja promoção da igualdade e não discriminação entre todos os cidadãos se baseia numa atuação concertada entre a autarquia, as entidades relevantes e a população, constituindo-se como um município exemplar na Região Autónoma dos Açores.”</i>
Objetivos Estratégicos	Dimensão Interna	<b>Oe1.</b> Assumir uma política pró-ativa na gestão igualitária e não discriminatória dos recursos humanos da autarquia.
		<b>Oe2.</b> Deter serviços e recursos humanos qualificados, formados e sensibilizados nos âmbitos da proteção dos direitos de igualdade e não discriminação e do combate à violência de género e violência doméstica.
	Dimensão Externa	<b>Oe3.</b> Atuar junto da população, dos visitantes e das empresas para a elevação de uma sociedade justa, inclusiva e igualitária.
		<b>Oe4.</b> Combater a violência de género e a violência doméstica no concelho, com o envolvimento de entidades especializadas.

Após apresentação de um levantamento das entidades relevantes, é traçado o Plano de Ação que permite apoiar a implementação e concretização dos objetivos do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação, assim como dos objetivos estratégicos específicos para o Município de Ponta Delgada, sendo enumeradas 63 Ações distribuídas pelos 4 Objetivos Estratégicos com a respetiva calendarização. Ademais, apresenta-se uma análise de benchmarking de casos de sucesso implementados noutros municípios nacionais, assim como o respetivo Plano de Monitorização e Avaliação.

### Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo (2024)

Em janeiro de 2024, foi aprovado, com o horizonte de 2026, o **Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo**, dirigido à população idosa do Concelho. Este plano visa a promoção da saúde e do bem-estar, a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos, a não discriminação da população idosa e a sua participação na comunidade. Deste modo, com estes fins, estabelece 50 medidas, no domínio da saúde e bem-estar (13), da participação cívica (17), da aprendizagem ao longo da vida (6) e da segurança, mobilidade e conforto (14).

## A4.5. Cultura

### Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030 (2021)

Assumindo-se como a primeira Estratégia Cultural do Município para a década 2020-2030 e com o intuito de mobilizar o setor cultural e criativo e os próprios ponta-delgadenses, a Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030 é resultado do cruzamento de áreas disciplinares, escalas e atores, coeva com a preparação da candidatura de Ponta Delgada – Açores a Capital Europeia da Cultura em 2027. Alinhada com os desígnios regionais e contributiva na resposta a desafios europeus e globais partilhados, contempla as escalas concelhia, intermunicipal, regional, europeia e transatlântica.

A Estratégia Cultural fundamenta-se num mapeamento aturado e num diagnóstico do ecossistema cultural e criativo local, abarcando a atividade profissional artística, criativa e de mediação de públicos, mas também as práticas culturais amadoras e de iniciativa cidadã, relacionando-as com as políticas sociais, educativas, de gestão territorial e do ambiente, de desenvolvimento económico e turístico. A referida Estratégia, contempla, deste modo:

- A análise dos referenciais estratégicos nacionais, regionais e locais;
- A compilação e análise de informação estatística;
- A leitura da estratégia cultural de outras cidades candidatas a Capital Europeia da Cultura;
- O mapeamento em curso dos recursos culturais regionais;
- Um plano de auscultação suportado por uma conferência, entrevistas, *focus group*, workshops e inquéritos.

Este retrato é sintetizado numa análise SWOT onde são sintetizadas as principais forças e fraquezas inerentes, e as oportunidades e ameaças de contexto do ecossistema cultural ponta-delgadense, sobre as quais é delineado o cenário para Ponta Delgada 2030. Essa Visão de futuro procura afirmar Ponta Delgada como “*interposto cultural transatlântico, com uma mobilidade incrementada de artistas, cidadãos e ideias, com a criatividade a aprofundar o desígnio dos Açores como cluster do mar, cruzando prática artísticas e investigação em ciências naturais, com condições estruturantes para a profissionalização do sector cultural e para o estímulo à iniciativa amadora e cidadã*” e em que “*o processo e a concretização da Capital Europeia da Cultura estabelecem uma aproximação de todos os açorianos por via da expressão criativa, o*

*reconhecimento internacional do sector cultural e a sedimentação de práticas culturais como ferramenta de indagação de novos horizontes de vida."*

A obtenção dessa meta é feita por via de um Plano de Ação alicerçado em quatro eixos estratégicos, cada qual com os respetivos objetivos e ações, possíveis entidades a envolver e o seu alinhamento com referenciais estratégicos nacionais, regionais e locais que permitem enquadrar estas ações em políticas abrangentes de desenvolvimento. A Tabela 56 sistematiza o conjunto dos objetivos dentro de cada eixo estratégico:

Tabela 56. Eixos Estratégicos e Objetivos da Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030

Eixo Estratégico	Objetivos
Eixo 1 – Sentido de Lugar	0.1 Estabelecer um funcionamento efetivo em rede dos equipamentos culturais assegurando resposta ao longo de toda a cadeia de valor da cultura, abrangendo o concelho e testando modelos de gestão partilhada.
	0.2 Implementar sistemas de suporte à interpretação da paisagem e do património, imóvel e natural.
	0.3 Favorecer a ocupação e a vivência do espaço público povoado por objetos artísticos e culturais.
	0.4 Conhecer, debater e idear novos modos de viver a relação urbano-rural, nomeadamente modelos de trabalho e de relação com a paisagem.
	0.5 Aprofundar compromissos com a sustentabilidade ambiental na interseção entre criatividade e novos modelos de turismo.
Eixo 2 – Setor Cultural e Criativo	0.6 Capacitar agentes culturais, técnicos da cultura e decisores em domínios técnicos e criativos que permitam fortalecer as cadeias de valor dos sectores culturais e criativos, em linha com as novas agendas internacionais.
	0.7 Promover o empreendedorismo criativo em interligação com outras áreas de negócio como a tecnologia digital, o turismo, as ciências.
	0.8 Estabelecer instrumentos fiáveis de impulso à profissionalização dos agentes culturais e criativos em todos os subsectores culturais e criativos.
	0.9 Fomentar objetos de conhecimento, valorização e reinterpretação do património posicionando como valor significante na atualidade.
	0.10 Incitar a inovação pela exploração da transdisciplinaridade entre diferentes tipos de arte, e entre artes e ciências, sustentabilidade, tecnologia, património e turismo.
	0.11 Implementar programas de enriquecimento de Práticas culturais diversas, a partir do impulso em áreas de força coletiva como a música, a literatura, as artes performativas, o audiovisual e as artes visuais.
	0.12 Articular e ampliar as ações de mediação de públicos associando estes processos à regeneração urbana, ao exercício da cidadania e coesão social.

Eixo Estratégico	Objetivos
Eixo 3 – Cidadania Cultural	<b>0.13</b> Incrementar o número e variedade de experiências de contacto e de proposição de manifestações criativas pelas comunidades escolares.
	<b>0.14</b> Envolver o tecido associativo em movimentos coletivos de deslocação entre lugares, grupos, expressões criativas, formatos artísticos e modelos de cocriação.
	<b>0.15</b> Elaborar roteiros de valorização do património religioso – arquitetura, artefactos e manifestações – e de contacto com outros circuitos patrimoniais e culturais do território.
	<b>0.16</b> Treinar a sensibilidade face ao contexto cultural local, em simultâneo ao treino da literacia do mundo digital.
	<b>0.17</b> Envolver toda a diversidade de cidadãos a começar pelos mais vulneráveis, na produção cultural feita a partir de todos os lugares e expressões.
Eixo 4 – Arquipélago Global	<b>0.18</b> Efetivar redes de colaboração locais e internacionais, entre equipamentos e práticas culturais congéneres, partilhando e captando conhecimento e recursos.
	<b>0.19</b> Implementar projetos piloto de fortalecimento e revisão de laços afetivos com a diáspora açoriana.
	<b>0.20</b> Comunicar a produção cultural por via de suportes dedicados e regulares em cooperação com o território e a promoção turística.
	<b>0.21</b> Produzir conhecimento sobre os hábitos de desfrute e produção culturais e artísticas e avaliar os impactos da implementação da Estratégia Cultural.
	<b>0.22</b> Fortalecer laços europeus por via de projetos em rede que sublinhem as heranças culturais comuns, nomeadamente através da candidatura a Capital Europeia da Cultura.

Por fim, é estabelecido o cronograma de implementação da Estratégia em apreço (faseado em 3 ciclos principais), as linhas orientadoras do modelo de gestão (incluindo estruturas organizativas, condições necessárias e os instrumentos de articulação entre agentes à escala do município, e nas relações que esta estabelece com outras escalas) e o modelo de monitorização e avaliação. São identificadas, igualmente, algumas das fontes de financiamento europeias, nacionais e regionais que poderão apoiar na angariação de recursos para a concretização das ações.

## A4.6. Juventude

### **Plano Municipal de Juventude do Concelho de Ponta Delgada para o período 2022-2026 (2022)**

O Plano Municipal de Juventude de Ponta Delgada tem como principal intuito dinamizar e estimular objetivos e estratégias essenciais para despoletar na comunidade Jovem um maior sentido de pertença e participação ativa na vida cívica do concelho. Corresponde, com efeito, à efetivação dos direitos da juventude ponta-delgadense nas vertentes económica, social e cultural, através da delineação de políticas municipais que procuram dar resposta às reais aspirações e anseios das novas gerações, contemplando uma visão futura para o horizonte 2022-2026, nutrida de aspetos empreendedores e estimuladores de boas práticas de sucesso pessoal e profissional de vida em sociedade.

A base deste plano assenta em quatro pilares de análise:

- Elaboração do diagnóstico da situação atual, cobrindo uma breve caracterização sociodemográfica dos jovens residentes no concelho e um enquadramento das políticas em matéria de juventude desenvolvidas no âmbito das temáticas da empregabilidade e empreendedorismo, educação e formação, saúde e bem-estar, criatividade e cultura, coesão social, participação cívica, juventude e o mundo e, ainda, voluntariado;
- Enumeração e caracterização das principais entidades em matéria da juventude no contexto regional, nacional e europeu;
- Identificação de boas práticas de medidas e políticas de juventude implementadas pelo Município de Ponta Delgada;
- Análise do contexto, onde se inclui a identificação dos principais constrangimentos e desafios ao nível do município, obtidas com recurso a diferentes metodologias, designadamente método de *focus groups*, entrevistas direcionadas a entidades com competência em matéria de juventude, assim como de questionários dirigidos aos jovens residentes no concelho de Ponta Delgada, com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos.

Estes pontos supra, a par com um conjunto de oito Princípios orientadores, permitem definir o foco de todo o planeamento estratégico, o qual se verte em 17 Objetivos estratégicos, distribuídos por 8 áreas (Figura 112):



Figura 112. Objetivos Estratégicos do Plano Municipal de Juventude 2022-2026

Estes 17 objetivos estratégicos sustentam a definição de 61 medidas/ações, distribuídas por cada uma das áreas, por público-alvo, contemplando os resultados esperados, indicadores de resultado, periodicidade e calendarização das respetivas medidas/ações. Em conclusão, é ainda apresentado o Plano de Monitorização e Avaliação.

## A4.7. Segurança e proteção civil

### Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (2014)

Em matéria de prevenção de riscos e proteção civil, o Município tem ao seu dispor o **Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) de Ponta Delgada**, aprovado e em vigor desde 2014. Com enquadramento na Lei de Bases da Proteção Civil<sup>80</sup> e elaborado de acordo com as indicações da Diretiva Relativa aos Critérios e Normas técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil<sup>81</sup>, este plano constitui-se como o instrumento que define a organização e gestão do sistema municipal de proteção civil, clarificando a missão dos agentes locais de proteção civil e a coordenação de meios e recursos a mobilizar face à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, bem como para a rápida resposta e regresso à normalidade.

O PMEPC de Ponta Delgada assume o carácter de plano geral de proteção civil e, de um modo geral, identifica as tipologias de riscos presentes no território e as medidas de prevenção e resposta a adotar, os recursos e meios mobilizáveis em situação de ocorrência, define as estruturas operacionais a nível local e as responsabilidades dos diversos organismos, serviços e estruturas públicas e privadas, com competências no âmbito da proteção civil.

## A4.8. Outros planos e estratégias em desenvolvimento

Para além das referências supra, salienta-se um conjunto de planos e estratégias adicionais que, à data da elaboração deste documento, se encontram em desenvolvimento. Neste sentido, releva-se a elaboração do **Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)**, o instrumento de planeamento da política climática a nível local previsto na Lei de Bases do Clima (artigo 14.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) que consagra as políticas climáticas no âmbito das atribuições e competências municipais, assegurando uma resposta adequada aos desafios atuais e a sua integração e coerência com os instrumentos de gestão territorial.

---

<sup>80</sup> Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou.

<sup>81</sup> Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio.

Na temática da Mobilidade, é de destacar a elaboração do **Plano de Mobilidade Sustentável (PMS)**, o qual pretende ser um documento orientador e estratégico da atuação do Município no domínio da mobilidade e transportes ao longo dos próximos anos, cujos principais objetivos passarão pela promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis, contribuição para as metas de descarbonização e garantia de um espaço público mais atrativo para residentes e visitantes da cidade de Ponta Delgada.

Por fim, salienta-se a conceção do documento de **Apoio ao GEEAE na definição de uma Estratégia potenciadora das oportunidades de financiamento com incidência no desenvolvimento territorial**, o qual visa a definição de uma Estratégia potenciadora das oportunidades de financiamento com incidência no desenvolvimento local, considerando os instrumentos de financiamento para o período 2021-2027. É objetivo geral do trabalho contribuir para a promoção do desenvolvimento local, através da definição de uma estratégia e dos mecanismos de atuação que permitam, em articulação com a rede local de parceiros, incluindo as juntas de freguesia, potenciar a mobilização das oportunidades de financiamento, até 2030, conferidas pelos novos programas nacionais e europeus.

